

O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES



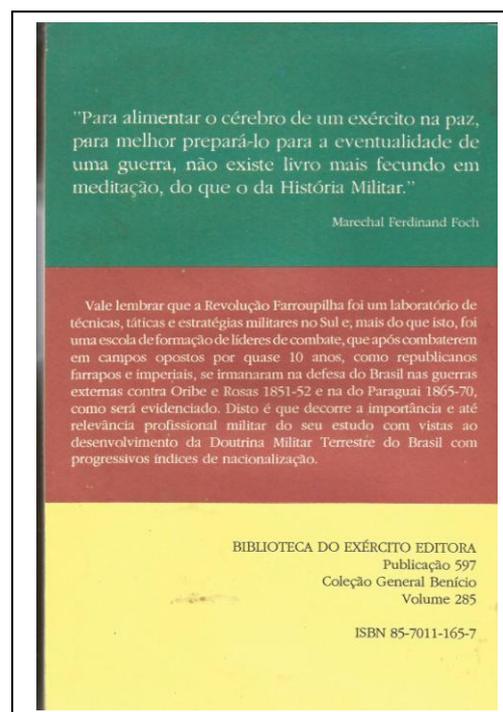
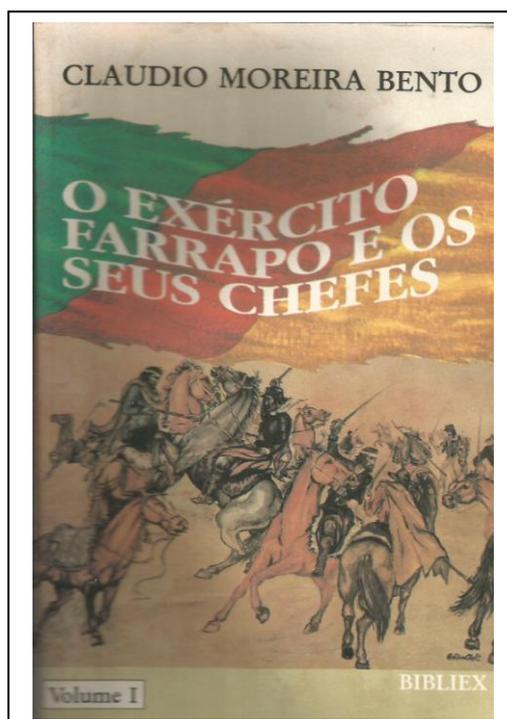
Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Sorocaba etc. Foi o 3º vice presidente do Instituto de Estudos Vale -- paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra.

Livro o Exército Farrapo e o seu chefes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, v1, digitalizado para ser colocado na Internet em Livros e Plaquetas no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br e cópia do livro original no acervo da FAHIMTB, doado em Boletim Interno e levantamento para ser colocado na Internet, no Sistema de Bibliotecas do Exército. Resgate que se apoiou em grande parte na fontes primárias divulgadas pelos ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul publicados no contexto das comemorações em 1985 do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Ver em Livros e Plaquetas a relação de trabalhos do autor abordando a Revolução Farroupilha

O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES

VOLUME 1



CHEFE DA SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
1º Ten/R2 QMB Aldair Falcão Petuco

CAPA e ARTE
Murillo Machado

COPIDESQUE e REVISÃO
Alberto de Azevedo — Reg Jorn Prof 12.593

Bento, Chudio Moreira, 1931 —
B478 O exército farrapo e os seus chefes / cel Cláudio Moreira Bento.
— Rio de Janeiro Biblioteca do Exército, 1992.
nv. il — (Biblioteca do Exército; 597. Coleção General Benício, v. 285)
Bibliografia. ISBN 85-7011-165-7
1. Brasil — História — Guerra dos farrapos, 1835-1845. 2. Militares
brasileiros — Bibliografia.

CDD 981

Direitos cedidos para esta edição à BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Impresso no Brasil Printed in Brazil

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

FUNDADOR
em 17 de dezembro de 1881
Franklin Américo de Menezes Dória, Barão de Loreto

REORGANIZADOR
em 26 de junho de 1937, e fundador da Seção Editorial
Gen Valentim Bencio da Silva

DIRETOR
Ccl Inf Arismar Dantas de Oliveira

SUBDIRETOR
Ten Ccl Inf Marco Antonio Cunha

CONSELHO EDITORIAL
Militares

Gen Div Ref Francisco de Paula e Azevedo Pondé
nomeado em 10 de outubro de 1973

Gen Div Ref Jonas de Moraes Correia Filho
nomeado em 10 de outubro de 1973

Maj Brig P.JR Oswaldo Terra de Faria
nomeado em 23 de outubro de 1985

Gen Bda R/1 AricildeS de Moraes Moita
nomeado em 02 de abril de 1991

Cel Prof R/1 Celso José Pires
nomeado em 7 de fevereiro de 1980

Cel R/1 Asdrubal Esteves
nomeado em 7 de novembro de 1983

Ten Cel R/1 Carlos de Souza Scheliga
nomeado em 25 de abril de 1975

Civis:

Prof Ruy Vieira da Cunha

nomeado em 10 de outubro de 1973

Prof Américo Lourenço Jacobina Lacombe

nomeado em 16 de julho de 1985

Prof Vicente Costa Santos Tapajós

nomeado em 02 de abril de 1991

Biblioteca do Exército – Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marcílio Dias — 3º andar — Centro — RJ — CEP 20221-260 Tels.: 253-7934 e 253-
4637 — Endereço Telegráfico “BIBLIEX”.

A PRESENTAÇÃO

A Revolução Farroupilha irrompida no sul do Brasil no período de 1835 a 1845 é apresentada, nesta obra, em partes bem elaboradas, que irá certamente assegurar uma assimilação, com muita clareza, do seu conteúdo histórico.

O Cel Cláudio Moreira.Bento, dedicado pesquisador e historiador de incontestáveis méritos, relata com muita autoridade, riqueza de detalhes e ilustrações, as diversas fases importantes dessa guerra que se desenvolveu durante a época regencial.

O autor inicia o seu trabalho com um resumo, na primeira parte, que abrange desde a vitória da Revolução (20 de setembro de 1835 a 15 de janeiro de 1836) até a pacificação do Rio Grande (9 de novembro de 1842 a 1º de março de 1845).

Logo após, o leitor verificará os registros merecidos das personalidades dos bravos que atuaram com idealismo e patriotismo no decorrer dessa ação revolucionária, com a adição de significativos dados biográficos.

Na finalização, encontra-se um quadro, de grande interesse, que é o da doutrina do Exército Farrapo, compreendendo Organização, Equipamento, Instrução, Motivação e Emprego para o combate, cuja observação se deu no curso dos desdobramentos da campanha farroupilha.

E, portanto, motivo de regozijo da BIBLIEX prestar mais esse serviço à cultura, através dessa nova e preciosa fonte de consulta.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

SUMÁRIO

Págs.

INTRODUÇÃO 1

PRIMEIRA PARTE

Revolução Farroupilha — Desenvolvimento Estratégico..... 3

Principais fontes para este estudo..... 4

Conclusões20

Guerra de Guerrilhas Farrapa22

Republicanismo Federativo ou Separatismo dos Farrapos22

Notas à Primeira Parte27

SEGUNDA PARTE

GENERAIS DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE45

General João Manoel Lima e Silva (1805-1837)

Significação histórica.....47

General Bento Gonçalves da Silva (1788-1849)

Significação histórica69

ANEXO 1 — Bento Gonçalves da Silva renuncia à Presidência

da República — Programação93

ANEXO 2 — Bento Gonçalves e a Paz94

Notas à Segunda Parte95

General Antônio de Souza Netto (1803-1866)

Significação histórica97

General Bento Manuel Ribeiro (1783-1855)

Significação histórica114

General David Martins Canabarro (1756.1867)

Significação histórica127

General João Antônio da Silveira (1795-1872)

Significação histórica137

TERCEIRA PARTE

Outras Lideranças Militares (Coronéis republicanos)145

Coronel José Mariano de Mattos (1803-1863)

Significação histórica145

Coronel José da Silva Brandão (1781-1845)

Significação histórica151

Coronel Manoel Lucas de Oliveira (1810-1874)

Significação histórica158

Coronel Domingos Crescncio de Carvalho (1780-1840)

Significação histórica163

Coronel Joaquim Pedro Soares (1770-1850)

Significação histórica168

Coronel Joaquim Teixeira Nunes (1801-1844)

Significação histórica171

Coronel José de Almeida Corte Real (1809-1840)	
Significação histórica	178
Coronel Onofre Pires da Silveira Canto (1799-1844)	
Significação histórica	182
Coronel Antonio Manoel do Amaral (1810-1844)	
Significação histórica	190
Coronel Agostinho Antônio Mello	
Significação histórica	196
Coronel Marcelino José do Carmo	
Significação histórica	197
Coronel José Oliveiro Ortiz (1779-1869)	
Significação histórica	198
Coronel José Pinheiro Ulhoa Cintra (1806-1883)	
Significação histórica	200

INTRODUÇÃO

A presente obra é uma contribuição ao sesquicentenário da ação pacificadora da Revolução Farroupilha pelo Conde de Caxias, a qual será comemorada de 9 de novembro de 1992 a 1º de março de 1995. A última data, sesquicentenário da Paz de Ponche Verde que significou também a pacificação da Família Brasileira. Paz honrosa na qual os republicanos farrapos se consideraram convencidos, mas não vencidos.

A primeira parte é uma visão do desenvolvimento estratégico da Revolução, com ênfase na interpretação da ação pacificadora de Caxias, então na condição de Comandante das Armas e Presidente da Província do Rio Grande.

Em 34 notas a esta parte serão comentadas obras recentes com novas interpretações sobre o tema, bem como serão abordados, de forma sintética, o perfil dos generais que combateram a Revolução com destaque para o seu Pacificador — o jovem Marechal de Campo graduado Luiz Alves de Lima e Silva aos 41 anos de idade, além divulgado o Decreto de Anistia aos Farrapos que deles só foi conhecido em seu inteiro teor, 25 anos após a Paz de Ponche Verde, por motivos que serão revelados ao leitor interessado.

As segunda, terceira e quarta partes são dedicadas aos chefes do Exército Farrapo. São aqui estudados os perfis militares de 6 generais, 13 coronéis, 10 tenentes coronéis e 3 majores que mais se destacaram como cérebros e/ou líderes de combate e, ao longo de suas biografias será distribuída por partes, de maneira gradual e harmônica, a História da Revolução Farroupilha, a qual terminará de ser conhecida no seu todo até ser focalizado o último personagem. Perfis traçados com apoio principal nas indicações de quem considero o maior cronista da epopéia farrapa — o tenente republicano Manoel Alves da Silva Caldeira, o qual é aqui estudado sob este enfoque, como imperativo de verdade e justiça histórica.

A quinta parte aborda, pela primeira vez, com apoio em fontes primárias difundidas pelo jornal farrapo **O Povo** e pelos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** e historiadores constantes da bibliografia, a Doutrina do Exército Farrapo ou da República Rio Grandense. Ou seja como este exército foi organizado, equipado, instruído e motivado e empregado para o combate durante os quase 10 anos que durou a Revolução

A sexta parte aborda, pela primeira vez, à luz de fundamentos da Arte da Guerra ou Artes do Soldado, as duas maiores vitórias farrapas: Seival em 10 de setembro de 1836 e Rio Pardo em 30 de abril de 1838. Abordagem com o fim de subsidiar estudos de História Militar de parte de profissionais das Armas do presente e do futuro, com apoio na afirmativa do experimentado Marechal Ferdinand Foch e comandante da vitória aliada na 1ª Guerra Mundial:

“Para alimentar o cérebro de um exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar.”

Vale lembrar que a Revolução Farroupilha foi um laboratório de técnicas, táticas e estratégias militares no Sul e, mais do que isto, foi uma escola de formação de líderes de combate, que após combaterem em campos oposto por quase 10 anos, como republicanos farrapos e imperiais, se irmanaram na defesa do Brasil nas guerras externas contra Oribe e Rosas 1851-52 e na do Paraguai 1865-70, como será evidenciado. Disto é que decorre a importância e até relevância profissional militar do seu estudo com vistas ao desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre do Brasil com progressivos índices de nacionalização.

Esperamos que a presente obra, além de instrumento de justas homenagens, se constitua em instrumento para o melhor conhecimento e compreensão dos líderes de combate da Revolução e, sobretudo, como uma contribuição didática, como análise crítica militar, de importante episódio da História da Doutrina Militar Brasileira, tão rica em soluções táticas logísticas e estratégicas que caracterizam a Guerra à gaúcha e, em subsídios, para fixar o perfil do Homem Brasileiro, como combatente, no Sul.

Como fecho oferecemos ao pesquisador, do presente e do futuro, uma lista das fontes em que baseamos nosso trabalho. Lista que além de homenagem às entidades e historiadores que tem contribuído para preservar, desenvolver e divulgar a memória da Epopéia Farroupilha» objetiva servir de orientação a estudos futuros, sob os mais variados enfoques desta revolução precursora da centenária República Brasileira.

O autor

PRIMEIRA PARTE

REVOLUÇÃO FARROUPILHA DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO 1

De 1835-45 teve lugar no Rio Grande do Sul, então Província do Rio Grande de São Pedro, a Revolução Farroupilha. Ela foi resultada, segundo interpretações dominantes, de insensibilidade política do governo central e intolerância do provincial, em defesa de interesses do que na época eram classificados de “galegalidade”, ou lei dos galegos ou portugueses, que ainda exerciam grande influência no Brasil, em que pese a Independência, em 7 de setembro de 1822, circunstâncias que a professora Sandra J. Pensavento explicou em recente tese.²

Segundo o historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, esta revolução “foi a mais importante das guerras civis sul-americanas pela sua longa duração, beleza de seus ideais e valor de seus campeões”³ e a mais importante rebelião do Ciclo Federalista (1824-48) iniciado com a Confederação do Equador encerrado com a Revolta Praieira 1848, segundo Décio Freitas.

Nela teve início, em 20 de setembro de 1835, com a conquista farrapa de Porto Alegre, o longo processo revolucionário gaúcho que depois de transitar pelas revoluções de 1893, 1923, 1924-26 e 1930 teve seu epílogo, segundo Osório Santana Figueiredo,⁴ em 20 de setembro de 1932, no combate de Cerro Alegre, em Piratini, com a prisão, seguida de exílio, em Pernambuco, do Dr. Augusto Borges de Medeiros.

Esta revolução consagrou, aos 41 anos, como pacificador da Família Brasileira, ameaçada de dividir-se pelas lutas fratricidas do período 183 1-45, e como estrategista e tático o maior de nossos generais — Luís Alves de Lima e Silva — o Duque de Caxias e atual Patrono do Exército Brasileiro, além de inspirado e bem sucedido administrador como Presidente da Província, segundo Riopardense de Macedo e Angelo Pires Moreira⁵ e Spalding em *Pequena História de Porto Alegre*.

Principais fontes para este estudo

As operações ao nível estratégico se desenvolverem em 5 fases distintas, segundo interpreto, com apoio na análise crítica das seguintes obras entre outras citadas na bibliografia ao final e a seguir apresentadas em ordem cronológica:

- 1 — ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, RIHGB, t. 43, parte 2, 1880.
- 2 — LIMA, Alcides Mendonça. *História Popular do Rio Grande do Sul*, Rio, Tip. Leusinger, 1882.
- 3 ASSIS BRASIL, J.F. *História da Revolução Rio-Grandense*. Rio, Tip. Leusinger, 1882.
- 4 — RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Alm. Lis. e Estat. do RGS*. Rio Grande, Liv. Americana, 1889-1917.
- 5 — VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1933. 6 v.
- 6 LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1936.

7 - FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha*. Rio, Bi bijotec do Exército, 1939.

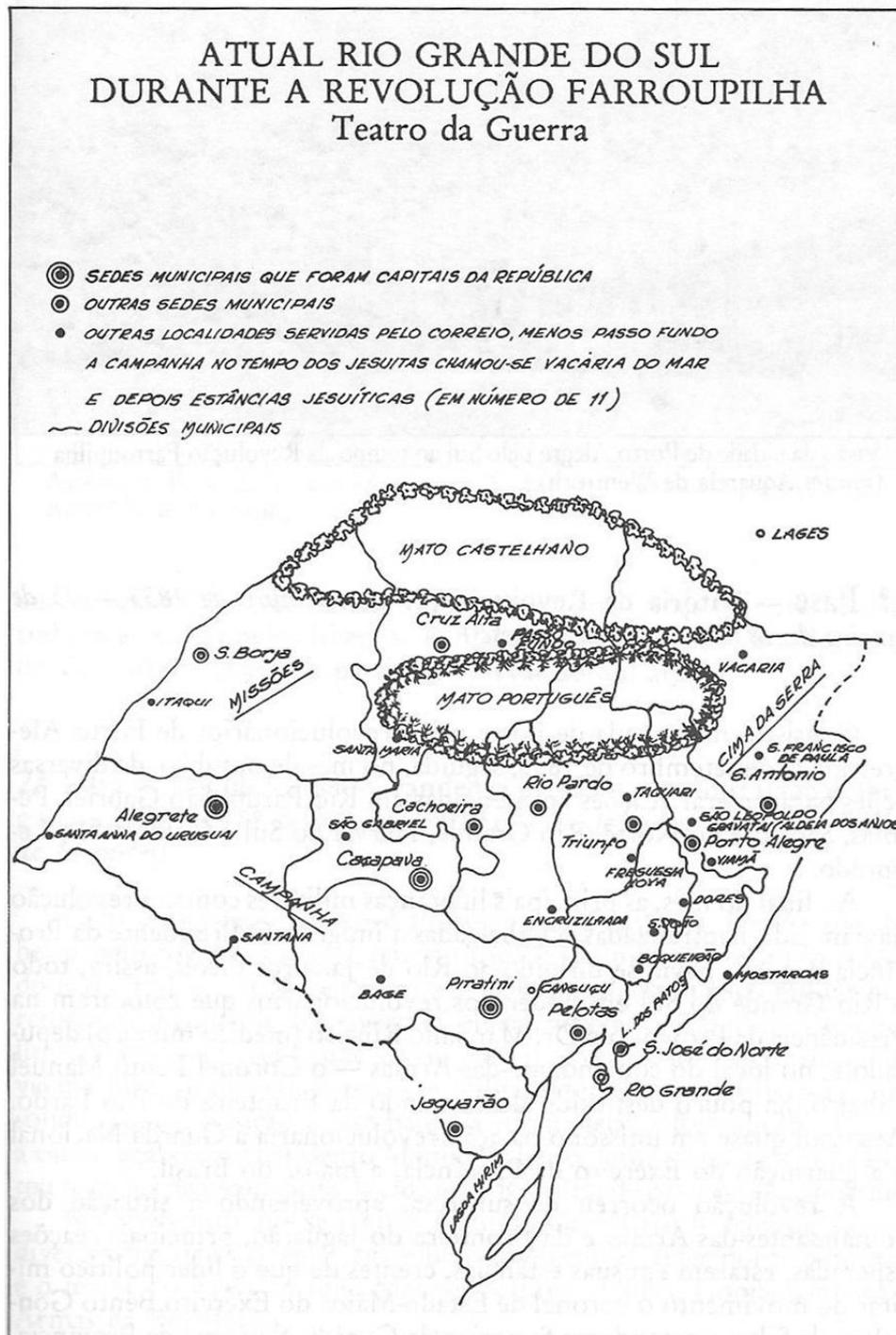
8 — FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1958, 5 ed.

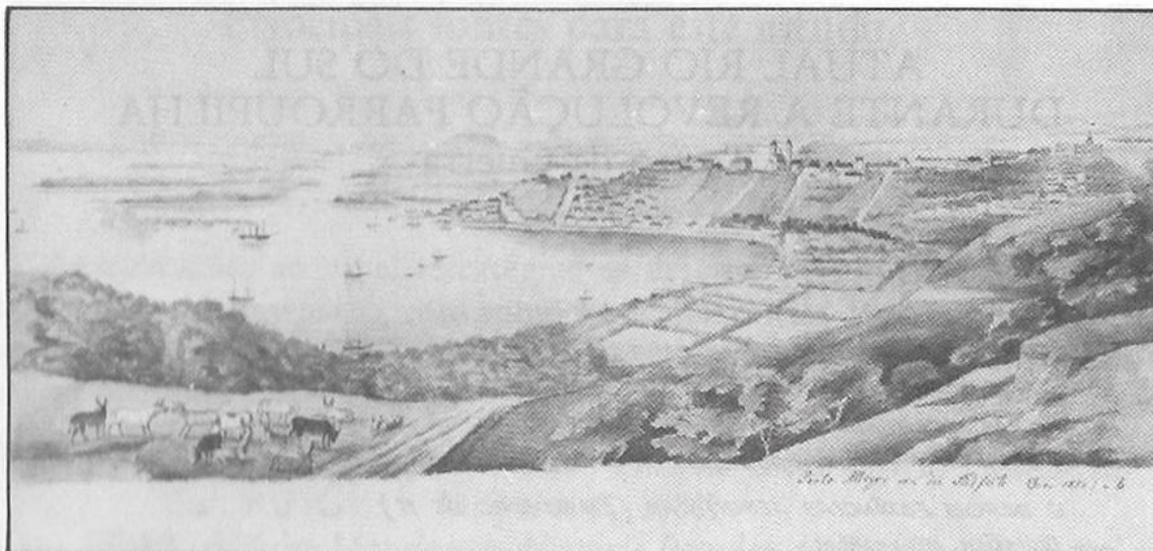
9 — CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio, José Olympio, 1959. 7 v.

10 - SPALDING, Walter. *A Epopéia Farroupilha*. Rio, Biblioteca do Exército, 1963.

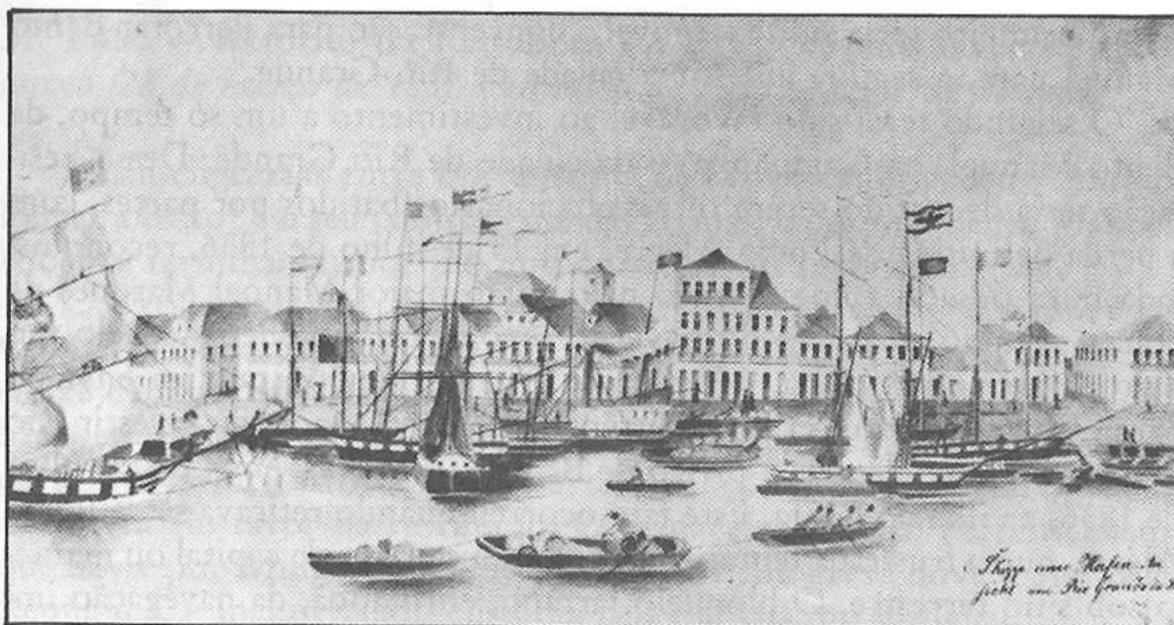
11 — FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, Martins Livreiro et alli, 1984.

Foram consultados os *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, a Coleção do Jornal *O Povo e Ordens do Dia e Oficiais do Barão de Caxias* no período 1842-1845, "Apontamentos" de Manoel A. da Silva Caldeira e "Memórias" de Chico Pedro publicados nas *RJHGRGS/anos 1827 e 1921* e outras obras recentes citadas e apreciadas nas notas ao texto desta parte.





Visão da cidade de Porto Alegre pelo Sul ao tempo da Revolução Farroupilha (Fonte: Aquarela de Wentroth).



Aspecto do Porto de Rio Grande por ocasião da Revolução Farroupilha (Fonte: Aquarela de Wentroth).

1ª Fase — Vitória da Revolução (20 de setembro de 1835 — 15 de janeiro de 1836 — cerca de 4 meses)

Consistiu na tomada de posse pelos revolucionários de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande, Herval do Sul e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as principais lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigadas a imigrar. O Presidente da Província deposto havia se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou, assim, todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários que colocaram na Presidência da Província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro) deputado e, no local do comandante-das-Armas — o Coronel Bento Manuel Ribeiro, há pouco destituído do comando da Fronteira do Rio Pardo. Atuaram quase em uníssono na ação revolucionária a Guarda Nacional e a guarnição do Exército da Província, a maior do Brasil.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando a situação dos comandantes-das-Armas e da Fronteira do Jaguarão, principais reações esperadas, estarem em suas estâncias, crenes de que o líder político militar do movimento o coronel de Estado-Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva, comandante Superior da Guarda Nacional da Província, encontrava-se, em Corrientes, na Argentina, em licença. O governo central era exercido pelos liberais. A maior reação correu sob a liderança do Cel. Silva Tavares, a partir de Herval do Sul atual.⁶

2ª Fase — República Rio-Grandense proclamada e instalada é obrigada a imigrar *(15 de janeiro de 1835 — 28 de março de 1837 — cerca de 14 meses)*

Com a nomeação do novo Presidente da Província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo governo Central, esta autoridade assumiu o governo na cidade do Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, ponto estratégico militar que retornou ao controle do governo Central, através de hábil manobra política. Ponto estratégico que serviu para o governo, no Rio, introduzir, via marítima, importantes reforços militares terrestres e navais, para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a Revolução. Aderiu à causa legal o coronel Bento Manuel Ribeiro, fator importante que evitou o ataque de reconquista da cidade de Rio Grande pelos revolucionários.

No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt ⁷ houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves, líder político-militar e o major do Exército João Manoel de Lima e Silva, Comandante-das-Armas da Revolução.

O primeiro teria sido favorável à concentração para derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir a cidade de Rio Grande.

O segundo teria sido favorável ao investimento a um só tempo, de Bento Manuel, na Campanha, e da cidade de Rio Grande. Dessa hesitação teria decorrido serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre, em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe de mão pelo então major Manoel Marques de Souza, seguido da prisão do governo revolucionário chefiado pelo mineiro Marciano Ribeiro, parente do Regente Feijó, e que foi enviado para o Rio. Isto provocou a desistência de João Manoel de investir Rio Grande e pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na ilha do Fanfa. Este fato ocorreu quando retirava-se de Porto Alegre, numa frustrada tentativa de reconquistar aquela capital ou mantê-la sob sítio terrestre. O bloqueio farrapo, em Itapoã, da navegação imperial, foi neutralizado em 28 de agosto de 1836.

Neste quadro extremamente adverso, o coronel Antônio de Souza Netto, com sua Brigada Liberal, bateu em Seival, em 10 de setembro de 1836, força legal de Silva Tavares, proclamada no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-Grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguarão e a seguir pela de Piratini.

Pressionado por Bento Manuel, os chefes revolucionários, João Manoel e Antônio Netto reuniram suas forças em Piratini sob a proteção da Serra dos Tapes, escolhida capital da República Rio-Grandense para a instalarem e estruturarem seu Exército.

Em 4 de dezembro de 1836, sob pressão imperial, a República RioGrandense e o seu Exército foram obrigados pelo coronel Bento Manoel Ribeiro a se internarem no Uruguai. Deixaram o Rio Grande sob controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi escolhido o Presidente da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército, quando se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Assumiu a liderança militar farrapa o coronel Antônio de Sousa Netto, em substituição ao primeiro general da República João Manoel de Lima e Silva que internou-se no Uruguai para tratar de ferimento no rosto, recebido no combate de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836, em Pelotas. Já se assinalava, nesta altura, reação à sua liderança militar, por suas condições de saúde precárias.

3ª Fase — Retorno da República do Uruguai para viver sua fase áurea (28 de março de 1837- 18julho de 1839 — cerca de 27 meses)

Desinteligências entre o Presidente da Província brigadeiro Antero Ferreira Brito⁸ e o seu comandante-das-Armas, o coronel Bento Manoel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da revolução.

O Presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir seu Comandante-das-Armas. Mas este antecipou-se e prendeu o Presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete. Assim Bento Manoel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória, como fiel da balança e novo ponto de inflexão da guerra em favor da revolução. O brigadeiro Antero Ferreira Brito que havia sido Ministro da Guerra 1832-35 ficou preso nove meses pela República, e inclusive sob custódia de orientais, no Uruguai.

Os republicanos então retornaram ao Rio Grande. Restabeleceram a capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio em 13 de maio de 1837, a capital de Porto Alegre. Sítio que se prolongaria por três anos. Conquistaram Triunfo, em 15 de agosto, onde pereceu heroicamente o cel imperial Gabriel Gomes Lisboa. Três dias depois, em São Borja, teve lugar a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do general republicano João Manoel Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio do futuro Duque de Caxias e irmão do coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, casado com uma sobrinha e irmão de Caxias e que era então Ministro da Guerra de Feijó, o qual renunciou logo após em 19 de setembro de 1837.

Os republicanos ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre objetivavam estrategicamente, segundo interpreto:

- 1 — Fixar importantes efetivos na capital.
- 2 — Impedir apoio mútuo terrestre, Rio Grande—Porto Alegre.
- 3 — Impedir envio reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre, pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina.
- 4 — Impedir expansão de pontos fortes terrestres, com apoio naval, ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando, assim, a livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande e, em particular, de Porto Alegre com a Campanha e Missões.
- 5 — Melhor realizar a espionagem dentro dos muros dasitida Porto Alegre, através de agentes republicanos infiltrados.
- 6 — Assegurar, ali, a articulação da Campanha com a região serrana (Cima da Serra) e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto sentido

estratégico do sítio republicano de Porto Alegre, que por cerca de três anos e esforço militar imperial concentrou-se em levantá-lo.

Desempenhou então destacado papel para defender e apoiar logisticamente Porto Alegre sitiada, o seu filho — o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, no comando do célebre Esquadrão da Barra e depois 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.⁹

Ação que exerceu a partir de outubro de 1837, através do Forte da Picada ou de Chico Pedro, que estabeleceu como sua base de operações em ilha, na foz do rio Jacuí com a Guaíba, ligado à margem oposta ao porto de Porto Alegre, por uma picada, exploramos este aspecto em *Porto Alegre memória dos sítios farrapos...*

A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da Lagoa dos Patos até o rio Camaquã e, ao longo do rio Jacuí até o Rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes-de-mão sobre os republicanos, inquietando-os, aprisionando-os e trazendo gado para alimentar as tropas, a população e os hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a capacidade de resistir da capital. Atuou como uma espécie, hoje, de tropa de fuzileiros navais, transportados inclusive pela barca a vapor a *Liberal*, barco a vapor pioneiro no Brasil, em operações militares e construído em Pelotas, em 1832, a inspiração inclusive de Domingos José de Almeida — “o mineiro que foi o célebre e maior estadista da República Rio-Grandense”, conforme o estudamos (*RIHGB*, nº 338, 1983).

Toda essa movimentação revolucionária de dois anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o governo central nas mãos do Partido Liberal. Neste período foram enviados ao sul 1.904 homens. Eles representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a Pacificação. A Dr Helga L.L. Piccolo esclareceu de modo pioneiro os reflexos da Revolução Farroupilha no Parlamento Nacional e vice-versa.¹⁰ Assumindo o governo o Partido Conservador, foi intensificado o combate à revolução, com envio de reforços, até abril de 1839, no total de 5.772 homens, ou cerca de 30% do total enviado até a Pacificação. ¹⁰

Em fevereiro de 1838, o Presidente general Elzeário de Miranda Brito visando a derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre executou a seguinte manobra: Embarcou suas tropas em Porto Alegre e as desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Caí, Sinos e Gravataí tentou cair sobre os sitiados, pela retaguarda.

Estes, ao comando do coronel José Mariano de Mattos, levantaram o sítio e retraiam para Cima da Serra de onde avançaram sobre Lajes, em Santa Catarina. Bento Gonçalves pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo general Elzeário ao longo do Jacuí, até Rio Pardo. Esta foi retomada pelos imperiais em março de 1838. Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo, em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória das que obtiveram sobre o general Elzeário. Logo a seguir restabeleceram o sítio de Porto Alegre, cujo sistema de Defesa, na base de trincheiras, Hélio Moro Mariante abordou em 1985.¹²

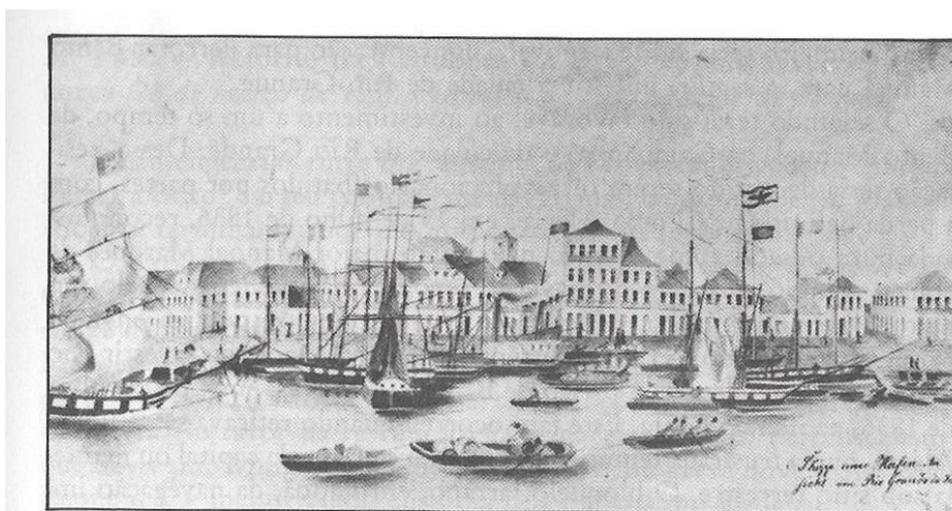
A segunda tentativa de general Elzeário de desbordar os sitiados foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos, em Caí, em 1º de fevereiro de 1839, ao comando do general Bento Manuel Ribeiro.

No campo naval os imperiais neutralizaram baterias republicanas dos fortes do Itapoã e morro da Fortaleza, e na fronteira da ilha do Junco, na estreita entrada à Lagoa dos Patos, no rio Guaíba. Neutralizaram também a interferência de barcos farrapos, na navegação imperial, segundo Moacyr Flores em recente estudo,¹³ ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça), tudo em 1838.

Logo a seguir, em 1839, teve lugar a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina visando a conquista de um porto de mar, em Laguna, para República Rio-Grandense. O capitão José Garibaldi, comandante da Marinha da República, depois de construir os lanchões *Sei-vai* e *Farroupilha* no estaleiro do rio Camaquã, atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio Tramandaf. Fez então longa a épica travessia, com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão *Seivai*, ao comando do norte-americano John Griggs,⁴ em razão de o *Farroupilha* haver sido engolido por uma tempestade em alto-mar. Proclamada a efêmera República Juliana ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra republicana pela Imperial, no combate naval de Laguna, de 15 de novembro de 1839, segundo recente estudo de Andréa Frota, mestre do Colégio Naval.¹⁵

A expedição à Laguna, em julho de 1839, acompanhada do abandono definitivo da causa republicana, para um período de neutralidade, pelo general Bento Manuel Ribeiro, em 18 de julho de 1839, tiveram lugar com o Partido Liberal no poder no Rio, desde abril de 1839.

Assim, com a malograda expedição a Laguna e abandono de causa republicana pelo general Bento Manuel, encerrou-se a fase áurea da República Rio-Grandense, com capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial — *O Povo*. Expedição a Laguna revivida por Luiz Oscar Malezenbacher em excelente e substanciosa reportagem. *O amor de Garibaldi por Anua contado em dois manuscritos* (Zero Hora, Porto Alegre, 20 de setembro de 1985).



Aspecto do Porto de Rio Grande por ocasião da Revolução Farroupilha (Fonte: Aquarela de Wentroth).

4ª Fase — Declínio da República Rio-Grandense (18 de julho de 1839 - dezembro de 1842 — cerca de 3 anos e meio)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com a derrota naval em Laguna, em 15 de novembro de 1839 e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus) em 14 de dezembro de 1839, em que forças retirantes de Santa Catarina, ao comando do canguçuense Cel Teixeira Nunes, bateram e dispersaram a Divisão Paulista, ou Divisão da Serra, que invadira o Rio Grande, a partir de Lajes, em Santa Catarina.¹⁶

O ano de 1840 foi inicialmente de equilíbrio. Assumiu o comando-das-Armas da Província o general Manoel Jorge Rodrigues.¹⁷ Ele decidiu logo por atacar os republicanos que sitiavam Porto Alegre.

Planejou desbordar o sítio como o tentara duas vezes, sem êxito, o general Elzeário. Só que agora com mais forças e depois de operar junção, na margem direita do rio Caí, com coluna ao mando do brigadeiro oriental Izaias Bonifácio Calderon, após partir do canal São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a capital da República, fato recém-estudado por Cassol e Abrão. Como resultado dessa manobra teve lugar, em 3 de maio de 1840, a indecisa batalha de Taquari e, no campo estratégico — a consolidação do sítio republicano de Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por esta época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram então lugar as primeiras gestões visando a pacificação. Circunstância coincidente com a Maioridade de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, no Rio, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, imortalizado recentemente em expressivo óleo de Guido Mondim. Combate sangrento assinalado por nobres gestos dos comandantes rivais — Bento Gonçalves e o coronel Antônio Soares de Paiva, defensor da cidade do Rio Grande.

A falta de Infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a presidência em São Gabriel.

Assumiu a Presidência do Rio Grande o general Soares Andréa — o futuro Barão de Caçapava, que foi estudado por José Andréa.⁸ Concentrou seu esforço em obrigar os republicanos a levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréa, com o concurso de forças navais e terrestres, em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam.

Lançou contra eles, a partir de Santa Catarina, uma Divisão ao comando do general Pedro Labatut, veterano de Napoleão e da Guerra da Independência na Bahia, reedição da malograda Divisão Paulista ou Divisão da Serra. Assim Porto Alegre serviria de bigorna e a Divisão Labatut de martelo. Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e a Campanha, Andréa deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiados de Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da ilha do Fanfa. Para fugir à armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também atingir a Campanha, por um amplo movimento desbordante, que foi o mais épico feito terrestre farrapo a espera de um Taunay, segundo Coelho de Souza em *Projeto Pró-Memória Farroupilha*.¹⁹

Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari. Mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre que foi levantado sem esforço.

Andréa, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiados. Ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre. A partir dessa vitória, as forças da terra imperiais, com apoio naval, foram se espraiando e se fixando em pontos fortes e ao longo das barrancas norte do rio Jacuí e afluentes e confinando os republicanos na Campanha RioGrandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta), tendo como capitais São Gabriel e depois Alegrete. Nas Missões, com pontos fortes em São Borja e Cruz Alta. A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

O general João Paulo dos Santos Barreto, agora o comandante imperial, concentrou seu exército, forte 5.000 homens, na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e procurar travar uma batalha campal com os republicanos. E, assim, procedeu uma longa marcha pela Campanha, de 4 de março-13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas. Chegou ao final, na estância do Carmo, margem direita de Ibicuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé, a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções. Enquanto acreditava estarem os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas típica da área chamada então, repito — guerra de recursos.

Aproveitando o insucesso desse *raid*, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte. O governo Central, deste março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu o general João Paulo,²⁰ pelo marechal Tomas Joaquim Pereira Valente e Conde do Rio Pardo, ex-Ministro da Guerra.

Este, durante o longo período de 14 meses, não alterou o quadro estratégico. O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a preparar-se logisticamente, ou seja refazer-se dos desgastes sofridos pelo general João Paulo. Fardou o Exército, colocou em dia os vencimentos com atraso de 7 meses, recebeu esforços de 5.450 homens, ou metade do efetivo total dos 11.000 enviados ao Sul, desde 1835. Esta foi a sua grande contribuição, mais no campo da Logística do que da Estratégia conforme impunha a situação, o que não foi inépcia.²¹

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou, pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavrar. Discórdia que se evidenciou, mais tarde, na instalação da Assembléia Constituinte, em Alegrete, em 1^o de dezembro de 1842, ocorrida cerca de 20 dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre, a Presidência da Província, cumulativamente com o Comando-das-Armas.

5ª Fase — A Pacificação do Rio Grande (9 de novembro de 1842 - 1.0 de março de 1845 — cerca de 28 meses)

Ao assumir a Presidência e o Comando.das-Armas, em 9 de novembro de 1842, Caxias precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico:

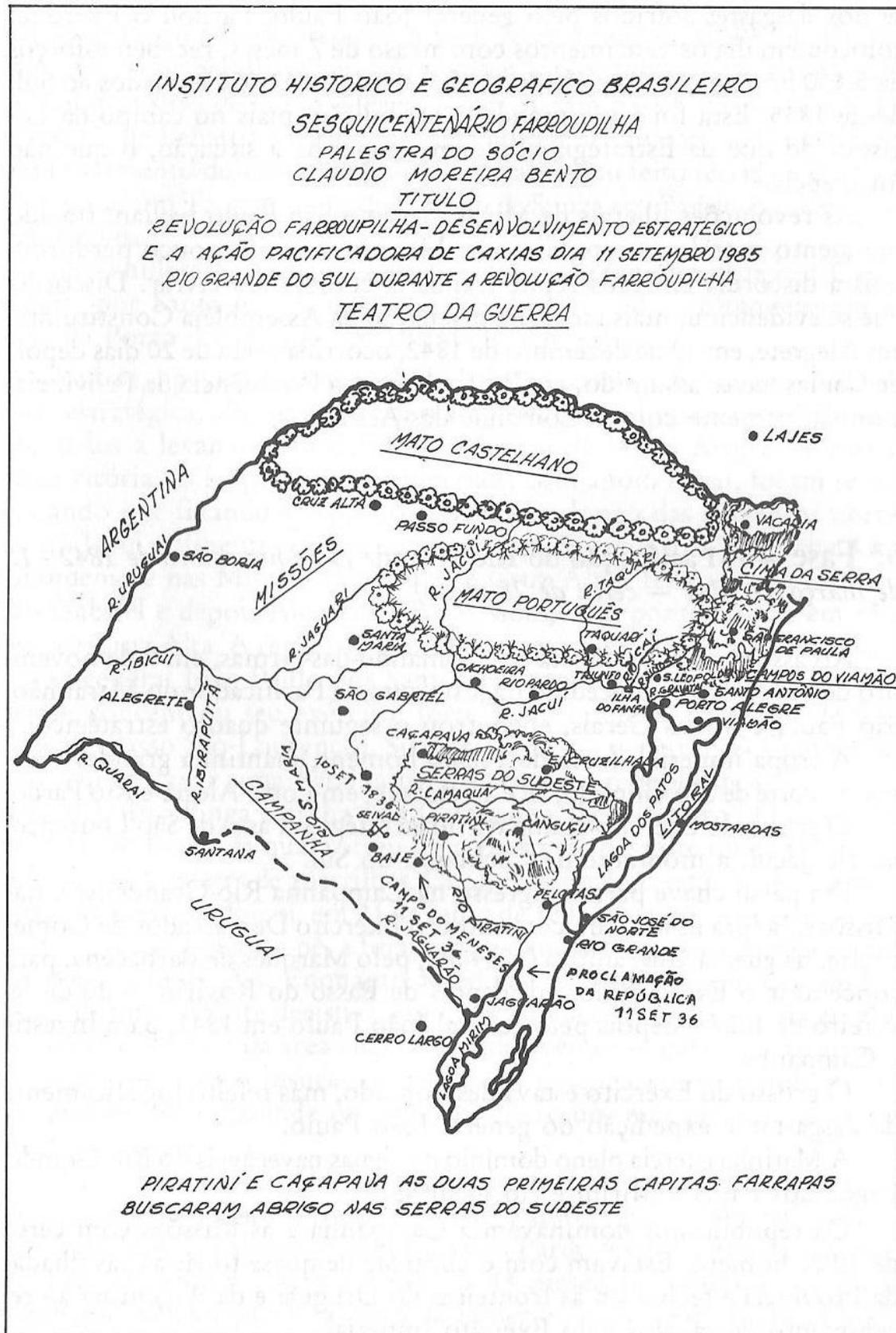
A tropa imperial, forte de 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte de São Gonçalo, face a Pelotas e, em Porto Alegre e Rio Pardo. O grosso do Exército acampava no estratégico Passo de São Lourenço, no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul.

Era passo chave para o ingresso na Campanha Rio-Grandense e nas Missões. Já fora usado para concentrar o Exército Demarcador de Gomes Freire, na guerra Guaranítica (1754-56), pelo Marquês de Barbacena, para concentrar o Exército do Sul, depois de Passo do Rosário — 20 de fevereiro de 1827 e depois pelo general João Paulo em 1841, para investir a Campanha.

O grosso do Exército estava desmontado, mas refeito logisticamente da desgastante expedição do general João Paulo.

A Marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: Lagoa dos Patos e Mirim e rio Jacuí, etc.

Os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3.500 homens. Estavam com o controle de quase todas as cavalhadas da Província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pelo Exército Imperial.



Nas Missões, com base em São Borja, atuava o coronel Joaquim Teixeira Nunes e, com base em Cruz Alta, o tenente-coronel Gomes Portinho que acabamos de estudar.²² Em Cima da Serra atuavam contingentes republicanos esparsos.

Caxias iniciou a campanha transportando, por terra, 7.000 cavalos de Rincão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro face ao Passo São Lourenço. Atravessou o São Gonçalo no passo da Barra. Depois de costear a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí, por cerca de 80 léguas, atingiu o Passo São Lourenço. Caxias desenvolveu esforços nos seguintes pontos, o que conseguiu plenamente, em que pese desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro de desgastar e evitar o combate (Guerra de Recursos):

- 1 — Conquistar superioridade em cavalhadas, relativamente aos republicanos e com isto superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar;
- 2 — Ocupar as povoações da Campanha e Missões com Infantaria e Polícia e fortificá-los, se necessário, com trincheiras, caso de Canguçu, ou com fortes — caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz);
- 3 — Melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases terrestres e navais);
- 4 — Abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí e, em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina;
- 5 — Fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos;
- 6 — Fazer transportar sua Infantaria a cavalo e abrir mão da Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão;
- 7 — Com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas fechar as fronteiras em Santana e nos rios Quara e Uruguai, às imigrações dos republicanos;
- 8 — Estimular, no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina, a reação e a cooperação econômica e militar de imperiais, ou dissidentes dos republicanos, imigrados naqueles países, ou, os neutralizados pelos republicanos no Rio Grande;
- 9 — Desenvolver em Passo do Rosário, Rincão Del Rey, em Rio Pardo, e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invernadas de cavalos para manter a mobilidade de seu Exército superior à dos republicanos;
- 10 — Não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando dela recursos, como havia feito o general João Paulo (mandou inclusive Chico Pedro recuperar a igreja de Canguçu que estava quase em ruínas);
- 11 — Proteger a invernada de Rincão dos Touros (Torotama), inclusive com auxílio da Marinha, no corte do São Gonçalo e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini) donde podiam partir ataques;
- 12 — Oferecer o perdão e anistia aos que depusessem armas (Dec. 18 de dezembro de 1844);
- 13 — Tratar da paz em condições honrosas, negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração aos negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império;
- 14 — Forçar o grosso dos republicanos para a Serra dos Tapes e baixada na faixa entre os rios Jaguarão e Camaquã e Lagoas Mirim e dos Patos, último reduto farrapo;
- 15 — Conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de oficiais rio-grandenses especializados naquele modo de luta típica das coxilhas que se estava travando. Assim recorreu ao brigadeiro Bento Manoel e ao tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, ou Chico Pedro, conhecedores da terra e gente rio-grandense;
- 16 — Lançar no centro do “reduto mais farrapo”, a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu) com base de operações em Canguçu, atual, nó orográfico desta serra, a Ala Direita do seu Exército, ao comando do citado tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre

Moringue, o mais competente guerrilheiro imperial e a partir de agosto de 1843, conforme estudamos em *Canguçu, reencontro com a História* (Porto Alegre, IEL, 1984);

17 — Lançar no momento decisivo suas reservas em cavalos, de Rincão dos Touros, para fechar a fronteira do Jaguarão à Revolução, ao único apoio externo que recebiam através do general Rivera;

18 — Conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalcadas republicanas e de seus soldados, por negar-lhes apoio nas povoações, quebrando uma tradição na área, de interromper a guerra no inverno;

19 — Desenvolver esforços para arruinar cavalcadas republicanas. Isto por obrigá-los a intensa movimentação, ao combater no inverno; por fechar-lhes as fronteiras a importações de cavalos; por localizar e tomar suas invernadas e proteger as invernadas imperiais de Passo do Rosário, Rincão del Rey e Rincão dos Touros de incursões como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma malograda sobre Rincão dos Touros;

20 — Procurar apressar a paz para prevenir interferência de Rosas e da Inglaterra, que esboçou desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura, em seu *Diário*. Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, dois combates de Canguçu e o combate do Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana. Em 1º de março de 1845, em Ponche Verde foi selada a Paz da Revolução Farroupilha. Foi reencontro da Família Brasileira envolvida em lutas fratricidas desde a Abdicação de D. Pedro 1, em 7 de abril de 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na Presidência da Província do Rio Grande. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se desde então afetivamente aos rio-grandenses republicanos que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70).

A Revolução Farroupilha, se foi mal para a Unidade Nacional, pelas cerca de 3.000 vidas que imolou, resultou num benefício para a preservação da Soberania e Integridade Nacional, por haver se constituído num laboratório de táticas e de formação de chefes de Cavalaria para as guerras externas de 1851-52 e 1864-70, onde imperiais e republicanos “marcharam irmanados lado a lado, ombro a ombro”, em defesa da Soberania e da Integridade do Brasil.

Mais da metade do Exército Imperial esteve ao final da Revolução Farroupilha ao comando de Caxias.

Na ação de Caxias observa-se a ênfase que emprestou os princípios de guerra da Manobra, da Ofensiva, da Segurança e da Unidade de Comando.

Com isto pôde enfrentar a estratégia do fraco contra o forte, ou a guerra de guerrilhas nas coxilhas do Rio Grande, baseada nos princípios de guerra da Manobra, da Segurança, da Economia de Meios e fundamentalmente da Surpresa.

Conclusões

Quando tiveram início as negociações de paz que culminaram com a Paz de Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Widersphan, os farrapos reconheciam a precariedade de sua situação, confinados a uma área da Província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado como base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do governo e administração civil, vagando sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias. D. Pedro II decidiu ainda a terminar a guerra nas condições propostas pelos farroupilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disto encarregou Caxias que desde então declarou

“estar disposto a carregar com qualquer responsabilidade, que possa sobrevir, uma vez que tenho consciencia de que obro no bem da Província e do Brasil”.

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o pelotense Ten Cel Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por David Canabarro para deliberarem sobre a Paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizo de carta a Canabarro, de 22 de fevereiro de 1845, da Estância do Velho Netto.

“Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a Guerra se escasseiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer idéia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual. Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a *história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar*” (o grifo é do autor).

E, em carta de 6 de março de 1845, a Dionísio Amaro da Silva, cinco dias depois da Paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a—Caxias ao escrever:

“Sabes melhor que ninguém que aceitei a negociação da Paz ao ponto de ir convosco ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para aquele efeito ali havia ido. Sabes que o mesmo Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz verdadeiramente digna de ambas as partes... *Por fim temos uma paz que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer.n os publicamente a Paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, nos fez o Barão o que já não podíamos esperar, salvando, assim, em grande parte, nossa dignidade.*” Finalizando a carta escreveu

“Sigo para a minha pequena fazenda, unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do país.”

Bento Gonçalves em realidade foi que fez as primeiras sondagens de Paz com Caxias e das quais resultou o esboço que se concretizou.

Caxias então mandou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz solicitadas pelos farrapos, que desde que não fosse a separação da Província, podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades, segundo ainda Wiedersphan.

Assinada a Paz, Caxias teve dificuldades, por pressão dos escravocratas, de cumprir a “cláusula IV — São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram ‘a República Rio-Grandense”.

Os escravocratas a julgavam uma afronta ao direito de propriedade.

Chegaram a exigir o cumprimento do artigo 5^o das Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, enviadas a Caxias:

“5^o — Os escravos que fizerem parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino.”

Canabarro ia cedendo, no que foi desestimulado por Vicente da Fontoura. Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres Lanceiros negros farrapos do 1^o Corpo de Lanceiros e outra de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a

Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, inicialmente como escravos estatizados. Lanceiros negros farrapos sobre os quais escrevemos em *o Negro na Sociedade do RGS* (Porto Alegre, IEL, 1975).

Mas o Barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida, antes de embarcarem para a Fazenda de Santa Cruz no Rio, com a condição de não retornarem ao Rio Grande, como era imposto.

Aplicou, então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838 que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais, segundo Wiedersphan em seus estudos, sobre a Pacificação.²³

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava em manter escravos fora do Rio Grande, os negros que lutaram pela República e o libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República para enviá-los, nesta condição, para a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Penso, até prova em contrário, que eles ficaram no Rio Grande incorporados ao Exército. Mais adiante em local próprio voltaremos ao assunto.

Guerra de Guerrilhas Farrapa

A guerra de guerrilhas desenvolvida pelos republicanos na Campanha, antigo território de Vacaria do Mar e depois território das 11 estâncias jesuíticas, possui suas raízes na guerra Guaraniítica (1754-56). Então, sob a liderança do índio Sepé Tiarajú e depois de sua morte por seus substitutos, foi levada a efeito uma guerra de desgaste contra os exércitos da Espanha e Portugal, a partir de Bagé e até os Sete Povos.

Na invasão de Vertiz y Salcedo pela Campanha, em 1774, o mesmo tipo de guerra foi levado a efeito por Rafael Pinto Bandeira e seus guerrilheiros contra o invasor, o que temos abordado em diversos trabalhos sobre a Guerra de Restauração do Rio Grande (1774-77) e inclusive no citado *Canguçu, reencontro com a Hisu1ria*.

Este tipo de guerra possuía ações preventivas, consistentes em remover dos possíveis caminhos de invasões do Rio Grande o gado vacum, muar e cavalar nele existentes, para afetar a alimentação e transportes do invasor. Ou, procurava como objetivo militar, arrebatá-las suas cavalhadas e vacuns o que equivalia afetar sua mobilidade e capacidade de alimentação.

Esta guerra de desgaste aperfeiçoou-se nas guerras ocorridas no Rio Grande até a Revolução Farroupilha e prolongou-se pelo menos até a Coluna Prestes, composta significativamente de gaúchos revolucionários de 1923, hábeis na guerra de desgastes e sua decorrência, a guerra de movimento, sem a busca de encontro decisivo, ou fuga de um encontro, para durar o máximo na ação e assim atingir objetivos políticos.

Republicanismismo Federativo ou Separatismo dos Farrapos

Já faz quase século e meio se discute o caráter da Revolução Farroupilha. Para muitos foi separatista. Para outros ela foi republicano-federativa. Entre estes, registro dentre muitos Fernando Luiz Osório e seu filho de mesmo nome, respectivamente, filho e neto do Marechal Manoel Luiz Osório, além de biógrafos desse grande cidadão e soldado brasileiro.

O general Souza Docca defendeu ardorosamente esta tese como agora o faz seu sobrinho Calvet Fagundes. Este procura provar que o caráter de República e Federação da Revolução havia sido estratégia definida antes da Revolução, pelo seu estrategista político o Dr. Marciano Ribeiro, médico mineiro que presidiu o primeiro governo revolucionário farrapo.

Inclino-me para esta tese e chamo em meu favor o Manifesto de Bento Gonçalves emitido de Piratini, em 1838, e um ano depois a Proclamação aos catarinenses, do Cel Joaquim Teixeira Nunes convidando-os a se federarem ao Rio Grande.

Para o filho do general Osório a idéia de separatismo da Revolução Farroupilha, ainda predominante ao seu tempo, era fruto do ambiente conjuntural fora do Rio Grande ao tempo da revolução, visando a confundir a opinião pública, através da propaganda imperial, o que é normal num fato dessa natureza. “Tempo de guerra mentira é como terra!”

Conceito conjuntural que chegou até ele, e até nossos dias, “*sem a crítica devida ou curiosidade intelectual de examinar o tema com isenção*”, segundo o citado filho do general Osório.

Enfim, é ainda assunto até hoje polêmico entre rio-grandenses e não rio-grandenses que a meu ver confundem separação que ocorreu de fato e circunstancial com separatismo, idéia de separação definitiva do Rio Grande do Império, de modo isolado, que não foi idéia dominante e sim minoritária.

Assim sendo, recorreremos aos depoimentos feitos por duas grandes personalidades não rio-grandenses.

O primeiro do general Augusto de Tasso Fragoso, maranhense que é considerado o pai da História Crítica do Exército ao escrever a *Re. volução Farroupilha* (Rio, Bibliex, 1938) até agora o mais importante estudo crítico-militar da Revolução. No citado trabalho, embora apóstolo da Unidade e da Integridade Territorial ele escreveu:

“Muitos farrapos caíram heroicamente na luta, sem que possamos saber-lhes os nomes e glorifica-los como merecem.

Eles foram propagadores de grandes idéias, notadamente da organização republicana e da emancipação dos escravos.”

O grande poeta Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar do Brasil, em sua memorável campanha específica, depois de auscultar a alma nacional de norte a sul escreveu em 1916:

“Os farrapos, esses primeiros criadores de nossa liberdade política não olhavam para si. Olhavam para a estepe infinita que os cercava e para o infinito céu que os cobria. E nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer ao ar livre o seu grande ideal de justiça e fraternidade” que se traduzia por República e Federação. República com separação temporária seguida de progressiva federação, sem idéia separatista.

Concluindo: Na Revolução houve separação temporária até acordo honroso, mas não separatismo ou idéia de separação definitiva do Brasil. Ou separação temporária sim, que não é sinônimo de separatismo.²⁴

Décio Freitas ²⁵ em estudo recente viu a Revolução Farroupilha como mais uma rebelião federalista, como outras tantas que ocorreram no que denominou Ciclo Federalista 1824-48 contra o Estado Nacional organizado depois da Independência e cujo

poder se concentrou e foi exercido pelo Sudeste. Ciclo Federalista iniciado e encerrado no Nordeste com a Confederação do Equador (1824) e Revolução Praieira (1848). Estado Nacional cuja ideologia, segundo Elga Piccolo,²⁶ serviu para encobrir interesses de grupos do Sudeste. Interesses que marginalizaram os portugueses e o Exército, fruto de sentimentos antilusitanos e antimilitaristas. Marginalização injusta do Exército, depois deste concorrer decisivamente para a Independência e Abdicação ao ser, segundo Joaquim Nabuco, “condenado e licenciado pelo Partido Liberal que ele havia posto no poder” e que veio a criar, em 18 de agosto de 1831, para controlá-lo, a Guarda Nacional destinada a defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e a Integridade do Império..., e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas.

Na Revolução de 20 de setembro, no combate aos interesses de oligarquia do Sudeste, “encobertos pela ideologia do Estado Nacional” uniram-se a Guarda Nacional sob a liderança de seu comandante Superior, Bento Gonçalves da Silva e a Guarnição do Exército no Rio Grande do Sul sob a liderança dos majores João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos, os únicos oficiais egressos da Academia Real Militar do Largo de São Francisco e que viriam a ser os organizadores do Exército da República Rio-Grandense e respectivamente Comandante-em-Chefe e primeiro general da República e José Mariano — o primeiro Ministro da Guerra e Presidente da República interino.

Guarnição do Exército composta de cerca de 500 homens, a maior do Império e articulada em Jaguarão, Bagé, São Gabriel (Cavalaria) em São Borja (Infantaria), em Rio Pardo (Artilharia). Registra-se que eram coronéis de Estado-Maior do Exército, Bento Gonçalves da Silva e Bento Manuel Ribeiro.

O federalismo farroupilha foi uma das idéias bem abordadas por Barbosa Lessa na voz de Domingos José de Almeida, no programa da TV Bandeirantes — Guerra dos Farrapos, em 2 de dezembro de 1985, bem como a ação Pacificadora de Caxias, mais ligada aos interesses do Império do que aos interesses de elites do Sudeste, encobertos pela ideologia do Estado Nacional.²⁷

A Revolução Farroupilha a partir do fim da Guerra do Paraguai, depois da Convenção Republicana de Itu, tornou-se poderoso instrumento da propaganda republicana e na capital paulista. Isto a partir da fundação em 20 de setembro de 1881 do Clube 20 de Setembro, integrado por estudantes gaúchos freqüentando faculdades em São Paulo e em especial a de Direito do Largo de São Francisco. Clube que dentre outras finalidades objetivava “reconstituir em sólidas bases a história gloriosa da Província (Rio Grande)... que parecia destinada a permanecer envolta na poeira dos tempos”. Assim em 20 de setembro de 1882, 47º aniversário, dois jovens gaúchos, que se formariam naquele ano em Direito, lançam duas obras complementares sobre a Revolução Farroupilha: A primeira *História Popular do Rio Grande do Sul*, de autoria do bageense Alcides Mendonça Lima, que viria a morrer no ms e ano do centenário farroupilha e que se constituiu numa forma de introdução e a segunda *História da República Rio-Grandense*, de autoria do gabrielense Joaquim Francisco de Assis Brasil, obras que mereceram estudo específico, de Guilhermino César.²⁸

Em 1883, 48º Aniversário da Revolução Farroupilha e 2º do Clube 20 de Setembro, este publicou obra coletiva de exaltação à revolução onde em certa altura dirige-se aos sobreviventes da epopéia farrapa “aos velhos encanecidos, cujos gemidos e hosiânas ecoaram em nossos corações e cujas aspirações patrióticas revivem, rejuvenescem, alentam-se em nossos cérebros, comprovando que não foi em vão o sangue derramado pelos farrapos, pois dele há de brotar um dia a República²⁹ que de fato ocorreu seis anos mais tarde, com o Marechal Deodoro da Fonseca.

Tão vigorosa foi esta campanha, conforme se concluiu de estudo recente de Celi Regina J. Pinto, que ao ser proclamada a República o Rio Grande do Sul adotou todos os símbolos da República Rio-Grandense na Constituinte de 1891.

Foi no federalismo farrapo que Gaspar Silveira Martins foi buscar inspiração para a ideologia que informou o Partido Federalista que fundou e que sob a liderança militar de Gumersindo Saraiva, em combinação com a Armada revoltada e, a partir de Brusque — SC, em 1894, fizeram a tentativa, contida na Lapa, em Santa Catarina por Gomes Carneiro de derrubar o Presidente Floriano Peixoto — o consolidador da República.

Revolução esta que foi a negação das virtudes sociológicas do gaúcho farrapo de Firmeza e Doçura que eles fizeram representar nos ângulos agudos do losango do Brasão da Bandeira da República Rio-Grandense, por dois amores-perfeitos, conforme demonstramos em estudo sobre os Símbolos do Rio-Grandense do Sul.³⁰

Firmeza traduzida no combate por coragem, energia, garra e determinação. Docuça traduzida findo o combate, por respeito, como religião, à vida, à honra, à família, à dignidade e à propriedade do vencido inerme. Virtudes estas praticadas pelos gaúchos brasileiros históricos no campo de honra e que podem ser aplicadas pelo gaúcho romântico ou pelo gaúcho tradicionalista em todas as atividades que fazem o seu dia-a-dia.

Enfim, a tradição de Firmeza e Doçura seria a maior contribuição dos farrapos. Lamentavelmente observa-se que os amores-perfeitos há muito foram removidos do pavilhão do Rio Grande do Sul que atualmente não guarda fidelidade ao sonho manifesto pelos republicanos históricos na Constituição de 1891 nesta parte:

“IV — São insígnias oficiais do Estado, as do Pavilhão Tricolor criadas pelos revolucionários rio-grandenses de 1835.”

Este espírito foi mantido pelo legislador na Constituição de 1947, embora impropriamente tenha referido à República do Piratini e não em realidade — República Rio-Grandense.

Lamentavelmente, a lei 5.213 de 5 de janeiro de 1966 não respeitou a tradição dos constituintes de 1891 e legisladores de 1947, aprovando bandeira que difere da Bandeira da República Rio-Grandense e particularmente no tocante ao Escudo da Bandeira³¹ bastante descaracterizado.

Talvez seja hora de restabelecer a tradição pelo legislador. Nesta Revolução agigantou-se, em termos de Brasil, como a sua maior figura, o Marechal-de-Campo graduado Luiz Alves de Lima e Silva e Barão de Caxias³² como comandante-das-Armas e Presidente da Província do Rio Grande, por ter, segundo Mem de Sá, “posto fim à gloriosa epopéia farrapa mais a golpes de estadista do que de espadas e canhões”. Podendo vencer preferiu pacificar³³ e com apoio no Decreto de Anistia aos Farrapos de 18 de dezembro de 1844 de D. Pedro II que é reproduzido na nota.³⁴

Notas à Primeira Parte

1. Este assunto foi objeto de conferências do autor em 1985 no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil em 20 de agosto de 1985; no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 11 de setembro de 1985; no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande

do Sul em 19 de setembro; no Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas em 20 de setembro. No Colégio N. S. Aparecida em Canguçu em 23 de setembro pela Delegacia local da Academia Brasileira de História. Foi publicado em 20 de setembro na Edição Especial de *O Diário Popular* de Pelotas (ver *Letras em Marcha*, outubro de 1985, pág. 51 e Bl, nº184 de 26 de setembro de 1985. do Arquivo do Exército).

2. PESAVENTO, Sandra Jatahy *in: A Revolução Farroupilha História e Interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, págs. 5-29. Interpretou a revolução “uma rebelião dos senhores da terra e gado do Rio Grande do Sul contra a dominação que a oligarquia do centro do país, empresária da Independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira”. Oligarquia que taxava o sal de Cadiz essencial ao fabrico do charque e não protegia este mesmo charque ao importá-lo dos platinos inimigos de ontem, além de taxarem com impostos pesados a légua de campo. Oligarquia do Sudeste que exercia a opressão através de presidentes que enviava para o Rio Grande. Penso que a tese da professora Sandra, Mestre de História pela PUCRS e Professora de História do Brasil e do Rio Grande da UFRS seja uma das maiores contribuições aos estudos da Revolução Farroupilha. Da magnífica tese discordamos da conclusão de que com a independência da Cisplatina “que classificou de desastre militar” teria ele abalado o prestígio dos gaúchos nas armas. “Pelo contrário na discutível guerra, mas não desastre, verificou-se uma discriminação do que a professora classificou de oligarquia central contra o Sul, ao confiar a direção da guerra a generais fora do Rio Grande (Massena Rosado, português; Barbacena, mineiro e Lecor, português, etc.) ver na bibliografia trabalho do autor sobre a Baralha do Passo do Rosário e suas repercussões. (DN, 672, 1577).

3. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 511 ed. 1978, pág. 112. Este autor traduz nesta obra o ânimo dos rio-grandenses em função das discriminações da “oligarquia do Sudeste contra o Sul” caracterizados pela historiadora citada na nota anterior.

4. *Sio Gabriel desde o Princípio*. 2 ed. 1985, págs. 146-149. É um episódio que merece um estudo mais detalhado por sua projeção histórica. Nele o autor aborda a Revolução Farroupilha em São Gabriel. Este ano publicou plaquete *Sio Gabriel na Revolução farroupilha* e coordenou no *O Jornal* de 20 de setembro de 1985 de São Gabriel, Caderno Especial onde publicou: “Chefes farrapos morreram em São Gabriel”; refletindo sobre o 20 de Setembro” e “Combate de Gigantes”. Jornal que publicou da nossa autoria “O general José Antonio da Silveira” no qual integramos várias fontes e depoimentos de familiares. Osório Santana Figueiredo atuou como pôde como assessor histórico de *A Guerra dos Farrapos* levado pela TV Bandeirantes, corrigindo em tempo algumas abordagens conforme carta em nosso poder.

5. Ver do autor— Significação Histórica do Duque de Caxias. *Revista do Clube Militar*, maio/jun. 1980, pgs. 4-19, que apresenta estudos biográficos do grande brasileiro em ordem cronológica e o seu julgamento no Tribunal da História e transitado em julgado e Nota 32.

Ângelo Pires Moreira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, em original pesquisa no *Diário Popular*. Pelotas, 20 de setembro de 1985, demonstra que Caxias como Presidente recolocou Pelotas na senda do progresso depois de um sonho letárgico de 10 anos. O historiador Riopardense Macedo em a “Ocupação do solo gaúcho até a Revolução”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1985 (Caderno Especial) faz interessante e original abordagem da evolução da economia e administração gaúcha até a revolução. Detém-se a enumerar a ação administrativa de Caxias como Presidente, fato até agora pouco realçado. Para soerguer o Rio Grande devastado pela guerra tomou várias medidas entre as quais o historiador Riopardense destacou: Gratificação dos funcionários públicos mal pagos; contratação de padres para batizar e rezar missas em geral, sendo que o padre Antônio Almeida Leite Penteado para assistir os índios vagos, dispondo para tal de um altar móvel. Talvez neste altar Caxias tenha se inspirado para

mandar fazer um para si e que usou na Guerra do Paraguai e hoje se encontra no Convento de Santo Antônio no Rio, cuja foto publico na revista citada. Promoveu de auxílio financeiro várias comunidades para a construção de igrejas, preocupado que estava com a desassistência religiosa dos gaóchos. Dinamizou o ensino primário e lançou a pedra fundamental do Liceu D. Afonso, o qual socorreu com duas lorenas que fez correr. Para socorrer as famílias de imperiais colhidas pela miséria na guerra, fez correr seis loterias. No setor de Saúde Pública mandou erguer imponente fachada da Santa Casa e nela estabeleceu uma Enfermaria Militar para ajudá-la economicamente. No setor de abastecimento orientou a Colônia de São Leopoldo para abastecer Porto Alegre, destinou recursos para a construção de mercados em Porto Alegre e Rio Grande. Mandou construir sobre o Guaíba dois trapiches para o abastecimento de água de Porto Alegre e dotou sua Câmara de recursos para desapropriar terrenos necessários ao alargamento de ruas e calçamento das mesmas. Balizou o canal de navegação de Lagoa dos Patos e mandou limpar, para melhor navegação, os rios dos Sinos e Vacacaí e sugeriu a ligação das baxias do Ibicuí e Jacuí através de banhados nas cabeceiras de ambos. Ordenou ao 20 Batalhão de Caçadores e abertura de picadas ao longo dos matos Português e Castelhana para afugentar os bugres que durante a revolução fizeram sua guerra particular e cometeram muitas tropelias. Foi uma valiosa contribuição de Riopardense de Macedo ao Sesquicentenário ao lado do não menos valioso de Angelo Pires Moreira e ambas originais.

6. Ver TAVARES, João da Silva, cel. *Bano e Visconde de Serro Alegre — Duas vezes Grande do Império — Feitos e Serviços*. Rio, S. Ge. Ex., 1970 (Dados coligidos por Dr. Alvaro Tavares de Souza) e MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval*. Caxias do Sul, UCS, págs. 98-104. O coronel Crescêncio a que se refere e que estudo no *Dia'nio Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985, era capitão. Se destacaram na defesa do Império, em Herval, os Tavares, os Nunes, os Medeiros e os Amaro da Silveira. Penso seja falsa a ironia farrapa de chamar Silva Tavares de “Arsenal dos Farrapos”, por armarem-se ao custo de derrotá-lo. Possui trabalho sobre Silva Tavares o historiador Tarcísio Taborda, autor de interessante trabalho sobre a Revolução em Bagé em 1885 e por nós aproveitadô no *Ditírio Popular*, Pelotas 20 de setembro de 1985 (Revolução em Bagé).

7. REICHARDT, H. Canabarro. *Vida 4. David Canabarro*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1932. Ver bibliografia, estudo de Wiedersphan sobre João Manoel. A divergência assinalada por Reichardt tem fundamento estratégico. Seguramente Napoleão teria obrado conforme proposição que ele atribui a Bento Gonçalves. Em realidade, João Manoel foi batido por partes. Não era de esperar dele visão estratégica. De major comandante de um Batalhão de Infantaria foi guindado à condição de Comandante-de-Armas num Teatro de Operações característico da guerra de movimento. Em Passo do Rosário, em 1827, Bento Gonçalves atuou muito bem num quadro estratégico no comando de uma Brigada de Cavalaria, enquanto que João Manoel na mesma batalha comandou uma companhia do 3º BC, da 1ª Bda Inf da 1ª Divisão de Infantaria. A comparação das duas biografias ajudará o leitor a entender melhor a capacidade militar de Bento e João Manoel.

8. Antero José Ferreira Brito (1787-1856), Ten-Gen. E estudado por Pretextado Maciel da Silva in: *Os generais do Exército Brasileiro*. Rio, Bibliex, 1940, v. 1, 2 ed. págs. 11-17.

Nasceu em Porto Alegre e não em Rio Grande. Em 1808 alistou-se nas Milícias. Na Campanha do Exército Pacificador 1811-12 integrou as forças da Fronteira do Rio Grande na coluna de Marques de Souza e no comando de uma bateria de dorso com 4 peças. Em 1812 é tenente secretário da Legião de Cavalaria Ligeira da Fronteira do Rio Grande. É nomeado capitão Ajudante-de-Ordens do marechal-de-Campo Manoel Marques de Souza nas campanhas de 1816-1820 contra Artigas. Antes da Independência, em apoio ao

Marechal Marques de Souza tentou, em 16 de outubro de 1821, depor o governo da Capitania.

Foi preso e processado no Rio, para onde foi transferido o seu chefe Manoel Marques de Souza que morreu antes de concretizada a Independência. Antero se ofereceu ao Príncipe para lutar contra Avilez. Em 1825 assistiu como coronel a bordo do “D. Pedro 1” o combate entre as forças navais brasileiras e portuguesas na Bahia. Desembarcando foi designado quartel-mestre do Exército ao comando de Labatut. Fez a vanguarda do Exército que penetrou em 2 de julho de 1824, em Salvador. Combateu a Confederação do Equador. A seguir foi Comandante-das-Armas de Pernambuco até 1830. Exerceu iguais funções na Bahia em 1831 e na Corte em 1832. A seguir exerceu até 1835 os ministérios da Marinha e da Guerra e por curto período o Comando-das-Armas da Corte.

Em 21 de novembro de 1836 foi nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul envolta na Revolução Farroupilha. Brigou com o seu comandante-de-Armas Bento Manuel Ribeiro que o prendeu e o reteve preso por 9 meses. De seu ato impolítico resultou o reacendimento da Revolução quando esta já estava no final. Recolhendo-se ao Rio, voltaria ao Sul em 1840 como Comandante-das-Armas de Santa Catarina. Em 1845 comandou as Armas da Corte. Falece no Rio, como tenente-general e Barão de Tramandaí em 5 de fevereiro de 1856, sendo sepultado no Cemitério São João Batista. Atribuo a sua pouca vivência e interesse político a passagem de Bento Manoel para a Revolução. É um capítulo que merece um estudo aprofundado. Ver detalhes do incidente in: SAN MARTIN, Olyntho. *Bento Manoel Ribeiro*. Porto Alegre, Liv. do Centro, 1935 e Biografia do Gen. Antero Ferreira Brito in: NEVES. *Vultos do Rio Grande*, págs. 237-254 e em SPALDING. *Epopéia Farroupilha*. Rio, Bibliex, 1963 (Ofício de Bento Manoel anexo). Antero de Brito esteve preso no Uruguai.

9. Ver do autor: *Porto Alegre — Memória dos Sítios Farrapos* e o que se conclui da pouca explorada fonte ABREU. (Chico Pedro) “Memórias” in: *RIHGRS*, 1921 que é estudado in: *ALERGS* 1900, 1906, 1914 (por Souza Docca) e objeto de estudo nosso em curso. Foi indiscutivelmente um dos maiores soldados filhos do Rio Grande a serviço do Império e que merece um estudo mais atento do ponto de vista militar. É um exemplo eloqüente de rara vocação militar e ensaiado por Souza Docca (Vide bibliografia).

10. A Dr em História, Helga de Landgraf Piccolo, titular de História da UNISINOS — São Leopoldo — RS no artigo “Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha” in: *Estudos Leopoldenses*, Ano XXI, n? 88, 1985, contribuiu com o Sesquicentenário Farroupilha com original pesquisa realizada com o concurso de seus alunos: Bailestreri, Ricard; B. Boeni, Maria de Lourdes; Carpeggiani, Simone Maria; Karnal, Leandro; Kayser, Regina; Koller, Maralone; Moreira, Virgínia da Rosa; Sant’Anna, Sérgio B.B.; Saul, Marcos Vinícios de A.; Shuler, Maria Ester e Vargas, Ana Maria de: Ensaio realizado em São Leopoldo localidade que se manteve fiel ao Império na Revolução, assunto que abordamos in: *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre, IEL, 1976, págs. 77-98), com destaque às proclamações aos leopoldenses feitas por Marciano Ribeiro, Bento Gonçalves e Onofre Pires e a liderança imperial do Patriarca de São Leopoldo o Dr. Hillebrand, imigrante. A. Dr Helga e seus alunos concluíram que ao tempo da Revolução Farroupilha ocorria a Cabanagem no Pará, tratada com rigor repressivo por possuir fundo social, enquanto que o combate à Farroupilha era mais branco, por ser elitista. E reforça a tese o fato da revolta ter sido da Guarda Nacional nas mãos dos estancieiros e charqueadores líderes da economia, que se tornaram líderes militares e líderes políticos. “Os partidos Conservador e Liberal combatiam a Revolução, mas o Liberal reconhecia o direito à resistência armada.” Quanto a contribuição do Parlamento ao término da revolução concluíram que poucas propostas concretas ele apresentou e que no objetivo comum de reintegrar o Rio Grande, defendiam anistia sem concessões, com apelos à conciliação e à força a um tempo só.

Entre os liberais que exigiam submissão total dos farrapos citam Angelo Ferraz, deputado baiano que mais tarde por ocasião da rendição paraguaia em 1865, em Uruguiana, era Ministro da Guerra e adversário de Caxias, o Pacificador, que acompanhou a comitiva e recebeu diversas desfeitas de Angelo Ferrar e as respondeu à altura.

No tocante ao mérito da pacificação o deputado pelo Maranhão — o magistrado João José de Moura Magalhães conclui “não querer tirar a glória do Exército Nacional e do ínclito general que o comanda. A paz foi possível pela combinação da sábia condução política pelo governo e a ação destemida do Exército e do seu chefe” (Caxias).

O Exército foi considerado “pela maioria dos parlamentares e pelos magistrados executivos, como o grande instrumento de conservação da unidade nacional”. Recorde-se que metade do Exército do Império estava no comando de Caxias no Rio Grande.

Sobre a concretização da Paz o deputado paulista Alvares Machado, em 4 de abril de 1845 a viu como concretização da seguinte profecia que fizera o que dá a medida da projeção no Parlamento das lideranças militares rio-grandenses imperiais e farrapas na Revolução.

“Eis pois esses Bento Gonçalves, esses Bento Manoel, esses David Canabarro, esses João Antônio da Silveira e outros (omite o general Netto) voltados para a mesma linha dos heróis da legalidade, dos Silva Tavares, dos Loureiros, dos Franciscos Pedro de Abreu, dos Propícios Mena Barreto, dos Andrade Neves. Eis esses antigos republicanos tornados a ser o que eram antes, muralhas deste Império, a sua glória.”

Por tudo considero a obra citada uma das mais significativas contribuições ao Sesquicentenário. Estão pois de parabéns a Dr Helga e seus alunos.

11. Antonio Elzeário Miranda Brito (1786-1858), Marechal do Exército. Estudado por A. Pretextato Maciel da Silva *in: Os generais do Exército Brasileiro*. 2 ed. Rio, Bibliex, 1940, v. 2, págs. 17-23.

Nasceu em Lisboa, onde concluiu a Academia de Marinha em 1804. Engenheiro Militar com assinalados serviços ao Rio de Janeiro. Veterano da Divisão de Voluntários Reais que combateu a Insurreição Pernambucana 1817. Tomou parte no dispositivo que obrigou o Gen. Avilez a embarcar para Portugal. Em Passo do Rosário foi auxiliar direto do Marquês de Barbacena como quartel-mestre-general do Exército do Sul, após o que foi promovido a coronel de Engenheiros. Foi governador das Armas do Maranhão, 1825-31, onde ornou os punhos com os galões de brigadeiro graduado. Presidente efêmero do Rio Grande do Sul e logo a seguir de Santa Catarina no início de 1836. Governador das Armas da Corte em 1837 quando foi graduado Marechal-de-Campo. Em 20 de setembro de 1837 foi nomeado Presidente e Comandante-das-Armas do Rio Grande do Sul pelo regente Araújo Lima. Seu plano foi levantar o sítio de Porto Alegre que ele denominou “Passeio de 15 dias” do qual nada resultou estrategicamente. Conseguiu tomar Rio Pardo que foi retomada em 30 de abril de 1838. Sua segunda tentativa de levantar o sítio de Porto Alegre em 1839 falou e perdeu 3 canhoneiras em Caí, em 10 de fevereiro de 1839, para Bento Manuel. Verificou-se campanha contra ele entre seus subordinados que discutiram sua capacidade militar e o acusam como discriminador de oficiais brasileiros em razão de ser nascido em Portugal. Retornou ao Rio em 30 de junho de 1839, depois de mal sucedido militarmente e por temer o governo uma rebelião contra ele. Foi-lhe destinado o comando do Corpo de Engenheiros e a Diretoria do Arquivo Militar (não confundir com o atual Arquivo do Exército). Desempenhou diversos cargos na Corte no Corpo de Engenheiros, Conselho Supremo Militar e Comissário para demarcação dos limites Brasil-Uruguaí em 1852. Atingiu o posto de marechal de Exército. Faleceu no Rio em 22 de outubro de 1858. Seu perfil militar não demonstra grande experiência em

operações militares e sim fundamentalmente um engenheiro militar. Perseguiu Osório, segundo Fernando Osório. *História do Gen. Osório*.

Ver combate do Rio Pardo *in*: CALDEIRA. Apontamentos. *RJHGRGS*, 1927 e LAYTANO, Dante. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre, Tip. Centro, 1946. Este descreve o combate de 30 de abril de 1838 no local Barro Vermelho. Quem comandou os farrapos foi Bento Manoel e não Antônio Netto. Equívoco que o programa *Guerra dos Farrapos* da TV Bandeirantes de 2 de dezembro de 1985 incorreu. O significativo foi o aprisionamento da banda imperial dirigida pelo maestro negro Mendanha, que o citado programa apresentou como branco e que o estudamos *in*: *Estrangeiros e descendentes*, p. 281-290. Era mineiro de Ouro Preto e veio a compor o Hino da República.

12. MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos guerra a gaúcha*. Porto Alegre, Martim Livreiro, 1985 (Mapas explicativos, pp. 116-117).

É mais uma original pesquisa surgida em 1985, realizada por historiador militar do Rio Grande do Sul de rara sensibilidade. Aborda os lanceiros negros farrapos que evidenciamos em *O Negro e descendentes* e outros trabalhos, e os denomina “centauros de ébano”. Oferece interessantes efemérides bélicas da Revolução, em ordem cronológica, que retirou de diversas fontes, além de interessantes achegas sobre armamento e indumentária farrapa. O Arquivo do Exército possui em uma mapoteca o delineamento em planta das fortificações de Porto Alegre que o autor citado apresenta uma visão geral. Em trabalho *O Décênio Heróico Principais Eventos*. Porto Alegre, EMMA, 1985, muito bem ilustrado a cores sob o patrocínio da Prefeitura de Porto Alegre o autor dá outra valiosa contribuição. Ampliamos muitos este assunto em *Porto Alegre — Memória dos sítios...*

13. FLORES. *Revolução Farroupilha*, 1985. Interessante e muito abalizado e didática contribuição ao Sesquicentenário em sua 2 edição. Fornece interessantes detalhes sobre a conquista de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835 e sobre a retomada imperial do acesso ao rio Guaíba controlado pelos farroupilhas, através de baterias que estabeleceram em Itapoã e alto da Fortaleza, cruzando fogos com bateria na Ilha do Junco e com auxílio dos barcos farrapos brigue “Bento Gonçalves” e patacha “20 de Setembro” pp. 52-55. Aliás operação naval imperial que apreciamos. O autor contribui também com *A Província Revolucionária, Zero Hora*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1985, dentro da tese que a Revolução e suas idéias liberais foram o resultado de longo confronto do despotismo dos governadores e centralização Imperial. Em *Estrangeiros e descendentes...* pp. 197, 201 ao estudamos Grenfel, Parker e Thompson, ingleses a serviço do Brasil que tomaram parte nas ações contra Itapoã, alto da Fortaleza e Junco. Discordamos do excelente trabalho do confrade Moacyr Flores ao afirmar: Erro tático de Bento Gonçalves ao sitiar Porto Alegre em 1838; ter sido o Conde de Rio Pardo inepto; ter sido Porongos uma traição com conivência de Caxias e terem sido os farrapos separatistas.

Sobre o acerto do sítio de Porto Alegre respondo com as considerações estratégicas que fizemos sobre sua importância, provada pela preocupação farrapa em sustentar o sítio e a imperial em levantá-lo. Sobre a inépcia do Conde do Rio Pardo minha interpretação de sua ação responde. Enquanto Caxias resolvia problemas nas frentes mineira e paulista ele reorganizou e reforçou o Exército para atuar em momento propício e mais o próprio passado do Conde do Rio Pardo responde por sua capacidade militar. Sobre Porongos, até hoje em que pese insinuações de ter havido traição, não foi provado nada de concreto. As próprias “Memórias de Chico Pedro” publicadas após sua morte pela *RJHGRGS*, 1921 nada referem. E pelo contrário caracterizam uma surpresa. Convém serem tomadas em conta, pois nelas Chico Pedro não iria silenciar quanto à traição. Quanto à tese de separatismo dos farroupilhas discordo do ilustre historiador.

Concordo que houve separação da República RioGrandense, mas não separatismo. Separação no sentido de ato ou efeito de separar, ou no caso, quebra da união com o Império e não separatismo com o desejo de separar-se do Império e constituir estado independente forçado por farrapos separatistas, ou com idéias de separar o Rio Grande do Império em quaisquer circunstâncias, mesmo removidas ou satisfeitas as causas que levaram as elites gaúchas, com apoio da guarnição do Exército, a maior do Brasil, à Revolução de 20 de setembro de 1835.

Admito ter havido separação do Rio Grande forçado pelo próprio Império em sua intolerância aos justos reclamos dos gaúchos. Foi feita uma revolução para pôr fim ou minimizar as discriminações de toda a ordem que o Sul vinha sofrendo da oligarquia do Sudeste. A resposta foi esmagamento dos farrapos com a prisão do governo revolucionário em Porto Alegre, a prisão de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa e envio de todos para prisões do Rio. Qual era o destino reservado aos remanescentes? — O esmagamento puro e simples! Daí a solução salvadora —, a proclamação da República — uma separação sem separatismo, solução para aquela situação adversa e alternativa para o esmagamento. E o que faria uma esposa virtuosa submetida a um mau marido após tantos sofrimentos — separar-se sem espírito separatista e ficar na espera da situação ideal para a recomposição ou reconciliação.

O patriotismo das lideranças farrapas em Ponche Verde e o comportamento dos mesmos nas guerras externas de 1851-52 e Paraguai 1865-70 não evidenciam separatismo e sim satisfação pela reintegração ao Brasil. Assim, penso houve separação e não separatismo farroupilha. Não consigo entender classificar Bento Gonçalves como ditador militar, se mais tarde abdicou o poder por pressão da minoria opositora. Haveria condições naquelas circunstâncias de se exercer democraticamente o poder?

14. Esta expedição foi um ponto alto de *A Guerra dos Farrapos* levada pela TV Bandeirantes em 2 de dezembro de 1985. Menção especial ao transporte dos barcos feitos com excelentes truques cinematográficos. Foram esquecidos o comandante do lan chão “Serval” John Griggs morto heroicamente no combate de Laguna e do lanceiro farrapo Teixeira Nunes e seus lanceiros negros, que abordamos, como toda a expedição a Laguna na obra *A Grande Festa dos Lanceiros* (Recife, UFPE, 1971) contando a História do Parque Osório e sugerindo um filme em consórcio EUA-Itália e Brasil. E pena que as tentativas cinematográficas e de televisão histórica não tenham procurado consultores históricos, e mesmo repartições oficiais com obrigação e prazer de prestar consultoria de modo gratuito. O que acontece são distorções que desrespeitam a função social dos consultores e historiadores além de criarem confusões irreparáveis. Só a expedição a Laguna mereceria um filme à parte e acredito sucesso internacional. E nosso sonho desde 1971 expresso na obra citada.

15. FROTA, Guilherme de Andréa. “Marcante presença Italiana na Revolução Farroupilha” *in: Quaderni di Studi Italo Brasiliani*, n° 8, 1985. O autor evoca a presença de italianos lutando ao lado de Garibaldi na Revolução Farroupilha. Constitui-se interessante contribuição ao Sesquicentenário, pelo destacado historiador e professor da Marinha de Guerra do Brasil e membro dos 11-1GB e IGHMB que indica interessante bibliografia para aprofundamento.

16. Ver do autor *A Grande Festa dos Lanceiros*, citado à nota 14.

17. Manoel Jorge Rodrigues (1777-1845), ten. gen. É estudado por A. Pretextado Maciel da Silva *in: Os generais do Exército Brasileiro*. Rio, Bibliex, 1940, v. 2, 2 ed. págs. 255-262.

Nasceu em Lisboa. Como capitão fez toda a Campanha da Península 1808-14.

Em 1815 foi condecorado com a medalha inglesa de York, por haver se destacado no comando de batalhão, nas batalhas de Ortiz e Toulouse, onde se houve “com intrepidez, energia e muito tino”. Integrando a Divisão de Voluntários de El Rei veio para o Brasil em 1817 e participou da incorporação da Província Cisplatina ao Brasil. Tomou posição francamente a favor da Independência e da sua defesa em Colônia do Sacramento. Em 1825 foi efetivado como brigadeiro. Em Colônia como seu governador destacou-se no combate aos argentinos na Guerra Cisplatina 1825-28, em consequência do que foi promovido a Marechal-de-Campo. Em 1829-30 foi governador das Armas no Rio Grande do Sul, onde debelou motim do 14^o BC em Porto Alegre. Logo a seguir foi comandante das Armas em Minas Gerais. Em 1835 pediu reforma que lhe foi negada. Nomeado Presidente e governador-das-Armas do Pará em 1835, até perder na luta contra a Cabanagem seu filho Jerônimo Herculano Rodrigues. Vogal do Conselho Supremo Militar de Justiça foi graduado tenente-general. Em 24 de julho de 1839 assumiu o comando do Exército do Sul que combatia a Revolução Farroupilha. No indeciso combate de Taquari de maio de 1840 teve morto o seu cavalo. Em 14 de julho de 1841 passou a Conselheiro de Guerra e em 1842 assumiu as funções de Governador-das-Armas da Corte. Em 1845 foi distinguido com o título de Barão de Taquari, ano em que faleceu no Rio, em 14 de março de 1845, como tenente-general. Não cursou Escola Militar. Possuía passado operacional notável como veterano das campanhas da Península 1808-14 em Portugal e Císpatina 1817-18. Sobre os reflexos em Caçapava de sua ação ver: Cassol, Arnaldo Luiz et Abrão, Nicolau da Silveira. *Caçapava — Capital Farroupilha* (Porto Alegre, Martim Livreiro, 1985).

Interessante e rica contribuição ao Sesquicentenário do poeta, jornalista e político, e prestante cidadão residente em Caçapava, Cassol e do tradicionalista historiador, jornalista e político caçapavano Abrão. É um valioso trabalho de micro-história que com base documental fixa lances importantes de Caçapava como capital farroupilha.

Detalha a participação do general Osório e seu pai na Revolução. Esclarece com croquis como o ten. Manoel Osório conseguiu furar o cerco farrapo de Caçapava em 8 de abril de 1837, quando a cidadela capitulou a Antônio Netto. Narram os principais fatos nela ocorridos quando capital da República de fevereiro de 1839 — 30 de maio de 1840, por cerca de 15 meses. Apresentam foto do túmulo do general João Manoel em Caçapava, do qual fazem interessante estudo biográfico. Fixam a data de seu falecimento por assassinio em 18 de agosto de 1837 e dão conotação política à profanação de seu túmulo por Santos Loureiro, com espalhamento dos restos mortais, cujo destino final é desconhecido e motivo de polêmica. Localizam na região do Forum de Caçapava o local onde existiu o reduto Farroupilha que protegia a capital e citado na correspondência de Domingos José de Almeida, nos A.AHRGS. Tratam largamente do mineiro de São João del Rey, 25 de março de 1806, avô do Engenheiro Militar José Pinheiro, primeiro esposo de D. Carmela, que veio a casar com o mais tarde Presidente Dutra. Ulhoa Cintra foi alferes do Exército, coronel da República, Ministro da justiça (quando teve a auxiliá-lo como 1^o escrivão nosso bisavô José Ignácio Moreira); Ministro da Guerra e da Marinha, Ministro do Exterior e Embaixador da República no Paraguai. Enfim, foi uma significativa contribuição histórica dos dois distintos pesquisadores.

18. Francisco José de Souza Soares Andréa (1781-1858), Mal. do Exército, é estudado por A. Pretextado Maciel da Silva *in: Generais do Exército Brasileiro*. Rio, Bibliex, 1940, v. 1, 2 ed., págs. 76-91 e por Andréa, *Andréa*. Rio, Bibliex, 1977.

Nasceu em Lisboa, 21 de janeiro de 1781. Cursou a Real Academia de Marinha onde saiu formado, com distinção, em Engenharia Militar. Fez a campanha de 1801 como cadete na Artilharia. Em 1807 serviu como voluntário na Esquadra do Estreito e veio para o Brasil com a Família Real. No Brasil, já como capitão, passou a trabalhar no Arquivo Militar criado em 7 de abril de 1808 (e do qual não descende o Arquivo do Exército). Durante três anos e até 1881 trabalhou como Engenheiro em diversos projetos no Rio de

Janeiro (Quinta da Boa Vista, Copacabana e na cidade em geral). Como major integrou o Estado-Maior da expedição que combateu a Revolução Pernambucana de 1817. Conservou-se no Recife por 4 anos no comando da Brigada de Engenheiros e na direção de todas as obras civis e militares, tendo sido secretário do governo. Coronel, retornou de Pernambuco para o Rio onde aderiu à Independência. Durante quatro anos e até 1826, no Rio empregou-se em reconhecimentos do litoral do Rio a Sepetiba, tendo dado início ao farol da Ilha Rasa.

Foi promovido a brigadeiro em 1826 quando encontrava-se em São João d'El-Rei inspecionando rodovias. Dali seguiu para o Sul em novembro de 1826, tendo participado da Batalha do Passo do Rosário, 28 de fevereiro de 1827 como Ajudante- General do Exército "onde foi inseparável durante a batalha e prestou muitos grandes serviços", segundo o general Barbacena.

Em 1828 e 1829 trabalhou na fortificação da Fronteira do Rio Grande e projetou o farol da Barra do Rio Grande e governou as Armas de Santa Catarina em 1829 e as do Pará em 1830, de onde foi demitido em função do 7 de abril de 1831, por suspeito de influente membro da Sociedade Militar. Respondeu Conselho de Guerra no Rio e foi preso em 14 de dezembro de 1833 e enviado para São José do Norte, no Rio Grande do Sul, aguardando ordens da regência, numa espécie de desterro.

Em 1835 foi enviado ao Pará como Presidente e Governador de Armas para combater a Cabanagem. Com ele seguiram os mais tarde heróis de nossa Marinha: Frederico Mariath, Francisco Barroso e Tarnandaré.

Permaneceu até 1835 no Pará, depois de vencer a Cabanagem, tendo recebido críticas acerbas, pelos métodos empregados dos quais procurou justificar-se face às circunstâncias que enfrentou. Do Pará, já Marechal-de-Campo efetivo, foi mandado para Santa Catarina como Presidente e Comandante das Armas para lutar contra a República Juliana, proclamada em Santa Catarina pelos farrapos. Com forças de terra e mar atacou e reconquistou Laguna aos revolucionários em 15 de novembro de 1839 e frustrou a efêmera República. Sofreram suas tropas o revés de Santa Vitória em 14 de dezembro de 1839, inclusive com o sacrifício do brigadeiro Xavier da Cunha. Em 1840 foi enviado para o Rio Grande como Presidente e Comandante-das-Armas, ao tempo da Maioridade de D. Pedro II, ocasião em que o general Bento Manuel Ribeiro passou à neutralidade mediante acordo com ele.

Andréa tentou paz com Bento Gonçalves e se convenceu que ela ocorreria quando mostrasse forças imbatíveis, Bento Gonçalves era a favor da sustentação da guerra como meio de obter-se a paz honrosa e quando melhor fosse a posição obtida melhor trunfo teriam para negociar.

No campo militar foi executada sua estratégia através da Divisão de Labatut, com a qual conseguiu que o sítio de Porto Alegre fosse levantado.

A seguir reocupou sua cadeira de deputado no Rio de passou a comandar o Corpo de Engenheiros. Em 1843 foi eleito deputado pelo Rio. De 1843-44 foi Presidente e Comandante das Armas de Minas e de 1845-46 exerceu idênticas funções na Bahia, bem como no Rio Grande do Sul de 1848-50, quando executou diversos trabalhos em Caçapava, visando transformá-la em base militar e logística para operações contra Oribe do Uruguai, o que lhe valeria o título de Barão de Caçapava em 1855. Faleceu em São José do Norte em 20 de outubro de 1858, como tenente-general, local onde ainda se encontram os seus restos mortais. Liga-se à fundação de Santa Vitória do Palmar, fato que abordamos em Santa Vitória na História Militar. *Revista Militar Brasileira*, 1974, jul./dez. págs. 63-76.

19. Obra ilustrada com visões atuais de paisagens, acidentes geográficos, edificações, equipamentos, etc, que compuseram o cenário da Revolução Farroupilha. Contribuição da RBS e do Banco Bamerindus ao Sesquicentenário Farroupilha. Textos do escritor Luiz Carlos Barbosa Lessa e fotos de Liane Neves que, em 6.000km, de viagem captou com raro brilho e inspiração as imagens ao Pró-Memória, que por certo irão apoiar trabalhos históricos de cunho científico sobre a Revolução e que venham a consolidar todas as fontes bibliográficas hemerográficas e documentos disponíveis até então. Penso tenha sido a maior contribuição iconográfica (quanto à fotografia).

O texto foi elaborado por Barbosa Lessa, bem como acreditamos os roteiros para os filmes de TV da SBS levado ao ar no Rio Grande do Sul com o título *República dos Farrapos* em setembro e *Guerra dos Farrapos* levado ao ar para todo o Brasil pela TV Bandeirantes em 2 de dezembro. Textos que segundo Barbosa Lessa ao autor eram romanceados e não históricos. Todos contribuíram para um maior conhecimento e consciência no Rio Grande do Sul e no Brasil da existência da Revolução Farroupilha. Os filmes foram de agrado popular dentro das circunstâncias em que foram feitos. Para os historiadores algumas correções históricas no texto romanceado poderiam ter transformado os filmes em fontes históricas, os quais, acompanhados de lista bibliográfica do texto elaborado, teria feito justiça aos historiadores que faz mais de um século tem mantido acesa e viva a memória da epopéia farrapa. Os filmes tiveram muitos pontos altos. Como pontos baixos a nosso ver foi o filme da SBS dar a entender que a Guerra dos Farrapos foi contra o Império Português e o da TV Bandeirantes fazer de Bento Gonçalves um conquistador barato, mau marido, mau chefe de família ao sustentar escandalosa ligação amorosa com uma paraibana suicida. Isto não se coaduna com o perfil do líder farrapo que à época encarnou o espírito rio-grandense e desde então tornou-se um símbolo do Rio Grande do Sul. Esta abordagem causou repugnância. Pois um homem com aquele comportamento não teria liderado os rio-grandenses. A TV possui poder para fazer isto, mas não deve fazê-lo por questões de ética.

20. João Paulo dos Santos Barreto (1788-1864), Mar&hal-de-Exército e Dr. Estudado por A. Pretextado Maciel da Silva in: *Generais do Exército Brasileiro*. Rio, Bibliex, 1940, 2 ed. v. 2, págs. 152-203.

Natural do Rio de Janeiro. Filho de pai rico, projetava formar-se em Leis por Coimbra. Iniciou como soldado do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, matriculado na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho criada em 1792 na Casa do Trem. Com a criação da Academia Real Militar por D. João em 1811, no mesmo local, nela completou o Curso de Engenheiro Militar em 1815.

Em 1817 participou do combate à Revolução em Pernambuco. De retorno, graduado capitão do Real Corpo de Engenheiros foi lecionar na Academia Real Militar, agora no Largo do São Francisco. Com a Independência foi nomeado diretor e organizador da “Escola do Ensino Mútuo Militar”. Exerceu diversas funções ligadas ao ensino de Engenheiro Militar e integrou o Conselho Militar Privado de D. Pedro I, do qual foi secretário.

Em 1825 foi nomeado Governador-das-Armas do Pará, como tenente-coronel, local onde entrou em choque com o Presidente Barão de Bagé, natural de Portugal. Depois de 7 de abril de 1831 coube-lhe comandar o Batalhão Sagrado, subcomando pelo mais tarde Duque de Caxias e cujo maior feito foi debelarem a revolta do Batalhão de Marinha da Ilha das Cobras. De 1831-34 foi diretor do Arsenal de Guerra e lente de Engenharia e secretário da Academia Real Militar.

De 1834-37, como coronel, exerceu as funções de Ministro da Guerra. De 1837-1840 exerceu o comando da Fortaleza de Santa Cruz, de onde saiu nomeado pelos liberais para comandar o Exército em Operações contra a Revolução Farroupilha, sendo

Presidente da Província o médico paulista, Francisco Alvares Machado, encarregado de tentar a paz. Teve sob sua guarda em Santa Cruz presos farrapos.

No Rio Grande o general João Paulo executou a sua manobra pelo interior da Campanha, eufórico com a perspectiva de bater os farrapos, numa batalha campal. E o resultado foi um grande insucesso militar conforme é abordado no texto. Ao retornar ao Rio foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar. Em 1844 foi exercer a Presidência e Comando-das-Armas de Minas Gerais, onde realizou “governo justo, brando e ilustrado”.

De 1845-1848 exerceu por duas vezes o cargo de Ministro da Guerra e recebeu neste tempo a Carta de Doutor em Matemática e Ciências Naturais. Até ser reformado como marechal de Exército, em 1855, exerceu funções ligadas à fabricação de pólvora, prática da Artilharia, melhoramentos do Material do Exército e revisão da legislação do Conselho Supremo Militar.

O marechal João Paulo faleceu no Rio em **10** de fevereiro de 1864. Sua experiência operacional era restrita. Sua função fundamental foi a de lente de Engenharia da Academia Militar da Corte e como Doutor em Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais, onde emprestou assinalada contribuição ao desenvolvimento nacional.

Sua biografia demonstra a continuidade das academias Real Militar de Artilharia, Fortificação e Desenho criada em 1792 na Casa do Trem e a Academia Real Militar criada por D. João em 1810.

21. Tomaz Joaquim Pereira Valente (17904849), Marechal-de-Campo. É estudado por Pretextado Maciel da Silva in: *Os generais do Exército Brasileiro*. Rio, Bibliex, 1940, v. 2, 2 ed. págs. 255-262.

Nasceu no Porto. Tomou parte na Campanha da Península contra o Exército francês de 1808-14. Foi ferido gravemente na Batalha de Vitória. Veio para o Brasil integrando a Divisão de Voluntários Reais para participar da incorporação do Uruguai ao Brasil como Província Cisplatina. Permaneceu no Rio onde comandou o 3º BC, à frente do qual como tenente-coronel, se recusou a participar da rebelião, visando a que O. João VI jurasse a Constituição do Porto. Em 1821 foi nomeado governador de Santa Catarina. Aderiu a Independência e foi promovido a Coronel Adjudante-de- -Campo de D. Pedro 1.

Promovido a brigadeiro foi agraciado com o título de Barão do Rio Pardo em 1825, e no ano seguinte a Conde e Governador-das-Armas no Rio de Janeiro de 1828-29 e a seguir foi Ministro da Guerra até 1831, depois de que foi residir no Rio Grande do Sul. Em 7 de abril de 1841 assumiu o comando em Porto Alegre, como Comandante-em-Chefe do Exército em operações e como Marechal-de-Campo. Não executou o plano inicial “de atuar contra os republicanos em três colunas por possuir só 5.000 homens”, Defendia a estratégia que adotou para o caso “manter o Exército com bases militares e a partir delas executar pequenos ataques com colunas volantes”. Não satisfeito com o que considerou inação o Governo Imperial o demitiu. Ao chegar ao Rio apresentou exposição detalhada de sua atuação a D. Pedro II. Foi acusado de não ir tornar a frente de seu Exército. De 1844 até falecer em 30 de agosto de 1845 foi vogal do Conselho Supremo de Justiça e Presidente do Piauí. Seu esforço no Sul foi mais logístico do que operacional.

Os leigos em assuntos militares têm chamado o Conde de Rio Pardo de incapaz e até inepto. Sua grande contribuição foi refazer a situação logística e de efetivos do Exército do desastrado *raid* de seu antecessor. Caxias ao assumir o comando do Exército depois da vitória de Tuiuti teve igual preocupação, ou seja criar suporte logístico para atuar estrategicamente de modo ofensivo. Dentro de um quadro militar mais amplo cabia ao Conde do Rio Pardo uma situação de Defensiva, enquanto a Ofensiva estava a cargo

de Caxias em São Paulo e depois em Minas. Para melhor julgá-lo medite-se no quadro estratégico que ele preparou e passou a Caxias. Também não concordou com inépcia do Conde do Rio Pardo o general Morivalde Calvet Fagundes, homem ligado à Logística.

O Conde de Rio Pardo tem de ser julgado à luz de sua *Exposição sobre seu Coniandan:e.ern.Chefe do Exército de Pacificação do Rio Grande de 17 de abril de 1841 a 26 de junho de 1842*. Niterói, 1843.

Em realidade, ao passar o Exército ele o “deixou fardado, pago em dia, armado com um efetivo de cerca de 12.000 homens, 12.000 cavalos em bom e mau estado. Só os vencimentos os encontrou com 7 meses de atraso. Ele pode não ter sido brilhante quanto à sua atuação militar, mas não inepto.

Sua experiência operacional limitou-se de alferes a major de Infantaria na Campanha da Península. Não possuía experiência acadêmica. O julgamento definitivo de sua atuação enseja interessante estudo crítico militar.

22. Ver de nossa autoria Teixeira Nunes. *D,í rio Popular*, Pelotas, 20 de setembro de 1985 e José Gomes Portinho, brig. *Jornal do Pno*, Cachoeira do Sul, 22 de setembro de 1985, que integra diversas fontes e aqui reapresentados.

23. *Convênio de Ponche Verde*, Porto Alegre, Ed. Sulina, 1980 e Ação Pessoal de O. Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul em 1845 in: *Anais do Congresso de História do 2.º Reinado*, RJHGB, 1984, 2 v. págs. 185-246. São dois importantes estudos do autor sobre a Paz de Ponche Verde, assunto que abordamos pequenos detalhes em contribuição ao centenário de D. Pedrito, *A Defesa Nacional*, nº 647, Jan/Fev 1973, págs. 19-26. O autor não deixa claro o destino dos lanceiros negros, se foram para Santa Cruz ou se Caxias os utilizou como soldados de U linha. Inclino-me, até prova em contrário, para a segunda hipótese. Inclusão nos 2º e 3º Regimentos de Cavalaria Ligeira.

24. A Revolução é com frequência vista ainda no Sudeste como movida pela idéia força, desde início, de separar-se do Brasil e não como o definiu o então tenente Manoel Luiz Osório e mais tarde general Osório a seu pai: “Meu pai. Seu filho é republicano de coração, mas não quer a República para o povo que ainda não está para ela preparado. A revolução de setembro, de que fui humilde soldado, não se fez para separar do Império a Província do Rio Grande, nem para dar-lhe um governo republicano, mas para pôr termo à péssima administração que a ofendia.” Mas em realidade a Revolução Farroupilha veio a ser poderoso instrumento de propaganda e concretização da República como se verá. (Ver nota 13, opinião do autor sobre separatismo.)

25. FREITAS, Décio (advogado e historiador). “Farrapos — uma rebelião Federalista” in: *A Revolução Farroupilha. História e Inerpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

Trata-se de excelente contribuição ao Sesquicentenário. O autor apresenta a revolução como uma das muitas rebeliões do Ciclo Federalista Brasileiro 1824-49 que sacudiram o Brasil. Rebelião contra uma elite escravocrata do Sudeste que estruturou um Estado Nacional para impor sua hegemonia sobre todo o Brasil e encobrir atrás da ideologia seus interesses e privilégios político-econômicos e sociais. Projeta o atual desnível econômico da periferia com o Sudeste, como tendo raízes nas derrotas das rebeliões federalistas. Não concordamos que os estancieiros farrapos por ocasião da paz tenham ficado em melhor situação que a dos estancieiros legalistas. E uma pesquisa a ser feita. Tomando como exemplo Bento Gonçalves e Silva Tavares o contraste é imenso, bem como João Antonio da Silveira e Chico Pedro.

26. PICCOLO, Helga. "A Guerra dos Farrapos e a constituição do Estado Nacional" *in: A Revolução Farroupilha. 'a — História e Interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

Trata-se de outra excelente contribuição da autora ao Sesquicentenário. Descreve a idéia do Estado Nacional idealizado por elites do Sudeste que depois da Independência desejaram exercer hegemonia sobre o restante do Brasil e que em 1831 tiveram a sua oportunidade de expansão do seu espaço político, marginalizando os portugueses e mais do que isto, o Exército que os colocara no Poder. Estado Nacional, cuja ideologia, segundo a Dra Helga, abrigou interesses de grupos do Sudeste e, no Sul, interesses dos que os combatiam.

Demonstra que o Partido Liberal depois de usar o Exército na Abdicação para colocar-se no poder e a seguir ter condenado e neutralizado este mesmo Exército, recorreu a este em 1840, depois de reorganizá-lo para garantir a unidade nacional ameaçada pelas revoluções do período.

27. A TV contribuiu para um mais amplo conhecimento da Revolução Farroupilha com os programas *a República dos Farrapos* levado ao ar pela SBS no Rio Grande em setembro e outro *A Guerra dos Farrapos* levado ao ar pela TV Bandeirantes (dezembro). Ambos foram do agrado popular e cumpriram a sua finalidade de com a força da imagem dar ao leitor uma idéia dos fatos que alguns caracterizam como epopéia. O programa *a República dos Farrapos* cometeu alguns erros crassos, como chamar o líder farrapo de Antônio, ao invés de Bento, e dar a impressão que os farrapos lutavam contra o Império Português. Abriu mão da consultoria a tradicionais historiadores do assunto. Destaco pela seriedade da abordagem a participação da historiadora pelotense Heloisa Nascimento Assunção e do comunicador Fagundes, responsável pelo programa *O GalpJo*. Foi competente, coerente e sério em suas interpretações históricas. Enfim, poderia ter sido uma memorável contribuição, se a TV tivesse respeitado a função social dos historiadores, consultando-os com maior profundidade. Enfim, houve invasão, intromissão e desrespeito à função social do historiador. A TV pode fazer isto. Possui poder, mas penso que eticamente não deve fazê-lo. Mas reconheço que apesar disso valeu o esforço. O mesmo digo em relação a *Guerra dos Farrapos*. Se tivesse havido assessoria histórica mais profunda os resultados teriam sido melhores. Valeu a pena. Lamento o apresentarem Bento Gonçalves como um conquistador barato. E aqui insisto! Deve ser respeitada a função social do historiador. Se quiserem dispensá-lo pessoalmente resta sua obra a consultar e citá-la para não incorrer-se em plágio. A TV deve cumprir a dupla função de entreter e educar. Passar ao público erros históricos é deseducar. Pode ser que minha ótica de historiador seja rigorosa demais. Mas é a nossa visão do problema e de historiadores com quem temos conversado. Aqui fica a esperança de uma mais estreita integração futura, historiador x comunicador social, cada um na sua nobre missão.

28. CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1971, 2. ed., págs. 359-362 (analisa as obras de Alcides Mendonça Lima e B. Assis Brasil cujos perfis biográficos traça).

29. CLUBE VINTE DE SETEMBRO. *48.º Aniversário da Revolução Rio-Grandense — 2 de outubro de 1883*. São Paulo, Lercy King Book Walter e Cia., 1883 com 36 páginas, tendo como colaboradores Joaquim Saldanha Marinho, Rivadávia Correia, S. Peixoto, Manoel Pacheco Prates, João Kopke, Francisco Maiwald, Xisto Pinto Barbosa, Frederico Bastos, Joaquim Ribeiro, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Falcão Júnior, Machado da Silveira, Dr. Lycurgo, Possidônio da Cunha Júnior, Bartholomeu de Assis Brasil, Alfredo Gama, Victorino José Carneiro Monteiro, Aureliano Barbosa, Carlos Ferreira, Randolpho Fabrino, Raul Penido, Américo Campos, Venâncio Aires, Antônio Freitas, Antônio Mercado, A. Pereira Queiroz, Ernesto Alves, Raul Pompéia, Gaspar da Silva, A. Brasiliense e Alvaro Chaves que encerra o trabalho dando sua versão da Revolução Rio-Grandense em 7 páginas recorrendo vez por outra a Alcides Lima e Assis Brasil. Finaliza

com a relação da Diretoria em 5 membros dos sócios beneméritos (7 membros onde inclui os historiadores Alcides Mendonça Lima e Assis Brasil e Júlio de Castilhos entre outros); sócios honorários (9 membros onde inclui Alvaro Chaves); sócios efetivos (19 membros onde ressaltam Borges de Medeiros, João Barros Cassal, Rivadávia Correia) e sócios correspondentes (14 da Escola de Medicina e 2 da Escola Politécnica).

30. Ver do autor *Autoria dos Símbolos do RGS; subsídios para revis. Jo histórica, tradicionalista e legal*. Recife, UFRPE, 1971. Trabalho que fornece elementos para restaurar os símbolos do Rio Grande de acordo com os símbolos da República Rio-Grandense.

31. Idem nota anterior.

32. O Marechal-de-Exércitã Luiz Alves de Lima e Silva o Duque de Caxias, foi consagrado, de direito, por Dec. 51.929 de 13 de março de 1962, como o Patrono do Exército Brasileiro, onde ele se forjou e de cujo seio emergiu no cenário nacional, como um dos maiores brasileiros de todos os tempos.

Caxias prestou à Pátria mais de 60 anos de excepcionais e relevantes serviços, como político e administrador de contingência e inigualados, como soldados de vocação e tradição a serviço da Unidade, da Paz social, da Integridade e da Soberania brasileiras.

Ainda em vida e até nossos dias, o povo, a imprensa, chefes, escritores, pensadores e historiadores têm procurado defini-lo entre outros com os seguintes títulos: “Filho querido da vitória; Pacificador; General invicto; Condestável, escora e espada do Império; A maior espada do Brasil; o Wellington brasileiro; Duque de Ferro e da Vitória; O Escravo da Pátria; Nume ou Espírito Tutelar; Símbolo da Nacionalidade e, Maior Soldado do Brasil.”

Por sua monumental obra pacificadora de quatro lutas internas e, modelares manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri na guerra Tríplice Aliança contra o Paraguai — 1865-70, figura, sem favor nenhum, na galeria dos maiores capitães da História Militar Mundial.

Sua escolha como patrono deveu-se ao fato de haver vencido todas as seis campanhas que participou, das quais, as campanhas internas pacificadoras da Balaiada, no Maranhão em 1841; de São Paulo e Minas Gerais, em 1842 e a Revolução Farroupilha de 1842-45 e, as externas das guerras contra Oribe e Rosas 1851-52 e da Tríplice Aliança contra o Paraguai de 1866 a 69, além de haver dirigido o Exército, de forma fecunda e marcante, como Ministro da Guerra, por três períodos 1855/58; 1861/62 e 1875/78, dos quais os dois últimos como Chefe de Estado, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros do Império.

Caxias possuía muito orgulho nativista de ser veterano condecorado da guerra da Independência na Bahia. Sonhava com uma Doutrina Militar genuína para o Exército Brasileiro. Sonho manifestado ao adaptar a Doutrina do Exército de Portugal ao nosso, em 1861, com apoio na experiência que havia colhido em 5 campanhas que até então havia vencido. Doutrina com a qual o Exército Brasileiro lutou e venceu no Paraguai.

Como Ministro da Guerra suas grandes realizações foram as construções da Escola Militar da Praia Vermelha e a do Quartel-Central do Exército no Campo de Santana.

Como cidadão brasileiro seu ponto culminante foi pacificar a família brasileira, em Ponche Verde, em 1º de março de 1845, o que não só pôs fim à Revolução Farroupilha,

como ao ciclo de lutas fratricidas que duraram quase 14 anos e iniciadas com sérios desencontros da Sociedade Brasileira, após a Abdicação de D. Pedro I.

Como líder de batalha seu grande feito estratégico foi a manobra de Flanco de Piquiciri, através do Chaco, onde correu um risco calculado, ao sacrificar o princípio de guerra da Segurança, em benefício do princípio da Surpresa, a qual obteve em nível estratégico, ao desembarcar na retaguarda profunda do exército adversário, em Santo Antônio, abreviando, em muito, a duração do conflito e com isto poupando recursos de toda a ordem.

Como líder de combate seu grande momento foi em Itororó quando ao perceber que o Exército poderia ali ser detido, desembainhou a sua já invencível espada de 5 campanhas, brandiu-a ao vento, voltou-se decidido e convicto para o Exército detido e comandou com energia:

“Sigam-me os que forem brasileiros”

Ato contínuo lançou-se sobre a ponte com o seu cavalo de guerra, indiferente ao perigo, arrastando eletrizado todo o Exército atrás de si, para, em seguida, colher expressiva Vitória.

Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803, na Fazenda Taguaruçu, em Caxias-RJ, local hoje transformado em Parque Histórico Duque de Caxias.

Faleceu em 7 de março de 1870, na Fazenda de Santa Mônica, em Valença, restaurada pelo Exército e que hoje se constitui em dependência do Museu Histórico do Exército.

Segundo sua vontade, seu corpo foi transportado ao cemitério por soldados de bom comportamento, onde falou em nome do Exército o major de Engenheiros Alfredo de Taunay, que assim procurou definir o grande morto:

“Só a maior concisão unida à maior singeleza é que poderá contar seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior sua individualidade, cujo principal atributo foi a sua simplicidade na grandeza.”

O historiador Capistrano de Abreu escreveu então: “Caxias dispensou as honras militares. Fez bem!

As armas que ele tantas vezes conduziu à vitória, teriam vergonha talvez de não terem podido libertá-lo da morte.”

Os restos mortais de Caxias e de sua esposa encontram-se no Panteon defronte ao Palácio Duque de Caxias e sua invicta espada de 6 campanhas, da qual os espadins dos cadetes do Exército são cópia fiel em escala, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual foi sócio.

Caxias sublimou as Virtudes Militares de Bravura, Coragem, Abnegação, Honra Militar, Devotamento e Solidariedade.

Em se tratando de um trabalho sobre vultos das Forças Armadas, não se pode esquecer o pioneirismo de Caxias em nossa Aeronáutica, ao mandar vir dos EUA balões cativos para proceder reconhecimentos das posições inimigas que se antepunham ao seu avanço de Tuiuti, até a Fortaleza de Humaitá, reconhecimentos aéreos eficazes que contribuíram para a conquista daquela poderosa fortaleza, objetivo militar aliado, em

função de uma manobra de duplo envolvimento realizada pela Marinha, pelo Rio Paraguai e pelo Exército, por terra.

O altar portátil usado por Caxias para assistir missas em campanha, como católico de fé robusta que era, encontra-se no Mosteiro de Santo Antônio, no Largo da Carioca.

33. *A politização do Rio Grande*. Palegre, Tabajara, 1973, pág. 20.

34. DECRETO DE ANISTIA DOS FARRAPOS, de 18 de dezembro de 1844 do Imperador D. Pedro II (vide AAHRGS, v. 2, J. 649 e V. 3, pág. 705 e V.A. 2.178). Contendo importante consideração de Domingos José de Almeida.

Recorrendo à minha imperial demência aqueles de meus súditos que, iludidos e desvairados, têm sustentado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul uma causa atentatória da Constituição Política do Estado, dos decretos de minha Imperial Coroa firmados na mesma Constituição e reprovado pela nação inteira, que leal e valorosamente se tem empenhado em debelá-la, e não sendo compatível com os sentimentos do meu coração o negar-lhes a paternal proteção a que os ditos súditos se acolhem arrependidos: *Hei por bem conceder a todos, e a cada um deles, plena e absoluta anistia, para que judicialmente nem por outra qualquer maneira, possam ser perseguidos ou de alguma sorte inquietados pelos atos que boupraticado até a publicação deste decreto nas diversas povoações da referida*

Província.

Manuel Antonio Galvão, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1844, vigésimo terceiro da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. Manuel Antonio Galvão. Está conforme. João Bandeira de Gouvea. Conforme. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Secretário do Governo.

Obs.: Caxias acusou recebimento do decreto citado em Ofício de 4 de janeiro de 1845, assinado em Piratini, “Concedendo plena e absoluta anistia aos rebeldes desta Província que arrependidos de seus atos depusessem Armas”.

O teor do decreto de Anistia de 18 de dezembro de 1844 só foi conhecido 25 anos mais tarde pelos beneficiários dele graças a Domingos José de Almeida que então o enviou, junto com as proclamações de Caxias e Canabarro e mais exemplar de seu jornal *O Brado do Sul* nº 279 de 8 de novembro de 1860. O preâmbulo ou considerando do Decreto de Anistia era divorciado da realidade da Pacificação da Revolução e por isto Caxias teve escrúpulo em não mostrá-lo aos rio-grandenses, o que fez muito bem, conforme se conclui dos AAHRGS, v. 3 (referências pág. 756) e v. 4 (referências h pág. 554). A propósito escreveu Vicente da Fontoura conforme os citados *Anais* v. 4, pág. 649 que engrandecem mais a ação pacificadora de Caxias ao dizer “que se a Convenção de Ponche Verde reflete alguns ressaibos de pundonor sobre os homens da Revolução Farroupilha é isso devido ao Exmo. Marquês de Caxias. Por nós e nossos companheiros ainda lhe prestamos sinceros agradecimentos pela conduta eminentemente política e nobre que desenvolveu neste episódio nacional”. Isto combina com o que escreveu Bento Gonçalves, em 6 de março de 1845, a seu amigo Dionisio Amaro da Silva:

“Por fim temos uma paz que só a conseguimos com algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos riograndenses, que não podendo fazer-nos publicamente a Paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigem, nos fez o Barão o que já não podíamos esperar, salvando-se assim, em grande parte a nossa dignidade.”

Enfim Bento Gonçalves reconhecendo que foi Caxias com sua generosidade que salvou a dignidade dos que se bateram na Revolução Farrroupilha. Daí fez bem em não divulgar o Decreto de Anistia que tripudiava sobre os que queria pacificar. Fez bem também Caxias não haver concedido na Guerra do Paraguai nenhuma das medalhas *Aos mais bravos*, dada a subjetividade e dificuldade de enquadramento neste conceito, sob o risco de cometer injustiça. Foi uma medalha criada e jamais concedida!

Segunda Parte

OS GENERAIS DA REPÚBLICA

RIO-GRANDENSE

A República Rio-Grandense de 1836-1845 possuiu os seguintes generais mencionados a seguir, em acordo com a antiguidade de promoção:

- General João Manoel de Lima e Silva — fluminense e o único egresso da Academia Real Militar do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro.
- General Bento Gonçalves da Silva, rio-grandense de Triunfo e líder militar da Revolução.
- General Antônio de Souza Netto, rio-grandense natural das imediações de Povo Novo e, portanto, rio-grandino.
- General Bento Manuel Ribeiro, paulista de Sorocaba que veio menino para o Rio Grande.
- General David Martins Canabarro, rio-grandense de Taquari.
- General João Antônio da Silveira, rio-grandense natural de Rio Pardo.

Portanto, quatro filhos do Rio Grande do Sul, um de São Paulo e um do Rio de Janeiro.

A seguir abordaremos traços biográficos dos citados oficiais generais com amparo em diversas fontes e com ênfase na significação histórica e traços do perfil militar. O último para apoiar estudos sobre liderança militar brasileira, assunto relevante no desenvolvimento da Doutrina Militar Brasileira.

Mas antes se impõe uma tentativa de definição dos oficiais estudados, como caudilhos rio-grandenses, com apoio em estudos levados a efeito por Arthur Ferreira Filho na excelente *Revolução e caudilhos* e apoiados em outros autores.

Estudo introdutório que os fará melhor compreendidos nas circunstâncias adversas que tiveram que atuar.

O caudilho rio-grandense

“O que caracterizou o caudilho não foi a ferocidade mas o estilo político. O caudilho é a bandeira, o princípio, o programa e fim de seu partido ou grei. E guerreiro, político e suas ideologias refletem seus pendores pessoais. Caracterizam-se por combatividade irrequieta, bravura astuciosa e a ferocidade não raro sulcada por inexplicáveis lances generosos. Caudilho quer dizer chefe de partido ou cabeça de facção. O caudilho pode

ser maneiroso, afável, evitando a violência sempre que seu poder não é ameaçado. O que se convencionou chamar-se caudilhos no Rio Grande, situa-se entre o antigo coronel paulista e o caudilho platino. O caudilho rio-grandense é mais humano em função do meio e reunia em geral os seguintes requisitos: Homem do campo, homem a cavalo, político com prestígio real, independente do cargo, numa certa região e finalmente, homem de guerra, disposto a deixar tudo e lançar-se à luta armada na liderança de seus adeptos.

Segundo ainda o mestre Arthur Ferreira Filho, o primeiro caudilho rio-grandense surgiu quando um oficial miliciano se fixou num pedaço indiviso da campanha, com sesmarias que obteve legalmente, ou no peito e na raça. “E assim foi obrigado pela turbulência dos tempos, a fazer das armas a suprema garantia de seus interesses ou direitos.”

Ante a ameaça de massacre por índios, salteadores e aventureiros em geral, teve de escolher entre as alternativas de abandonar tudo ou ficar e lutar. “Os mais determinados optaram por ficar e lutar e impuseram-se pela energia e valor militar. Os vizinhos aceitaram sua proteção e acompanharam-no a guerra, sujeito ao caudilho que assim nascia e passava a mandar no seu reduto, mais pelo concenso dos que se submetiam a sua liderança e aceitavam proteção.”

Este retrato com nuances diversas cabe bem em Bento Gonçalves, miliciano estanceiro em Las Canas, a Bento Manuel miliciano e estanceiro nas Missões e a Canabarro, estanceiro em São Gregório em Santana, que no início da Revolução Farroupilha teria pronunciado palavras neste sentido: “A morrer em casa como um porco cevado (gordo), prefiro morrer em campo aberto de armas na mão.”

Bento Manuel era de ascendência paulista. Foi o que sofreu mais influência de caudilhos platinos argentinos, correntinos e entrerrianos. Bento Gonçalves, Netto e Canabarro já receberiam mais influência de caudilhos platinos uruguaios e da mesma forma o general João Antônio e os coronéis Domingos Crescêncio e Jacinto Guedes da Luz.

Na época da Revolução Farroupilha era comum a designação dos chefes militares republicanos de caudilhos. E de Olyntho Sanmartin a afirmação de que Bento Manuel Ribeiro “foi mais caudilho do que militar”.

Na bandeira da República Rio-Grandense foram inscritos dois amores-perfeitos com o sentido de Firmeza e Doçura.

Esta, traduzida na época e praticada pelos chefes farroupilhas, com o seguinte sentido conforme abordei no ensaio. *Simbolos do Rio Grande do Sul — subsídios para a sua revisão*. Recife, UFRPE, 1971.

Firmeza traduzida no combate por lutar com toda a garra, tenacidade, coragem, valor e determinação.

Doçura traduzida após a vitória, por respeito, como religião, à vida, à honra, ao patrimônio e à família do vencido.

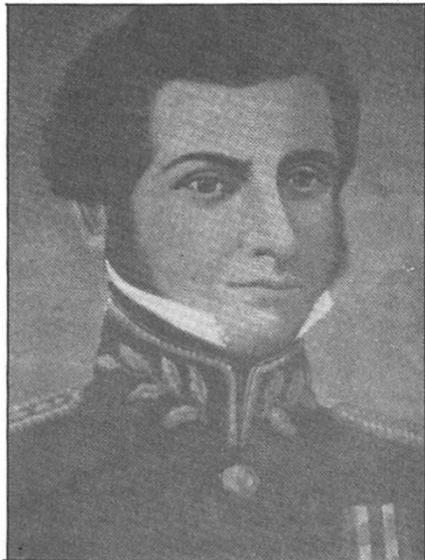
E nesta revolução este comportamento característico do caudilho rio-grandense foi regra e não exceção.

GENERAL JOÃO MANOEL LIMA E SILVA (1805-1837)

Significação histórica

Egresso da Academia Real Militar em 1822 como tenente de Infantaria do 1º Batalhão de Fuzileiros, participou ativamente da guerra da Independência da Bahia, integrando o Batalhão do Imperador, junto com o seu sobrinho, mais velho do que ele, o mais tarde Duque de Caxias.

Destacado para o Rio Grande do Sul atual, ali casou, radicou-se e foi considerado Rio-Grandense adotivo. Como major comandante do 8º Batalhão de Caçadores, com parada em Porto Alegre, tomou parte ativa e saliente, como irmão do Regente do Império, na facção liberal que foi favorável ao 7 de abril de 1831 e mais tarde liderou a Revolução Farroupilha. Eclodida esta revolução, atuou como imediato do coronel Bento Manuel Ribeiro, nomeado comandante-das-Armas revolucionário, função que passou a exercer quando aquela autoridade aderiu à legalidade, em dezembro de 1835.



General JOÃO MANOEL DE LIMA E SILVA — Foi o primeiro general farroupilha. Era tio e mais moço do que o futuro Duque de Caxias.

Liderou então, em Pelotas e depois em Piratini, a reação militar à contra revolução assinalada por 4 vitórias militares que obteve. Em novembro de 1836, em Piratini, estruturou o Exército Rio-Grandense, o qual foi o primeiro Comandante-em-Chefe interino e o primeiro a ser promovido general da República.

Em consequência do ferimento grave no rosto recebido, no combate de São Gonçalo, em Pelotas, em 2 de junho de 1836, deixou o comando em chefe do Exército para tratar-se em Montevidéu.

Ao retornar foi enviado para participar das Missões, onde, foi barbaramente assassinado aos 34 anos, em 29 de agosto de 1837, em São Borja. Naturalidade e ascendência e cultura militar

Nasceu no Rio, em 2 de março de 1805. Era filho do marechal Joaquim de Lima e Silva, que chegou ao Brasil em 1783 como capitão do Regimento de Bragança. Unidade esta que teve destacado papel, em 1º de abril de 1766, dia de São Francisco de Paula, na reconquista da Vila de Rio Grande aos espanhóis. Unidade então comandada pelo valoroso coronel Sebastião da Veiga Cabral que governou o Rio Grande do Sul, por mais de 20 anos (1780-1801). Eram seus irmãos: O brigadeiro Francisco Lima e Silva (Regente do Império 1831-35) e pai do futuro Duque de Caxias; o marechal do Exército

Joaquim Lima e Silva, Visconde de Magé (comandante do Batalhão do Imperador na guerra da Independência, na Bahia) e o marechal-de-campo Luiz Manoel de Lima e Silva, que prestou interessante e valioso depoimento sociológico militar sobre a guerra Cisplatina 1825²⁸.

Era sua mãe Joana Maria Fonseca Costa ligada à estirpe militar dos Fonseca Costa que tiveram suas maiores expressões nos marechais do Exército e Marquês da Gávea e Visconde da Penha (pai e filho).

Tal qual seus irmãos e seu sobrinho — o mais tarde Duque de Caxias, João Manoel sentou praça como cadete no 1º RI de Linha (atual Batalhão Sampaio), com 3 anos de idade, em 19 de novembro de 1808, três dias antes de seu tio (Caxias)³ e tudo em conformidade com o Estatuto do Cadete.

Aos 15 anos ingressou na Academia Real Militar, como alferes, tendo freqüentado o 1º ano matemático em 1820 e 1821 e o 5º ano (militar) em 1822, condição para ser tenente de Infantaria. Daí em diante participou da guerra da Independência da Bahia.⁴ Não está explícita a razão de haver freqüentado dois anos o 1º ano matemático.

Veterano da Independência

Por ocasião da guerra da Independência, tanto ele como o seu hoje famoso sobrinho Duque de Caxias, tomaram parte da luta pela Independência na Bahia, como tenentes do Batalhão do Imperador.

Este, ao comando de seu irmão José Joaquim, depois Visconde de Magé, profissional de raros méritos, valor militar e grande influência no Exército Imperial. Batalhão subcomandado por outro irmão — Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, tio e cunhado de Caxias.

Assim, com tão significativa orientação profissional fraterna, progrediu e destacou-se com o sobrinho, sendo ao final promovido a capitão.

Ofereceu-se então voluntário, em 1825, para lutar na guerra Cisplatina, trazendo uma experiência valiosa, de natureza técnica adquirida com o pai, tios e mais parentes próximos, dos quais 11 atingiram o marechalato e que exerceram funções na cúpula militar do Brasil, além de curso na Academia Real Militar e experiência na Bahia. Ali, o seu irmão e mais tarde Visconde de Magé, foi considerado o herói de Pirajá, pois chegou a comandar o Exército Pacificador no impedimento do general Pedro Labatut.

Até vir para o Sul, em 1825, com 22 anos, bebeu nas mesmas fontes de cultura em Arte de Guerra do seu sobrinho Caxias, os quais analisamos em estudo específico, com o título — “Bases da cultura do Duque de Caxias em Arte de Guerra”.⁵

Acreditamos que por tradição, estudo acadêmico militar, convivência familiar com militares profissionais, destacada experiência na guerra da Independência, na Bahia, possui João Manoel as melhores condições para organizar o Exército Rio-Grandense como de fato o fará.

Radica-se no Rio Grande do Sul

Ao chegar ao Sul, como voluntário, recebeu o comando da 1ª Companhia do 3º Batalhão de Caçadores, do Rio de Janeiro. Com ele, integrando a 1ª Brigada de Infantaria, lutou na Batalha de Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, na 1ª Divisão ao comando do general Sebastião Barreto Pereira Pinto.

Este seria o comandante das Armas do Rio Grande, deposto junto com o Presidente da Província⁶ no início da Revolução Farroupilha. Nesta condição se destacou na citada batalha.

Nas operações posteriores, no Corte do rio Jaguarão, foi promovido a major, tendo inclusive integrado os comandos de uma brigada e divisão.

Com a paz, foi enviado a Porto Alegre onde comandou interinamente o 28º Batalhão de Caçadores Alemães.⁷ Passou a seguir ao comando interino do 8º Batalhão de Caçadores, quando radicou-se em Porto Alegre, por ali haver casado, aos 25 anos, em 24 de abril de 1828, com Maria Joaquina de Almeida Corte Real.

Esta, irmã do mais tarde destacado coronel farrapo — Afonso José Corte Real, que participou do ataque a Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835 e próximo desta cidade veio a falecer, quase 5 anos depois, em 18 de junho de 1840, vítima de uma emboscada imperial.

Talvez por influência da família de sua esposa e várias decepções, João Manoel, pouco a pouco, se rendeu às idéias liberais e republicanas que tramitaram fortes, em 1826, no Rio Grande do Sul, por irradiação do Prata.

Nas lutas políticas no Rio Grande

A Sociedade Continentina e João Manoel foram favoráveis ao movimento político-militar liderado por seu irmão marechal Francisco Lima e Silva que apoiado por seu outro irmão José Joaquim desaguou na Abdicação de D. Pedro 1, em 7 de abril. Esta, como alternativa, segundo interpreto, de continuidade da Monarquia.

Depois de 7 de abril de 1831, para defender as idéias e princípios da mesma, João Manuel adquiriu uma tipografia sob o nome de Fonseca e Cia. Instalou-a em sua casa, onde editou, de setembro de 1831 — ao início de 1833, o jornal bissemanal *O Continentirio*, moderado e diferente do que apareceu mais tarde defendendo a república federativa.

A Sociedade Continentina combateu a Sociedade Militar que lutava pelo retorno de D. Pedro 1. Na primeira pontificou o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, comandante na Batalha do Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1824) da 1ª Divisão de Infantaria. Isto, depois de se desentender com os coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manuel Ribeiro, comandantes de brigadas de Cavalaria na época da batalha citada.
8

No auge da confusão, João Manoel foi à Corte defender o coronel Bento Gonçalves junto ao seu irmão Francisco — Regente e ao Ministro da Guerra, de colocações feitas pelo Presidente José Mariani e o marechal Sebastião Barreto. Isto foi ao final de novembro de 1833, após o que para a Corte também seguiu Bento Gonçalves.

Como expressiva parcela de oficialidade de 1ª linha, concentrada em Porto Alegre, era de tendência republicana federativa, o marechal Sebastião Barreto, Comandante-das-Armas, tratou de removê-la de Porto Alegre para a fronteira, com respaldo legal.

O major João Manoel foi transferido com o seu 8º BC para São Borja, em 22 de março de 1834, bem como para Rio Pardo o 1º Corpo de Artilharia com o seu amigo José Mariano de Mattos, menos 6 peças. O 3º Regimento de Cavalaria foi deslocado, de Rio Pardo, para Alegrete e o 2º Regimento de Cavalaria, para Bagé.

A Guarda Nacional havia sido criada em 1831 e o Exército era para ser afastado dos centros do poder e empregado na defesa das fronteiras e do litoral, O Exército criado em 1824 por D. Pedro I, foi seduzido para forçar a abdicação de seu criador. Passava então, a ter uma posição secundária, resetabelecida em 1917, no governo de Wenceslau Braz, com a extinção da Guarda Nacional, que não mais correspondia a exigências dos reflexos imensos da Revolução Industrial na Arte e Ciência da Guerra, fato comprovado pelo enorme atraso da doutrina militar terrestre do Brasil, em relação à européia, na 1 Guerra Mundial.

João Manoel só seguiu para São Borja em fins de junho de 1834, antes permanecendo algum tempo, em Rio Pardo, onde encontrou-se com o seu amigo Mariano de Mattos atuando na sucursal carioca da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, ultranacionalista e antiportuguesa, usando seus membros golas e punhos verde-amarelos.

O major João Manoel estreita mais e solidifica a amizade com seu ex-colega de Academia Real Militar e fluminense, com ele, o major de Artilharia José Mariano de Mattos, comandante da Unidade de Artilharia, entusiasta das idéias republicano-federativas que veio a ser Ministro da Guerra farrapo e, Ministro da Guerra do Império, em 1864, além de valioso auxiliar do atual Duque de Caxias, como seu ajudante-general no Exército, na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.

Conspirador maçônico-liberal

Os majores João Manoel, José Mariano de Mattos e o mineiro alferes José Pinheiro de Ulchoa Cintra, da 1 linha do Exército, filiam-se à Sociedade Continentina, na atual rua Duque de Caxias, onde também morava João Manoel.

De natureza maçônica-secreta, a sociedade funcionava com a participação inclusive, de Tito Livio Zambecarj, Mariano e o uruguaio Manuel Ruedas, conforme detalhes que fornece Morivalde Calvet Fagundes na obra *A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução*, extremamente esclarecedora e básica para o entendimento dos subterrâneos da Revolução Farroupilha e de suas influências maçônicas.

O estopim da Revolução

O major José Egídio Gordilho de Barbuda, 2º Visconde de Camamu, ultramonarquista, atacou violentamente João Manoel, em artigo de jornal. Este o processou do que resultou na condenação de Camamu, confirmada em 10 de julho de 1834.

Mas, depois de diversos artifícios para minimizar o cumprimento da pena que comprometeu o prestígio e autoridade do Presidente no Rio Grande, Fernandes Braga, Camamu foi cumprir a pena no quartel da Guarda Nacional em 1º de setembro de 1834, o qual ocupava o quartel da Praça do Porto, deixado pelo 8º BC de João Manoel.

Camamu estimulou um motim visando a agredir e desarmar o coronel Silvano José Monteiro de Araujo e Paula, comandante da Guarda Nacional e seu carcereiro. O fato não teve maiores conseqüências pela intervenção da Política Militar (Corpo de Permanentes).

Estes fatos tiveram muita negativa repercussão na Província, e daí à revolução foi um passo, pela radicalização conseqüente das posições.

De um lado figuravam o Presidente Fernandes Braga e um irmão — Luís Pedro Chaves, o exaltado Visconde de Camamu, o comandante das Armas — Sebastião Barreto e o único neto do legendário brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e filho do baiano,

coronel Vicente Ferrer da Silva Freire e que viria a ser assassinado junto com o pai, por farrapos, de igual forma que João Manoel por imperiais. Chamava-se Diogo o neto de Pinto Bandeira.

Do outro lado, capitalizando os desacertos do grupo ligado ao governo, encontravam-se os coronéis Bento Gonçalves, João Manoel, major Mariano de Mattos, Pedro Boticário e mais o coronel Silvano, da Guarda Nacional, entre outros.

Com a remoção da 1 linha de Porto Alegre, esta ficou reduzida ao Corpo Policial e Guarda Nacional, criados em 1831, pelo Regente Feijó e, portanto, bastante vulnerável a um ataque, como se dará em 19 setembro de 1835.

João Manoel e o 20 de setembro

No plano para o início da revolução, coube a João Manoel cristalizar a reação em São Borja e reforçar o coronel Bento Manuel Ribeiro, junto com as forças de Cruz Alta.

Este dominava a situação em Alegrete e áreas adjacentes. Ao eclodir a revolução, João Manoel foi para Alegrete com o 8º BC e quadros dos antigos corpos de Cavalaria Missioneira. Fazia pouco, tinha sido reforçado com infantes do Ceará e Pernambuco. Depois de algum tempo em Alegrete, foi mandado guarnecer Caçapava. Dali foi chamado, com urgência, para coadjuvar o Dr. Marciano Pereira Ribeiro, como assessor do Comando-de-Armas do Rio Grande, na qualidade de responsável pelo expediente da repartição.

Em 4 de dezembro de 1835 passou a exercer interinamente o Comando das Armas da Província e, em caráter efetivo, a partir de 17 de fevereiro de 1836, quando Bento Manuel passou-se para o lado imperial, ponto de inflexão da revolução, assinalado pelo reinício da luta, depois de a Revolução se haver assenhoreado de todo o Rio Grande.

João Manoel Comandante-das-Armas

Ao tomar posse no Rio Grande o Presidente Araujo Ribeiro, João Manoel, junto com os charqueadores pelotenses Domingos José de Almeida e Domingos Gonçalves Chaves, todos representando a Assembléia Provincial, rumaram para São José do Norte para conferências com novo Presidente.

Enquanto isto, Bento Manuel Ribeiro tratava da contra-revolução no interior da Província.

Em 17 de fevereiro de 1836, João Manoel assumiu o Comando- das-Armas, em caráter efetivo, por Bento Manuel haver-se passado para a legalidade.

Em 2 de março de 1836, obteve a vitória sobre Bento Manuel, de Capané, em Cachoeira. Derrotou-o também no passo do Lajeado e o perseguiu até Capelinha.

Deixou seu cunhado Corte Real observando Bento Manuel em torno de Alegrete. Este, recompondo sua força, bateu e prendeu o inexperiente Corte Real, em Passo do Rosário.

De Capelinha seguiu João Manoel para Caçapava. Ia com o objetivo de investir Rio Grande, de importancia estratégica como o único porto de mar do Rio Grande. Posição que graciosamente, numa hábil e incruenta manobra política, voltara para as mãos imperiais, para nunca mais retornar.

Fato de grande significação estratégica no combate à revolução, que não dispôs de um porto marítimo para respirar e ajudá-la a dominar suas águas interiores.

Foi juntar-se as tropas de Netto e Crescencio, das regiões de Piratini (Piratini, Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Bagé até Piraí) e Jaguarão.

Mas no Rio Grande, consciente de sua imensa importância estratégica, o Império fez chegar em São José do Norte, em 24 de março de 1836, ao comando do Brigadeiro Antonio Elziário de Miranda Brito, um contingente de 500 homens de Infantaria e Artilharia, 6 canhões e 3 navios de guerra.

A missão de Elziário era comandar a atuação daquelas forças em Pelotas, São José do Norte e Rio Grande, com especialidade nos pontos fortificados que passassem a existir naquelas regiões.

Utilizava-se uma lição da história, extraída dos espanhóis que dominaram a região citada na guerra 1763-77 e, fundamentalmente — Rio Grande. Estratégia usada pelo general Henrique B5hn, depois de reconquistar de assalto a Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776 e aguardar fortificado, nesta então vila, o anunciado ataque naval do Vice-Rei do Prata, D. Pedro Ceballos, frustrado por uma tempestade que dispersou sua poderosa frota.⁹

A partir da chegada desses reforços, Rio Grande tornou-se inexpugnável, além de base para o domínio da imensa rede de navegação interior — o que foi executado por Greenfel da Marinha Imperial.¹⁰

O grosso da defesa de Rio Grande foi colocada na ilha de Torotama, que pertencera ao capitão Manoel Marques de Souza, intrépido riograndense que fora ajudante-de-ordens ao general Henrique B5hn que liderou a expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul, em 1774-76.

Para Pelotas, do citado núcleo, foi destacado o major Manuel Marques de Souza, mais tarde Barão de Porto Alegre e neto do citado capitão Marques de Souza.

Combates pela posse de Pelotas

Manuel Marques de Souza acantonou com 62 homens o 1º Batalhão de Caçadores (BC) no ainda existente histórico sobrado pelotense, à rua Félix da Cunha 603, hoje próximo ao Clube Caixerai e na época isolada do resto, no meio da paisagem, próximo então ao Teatro 7 de Abril.

Era apoiado por uma esquadrilha naval composta de 8 unidades, das quais 4 armadas e entre eles a barca a vapor “Liberal” construída em Pelotas, por Domingos de Almeida e outros e a pioneira da navegação militar e vapor no Brasil em operações de guerra, conforme abordamos ao estudar Domingos de Almeida.

Nestas circunstâncias, visando investir Rio Grande numa manobra de pinça com forças ao comando de Onofre Pires contra São José do Norte e às suas contra o Rio Grande e através do Passo dos Negros, no São Gonçalo, determinou uma concentração geral no passo do Acampamento, no Piratini (local da ponte do Império).²

Concentradas aí as tropas de Antonio Netto e do coronel Domingos Crescêncio, ao comando de João Manoel, elas atacaram Pelotas, de surpresa, na significativa data de 6/7 de abril de 1836, ocupando-a de imediato.

O único ponto de reação foi o sobrado ainda existente e citado onde aquartelaram Marques de Souza e seus 60 homens do 1º BC.

Resistindo com determinação, Marques de Souza sitiado rendeu-se com o argumento de João Manoel e de seu parente Netto, de que iriam minar o prédio, com barris de pólvora, fazendo tudo voar pelos ares.

Rendido Marques de Souza e sua tropa, esta forneceu todo o armamento e munição que veio a equipar um esquadrão farrapo de Netto.³

Ele foi enviado preso para Porto Alegre. Nesta ocasião irrompeu em Pelotas o coronel Albano de Oliveira Bueno para socorrer Marques de Souza. Era compadre de Bento Gonçalves e lutara sob suas ordens de 1801-1821. Havia-se mantido fiel ao Império. Ainda em 7 de abril, dentro de Pelotas foi rechaçado. Acreditando contar com o apoio da esquadilha naval, no Passo dos Negros, retraiu para aquela posição, onde encontrou dois pequenos barcos incapazes de apoiá-lo.

João Manoel o pressionou para dentro do rio, os barcos ficaram inertes para não atingirem as tropas amigas e serem atingidos pela fuzilaria farrapa.

As tropas de Albano passaram a noite de 7/8 de abril de 1836 sob rigoroso sftio. As 8 horas da manhã aumentou a pressão e elas tentaram atravessar o canal a nado no que foram perseguidas por farrapos, em canoas.

O coronel Albano foi alcançado por um tipo indiático, o cabo João Barcelos que teve seu braço impedido de desferir um golpe mortal no heróico coronel Albano, ao ouvir da margem esta ordem do comandante farrapo João Manoel — “Não o matem!”

Feito prisioneiro o coronel Albano, depois de homérica e comovente façanha, contada por Fernandes Luiz Osorio para fugir à prisão, foi enviado preso para Porto Alegre. No caminho, em condições até hoje não esclarecidas, foi morto pelos escoltadores no arroio Velhaco com um tiro na nuca, quando, mesmo amarrado, tentou fugir. Foi mais uma nódoa na Revolução. O coronel Albano merecia escolta mais condigna. João Manoel que comandava a ação seria mais tarde vítima de ato semelhante.

Reação imperial à conquista de Pelotas

Os imperiais reagem e querem manter fechado o Passo dos Negros, passagem estratégica capital, para João Manoel investir a estratégica por todos os tftulos, cidade de Rio Grande, já fixada em São José do Norte, por Onofre Pires.

João Manoel tratou de concentrar reforços em Pelotas para investir Rio Grande, sem a cobertura de Bento Gonçalves que fixava Bento Manuel no corte do Jacuí e o impedia de atender o apelo do Presidente Araujo Ribeiro, em Rio Grande, ameaçado por João Manoel.

Selecionada Pelotas para base de partida contra o governo imperial, em Rio Grande, João Manoel teve de tomar diversas providências para numa primeira fase abrir o Passo dos Negros, ocupado pela esquadilha naval ao mando de João Pascal Greenfel.¹⁴

Construiu em 1 e 2 de junho de 1836 dois redutos fortificados em cada margem da foz do rio Pelotas no canal São Gonçalo.

A margem norte ficou ao comando do major José Mariano de Mattos, e a Sul com seus canhões e fortim ao comando de José Ferreira Vilaça.

E durante todo o dia 2 de junho de 1836, que passou à história como combate de São Gonçalo, os farrapos ao comando de João Manoel secundado por seu amigo Mariano de Mattos, no comando da Artilharia, conseguiram abrir o passo ocupado pela barca a vapor *Liberal*, iate *Oceano* e canhoneira *SJo Pedro Duarte*.

João Manoel ferido no rosto em combate

Embora vitorioso João Manoel foi ferido gravemente no rosto por um estilhaço de granada, do que levaria mais de 6 meses para recuperar-se.

Foi transportado para a casa do charqueador Domingos de Almeida, transformada então, em Trem de Guerra, em apoio à ação do Passo dos Negros e da projetada ação sobre o Rio Grande. A revelou o mineiro de Diamantina a sua grande sensibilidade para a Logística Militar conforme documentos que produziu.⁵ No Trem de Guerra que ali funcionou por 15 meses ele fez preparar e conduzir tábuas para a construção de balsas (portadas) para transportar para outro lado a tropa de João Manoel; produziu material e forneceu operários para a construção dos dois redutos na foz do rio Pelotas; abateu gado e supriu a tropa de João Manoel; estabeleceu ferraria com forjas, sendo uma para fundir balas de artilharia; instalou alfaiataria para a feitura de uniformes; casa de fabrico de pólvora e refinação do salitre, matéria-prima para a pólvora, e mais armazéns, depósitos e cozinhas etc.

Suacasa transformou-se além de Trem de Guerra ou base logística farrapa, no Quartel-General Farrapo. Pois ali, em enfermaria improvisada, tratou-se de ferimento o major João Manoel, Comandante-das-Armas do governo em Porto Alegre. Esta experiência em trem de guerra foi valiosa e foi transferida para as capitais futuras farrapas, Piratini e Caçapava.¹⁶

Retorno de Porto Alegre aos imperiais

A situação farrapa assemelhava-se a um cobertor curto. Da concentração em Pelotas para investir Rio Grande, Porto Alegre ficou descoberta e desguarnecida. Isto propiciou o seu retorno definitivo, às mãos dos imperiais, graças a um ousado golpe-de-mão do major Manuel Marques de Souza. Este, depois de preso em Pelotas, foi remetido preso no barco *Presiganga*. De lá conseguiu fugir e liderar, em 15 de junho de 1836, a reconquista de Porto Alegre e prender o Presidente revolucionário — o mineiro e médico formado em Edimburgo-Escócia, responsável pela definição da filosofia da revolução de república-federativa. Este foi preso e enviado ao Rio, junto com seu tio, vigário de Taquari, Antônio Pereira Ribeiro, para a Fortaleza de Santa Cruz. Seu tio morreu e ele logrou fugir para a Argentina de onde veio para o Rio Grande e faleceu em 4 de maio de 1840, em São Gabriel. Na prisão, diversas vezes se ofereceu para morrer em local dos demais.

Já em 1832 definira o sentido da revolução Rio-Grandense. Revolução que devia apoiar-se em elementos e política essencialmente brasileiros e nunca perder de vista seu caráter eminentemente nacional.¹⁷

Foram presos 36 revolucionários todos enviados para o Rio. Foi indiscutivelmente uma grande vitória estratégica conseguida a um custo muito baixo.

Assim, Marques de Souza mais tarde foi agraciado Barão de Porto Alegre e depois Conde e a cidade de Porto Alegre titulada “mui leal e valorosa”.

Desistência da conquista de Rio Grande

A queda de Porto Alegre fez cair pela manobra a pressão sobre o Rio Grande.

Porto Alegre e Rio Grande, em mãos dos imperiais e ligadas pela Lagoa dos Patos, seriam o sustentáculo imperial. A condição peninsular de ambas facilitou trabalhos de fortificações levados a efeito que se tornariam inexpugnáveis, por terra. Porto Alegre foi fortificada progressivamente, numa linha elevada que passava pelas atuais rua Duque de Caxias e Santa Casa de Misericórdia e que dominavam a várzea ou Parque da Redenção, atual a praça do Portão que tem seu nome desta época.

Pois ali era a entrada da linha fortificada que protegia Porto Alegre. Os farrapos embora colocando-a sob sítio, jamais puderam dominá-la. Daí o enorme alcance estratégico do ousado e audaz golpe-de-mão de reconquistá-la, do mais tarde Conde de Porto Alegre.

Assim para João Manoel comandante-das-Armas, em recuperação de grave ferimento, em Pelotas, a situação estratégica da Revolução muito se agravara com a queda de Porto Alegre e, em conseqüência, o acalentado projeto de reconquistar o porto do mar do Rio Grande, inviabilizado por aquela queda. Isto determinou a prisão do governo revolucionário presidido por Mariano Ribeiro e toda a infra-estrutura de governo lá existente. A prisão do Dr. Mariano e mais 35 revolucionários criou um vácuo no poder revolucionário. A isto some-se a redução de atuação de João Manoel atingido pelo ferimento e por tensões violentas decorrente dos insucessos e outros fatos desagradáveis.

Confronto de estratégias — Bento Gonçalves, João Manoel

Segundo se conclui de Canabarro Reichardt aqui se evidenciava o insucesso da estratégia concebida e executada por João Manoel que se contrapunha proposta por Bento Gonçalves, biografado pelo autor citado.

Bento Gonçalves propôs que todo o esforço revolucionário fosse concentrado contra Bento Manuel, antes de ser reforçado por Silva Tavares e, a seguir, contra Rio Grande.

Mas segundo o autor citado, a estratégia de Bento Gonçalves não foi aceita por João Manoel. Este manifestou-se como viável, conquistar ao mesmo tempo — Rio Grande, ao seu comando, e Bento Gonçalves bater Bento Manuel.

O resultado prático foi o seguinte:

João Manoel apertou o sítio de Rio Grande, inclusive com recursos tirados de Porto Alegre. Bento Gonçalves perseguia Bento Manuel. Neste interim Porto Alegre caiu, sem reação, em poder dos imperiais para sempre. Lá foi preso e transportado para o Rio o governo revolucionário. Na tentativa de recuperá-la, Bento Gonçalves desenvolveu grande esforço e tentou inclusive sitiá-la. Bento Manuel obriga-o a levantar o sítio e a rumar para a Campanha. Nesta ocasião Bento Gonçalves foi preso em 4 de outubro de 1836, na ilha do Fanfa e remetido preso ao Rio e depois Bahia.

Ameaçado pela retaguarda e abandonado o plano de atacar Rio Grande, João Manoel foi obrigado a marchar para a Serra dos Tapes. Inicialmente idealizou Canguçu, mudando a concentração para Piratini. Isto a conselho de Domingos José de Almeida, em busca da única luz que brilhara neste quadro adverso a Proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes, por Antonio de Souza Netto apoiado por sua Brigada Liberal.

Esta integrada por dois corpos da Guarda Nacional composto de gente dos atuais municípios de Canguçu, Pedro Osório, Piratini, Pinheiro Machado, Arroio Grande, Herval e Bagé até o Piraí.¹⁸ Teria dado resultado a estratégia de Bento Gonçalves?

Pesava na consciência das lideranças revolucionárias três assassinios perpetrados por farrapos de pouca expressão e que fugiram ao controle dos chefes. O primeiro, em 26 de janeiro de 1836, do genro e único neto do legendário e heróico Rafael Pinto Bandeira (falecido) que se havia destacado na guerra da Restauração do Rio Grande do Sul de 1763-77 e que foi o primeiro rio-grandense a governar o atual Rio Grande do Sul. Os assassinados por farrapos que segundo consta escaparam ao controle do Cabo Rocha,¹⁹ foram o coronel de Cavalaria e Estado-Maior Vicente Ferrer da Silva Freire, baiano nascido em Salvador, em 5 de abril de 1782 e seu filho, com 26 anos, Diogo Pinto Bandeira da Silva Freire. Ambos foram mortos na fazenda da família, em Canoas, junto ao rio dos Sinos.

O segundo crime foi o do Cel Albano, herói da Integridade do Brasil de 1801-1828 e, em circunstâncias não esclarecidas, quando era conduzido preso, de Pelotas para Porto Alegre.

Mal desconfiava João Manoel que ele e seu cunhado Corte Real seriam vítimas fatais, de crimes imperiais semelhantes aos citados.

João Manoel e a República Rio-Grandense

Segundo se conclui dos estudiosos da revolução, a proclamação da República Rio-Grandense deveria ser feita na primeira oportunidade.

E sobre isto estavam acordes Bento Gonçalves, João Manoel, Domingos de Almeida, para citar os principais.

Em 10 de setembro de 1836, o coronel Antonio Netto conseguiu mernoravel vitória em Seival, sobre o coronel Silva Tavares, que tentava por todos os meios atacar João Manoel em Pelotas e assim aliviar a pressão que este ainda exercia sobre Rio Grande.

Esta vitória foi explorada como o momento psicológico ideal para Proclamação da República Rio-Grandense por Netto. Este ato teve lugar no dia seguinte, em Campo do Menezes.

Este fato veio preencher o vácuo de poder e de esperanças decorrentes da queda de Porto Alegre, capital revolucionária, com a prisão de quase toda a inteligência civil revolucionária. E assim deu um ânimo novo e uma nova dimensão à causa farrapa. Minimizou até a prisão de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, 24 dias depois da proclamação de Netto, tempo decorrido, precioso, para o ideal republicano expandir-se, enquanto Bento Gonçalves fixava Bento Manuel, impedindo-o de atuar contra João Manoel e Netto. Com a prisão de Bento Gonçalves, líder político-militar, Netto passou a exercer a chefia política e João Manoel a militar da revolução.

Piratini capital da República

Com a prisão de Bento Gonçalves, Bento Manuel recuperou a liberdade de manobra. Planejou aliviar a pressão sobre o governo provincial legal, estabelecido em Rio Grande e exercido por seu parente e amigo. Araújo Ribeiro. Este, rio-grandense, formado em Direito em Coimbra, diplomata em Nápoles, EUA e Inglaterra, de 1826-33, antes de presidir Minas Gerais e depois o Rio Grande de 15 de janeiro a 26 de julho de 1836, do qual seria senador em 1849, depois de ter sido seu deputad²⁰ João Manoel para escapar, em Pelotas, à ação de Bento Manuel, a evacuou rumo a Piratini, junto como o seu já

grande amigo Domingos José de Almeida que o acolheu, gravemente ferido, em sua charqueada, em Pelotas, desde o vitorioso combate de São Gonçalo de 2 de junho de 1836, portanto, por 4 meses e meio. O local para a concentração do Exército foi Piratini na Serra dos Tapes que havia sido criada vila, em 15 de dezembro de 1830, depois de nela terem se fixado diversos militares, por ocasião da desmobilização ali do Exército do Sul, que lutara na guerra Cisplatina 1825-26. Seu território então compreendia os atuais municípios de Piratini, Canguçu, Pinheiro Machado, parte do de Bagé, até o Piraí e o atual de Pedro Osório (antigo Cerrito depois Vila Freire) ao norte do rio Piratini. 21

Em Piratini, escolhida capital da República, João Manoel participou de organização da República Rio-Grandense como líder e cérebro militar e Domingos de Almeida, como cérebro civil.

Atuação na instalação da República Rio-Grandense

Em 1º de novembro de 1836, João Manoel, de Comandante das Armas do governo de Marciano Ribeiro, derrubado, passou ao exercício das funções de Comandante-em-Chefe do Exército da novel República Rio-Grandense.

João Manoel coadjuvado por José Mariano de Mattos seu co-provinciano e antigo colega na Academia Militar do Rio de Janeiro e agora ligados por fortes laços de amizade, recorrendo aos seus conhecimentos práticos e acadêmicos passou a organizar o Exército da República Rio-Grandense. João Manoel mais voltado para a parte operativa e Mariano de Mattos para a parte de apoio administrativo e logística e de Artilharia — sua especialidade.

Netto, líder político-militar de fato, na ausência de Bento Gonçalves, não tinha as condições para estabelecer a Doutrina do Exército nos campos da Organização, Equipamento, Instrução, Motivação e Emprego. Bento Gonçalves mais experimentado e formado na Academia Militar das Coxilhas, como o foi o mais tarde general Osório, estava ausente e não possuía embasamento teórico para a empresa.

Em 6 de novembro de 1836, em Piratini, foi instalada a República Rio-Grandense, tendo o seu líder político militar coronel Bento Gonçalves, sido eleito Presidente da República.

A Direção do governo instalado ficou assim constituída: Vice-Presidente no exercício da Presidência, José Gomes de Vasconcelos Jardim, líder e comandante do vitorioso combate da Azenha, em 19 de setembro de 1835.

A direção militar da República coube aos fluminenses João Manoel, como Comandante-em-Chefe do Exército, interino, e ao major José Mariano de Mattos, como Ministro da Guerra e da Marinha e comandante da Artilharia.

Aos mineiros Domingos José de Almeida e ao oficial de 1 linha do Exército Imperial, antes da revolução, José Pinheiro de Ulhoa Cintra coube a parte civil do governo, voltada significativamente para criar e apoiar uma estrutura de apoio administrativo e logística ao Exército e Marinha.

Por decreto de 8 de novembro de 1836, de inspiração de João Manoel e coadjuvação de Mariano de Mattos, os únicos oficiais da República Rio-Grandense com curso na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, foi organizado o Exército da República Rio-Grandense.

Por certo João Manoel e Mariano de Mattos se inspiraram nas obras dos seguintes autores franceses, básicas no ano destinado ao Curso Militar da Academia Real Militar que ambos cursaram: 22

— Conde de Cessac, general Jean Gerard Lacuée (1752-1821) que integrou, na Revolução Francesa que implantou a República na França em 1789, o Comitê instituído pela Assembléia Nacional para reorganizar o Exército da França. Depois, como general-de-brigada em 1793, foi encarregado da defesa dos Pirineus, além de haver dirigido o Bureau da Guerra em 1785, sendo Ministro da Guerra em 1808 e ter sido Inspetor Geral da Infantaria Francesa, em 1794, cujas obras principais com projeção na formação militar dos oficiais de nossa Academia Real Militar foram, *O guia do oficial em campanha* — 2 v, 1886, *Projeto de Organização do Exército Francês — 1789* e *Arte Militar* (focalizando a Tática e Estratégia francesas depois de Revolução de 1789).

— Barão Simon François Gai de Vernon (1760-1822) Marechal-de-Campo, experimentado fortificador militar e tratadista do assunto em duas obras de Fortificações da Campanha adotadas no Curso Militar de nossa Academia Real Militar.²³

João Manoel — primeiro general da República

Eis, pois, as inspirações para orientarem João Manoel e José Marciano, egressos da Academia Real Militar, para organizarem o Exército da República Rio-Grandense.

Para Mariano de Mattos, de Artilharia e fortificador, as aulas de Fortificação em Campanha foram-lhe sobremodo úteis na construção ou melhoria das fortificações na foz do Pelotas, em Caçapava, na ilha do Junco e Ponta de Itapuan, no controle do sítio posterior de Porto Alegre e mesmo em Torres, tirando lições da história em 1777 e 1809, em que o local foi fortificado pelo coronel Marcelino de Figueiredo e depois por D. Diogo de Souza, para barrar a direção estratégica Laguna-Porto Alegre.

Domingos de Almeida levou para Piratini parte do Trem de Guerra que organizara em sua charqueada em Pelotas, tendo inclusive, em viagem, fabricado pólvora.²⁴

Foi estabelecido uma rede de apoio logístico, objeto de estudo nosso na terceira parte.

Dois dias do decreto que organizou ou criou o Exército Republicano, João Manoel foi elevado ao posto de general da República, sendo o primeiro a sê-lo. Bento Gonçalves foi promovido dois dias depois, em 12 de novembro de 1836.

Retirada estratégica

Ameaçada, a sede do governo Piratini e base de operações do Exército ainda em estruturação, João Manoel determinou uma retirada estratégica para as cabeceiras do Jaguarão.

Assim, em 14 de novembro de 1836, rumou para o rio Candiota para onde determinou a convergência de elementos de Cavalaria dispersos. Como alternativa previu ter de internar-se no Uruguai e de lá retornar por Bagé. Era um recurso comum em todas as nossas revoluções. Internar-se no Uruguai, reorganizar-se e retornar.

O próprio Alvear depois da Batalha do Passo no Rosário em 1827 internou-se no Uruguai para depois retornar e combater na frente de Jaguarão, segundo estudo de Wiedersphan, biógrafo de João Manoel.

João Manoel expediu ordens traduzindo a seguinte tática: Evitar-se engajamento com os imperiais, mas perturbá-los com ações de guerrilhas, para retardá-los e manter vigilância estreita sobre seus deslocamentos.

Durante os deslocamentos João Manoel procurou instruir e orientar seu Exército de integrantes tão díspares. Estas medidas provocaram reações na tropa, como as assinaladas por seu irmão, contra o general Henrique Brown, ao ordenar exercícios, antes da Batalha do Passo do Rosário, tradição contrária aos costumes locais.²⁵

Assim chegou João Manoel na Coxilha do Madrugá, próximo ao passo do rio Candiota onde operou a junção do seu Exército de 1.400 homens de Cavalaria, Infantaria e Artilharia com 5 peças. Esta, ao comando do Ministro da Guerra Mariano de Mattos, João Manoel rechaçou dois ataques de Bento Manoel, em 22 de novembro, no arroio Candiota e, em 30 de novembro, na Coxilha de Pedras Altas, seguido de perseguição até o Cerro do Baú.

A prudência de João Manoel combinada com o agravamento de sua saúde, decorrente do ferimento mal curado, recebido no combate de São Gonçalo, chocou-se com os ideais de seus comandantes subordinados, afeitos a lances impetuosos e menos prudentes.

Um veterano do Decênio Heróico, assim definiu João Manoel pelo que viu e ouviu!

“João Manoel de Lima e Silva era bom militar. Prestou relevantes serviços à República. Era um general valente e muito brioso. Era um cidadão muito distinto e conhecia as leis da guerra (doutrina militar).

Era um vulto muito saliente na revolução. Porém, não tinha muitos afetos à sua pessoa.”²⁶

Enfim penso que havia um obstáculo sociológico entre o chefe e os liderados, por diferenças culturais e de difícil remoção naquelas críticas circunstâncias operacionais. Mas Caldeira fez justiça ao seu valor como cidadão e soldado.

João Manoel trata da saúde em Montevideu

Dentro dessas circunstâncias adversas, a conselho de Mariano de Mattos, João Manoel passou, em 7 de dezembro de 1836, o comando interino do Exército, a cuja frente permanecera um mês e sete dias, do coronel Antônio de Souza Netto. Este, assim, passou a exercer de fato o comando político-militar do movimento. João Manoel foi tratar-se do ferimento em Montevideu, de onde enviou, em 31 de dezembro, carta ao seu irmão Domingos de Almeida da qual destaco:

“Sabe que desde que fui ferido, não deixei um só momento de servir assiduamente. E isto com prejuízo manifesto de minha saúde e do serviço futuro à Pátria.

E neste propósito me conservava de não deixar as fileiras por nenhum motivo.

Porém, sendo informado de que alguém espalhava no Exército a in conveniência de minha estada à sua frente, por razão das minhas moléstias tornarem morosos os movimentos, tive de retirar-me, para não impedir algum grande movimento estratégico. Para isso ouvi o parecer do meu antiqüíssimo e verdadeiro amigo José Mariano de Mattos que, aclarando-me certas circunstâncias que eu então ignorava, mais me convenci que devia tornar efetiva a minha retirada do Exército.

É verdade que minhas moléstias se agravaram extremamente. Mas também é verdade que disso nunca me queixei a alguém e por minha vontade nunca se deixou de se fazer as marchas, apresentar-se linha de combate sempre que o inimigo estava próximo e de estar eu a cavalo neles.

Devo dizer-lhe que o dia de maior desgosto, em toda a minha carreira militar, foi o dia em que me retirei do Exército Rio-Grandense, separando-me dos bravos que quatro vezes comigo tinham expostos a vida para fazer triunfar a liberdade (combates de Capané, Passos dos Negros, São Gonçalo e Candiottinha).

As minhas moléstias não têm obtido nenhuma melhora, seja por falta de um profissional hábil, seja pela falta de recursos, indispensáveis ao meu tratamento.”²⁷

Netto, no entanto, seguira a seguinte diretriz estratégica formulada por João Manoel:²⁸

Evitar a surpresa e um engajamento com Bento Manuel até obter a junção com o restante das forças.

Retorno e morte prematura

Em janeiro de 1837 João Manoel retornou, já com Bento Manuel bandeado pela 2ª vez, para a causa farrapa.

Em posição secundária, embora o mais antigo general, para solucionar o impasse segundo Wiedersphan, João Manoel se ofereceu para organizar uma brigada farrapa na região de Alegrete e com ela ocupar as Missões e pacificá-la, depois de bater os imperiais lá comandados pelo coronel Loureiro. Isto teve lugar em Butuf, em 5 de julho de 1837, e logo a seguir em Itaquera. Em decorrência, os remanescentes, junto com o Cel Loureiro, transpuseram o Uruguai, para a Argentina.

Em 1º de agosto de 1837, João Manoel, em ofício, comunicou ao governo haver pacificado as Missões, fazendo emigrar o coronel Manoel dos Santos Loureiro.²⁹

Ao sair de um baile foi-lhe armada uma cilada pelo índio Roque Faustino, em nome dos imperiais.

Foi assassinado inerte, seviciado e deixado nu e insepulto em 25 de agosto de 1837, aos 32 anos, 6 meses e 27 dias.

Mais tarde foi exumado e transportado para Caçapava onde foi sepultado com todas as honras militares pela República Rio-Grandense a “um patrício adotivo”.

O jornal *O Povo* de 19 de outubro de 1939, foi dedicado a evocar a sua memória. Publicou sua biografia feita por Domingos José de Almeida, Ministro da Fazenda, descreveu a cerimônia religiosa em seu sepultamento em jazigo condigno e publicou, em sua homenagem, a única iconografia de toda a sua História.

Posteriormente, por ocasião do ataque imperial levado a efeito em Caçapava, em 1840, por ordem do general Manoel Jorge e executado pelo brigadeiro Bonifácio Izaf as Calderon, coadjuvado pelo coronel Manoel dos Santos Loureiro, o túmulo do general João Manoel foi profanado e seus restos mortais foram espalhados pelos campos.

O brigadeiro Calderon, oriental a serviço do Império, pouco dias decorridos desta profanação, foi vítima de um fulminante ataque apoplético nas margens do Jacuí, quando se deslocava a cavalo num reconhecimento.

Quem teve a iniciativa da profanação? Até hoje é um mistério! Mas ela foi ordenada!

O laudo de exumação revelou o seguinte quanto ao ferimento no combate de São Gonçalo, em Pelotas, em 2 de junho de 1836:

“Apresenta no lado esquerdo depressão no corpo da mandíbula superior, fratura na apófise sigomática e quase completa destruição no pescoço do côndilo articular do maxilar inferior.”

Sobre o assassinato registrou o laudo. “Orifício reentrante no occipital devido a bala e diversos cortes nas bordas das costelas externas em seus terços posteriores, provenientes de alguns lançamentos dados na mesma ocasião.”

E assim teve fim João Manoel de Lima e Silva — o rio-grandense adotivo e mártir da República do Brasil, proclamada em 15 de novembro de 1889. Faustino Roque, cabo imperial, foi preso em 31 de outubro de 1837 e mandado fuzilar por Bento Manuel Ribeiro.

Roque estava usando os arreios e roupas de João Manoel.

Não encontramos fontes testemunhando seu relacionamento com os Lima e Silva no Rio, bem como seus descendentes gaúchos.

O historiador militar Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan publicou em 1984 no Rio Grande do Sul, *O General Farroupilha Joao Manoel de Lima e Silva*.

NOTAS

1. BENTO, *Canguçu, reencontro com a História*. Palegre, IEL, 1894, pág. 40.
2. SILVA, *Anais do Exército Brasileiro*. Rio, Imprensa Militar, 1926.
3. Livro de Matrícula 1 da Academia Real Militar, no Arquivo do Exército (microfilme).
4. Idem, nota anterior.
5. BENTO, in: *RIHGB*, 1982 e *Revista do Exército*, 1984.
6. WIEDRSPHAN. *O general farroupilha JoJo Manoel*. Palegre, Sulina, 1984.
7. BENTO, *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. Palegre 1 Ex, 1975 (ver 28° BC).
8. BENTO, *Análise dos fatores da decisão militar em Passo do Rosário. Defesa Nacional* 1977, n° 672.
9. BOHN. Memórias in: *Anais do Simpósio da Guerra da Restauração do RGS*, Rio, 114GB — IGHMB, 1977.
10. Idem, nota 7 (ver).
11. BENTO, *O mineiro que foi o cérebro e o maior estadista da Rev. Far.*, 1 Itajuba, EFEI, 1982.
12. Idem, nota 1, pg. 95.
13. osório, Fernando. *A Cidade de Pelotas*, Palegre, Liv. Globo, 2 ed.
14. Idem, nota anterior.
15. AAHRGS, v. 2 (Correspondência de Almeida).
16. Idem, nota 11.
17. FAGUNDES, *A História da Revolução Farroupilha*. Palegre, 1984.
18. ALMEIDA, *História de Piratini* 1964 e nota 1, Øg. 63-65.
19. Chamava-se Manoel Vieira da Rocha, que participara da conquista de Porto Alegre em 20 de outubro de 1835 e foi morto em aço na ilha do Fanfa.
20. FLORES, notas, pág. 47.
21. FORTES e WAGNER, *História Adm RGS*, Globo, 1963 (Confundire Cerrito de Piratini com Cerrito do Jaguarlo).
22. BENTO, *A breu e Lima o Brasileiro que foi general de Bolívar*. Arquivo 111GB — Rio.

23. Idem, nota anterior e Carta Real de 1810 do Príncipe D. Jolo que criou a Academia Real Militar.
24. Idem, nota 15 — Correspondência de Domingos José de Almeida.
25. Idem, nota 2.
26. CALDEIRA, *Apontamentos Rev. Far.* RIHGRGS, nº 27, 1927.
27. Idem, nota 24.
28. Idem, nota 6, pág. 122.
29. Idem.

GENERAL BENTO GONÇALVES DA SILVA (1788-1849)

Significação histórica

Prestou assinalados serviços militares preservação da Soberania e Integridade do Brasil nas Guerras de 1811-1812 (Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental); guerras contra Artigas 1816-17 e 1821, Guerra da Independência do Brasil na Cisplatina 1822-24 e Guerra Cisplatina 1825-28, na qual teve atuação destacada na proteção da junção do Exército do Sul, ao comando de Barbacena nas margens do arroio Lexinguana, em 5 de fevereiro de 1827, manobra considerada “obra-prima de estratégia”.² E, além, na Batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro, no comando da 2ª Brigada de Cavalaria.³

Por isso Bento Gonçalves atingiu a condição de coronel de EstadoMaiór da la linha do Exército Imperial.

Na Revolução Farroupilha foi o seu líder político-militar, tendo sido eleito Presidente da República Rio-Grandense e seu segundo general, mesmo preso, no Rio.

Foi um grande estudioso de História Militar Romana e da Revolução Francesa de onde tirou muitas inspirações para a sua atuação militar, circunstâncias que compensavam não haver cursado a Academia Real Militar do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. Em reconhecimento a seus serviços foi condecorado com a medalha da Campanha 1816-1821 contra Artigas e com as ordens de Cristo e da Rosa.

Para Arthur Ferreira Filho, grande intérprete do heróico espírito militar do Rio Grande do Sul — “Bento Gonçalves da Silva foi o maior rio-grandense do período, herói autentico, figura de romance e a encarnação das melhores virtudes de nossa raça.

Personagem sem contrastes, brilhou como sol entre as luminárias de uma época em que o Rio Grande se notabilizou pela superioridade moral de seus filhos.”⁴

Confirmar esta afirmação do mestre é obra de simples verificação, da ligação do nome do Cel Bento Gonçalves usada como denominação de uma cidade e ruas, além de patrono do Regimento de Cavalaria da histórica e briosa Brigada Militar do Rio Grande do Sul, dentre outras homenagens recebidas nos últimos 104 anos.

Naturalidade, ascendência e laços de família

Bento nasceu em Triunfo-RS, na margem do Jacuí, em 23 de setembro de 1788, tendo passado sua infância na Estância da Piedade, próximo a Triunfo, que fora fundado por seus avós maternos. Foi o 10º filho do casal Alferes Joaquim Gonçalves da Silva e de Perpétua.



BENTO GONÇALVES DA SILVA
— Reprodução fotográfica de retrato que esteve na Fazenda do Cristal, no Camaquã, e atualmente no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, doado por Dario Crespo, descendente do cid-campeador farroupilha.

Pelo lado materno era neto do paulista de Guaratinguetá, Antônio Costa Barbosa, e bisneto do casal Jerônimo de Ornelas — o patriarca de Porto Alegre, que por esta razão foi chamado Porto de Ornelas, e de Lucrecia Leme Barbosa, também de Guaratinguetá, consangünea do bandeirante Fernão Dias Pais Leme. Seu bisavô, Jerônimo, era da ilha da Madeira e descendente de fidalgos. Com ele Bento privou, em Triunfo, em sua infância, desde que Jerônimo se mudara de Porto Alegre para Triunfo, em 1762. O pai de

Bento que lutara na Guerra 1763-1766 comprou junto ao rio Camaquã as sesmarias do Cristal, do Cordeiro, do Duro, do Santo Antônio do Paraíso, e das Sobras. Atingiu o posto de capitão de Ordenanças, foi vereador, da Câmara de Porto Alegre, tesoureiro da Delegacia Fiscal, tendo servido de exemplo e conselheiro acatado para Bento Gonçalves até morrer.

Bento criou-se nas estâncias do rio Camaquã, tornando-se cedo um expoente nas lindes campeiras, a par de apreciável cultura absorvida sob a orientação do pai, um homem de largos horizontes como o provou seu currículo sintético. Bento, além de suas origens familiares distintas em São Paulo, na ilha da Madeira e Portugal, ligou-se por laços de família a diversas outras famílias distintas na parte Leste do Rio Grande. Eram seus parentes na Revolução Farroupilha entre outros, Araújo Ribeiro, Gomes Jardim (primo), Onofre Pires, Antunes Soares da Porciúncula, Florentino Souza Leite (de Canguçu) e Chico Pedro ou “Moringue”.

Serviu-lhe de padrinho de batismo o tenente Manoel Carvalho que levantou a típica planta até hoje conhecida de Fortaleza, Santa Tecla, em Bagé, antes de ser arrasada em

1776. Seu padrinho foi também o primeiro sesmeiro das terras onde hoje se ergue a cidade de Pelotas.

De Triunfo, depois da expulsão dos espanhóis da Vila do Rio Grande, partiram muitos dos povoadores de Tapes, Camaquã, Encruzilhada do Sul, São Lourenço, Canguçu, Bagé, Jaguarão, Pelotas, regiões onde o Il-der farrapo possuía muitos parentes e ainda os possui, como em Canguçu congregados na ADALEME — Associação dos Descendentes e Afins do Leme, cuja sede é o Distrito da Armada que mantém registros próprios.

Furriel de Auxiliares

Na Campanha de Pacificação da Banda Oriental, 1811-12, integrou o Exército ao comando de D. Diogo de Souza. Assistiu à fundação de Bagé por D. Diogo e, de lá, aos 23 anos, escreveu ao pai “que tudo corre bem e que a experiência correspondia às minhas expectativas”, depois de apresentar-se, em 15 de julho de 1811.

Sua primeira missão militar será logística. Foi promovido a furriel de Auxiliares e colocado por D. Diogo, como Alcaide ou Juiz de Paz de Cerro Largo, ou Meio atual, para dali ajudar a suprir o Exército Pacificador, em operações.

Terminada a campanha se estabeleceu no local como comerciante. Ali conheceu sua futura esposa Caetana, filha de espanhol com uma riograndense de Povo Novo. Casou-se com Caetana, em 1814, com 26 anos. Em Cerro Largo trabalhou e estabeleceu largo círculo de amizades. Em Las Canas, afluente do rio Jaguarão, próximo à fronteira do Rio Grande, estabeleceu estância de criar e invernado. Com a esposa manteve modelar ligação, conforme correspondência disponível que não corresponde à falsa imagem de conquistador que a TV Bandeirantes vinculou em 2 de dezembro de 1985 no programa *Guerra dos Farrapos*.

Informante da Fronteira do Rio Grande

Face à difícil situação no Prata, Bento Gonçalves tornou-se agente de informações, no Uruguai, para o célebre fronteiro Manuel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande, herói da expulsão dos espanhóis da Vila do Rio Grande, em 1º de abril de 1776, como Ajudante-de-Ordens, do General Böhn. E, assim, Bento enviou informes, posteriormente confirmados, alguns com riscos pessoais, sobre as movimentações de Artigas.

Mantendo comércio com o Brasil, foi atingido duramente por medidas decretadas por Artigas, no sentido de impedir passagem para o Brasil, de gado, couros e sebo da Cisplatina.

Capitão de Milícias contra Artigas

Acreditando que outras medidas restritivas seriam adotadas, uniu-se ao mais tarde coronel de Milícias Albano de Oliveira Bueno, seu amigo e compadre, para o seguinte oferecimento, caso o Brasil invadisse a Cisplatina.

“Avisados com tempo, desarmariam a guarnição de Cerro Largo, tirando-lhe cavalos. Colocariam à disposição das tropas do Brasil 600 cavalos e reuniriam 60 homens armados, desertores e foragidos, desde que fossem perdoados ou anistiados.”

O coronel Albano era filho de um paulista de Guaratinguetá. Na Revolução Farroupilha se colocou do lado do Império. Preso em Pelotas, no combate de passo dos

Negros, foi morto no arroio Velhaco pela escolta, não se sabe em que circunstâncias. A oferta foi aceita, mas as operações evoluíram.

Segundo interpretações dominantes, Bento foi eleito Juiz de Paz e Alcaide de Cerro Largo que foi invadida por artiguenhos. Estes saquearam e incendiaram suas vendas.

Antes dessa ação, em carta ao pai Bento escreveu em 4 de setembro de 1816:

“Estar estabelecido em Cerro Largo com negócios de fazendas e bebidas, haver comprado uma estância por 30 mil cruzados, com 12 mil de aviso, a qual possuía 15.000 reses, cavalos, carretas, escravos etc... e em dois anos pretendo estar livre de dívidas.”

Durante a guerra contra Artigas 1816-17, Bento iniciou sua carreira militar, com 28 anos, no posto de capitão de Milícias. Revelou então excepcional vocação militar, que o conduziu, 13 anos depois, à sua promoção a coronel de 1ª linha e de Estado-Maior. E, em 1836, decorridos 20 anos de vida militar, a general de República Rio-Grandense e Comandante-em-Chefe de seu Exército.

Atuação nas Guerras contra Artigas

A partir de Cerro Largo apoiou logisticamente a Divisão de Voluntários Reais, que invasiu o Uruguai, ao comando de Lecor, pelo litoral, na qualidade de alcaide e juiz de paz.

Foi alvo de represália que destruiu e saqueou sua casa comercial. Obrigado a ir para o Sento do Jaguarão (Jaguarão atual) foi colocado à frente de uma guerrilha.

Em fevereiro de 1817 destroçou partida inimiga que saqueava Herval. Em 22 de abril de 1817, a partir de Encruzilhada do Sul, recrutou guerrilheiros de Encruzilhada, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Her vai e Jaguarão atuais para liderar a defesa móvel da Fronteira, no rio Jaguarão, depois de a medida ser aprovada pelo Marques de Souza (1), Comandante da Fronteira, em Rio Grande. Com esta tropa e o título de Comandante da Partida Volante da Fronteira de Jaguarão ingressou, em 22 de setembro de 1817, no serviço militar, em caráter oficial, através do ato do Marquês de Alegrete e que sintetizo:

“Ordem para organizar de novo a guerrilha do capitão Bento Gonçalves da Silva, com homens desde que não desertores, a partir de hoje. O ponto de reunião deve ser ao sul do Jaguarão, na faixa entre Jaguarão e Bagé. Bento terá liberdade de interiorizar-se no Uruguai e lá praticar todas as hostilidades permitidas pelo direito de guerra.” Terminava dizendo que Bento “pelos provas de valor e lealdade, iria bem cumprir os deveres do bom português”.⁵

Dentro desse contexto Bento Gonçalves participou das seguintes ações: Em 1818 em Currales derrotou o oriental Moreira. Em 20 de julho de 1818, em Las Canas, derrotou e aprisionou Delgado. Em 6 de maio de 1815, em Cordovez bateu e aprisionou Ortoguez. Em 25 de julho de 1815, em Carumbé destroçou “Lopes Chico”. Em janeiro de 1820, no arroio Olimar, derrotou o coronel Aguiar.

Estava, pois, formado guerreiro, na Academia Militar dos Coxilhas da Fronteira do Vai e Vem ⁶ “vendo, tratando e pelejando”, segundo Camões.

Traços de seu perfil militar

Sobre seu perfil militar escreveria mais tarde uma testemunha ocular na Revolução Farroupilha.⁷

“Foi o primeiro general da República, tanto pela tática militar, como pelo prestígio na Província do Rio Grande. Era um cidadão muito atencioso, prudente e valente como o mais valente dos generais do Exército (Rio-Grandense).

Era de boa estatura e bem feito de corpo. Tinha a cabeça pequena e redonda. Era a primeira espada da Província e tinha conhecimento da História Romana.”

Noutra oportunidade o mesmo depoente o definiu melhor ainda:⁸

“Bento Gonçalves era um homem prudente, não só frente ao inimigo e também no círculo de seus amigos. Em combate ele era o primeiro visado pelo inimigo. Sabia o momento de atacar e vencer, bem como o da retirada, quando julgada conveniente. Era um homem popular e apreciado. Era bem apessoado, mais alto do que baixo. Possuía ombros largos e corpo bem desembaraçado e flexível. Era bonito de rosto e simpático. Era uma das primeiras espadas do seu tempo. Desconhecia homem que lhe impusesse condições. Por tudo, o povo o seguia como se fora ele a alma dos rio-grandenses... Ele era símbolo de Liberdade, como João Antônio Silveira era o da Prudência.

Era um perfeito patriota! Possuía predicados desconhecidos pelo homem normal. Não era um homem de cultura comum. Era ilustrado e dava-se muito à leitura de obras de peso.”

Aqui ressalta a importância da cultura geral do líder e especialmente em História Romana. Esta, fonte e inspiração de sua cultura militar notável.

Morivalde Calvet em estudo sobre o líder farrapo apresentou os dados a seguir: Bento Gonçalves foi mestre consumado de todos os esportes campeiros. Sobre ele escreveu Garibaldi:

“Bento Gonçalves cavaleiro errante do ciclo de Carlos Magno, irmão pela alma dos Olivérios e Rolandos, vigoroso, leal, ágil como eles. Era um verdadeiro centauro, manejando um cavalo como eu nunca vi ser manejado, senão por outro gaúcho rio-grandense, o general Neto.”

Penso que esta circunstância por si só naquele tempo assegurara o *status* de ídolo popular a Bento Gonçalves.

Sobre sua rusticidade atesta a sua alimentação diária em campanha, “churrasco e água pura” — frugalidade espartana.

Francisco Sá Brito, ex-ministro farrapo em *Memória da Guerra dos Farrapos*, concluída em 1875 em que pese reservas a Bento Gonçalves sobre ele escreveu:

“Devo aqui fazer justiça ao nobre caráter e suma bondade do chefe da Revolução. Se estudos regulares ornassem seu espírito para os quais tinha uma imensa agilidade, esta condição somada ao seu caráter enérgico quão generoso e vistas elevadas e perspicazes teria feito dele um homem destinado para grandes, gloriosos e proveitosos feitos.” E o testemunho de um jurista que estudou em Coimbra e São Paulo de 1826-32 e foi jornalista de o *Echo Portoalegrense* e o *Continetista* e a quem Bento Gonçalves chamou após a vitória de 20 de setembro para dizer-lhe e a outros civis revolucionários:

“A força já fez o que lhe cumpria fazer. Agora compete aos senhores, como pessoas inteligentes, encaminhar a governança do país.”

Foi ainda numa assembléia presidida por Sá Brito e secretariada por José Mariano de Mattos que Bento Gonçalves deu prova eloqüente de sua grandeza de espírito e autoridade moral.

Tratava-se de uma manobra revanchista liderada por Pedro Boticário, como Juiz de Paz. Inicialmente foram relacionados 400 nomes de adversários, em maioria portugueses, que deveriam ser deportados. Entregue esta relação a uma comissão ela reduziu o número a 140 depois de três dias. Mais dois dias de estudo ficou reduzida a 40 nomes. Ao Bento Gonçalves retornar de Rio Grande foi-lhe apresentada. Ele a leu Calmamente. E tranqüilo e serenamente a atirou embaixo da mesa e disse a todos os presentes: “— Isto não tem lugar! Passemos ao próximo assunto!” E ninguém voltou com o projeto revanchista. Bento Gonçalves havia retornado de Rio Grande onde depois de obter a adesão de sua Camara fez proclamação aos seus companheiros recomendando:

“Usai a moderação depois do triunfo, O menor insulto às pessoas e bens de vossos inimigos será uma mancha em vossa glória.”

O seu conceito nacional foi assim interpretado por Evaristo da Veiga na *Aurora Fluminense*, o que dificulta negar a sua condição de ídolo e herói popular do Rio Grande com projeção nacional alegada por alguns estudiosos.

“O coronel Bento Gonçalves da Silva tem por seu valor adquirido um nome brasileiro (projeção nacional): Valente defensor de sua Pátria contra o inimigo estrangeiro, por sua probidade, coragem e retidão conquistou entre os povos da fronteira do Rio Grande, onde mora, um tal conceito que por seu nome toda aquela população se move para o combate, certa de que marcha para a vitória e de que possuem um chefe leal e um brioso companheiro de armas.”

Repare-se as expressões probidade, retidão reconhecidas pela imprensa da Capital do Império.

Depoimento dos que com ele conviveram referem a sua religiosidade equilibrada, sincera, sem fanatismo e a sua simplicidade no vestir, quase sempre à paisana com uma jaqueta de brim. Nunca usando fardão com medalhas e condecorações que possuía. Quando era impositivo fardar-se envergava jaqueta de pano azul da Cavalaria ou verde da Infantaria, conforme tivesse que homenagear uma ou outra, e sem insígnias. Segundo se conclui de Fontoura em seu *Diii rio*, Bento Gonçalves durante as marchas noturnas e acampamentos dava assistência cerrada a tropa, percorrendo todos os grupos e comunicando e convencendo seus soldados de seus projetos.

Segundo se conclui de Wiedrsphan ao biografá-lo assim escreveram sobre Bento Gonçalves seus superiores nas guerras contra Artigas:

“Muito desembaraçado e prestimoso para o serviço desta campanha (uruguaia) em que é sumamente prático (Marques de Souza, Comandante da Fronteira do Rio Grande). “Subordinado ativíssimo e valoroso” (Do Ajudante-de-Ordens do Marques de Alegrete). “Prestou relevantes serviços. E valente” (Conde da Figueira).⁹

Compõe seu perfil militar e atesta seus serviços, decreto de 24 de janeiro de 1834 de Regência que lhe concedeu pensão de 1.200\$000 réis anual. 10

“Atendendo aos relevantes serviços que tem prestado por longos anos nas trabalhosas campanhas do Sul, onde sacrificou toda sua fortuna, a maior parte dela

despendida ao serviço da Pátria e, tomando em consideração que esse benemérito oficial, possuindo fazendas no Estado Oriental, as abandonou ao inimigo que corajosamente debelara, desprezando seus convites (ofertas) *com brio e honra, o que lhe é próprio*, portando-se em todo o tempo com a maior firmeza de caráter, amor e adesão à Independência do Império, à sua Constituição e ao Sr. D. Pedro II, tendo sempre, em maior conta, o serviço da Nação, do que a sua numerosa família, que com ele passara as maiores privações.”

E reconhecendo a Regência que estes serviços tão importantes, até então não foram premiados ou compensados, foi-lhe concedida a pensão que foi aprovada pela Assembléia.

Quando Bento Gonçalves foi promovido general da República, em 12 de novembro de 1836, a justificativa da República Rio-Grandense escudou-se no seguinte argumento que compõe seu perfil militar:

“Por merecimento, valor, acrisolado patriotismo, perfcia militar e relevantes serviços prestados à causa da liberdade rio-grandense.””

Caldeira ao comparar Bento e Netto diz que o primeiro sabia combinar as três armas e que Netto não, pois só sabia empregar Cavalaria.¹²

Domingos José de Almeida que conviveu intimamente com Bento Gonçalves assim traçou seu perfil por volta de 1850:

“Aprendeu apenas as primeiras letras. Sendo criado no exercício do campo, se fez insigne cavaleiro. Era de estatura ordinária e proporcionada, mas dotado de força e destreza (hábil) no manejo de diversas armas. Era de fisionomia regular e simpática e muito popular. Cultivou com grande assiduidade seu grande talento no estudo da História. Principalmente sobre a vida dos grandes homens, dos quais sempre trazia alguns casos em suas conversações particulares.”

Vê-se que foi um autodidata. Outro contemporâneo refere aos estudos de Bento Gonçalves de História Romana. Em correspondência ele referiu a personagens da História Romana e da Revolução Francesa. Aí estão algumas de suas inspirações.

Almeida confirmou noutra oportunidade o que afirmara. Escreveu que Bento Gonçalves iniciou a vida como furriel de Auxiliares em 1811-1816 e, o mais importante:

“Que era um homem incapaz de dirigir uma revolução porque seu coração de mulher (bondoso) estava sempre em luta com seu espírito forte e superior a todas as vicissitudes.

Depois de afirmar que seu “coração bondoso predominava a maior parte das vezes sobre o seu espírito forte e resoluto” concluiu que as decisões de Bento Gonçalves “eram sempre rápidas e enérgicas”, seja sobre influência da bondade ou de seu espírito forte e superior.¹³

Ação na Guerra Cisplatina 1825-28

Bento Gonçalves saiu major de Milícias na guerra contra Artigas. Participou ativamente, em Serro Largo, da incorporação do Uruguai e do dispositivo militar que consolidou, em Montevideú, a Independência do Brasil, na Província Cisplatina.

Desde de 1824, Bento Gonçalves, tenente-coronel de Milícia radicado em Serro Largo, passou a comandar, dali, aquela Fronteira, com apoio no Regimento de Cavalaria

de Milícias que organizou, com sede em Jaguarão. Regimento que com a criação do Exército Brasileiro, em 1º de dezembro de 1824, passou a ser o 39º Regimento de Cavalaria de 2ª Linha a seu comando.

Antes de irromper a guerra Cisplatina, Bento Gonçalves já havia vendido sua estância Leonche, em Serro Largo. Mudou então sua família para estância do Cristal, junto ao rio Camaquã, hoje, sede do Parque Histórico Bento Gonçalves.

Em 12 de outubro de 1825, aniversário de D. Pedro I, Bento Gonçalves foi promovido a coronel no mesmo dia em que, na Cisplatina, no combate de Sarandi, conhecia o sabor da derrota, ao comando do coronel Bento Manuel Ribeiro.

Em 24 de maio de 1827, no Passo São Diogo, bateu força argentina. Em 22 de junho seguinte, na Estância do Segó, bateu destacamento do general La Valie.

Por ocasião das marchas estratégicas dos Exércitos do Brasil, ao comando do Marquês de Barbacena e o republicano, ao comando de Aivear, para a Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 e, nesta histórica batalha, teve papel de relevo no comando da 2 Brigada de Cavalaria.¹⁴

Inicialmente cobrindo o flanco, a partir de Jaguarão, da coluna do general Brown que de Pelotas rumou para operar junção com Barbacena que marchava desde Santana, protegida no flanco direito por Bento Manuel.

Depois, protegeu a homérica transposição do Camaquã-Chico, da coluna de Barbacena, quando impediu a interferência de Alvear. Proteção decisiva para o Exército do Sul operar junção em região de serra, no arroio Lexiguana. Posição interposta entre Alvear e os principais centros gaúchos da época.

Finalmente, na Batalha de encontro de Passo do Rosário, na proteção do flanco direito do Exército, e cobertura da retirada estratégica para o Passo São Lourenço, no rio Jacuí, para fugir ao incêndio, conforme estudamos na revista a *Defesa Nacional*.¹⁵

Antecedentes da Revolução Farroupilha

Em 1825 Bento Gonçalves foi promovido a coronel de 1ª Linha e Estado-Maior, cabendo-lhe o comando da Fronteira do Jaguarão, entre Rio Grande e o Jaguarão e da unidade de 1ª Linha — o 4º Regimento de Cavalaria, com parada em Jaguarão (Serrito), não confundir com Serrito do Piratini (Vila Freire). O espírito liberal gaúcho tendia para o ideal de república-federativa, desde 1889 uma realidade no Brasil. Idéias propagadas no século 19 e que se projetaram no Brasil e no espírito da revolução, conforme estuda Calvet Fagundes, no fundamento instrumento de trabalho *A Maçonaria e as forças secretas da Revolução*,¹⁶ que não pode ser desconhecido do historiador político, ao tratar do século citado, tão marcado pela influência da Maçonaria. Isto, sob pena de incorrer em falsas visões e interpretações. Bento Gonçalves passou por suas qualidades a impor-se como líder e a catalisar o espírito rio-grandense. Este inconformado através de lideranças de charqueadores e estanceiros: Com os exorbitantes impostos sobre o charque, couro e légua do campo; alta taxa de importação do sai de Cadiz para as charqueadas; fechamento da fronteira, ao ingresso de gado uruguaio no Brasil, depois liberado com pesados impostos; não protecionismo do charque gaúcho, nos portos do Brasil, onde não podia concorrer com o charque uruguaio. Esta situação depois da guerra Cisplatina 1825-28, em que os campos gaúchos foram alados pelo invasor e pelo Exército Imperial, não fazia justiça aos rio-grandenses e, inclusive, a chefes militares locais, que foram preteridos no comando do Exército do Sul.

A República Federativa, vitoriosa no Prata, muito influiu no ânimo de muitos rio-grandenses, segundo se conclui de Ferreira Filho.¹⁷ Ela era uma alternativa válida dentro daquele quadro de discriminação do Sudeste com o Sul, após a Independência.

Bento Gonçalves, inclusive, fora duramente atingido pelas medidas econômicas adotadas pelo Império sob a forma de impostos e protecionismo ao charque uruguaio.

Nas guerras contra Artigas perdera suas propriedades na Cispiatina. Ao tentar recuperar-se financeiramente, na estância do Cristal, em Camaquã, uma situação fiscal adversa que provocou recessão da economia gaúcha, o colheu em cheio, como outros no seu caso.

Na guerra Cispiatina 1825-28, inúmeros estancieiros que sofreram prejuízos não foram indenizados pelo Império. Tiveram seus campos talados pelos exércitos em luta.

A Revolução de 7 de abril de 1831, que depôs D. Pedro I, pareceu a primeira vista que traria em sua esteira consequências benéficas a aflitiva situação dos rio-grandenses. Bento Gonçalves mantinha, na fronteira, ligações com Lavaleja e outros líderes, através de canais maçônicos.

Denunciado na Corte, foi chamado ao Rio, onde foi defendido pelo major João Manuel de Lima e Silva, junto ao seu irmão regente — Francisco, pai do futuro Duque de Caxias. Bento Gonçalves retornou depois de contato pelos canais maçônicos, segundo Calvet Fagundes¹⁸ com diversos liberais, inclusive com Evaristo da Veiga, jornalista de *A Aurora Fluminense*.

Com o Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, foram eleitos para a Assembléia Legislativa do Rio Grande que foi instalada em 12 de abril de 1835, cinco meses antes da Revolução Farroupilha, entre outros liberais, os seguintes oficiais da 1 Linha do Exército: Bento Gonçalves, Bento Manoel, José Mariano de Mattos e José Pinheiro de Ulhoa Cintra (Suplente) desgostosos com a discriminação ao Exército, desde 7 de abril de 1831. Em reunião da Assembléia, o Presidente da Província acusou nominalmente Bento Gonçalves:

“De combinação com Lavaleja e seu mentor o padre Antônio Caldas e, ambos, em território do Brasil, estarem trabalhando para separar o Rio Grande do Império e federá-lo ao Uruguai.”

O padre Antônio Caldas era alagoano, constituinte de 1824, que, preso na Fortaleza de Santa Cruz, dela fugiu e foi acolhido pelos líderes argentinos e uruguaios em nome da Maçonaria, conforme estudamos na *Revista do Museu do Açúcar*.¹⁹

Esta atitude acendeu a fogueira. Bento recolheu-se à sua estância no Cristal. Em Alegrete, Bento Manuel Ribeiro foi substituído no comando da Fronteira. A fogueira aumentou com a lenha lançada pelo incidente major João Manoel de Lima e Silva x Visconde de Camamu, major Egídio Barbuda Gordilho. Camamu acusou falsamente João Manoel pelo jornal. Este processou Camamu que foi condenado à prisão comum. O irmão do Presidente da Província, Pedro Chaves, tentou relaxar a prisão. Aí entrou em cena o advogado português Pedro Boticário, que conseguiu, derrotando o Presidente e seu irmão, que Camamu fosse entregue e recolhido à prisão comum.

Disto tudo concluiu Ferreira Filho, que a Revolução Farroupilha estourou, graças, em grande parte, à intolerância de alguns governantes. Entre estes se encontrava o Marechal Sebastião Barreto, comandante das Armas (inimigo do marechal José de Abreu que morreu em Passo do Rosário), e que votava ódio a Bento Gonçalves.²⁰

Plano para início da Revolução Farroupilha

Bento Gonçalves, como Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, cujos principais líderes eram estancieiros e charqueadores (sendo que muitos seus parentes e amigos), desenvolveram o seguinte plano militar, que com apoio em Alfredo Varela procuro interpretar e sintetizar:²¹

Finalidade: Derrubar o Governo da Província, representado pelo Presidente e seu suporte militar o Comandante das Armas e o Comandante da Fronteira do Jaguarão e assumir o controle político-militar de toda a Província.

Objetivos:

— Conquistar Porto Alegre e derrubar o Governo da Província substituindo-o por um revolucionário.

— Neutralizar as ações do Comandante-das-Armas e do Comandante da Fronteira do Jaguarão (cargo do qual Bento Gonçalves fora demitido pelo Comandante-das-Armas desde 30 de dezembro de 1834), na oportunidade em que eles se encontravam tratando de interesses particulares, em suas estâncias.

— Conquistar o controle de Alegrete, São Borja, Cruz Alta e respectivas áreas de influência, sob a liderança de Bento Manoel e com o concurso do 8º BC de Linha de São Borja, ao comando do major João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias), e irmão do Ministro da Guerra.

— Conquistar o controle político-militar das seguintes localidades, além de Alegrete: Jaguarão, Bagé, São Gabriel na fronteira com o Uruguai e, mais a retaguarda — Herval, Canguçu e Piratini, na Serra dos Tapes e Encruzilhada e Caçapava, na Serra do Herval; no corte do Jacuí, Rio Pardo, importante centro provincial e Cachoeira e Triunfo; em torno de Rio Grande, ao Sul, Povo Novo (terra de Netto) e ao norte Mostardas e Estreito e, em torno de Porto Alegre, Guaíba (na época Pedras Brancas), Viamão e Santo Antônio da Patrulha.

Não foram incluídas Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e a Colônia de São Leopoldo, núcleos sob controle dos imperiais, bem como Herval.

Bento Gonçalves contava com o apoio das unidades de linha do Jaguarão, Bagé, São Gabriel, Rio Pardo e São Borja, pois, dois comandantes delas, João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos, estavam comprometidos com a Revolução. Eram os únicos com curso na Academia Real Militar do Largo de São Francisco, no Rio.

No dia do início da Revolução julgava-se Bento Gonçalves distante e em licença em Entre-Rios. Mas ele encontrava-se em seu QG revolucionário, em Guaíba (Pedras Brancas), acolhido na casa do primo Gomes Jardim, dando os últimos retoques e instruções para que o movimento fosse simultâneo. Sua última instrução foi dirigida a Canguçu, para seu amigo e parente Florentino Souza Leite. Dali ele poderia acompanhar o lance decisivo — a conquista de Porto Alegre.

Execução do Plano

Em 19 de setembro de 1835, forças ao comando dos parentes de Bento Gonçalves, Onofre Pires e Gomes Jardim, cerram sobre Porto Alegre. Onofre, depois de concentrar, em Viamão, elementos locais de Osório, Santo Antônio e Gravataí atuais. Gomes Jardim depois de atravessar o Guaíba, com elementos que reuniu em Pedras Brancas (Guaíba).

A Onofre Pires, mais tarde morto em duelo com Bento Gonçalves, coube dirigir a ação, a partir de posições hoje ocupadas pelos cemitérios, junto a ponte da Azenha (ponte do moinho).

O ataque teve lugar à noite, com vantagens para os revolucionários que penetraram em 20, no perímetro, sem reação, com adesão da Guarda Nacional e reforço de cerca de 300 homens do capitão Manuel Antunes de Porciúncula (conjunhado de Bento), que este propusera para coman da os Permanentes antes de 30 de novembro, no que foi recusado pelo Presidente Braga. Aumentada a pressão, a Polícia (Corpo de Permanentes) desertou. O Presidente Braga procurou reagir no Arsenal de Guerra.

No desamparo, embarcou na escuna “Rio-Grandense” e rumou para Pelotas à procura de apoio. Lá prendeu, sob suspeita de querer atuar sobre ele, o mineiro Domingos José de Almeida, que transportou preso para Rio Grande, soltando-o, somente, quando vitoriosa a Revolução, embarcou forçado para o Rio de Janeiro.

Em todos os outros lugares a revolução impôs-se, sem resistência, à exceção dos seguintes:

Rio Pardo resistiu até 30 de setembro, sob a liderança do marechal João de Deus Mena Barreto. Capitulou na presença de Bento Gonçalves e com reforços da Guarda Nacional, de Cachoeira e Triunfo.

Em São Gabriel houve resistência até 4 de outubro de 1835, quando o 3º Regimento de Cavalaria de Linha aderiu à revolução, ali liderada pelo tenente-coronel e mais tarde general farrapo João Antônio da Silveira.

São Gabriel revolucionária, dissuadiu a reação do Comandante das Armas, seguida do seu internamento no Uruguai, ao ver, em Batovi, o 2º RC de Linha de Bagé aderir à Revolução. Foi substituído na função, pela revolução vitoriosa, pelo coronel Bento Manoel Ribeiro, seu desafeto.

A reação mais forte foi, em Herval, do tenente-coronel João da Silva Tavares, que passou a dominar a área entre o Jaguarão e Pelotas com um grupo de homens de sua família.

Lançou-se contra o capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, que havia aderido à revolução com o 4º RC de 1ª Linha, de Jaguarão, obrigando-o a emigrar. Mais tarde, em 16 de outubro, o capitão Crescêncio bateu Silva Tavares, no Retiro, no arroio Pelotas, junto a Pelotas atual.

O major Manuel Marques de Souza protegida Pelotas que reagia à revolução por ter sido muito prestigiada pelo Presidente Braga que a elevar à cidade com o nome de Pelotas.

A Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, coube a última reação, ao vencer, em 14 de outubro de 1835, no arrio da Várzea, próximo a Pelotas, o capitão Manuel Antunes de Porciúncula.

Bento Gonçalves decidiu numa ampla manobra estratégica, submeter ao mesmo tempo Pelotas, Rio Grande e São José do Norte. Enviou Onofre Pires, a partir de Porto Alegre, contra São José do Norte, para servir de bigorna ao papel que ele faria de martelo, para submeter Rio Grande, abrigo do Presidente Braga deposto.

Assim, a partir de Porto Alegre, através de passo da Armada, no Camaquã, depois de reunir recursos em Camaquã, Encruzilhada, Canguçu e Pelotas ocupou esta cidade

forte de 400 homens, forçando a que sua Câmara reconhecesse o Governo Revolucionário em 15 de outubro.

A seguir transpôs o Passo dos Negros, no São Gonçalo. Em 20 de outubro cercou Rio Grande. Rendido, sem condições de resistência, o Presidente Braga deixou Rio Grande, em 23 de outubro, depois da Câmara local reconhecer o Governo Revolucionário, bem como a de São José do Norte.

Com o reconhecimento do Governo Revolucionário pelas câmaras de Pelotas, Rio Grande e São José do Norte coroava-se do êxito o plano revolucionário farrapo.

Bento Manoel assumiu o Comando-das-Armas. Os 8º BC de Lima e Silva e 1º Corpo de Artilharia a Cavalos retornaram de São Borja e Rio Pardo para o esquema de segurança do Governo Revolucionário, em Porto Alegre.

Assim, em cerca de 1 mês, a Revolução Farroupilha havia dominado e empolgado todo o Rio Grande do Sul e, particularmente, seus mais importantes e estratégicos pontos: Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo e com apoio das cinco unidades de Linha: 3 Regimentos de Cavalaria (Jaguarão, Bagé e São Gabriel), batalhão de Caçadores e 1 Corpo de Artilharia a Cavalos, a mais importante guarnição do Exército.

Fora do Rio Grande estavam os maiores obstáculos e causa próxima da Revolução: O Presidente Braga e o marechal Sebastião Tavares e Silva Tavares.

Toda esta trama liberal republicana é explicada por Morivalde Calvet Fagundes na obra *A Maçonaria e as forças secretas da revolução*, instrumento de trabalho fundamental ao historiador do século XIX, em geral repetimos.

Reviravolta na Revolução

Depois de consolidada a Revolução com o domínio de todo o Rio Grande do Sul de então, o quadro vai alterar-se substancialmente, a partir da posse, em janeiro de 1836, do novo Presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande. Contou com o coronel Bento Manuel Ribeiro para lutar pelos imperiais, o que se deu (dezembro de 1835 a março de 1837).

Por uma hábil e incruenta manobra política, a estratégica cidade do Rio Grande voltou definitivamente ao Império, junto com São José do Norte. Serviu para o Império ali estabelecer inexpugnável base terrestre e naval, aberta a reforços de toda a natureza e protegida pelo canal São Gonçalo.

No afã de conquistá-la, a partir de Pelotas e de impedir Bento Manuel de socorrê-la, Porto Alegre foi reconquistada em definitivo em 15 de junho de 1836, com a prisão de 36 líderes revolucionários. Este fato fez abortar a idéia de reconquistar Rio Grande e criou condições de apoio mútuo de Porto Alegre e Rio Grande, através das forças navais que em pouco dominaram toda a navegação interior do Rio Grande (23 de agosto de 1836).

Este fato veio agravar-se ainda mais quando Bento Gonçalves caiu numa armadilha preparada por Bento Manuel e Greenfel na ilha do Fanfa, quando retirava-se do sítio de Porto Alegre, ao atravessar o rio. Isto por insistência imprudente de Onofre Pires, desde então seu inimigo, ao ser criticado por ele Bento.

Estas circunstâncias adversas foram amenizadas com a vitória de Netto, em Seival, em 10 de setembro de 1835, seguida da Proclamação da República no dia seguinte, no Campo do Menezes.

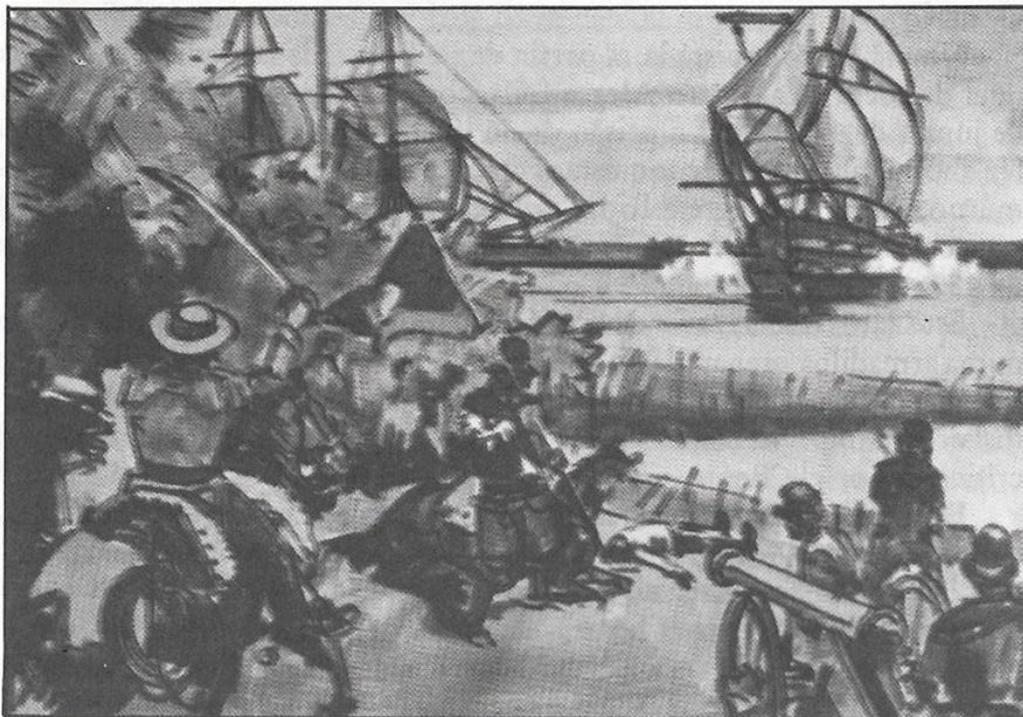
Bento Gonçalves fora favorável a bater por partes o adversário. Primeiro Bento Manuel, depois conquistar Rio Grande e, finalmente, Silva Tavares. Mas teria sido vencido pelo major João Manoel que decidiu que Bento Manuel e Rio Grande fossem atacado ao mesmo tempo, segundo Canabarro Reichardt ao biografar Bento Gonçalves (Ed. Globo, 1933).

Prisão e fuga de Bento Gonçalves

Em 4 de outubro de 1836, Bento Gonçalves foi obrigado a render-se em aceitar as condições que lhe foram oferecidas. Elas implicavam na cessação da Revolução. Ele, ferido a bala desde Viamão. Foram presos com ele, Onofre Pires e o Conde Tito Livio Zambecari. Bento Gonçalves e os demais foram levados para o Rio, para a Fortaleza de Santa Cruz. Ali já se encontravam vários aprisionados em Porto Alegre, quando esta foi tomada pelo Império.

Bento Gonçalves recriminou Onofre Pires como o responsável, pelo peso de sua opinião, pela armadilha da ilha do Fanfa. Teve com ele uma discussão, ao ponto de quase irem às vias de fato, não fora a intervenção de Greenfel, segundo testemunhou Caldeira.

Esta inimizade se acentuou em Alegrete. Isto quando Onofre Pires integrou minoria opositora na Assembléia Constituinte, instalada em 1º de dezembro de 1842, em Alegrete, que provocou a renúncia tempos depois de Bento Gonçalves à Presidência e ao Comando-em-Chefe. Ela foi terminada em 27 de fevereiro de 1844, em duelo a espada entre Bento e Onofre, em que o primeiro levou vantagem e feriu mortalmente Onofre. Este em razão do ferimento gangrenar veio a morrer, quatro dias depois, em 3 de março de 1844. Tudo por haver se deixado, cego pela paixão, ser manipulado por um grupo, que nem sequer prestou-lhe assistência nos seus últimos momentos. Quando Bento Gonçalves retornou da Bahia de onde fugira, Onofre Pires recusou a entregar o Comando do sítio de Porto Alegre a ele, conforme registra Caldeira, em seus "Apontamentos".



Batalha do Fanfa — 4 de outubro de 1836.

Bento, Onofre e Zambecari foram levados ao Rio, à Fortaleza de Santa Cruz, para fazerem companhia aos presos, em Porto Alegre, e mais Corte Real, preso em combate por Bento Manuel, no Passo do Rosário.

Bento Gonçalves preso no Rio e Bahia

Bento partiu consciente de que o vácuo de poder gerado com a prisão e dos demais, com a queda de Porto Alegre, tinha sido preenchido com a Proclamação da República por Netto.

Em 15 de março de 1837, falhou sua fuga da Fortaleza Lage, em solidariedade a Pedro Boticário que, por ser gordo, não conseguiu passar por uma janela. Melhor sorte tiveram Corte Real e Onofre. Bento foi transportado para Bahia e preso no Forte do Mar. Comandava o navio, o mais tarde Visconde de Inhaúma, herói da Guerra do Paraguai.

Em 10 de setembro de 1837, decorridos 13 dias preso na Bahia, Bento, com auxílio da Maçonaria evadiuse do Forte do Mar em operação dirigida pelo tenente-coronel Francisco José da Rocha. Este, mais tarde, no Rio Grande, terá um incidente com o general Bento Manuel. Este, em conseqüência, abandonará a causa republicana para uma longa neutralidade (18 de julho de 1839 a 9 de novembro de 1842). Isto por alegar ter sido desprestigiado com a promoção do citado oficial, em que pese as satisfações dadas por Bento Gonçalves a ele de não haver aquela intenção.

A fuga foi desvendada por Pedro Calmon e assim sintetizo: Do Forte Bento Gonçalves foi levado à ilha Itaparica. Foi embarcado num navio que transportava farinha para Pelotas e Montevidéu. Foi desembarcado em Florianópolis atual. Dali seguiu a cavalo, em companhia do catarinense Mateus. Em 3 de novembro de 1837, atingiu Torres e em 10 de novembro de 1837, Viamão (depois Setembrina) — Quartel-general do sítio ao Comando de Onofre Pires. Isto, decorridos 1 ano e 7 meses de sua prisão e dois meses de sua fuga da Bahia.

Ambas as prisões eram insalubres e desconfortáveis, conforme trecho de carta na qual Bento pedia “3 camisas, por estarem em frangalhos as suas, um capote por sentir frio à noite, pois só tinha um lençol para cobrir-se e um par de tamancos para poder passear na masmorra em que estava preso que é toda uma lagoa cheia de imundície e de péssimo cheiro”. Masmorra sob a muralha externa, com entrada de luz indireta pela porta de grade.

Estes fatos hoje fantasiados revelam o martírio do líder farrapo que chegou na Bahia, em 26 de agosto de 1837, conforme observou o *Jornal*, local apresentando “ar seco, aspecto melancólico e sisudo”.

Bento Gonçalves na Presidência da República

Em Viamão, Bento reassumiu a Presidência e o Comando-em-Chefe do Exército, com a Revolução em melhores condições em que deixara. Onofre Pires apresentou-lhe reação em entregar-lhe o comando, conforme queixou-se Bento a Caldeira.²⁴

Com o célebre incidente de Bento Manuel, prendendo o Presidente da Província, em Itapevi, Alegrete, quando este ia prendá-lo, a causa republicana ganhara um novo alento.

No período de 23 de março de 1837 a 18 de julho de 1839 em que Bento Manuel lutou pelos farrapos, acrescido do período de neutralidade 15 de julho de 1839 a 8 de novembro de 1842, ou portanto durante 5 anos 7 meses e 16 dias, a República Rio-

Grandense estruturou-se e se organizou melhor até 1840, quando começou a declinar, em razão do grande endividamento interno e externo.

Nessa fase, Bento Gonçalves atuou mais como político e diretor da guerra no campo estratégico, como Presidente e Comandante-em-Chefe do que comandante tático.

Grande endividamento interno e externo

Depois de quase 5 anos de revolução a economia do Rio Grande a base da pecuária que a sustentava começou a apresentar sinais de exaustão e a crescer em demasia o endividamento externo e interno. Os créditos interno e externo se retraíram com reflexos no apoio logístico e administrativo ao Exército da República.

Surgiu oposição a Domingos José de Almeida que deixou a estrutura de apoio logístico que detinha como Ministro da Fazenda e Interior, cercado de acusações das mais injustas, segundo interpretações dominantes.

Os demônios das revoluções, as contradições, insatisfações, injustiças, calúnias, desejos divergentes, ambições incontroláveis, frustrações, etc. foram soltos nos campos da República Rio-Grandense e substituídos pelo gado que sustentara a luta e as cavalhadas. Estas, agora desgastadas, eram a base da mobilidade farrapa e penhor para prolongamento da luta, e, assim, sobreviver e manter acesa a esperança de uma solução honrosa.

Em 1840 foi eleita a Assembléia Constituinte, em Alegrete, de 36 deputados. Liderou a maioria de 30, Domingos José de Almeida e a minoria de 6, Antônio Vicente da Fontoura, ambos inimigos: Fontoura é apoiado por Onofre Pires.

Foram sessões tumultuadas de 1º de dezembro de 1841 a 16 de fevereiro de 1842, quando ocorria a aproximação de Caxias de Alegrete.²⁵

Foi inclusive apresentado um projeto de abolição da Escravatura, pelo coronel José Mariano de Matos, mas rejeitado.²⁶

O Império através de seus agentes procurava minar e dividir os farrapos.

Antônio Fontoura é acusado de dividir para reinar, segundo se conclui de Morivalde Valvet Fagundes, ao custo da derrubada de Bento Gonçalves. ²⁷

Bento foi acusado de autor intelectual do assassinato do Vice-Presidente Antônio Paulo da Fontoura, caso rumoroso abordado pelos historiadores da Revolução.

Embora contando com o apoio da maioria, Bento Gonçalves renunciou em 4 de agosto de 1843, passando a Presidência a Gomes Jardim e o Comando-em-Chefe a David Canabarro.²⁸



Piratini — Final do século XV, vendo-se em primeiro plano a sede do Governo da República Rio-grandense.

Foi lutar como comandante de Divisão. Ao passar o comando a Canabarro, referiu-se a este como “benemérito e fncilito rio-grandense”. Exortou a todos a reunirem-se em torno de tão virtuoso patriota, desse novo Fábio (Gomes Jardim), que pela segunda vez deixa a “charrua” (arado).

A renúncia teve lugar em Piratini, novamente capital desde março de 1843, depois de ter sido em Caçapava e Alegrete.

Nesta fase, Bento como comandante de Divisão, tomou parte dos dois combates de Canguçu, em 25/26 de outubro de 1843 (Pedras das Mentiras) e 6 de novembro de 1843 (Cerro do Ataque), ao lado do Cerro da Liberdade, na tentativa de lá desalojar Chico Pedro de Abreu, desde agosto, instalado em Canguçu com a Ala Esquerda do Exército de Caxia, conforme estudamos.²⁹

Duelo com o coronel Onofre Pires

Logo depois desses combates de Canguçu, terra de Teixeira Nunes e de Manoel Alves da Silva Caldeira,³⁰ Bento duelou com Onofre Pires, que morreu em 3 de março de 1844.

Em carta a Domingos de Almeida de 4 de março, Bento descreveu o duelo: “fim desastroso de Onofre, que fazia o papel de Santerre” (da Revolução Francesa) na minoria (liderada por Antônio de Fontoura) que o incitara “a provocar-me tão atrevidamente.., a paixão dominava a minoria e por isso, vendo aquele homem tão corpulento, o julgaram um gigante e eu um pigmeu.

— Enganaram-se e, depois, escondendo todos os rabos, se retiram de Onofre, ao ponto de não achar-se um só desses malvados a seu lado, ao menos na hora da morte. Que malvadeza!!! Eu lamento a sorte de Onofre, mas não tenho o menor remorso, porque obrei como verdadeiro homem de honra. Em tais casos obrarei sempre assim, não me importando com o tamanho nem com a fama da pessoa que se atreva a atacar a minha honra”.³¹ Bento Gonçalves possuía 54 anos ou a desvantagem de 10 anos a mais que o corpulento e atlético Onofre Pires.

Escudado em imunidades parlamentares, Antônio da Fontoura acusa Bento Gonçalves de general sem sorte, que teve a infelicidade, como companheira de seus passos e operações. Só vencendo as batalhas de Setembrina, a retirada sobre Gravataí e ação de Arroio dos Ratos.

Onofre Pires entre outras acusações genéricas não provadas, assacou contra seu primo estas palavras — “Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade”.

Participação na Pacificação e Final

Bento Gonçalves participou do encaminhamento da pacificação em Ponche Verde em 1845, cedendo face “um valor mais alto que se levantava” — a ameaça de Rosas da Argentina intervir em apoio ao Rio Grande do Sul, desequilibrando a balança para a causa republicana, contra o Império, o que o Ministro da Justiça do Império, Marques do Paraná, percebeu e tratou de apressar a paz. Este personagem mineiro e muito conciliador era o modelo do Presidente Tancredo Neves.

Pobre, depois de haver perdido seus bens no Uruguai ao lutar contra Artigas 1816-21, apoiar a Independência do Brasil e combater na Cisplatina (1825-28), Bento foi tentar refazer sua vida no Cristal, hoje Parque Histórico, em sua memória. Teve de pedir emprestadas 150 cabeças de gado. Foi recebido pelo Imperador em 10 de dezembro de 1845.

Em 18 de julho de 1849, vítima de pleurisia, veio a falecer em Guaíba (atual) na casa de Gomes Jardim. Local onde planejara e dera início à Revolução de 20 de setembro, marco inicial do processo revolucionário histórico rio-grandense, encerrado quase um século depois, ainda em Piratini, no combate de 20 de setembro de 1932, assinalado pela prisão do Dr. Borges de Medeiros e seu envio preso para Pernambuco, segundo Osório Santana Figueiredo.

Não fora a morte de Bento Gonçalves, seguramente o teríamos em campo, à frente de uma Divisão Brasileira, comandando seus coprovincianos na defesa da Integridade e da Soberania do Brasil, no Prata, contra Oribe e Rosas, como o fizera com destaque na invasão de Alvear.

É um herói nacional por sua contribuição civil e militar à implantação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, regime no qual vivemos há quase um século.

Ao leitor interessado, para um melhor julgamento do herói, reco mendamos a leitura serena do *Diário* de Antônio Vicente da Fontoura ³² que ao perseguir de modo obsessivo e altamente meritório a Paz, tinha sido injusto com Bento Gonçalves e outros líderes em seus conceitos, desde que passou a liderar a minoria oposicionista a Bento, em 1841. Prestamo-lhe as homenagens que foram possíveis em 1985 — Sesquicentenário Farroupilha³³ e o programa *Guerra dos Farrapos* da TV Bandeirantes em dezembro de 1985, penso, distorceu a imagem sesquicentenária do herói³⁴ honrado e distinto chefe de família.

“Eu sou eu e as minhas circunstâncias” afirmou Ortega y Gasset. Bento Gonçalves tem de ser julgado e entendido nas circunstâncias que enfrentou. Circunstâncias que estudos recentes feitos com muita seriedade científica e competência por Décio Freitas, Sandra Jatayh Pesavento e Helga Ll. Piccolo³⁵ ajudam a bem entender a eclosão da Revolução Farroupilha que não poderia ter líder mais representativo do que Bento Gonçalves, que encarnou o espírito do Rio Grande do Sul. Trabalhos que ajudarão a redimi-lo de investidas sensacionalistas de distorções da imagem do herói ao tentarem apresentá-lo como herói ladrão ou um conquistador machista e ditador barato. Sabemos

que não foi um Deus, que foi um homem normal com virtudes e defeitos, mas que correspondeu ao que dele esperaram os rio-grandenses e que dele fizeram, faz seculo e meio, seu vulto maior. E mais do que isto, é um herói do Exército Brasileiro por sua memorável e distinta atuação na Guerra Cisplatina em 1825-28. E aí estão eloqüentes as partes de combate atestando sua significativa contribuição.

Spalding na Epopeia Farroupilha apresenta valiosos documentos de autoria de Bento Gonçalves entre os quais sua posição em relação à paz de Ponche Verde e a sua renúncia à Presidência a seguir transcritos:

ANEXO 1

*BENTO GONÇALVES DA SILVA RENUNCIA
À PRESIDÊNCIA DA DA REPÚBLICA*

*PROGRAMAÇÃO**

Rio-Grandense! A Monarquia Brasileira toca a meta de sua precária existência! A Liberdade está salva, e a nossa Independência pública firmada! O espírito público em nosso País pode ter sido algumas vezes comprimido; porém, animado como se acha por inspirações divinas, jamais será extinto. — Minhas enfermidades, que com o tempo mais se agravam, não permitem que eu continue a ter sobre meus ombros a responsabilidade inerente à primeira magistratura do Estado, de que hoje faço entrega ao benemérito e ínclito Rio-Grandense, o Cidadão José Gomes de Vasconcelos Jardim; a esse mesmo patriota que já vos presidiu nas crises mais arriscadas por que tem atravessado a nossa Revolução; é ele, pois, o vosso legítimo Presidente, segundo a ata da política emancipação de nossa Pátria. Rio-Grandenses! Reuni-vos em torno de tão virtuoso patriota, desse nosso Fábio, que pela segunda vez deixa o arado para dirigir a nau do Estado ao porto em que nos aguarda a imortal glória, e por felicidade para nós e para nossos vindouros um laço fraterno ligue a todos os Continentinos, e a salvação da Pátria seja seu Norte. E não cuideis que exortando-vos para que fizésseis ao País os serviços que ele está reclamando de vós, me retiro à vida privada ou me entrego a um repreensível ócio; pelo contrário, na qualidade de soldado me vereis combater ao vosso lado contra esses mercenários que ousam talar nossos campos, e compartilhar todas as vossas fadigas enquanto minhas forças o consentirem, e até o último alento de minha vida.

Viva o Soberano Povo Rio-Grandense! Viva o Exmo. Presidente da República!
Vivam todos os Americanos Livres!

Estância do Contrato, 4 de agosto de 1843.

Bento Gonçalves da Silva

* Transcrito de Spalding. *Epopeia Farroupilha*. Rio, Bibliex, 1963.

ANEXO 2

BENTO GONÇAVES E A PAZ **

Cidadão General.

Em observação a quanto ordenais em vosso ofício de 21 de janeiro ultimo, chamei a conselho os oficiais superiores da força de meu imediato mando para emitirem suas opiniões sobre a transcendente negociação entabulada com o Barão de axias, comandante-em-chefe do Exército Imperial, e pela Ata que aqui junto envio vereis o unânime acordo dos mesmos.

No dia 18 do corrente e marchei do Cristal no empenho de cumprir vossa ordem, depois de haver tomado as precisas medidas para a segurança daquela força, e chegando a Jaguarão no dia 19, uma inopinada constipação me privou de prosseguir a marcha a esse campo, e resolvi a ele mandar o cidadão Ismael Soares da Silva, seguindo o Exército Imperial a fim de ser informado do ponto que ocupais e estado da negociação pendente; ele acaba de regressar voltando do campo deste por saber que só aguardáveis minha chegada, e ser isto impossível segundo meu estado de saúde.

É pois de meu dever dirigir-vos esta para anunciar-vos quanto venho de responder e habilitar-vos com meu voto para conclusão de tão apetecido arranjo; minha opinião, Sr. General, é e será aquela que adote a maioria de meus irmãos de armas, sempre que esteja nas raias do justo e do honesto, e, ainda, mesmo, quando no caso vertente estes sagrados objetos deixem de ser observados, nem por isso serei capaz de a ela opor-me, tendo eu outros meios em semelhante caso para deixar ilesa minha honra e consciência. A paz é indispensável fazer-se, o país altamente a reclama pois infelizmente vítima de nossos desacertos nada temos a lucrar com os azares da guerra; eu vejo, mau grado meu, que hoje não podemos conseguir vantagens que estejam em harmonia com nossos sacrifícios, por se ter, a despeito de meus incessantes conselhos, perdido a melhor quadra de negociar-se uma conciliação honrosa. Nada sei das condições em que se tenha a paz lavrado, e mesmo das instruções que conduziu o comissionado da Corte do Brasil, e sendo tudo para mim misterioso me abalanço a lembrar-vos que uma das primeiras condições deve ser o pleno esquecimento de todos os atos que individual ou coletivamente tenham praticado os Republicanos durante a luta, não sendo em nenhum caso permitido a instauração de processo algum contra estes nem ainda para reivindicação de interesses privados. *Tendo emitido minha opinião, resta-me repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir na guerra se escasseiam, o espírito público está contra qualquer idéia que tende a prolongar seus sofrimentos, classificando de guerra caprichosa a continuação da atual; uma conciliação é sempre preferível aos azares de uma derrota; a história antiga e a moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar.* (O grifo é do autor.)

Compenetrai-vos desta verdade e evitai quanto puderdes os funestos sucessos que vão aparecer se prevalecerem as bravatas contra os conselhos da sã razão; lembrai-vos que muitos que os propalam vos abandonarão no momento do perigo.

Eu pretendo esperar aqui vossa ulterior resolução, e só depois dela poderei mover-me quando minha saúde permita. E portador o tenente José Narciso Antunes por quem espero uma resposta categórica destes negocios.

Deus vos guarde. — Estância do Velho Neto, 22 de fevereiro de 1845.

Bento Gonçalves da Silva

Ao cidadão David Canabarro, General-em-Chefe do Exército.

** Transcrito de Spalding. *Epopéia Farroupilha*. Rio, Bibliex, 1963.

Notas à 2ª Parte

1. AAHRGS, v. 3, pág. 655.
2. BENTO, Marchas estratégicas... *Defesa Nacional*, nº 672, 1977.
4. FERREIRA FILHO. *História Geral RGS*, pág. 113.
5. WIEDRSPHAN. *Bento Gonçalves*. Porto Alegre, Sulina, 1979.
6. Idem nota 1 (Correspondência de Domingos de Almeida que ensaia biografia de Bento Gonçalves).
7. Idem, pág. 399.
8. CALDEIRA. Apontamentos Rev. Far. *RIHGRGS*, nº 27, 1927.
9. Idem nota 5, pgs. 132, 133 e 141.
10. FAGUNDES, M.C. *Hist. Rev. Far.*, pág. 232.
11. ROSA. *Vultos da epopéia farroupilha*, pág. 31.
12. Idem nota 8.
13. Idem nota 1, págs. 655-688.
14. Idem nota 3.
15. Idem nota anterior.
16. FAGUNDEZ, MC. *A Maçonaria e as forças secretas da Revoluç&..*
17. Idem nota 4, pág. 90.
18. Idem nota 10.
19. BENTO, Padre Antônio Caldas. *Revista do Museu do Açúcar*, Recife, 1971.
20. Idem nota 4, pág. 91.
21. IEDRSPHAN. *O general Joio Manoel...* pág. 54.
22. Idem nota 10.
23. Idem nota 8.
24. Idem nota anterior.
25. Idem nota 10, pág. 184.
26. Idem nota anterior.
27. Idem nota 10.
28. Idem nota anterior.
29. BENTO, *Canguçu reencontro com a História*. Porto Alegre, IEL, 1984.
30. Idem nota 8 e AAHRGS, v. 5 (Correspondência de Manoel Alves da Silva Caldeira).
31. Idem nota 1 (Correspondência de Domingos de Almeida, AAHRGS).
32. FONTOURA. *Diário*. Porto Alegre, EDUCS, Sulina, Martins, 1984 (Ataca Bento às págs. 41, 50, 56, 59, 88, 93, 101, 115, 140 e o chama de Bambá e Bambaquerê).
33. Este trabalho foi publicado em 6 páginas do *Didrio Popular*. Pelotas, 10 e 17 de novembro de 1985.
34. Ao apresentá-lo como um conquistador que no respeitava a esposa e que envolveu-se num romance com uma paraibana que vem a suicidar-se. Como historiador no concordamos com esta desfiguração. Mas creio que quem transmitiu aquela falsa imagem deve saber o que está fazendo. Um homem com um procedimento daqueles jamais teria merecido o respeito e liderado os rio-grandenses como encarnação do espírito do Rio Grande. Mas o ator que o representou desincumbiu-se a contento, foi competente e a distorção não correu por sua conta.
35. *A Rewiução Fari.oupilha — História e Interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

GENERAL ANTÔNIO DE SOUZA NETTO (1803-1866)

Significação histórica

Prestou assinalados serviços à Integridade e Soberania do Brasil nas guerras da Cisplatina 1825-28, contra Aguirre 1864 e da Tríplice Aliança contra o Paraguai, de 1865-66:

Na guerra da Cisplatina, como jovem e intrépido capitão de Cavalaria da Guarda Nacional, na cobertura de nossa Fronteira, no corte do rio Jaguarão.

Na Guerra contra Aguirre, 1864, no comando da Brigada de Cavalaria Ligeira que fez a Vanguarda do Exército Brasileiro, ocasião em que se destacou na conquista de Paissandu.

Na Guerra do Paraguai, no comando de uma Brigada de Cavalaria Ligeira de Voluntários, fazendo a vanguarda do Exército Brasileiro, ao comando de Osório, de Uruguaiana até Tuiuti. Foi dos primeiros, junto com Osório, a pisar no solo adversário, em Passo do Rosário, em 16 de abril de 1866. Em 24 de maio de 1866, por ocasião da batalha de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, desempenhou com seus cavaleiros montando cavalos amilhados, importante função tática em Potrero Pires, de grande significação para aquela vitória de nossas armas.

Foi logo depois dessa batalha que o grande campeador da Liberdade e da República veio a morrer vítima da febre e assim imolado em defesa da Soberania e Integridade.

Na Revolução Farroupilha, foi a segunda figura militar, depois de seu grande amigo, o general Bento Gonçalves.

Iniciando a Revolução em 1835 como capitão da Guarda Nacional ascendeu, por seu valor e liderança, ao posto de general da República pela qual lutou como ninguém e sem descanso, do primeiro ao último dia, ou até a Paz de Ponche Verde que referenciou, após o que foi residir no Uruguai, por ser o Império incompatível com o seu ideal.

Foi o maior cavaleiro e tornou-se o maior líder de combate da Cavalaria da República Rio-Grandense. Comandou a Brigada Liberal integrada por filhos dos atuais municípios de Piratini, Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Bagé, até o Piraí, no combate de Seival, de 10 de setembro de 1836, o maior feito das armas dos republicanos, que criou condições para ele proclamar a República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836. Fato auspicioso que reacendeu a chama da esperança num período extremamente adverso à Revolução, assinalado por derrotas frustrantes e a prisão de Bento Gonçalves, na ilha Fanfa, em 4 de outubro de 1836, por Bento Manuel Ribeiro.

Desempenhou por largo tempo, até a fuga de Bento Gonçalves da Bahia, as funções de Comandante-em-Chefe do Exército interino e, com o retorno de Bento, as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército da República Rio-Grandense.

Desde 1866, os restos do grande campeão rio-grandense voltaram ao Rio Grande do Sul, do Teatro da Guerra do Paraguai. Estão descansando em Bagé, ao lado dos de Silva Tavares, seu adversário um dia em Seival, mas com ele unido, hoje, na glória pela coerência na defesa leal de suas verdades — a República e o Império e na grande verdade que foi comum aos dois ilustres soldados — a defesa intransigente da Integridade, da Soberania e da Honra do Brasil.

A presente síntese integra diversas fontes mencionadas nas notas ao texto com destaque ao ensaio de Décio Vignoli Neves e a Primeira Parte a completa.



General Antonio de Souza Netto

Origem, ascendência e estudos

Nasceu em 25 de maio de 1803, na estância paterna, em Capão Seco, distrito de Povo Novo, da atual cidade de Rio Grande, portanto, riograndino de nascimento. E lembrado pelo CTG general Netto (Povo Novo).

Era filho de José de Souza Netto, natural de Estreito e de Teutônia Bueno, natural de Vacaria. Era neto de Francisco Souza, natural de Colônia do Sacramento e de Ana Maria, natural de Açores. Pelo lado materno, era neto de Salvador Bueno e Ignácia Antônia de Araújo Rocha, natural de Itu — São Paulo.

Veio como colonizador para o Brasil, como militar destinado a guarnecer Colônia do Sacramento, o seu bisavô — Francisco de Souza Soares. Este foi oficial de Auxiliares no Terço Auxiliar de Colônia. Casou, em 1791, com Ana Marques de Souza, na capela da Fortaleza S. João, ao lado da qual foi fundada a cidade do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá.¹

Era descendente, pelo lado materno, do português João Ramalho que vivia em São Paulo, antes do povoamento e que casou com a índia Bartira (Isabel) filha do cacique Tibiriçá. Também pelo lado materno, descendente do paulista capitão-mor Amador Bueno, figura muito popular e estimada que foi aclamado em 1641 rei do Brasil, na cidade de São Paulo. O avô de Netto, Salvador Bueno da Fonseca, nascido em São Paulo, em 1724, foi estancieiro em Vacaria. Segundo Simões Lopes Neto no nº 4 da *Revista do Centenário de Pelotas*, 1912, dedicada a Canguçu, a família Bueno foi atacada por índios em Vacaria, vindo ter alguns remanescentes em Canguçu. Netto era do ramo dos Marques de Souza. Portanto, possuía rara estirpe genealógica que incluía os Leme da ilha da Madeira e que se fixaram em São Paulo.² Os Bueno eram de ascendência espanhola.

Netto fez seus estudos iniciais na incipiente, mas muito progressiva Freguesia de São Francisco de Paula. Morava na margem do São Gonçalo, junto ao histórico passo dos Negros, então chamado Passo Rico, pela imensa riqueza que por ali passava e pagava impostos à Fazenda de Portugal. Antes chamou-se passo das Neves, segundo Barbosa Lessa.

Adiantando-se nos estudos, residiu largo tempo em São Francisco de Paula (Pelotas atual), na época, talvez a povoação que assinalava mais progresso depois da expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776, no dia de São Francisco de Paula, razão do nome primitivo de Pelotas.

Homem feito foi estabelecer-se em Bagé, fundada em 1811-12 por D. Diogo de Souza, depois no atual Uruguai quando este foi incorporado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina de 1821-28.

Nesta época, em Bagé estabeleceu-se com estância. Dedicou-se à compra e venda de gado e a seu *hobby*, a criação de cavalos para corridas (ou parilheiros para cancha reta).

Como comerciante de gado, criador e desportista (carreirista), percorreu o Rio Grande e o Uruguai atuais, onde estabeleceu largo círculo de amizades e despertou admiração.

Era exímio equitador e dançava muito bem, além de possuir muito boa figura. Era o que se diria hoje, um “boa pinta” e um grande partido. E solteiro permaneceu muito tempo e sempre disputado.

Na defesa da Integridade, no Jaguarão

Sua vocação guerreira despertou cedo. Na guerra Cisplatina 1825-28, foi nomeado capitão de Milícias, encarregado da vigilância e defesa da Fronteira, por duas vezes invadida pelo general Alvear, por Aceguá.³

Data daí o início de uma sólida amizade e admiração recíproca com Bento Gonçalves, que nesta guerra teve saliente papel. Seja na proteção da junção do Exército do Sul, no arroio Lexiguana, em 5 de fevereiro de 1827, que aí se interpôs entre Alvear, em Bagé, e os principais centros do Rio Grande bem como na própria Batalha do Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, em que coube-lhe comandar a Ala Direita do Exército do Sul e cobrir a retirada para o passo São Lourenço, no Jacuí.

Com a Regência, por Lei de 18 de agosto de 1831, foram extintas as Milícias e em seu lugar criada a Guarda Nacional. Esta subordinada ao Ministério da Justiça.

Netto na eclosão da Revolução Farroupilha

Quando estourou a Revolução Farroupilha, Netto aos 28 anos, era comandante do Corpo da Guarda Nacional do Piratini, composto de 2 esquadrões, 2 Esquadras ou 4 Companhias recrutadas em Piratini, Canguçu, Cerrito (Vila Freire atual) e Bagé até Piraí que abrangiam, à época, o município de Piratini, cuja sede foi a primeira capital da República Rio-Grandense que viria a ser proclamada, em 11 de setembro de 1836, após a memorável vitória de Seival do dia anterior. Vitória obtida com o Corpo da Guarda Nacional citado, transformado no início da revolução em Brigada Liberal e reforço do incipiente Corpo de Lanceiros Negros.

Com a organização do Exército da República, em 2 de novembro de 1836, sob a égide do general João Manoel de Lima e Silva, esta Brigada Liberal transformou-se em 1 Brigada, ao comando de Netto. Esta unidade, em espírito ou por tradição, foi mobilizada e atuou nas guerras externas contra Oribe e Rosas 1851-1852 e contra Aguirre 1865 e contra Solano Lopez do Paraguai, em 1865-1870, integrada por muitos republicanos farrapos que acudiram em defesa do Brasil e não do Império.

Traços do perfil militar de Netto

Caldeira,⁴ que conviveu com Netto, assim definiu seu perfil militar:

“Netto, este oficial era um dos mais bem apessoados que havia na República Rio-Grandense. Era um dos fiéis amigos que Bento Gonçalves tinha nas nossas fileiras. Antes da revolução tinha o posto de capitão da Guarda Nacional. Era um dos valentes daquele tempo e dava muita importância ao homem valente. Conquanto não fosse muito estratégico, sabia fazer a guerra (tático). Era um bom general de Cavalaria, no que diferia de Bento Gonçalves que sabia manobrar um Exército composto de três armas. Netto era prudente, atencioso, de bom trato e muito estimado. Foi um dos primeiros que Bento Gonçalves contou para fazer a revolução e foi dos últimos que dela se retirou. Isto é retirou-se quando foi assinada a Paz de Ponche Verde (1º de março de 1845). Felizmente salvou-se da cilada de Porongos. Foi ele que sustentou a Revolução na ausência de Bento Gonçalves e a quem o inimigo sempre respeitou.” E completa o depoente noutra parte:⁵ “Antônio Souza Netto foi o general que soube desempenhar o seu posto com muita honra e denodo. Atacava o inimigo indo à frente de sua coluna de espada em punho. Era general muito resoluto na ocasião do ataque. Era senhor da espada, muito alto e apessoado, muito reservado, sério e reflexivo. Amigo de seus amigos. Ele era um herói!” Caldeira, natural de Canguçu, foi o cronista da Revolução.

Netto participou pessoalmente de muitas lutas vitoriosas e insucessos, sem esmorecimentos. Nenhum general farrapo lutou mais que ele. Constatar isto basta ler-se as obras sobre a Revolução de Alfredo Varela, Assis Brasil, Arthur Ferreira Filho, Dante de Laytano, Morivalde Calvet Fagundes, Souza Docca e Walter Spalding e a relação parcial que levantamos ao final.’

Em 10 de setembro de 1836 impôs fragorosa derrota aos imperiais, no Seival, comandados pelo coronel João da Silva Tavares, mais tarde Visconde de Cerro Alegre. Personagem que mereceu do Dr. Alvaro Tavares de Souza e Tarcísio Taborda, bons estudos que fazem justiça a este ilustre soldado que soube defender com brio e valor a sua verdade, quase sozinho, no início da Revolução. Conta Arthur Ferreira Filho, que na manhã do combate de Seival “Netto montado em seu cavalo, aperado (enfeitado) de prataria e de espada em punho, conduz sua Brigada Liberal na direção do adversário. Ao avistar a cavalaria imperial, ordena a sua: — Não quero ouvir só um tiro. — Vamos acabar com isto, a espada e a lança!⁷ E ainda, “foi realizado o mais brilhante feito das armas farroupilhas”,⁸ que foi sendo objeto de acurado estudo nosso na Primeira Parte visando ao seu sesquicentenário. No dia seguinte, 11 de

setembro, no Campo do Menezes, Netto proclamou a República Rio-Grandense. Em 4 de outubro de 1836, decorridos pouco mais de 20 dias da proclamação, Bento Gonçalves foi feito prisioneiro na ilha do Fanfa e enviado preso para o Rio e depois Bahia. No início de agosto fora levantado o bloqueio farrapo da entrada do Guaíba, na região de Itapoã, conforme assinalado na Primeira Parte.

Em 17 de outubro de 1836, João Manoel de Lima e Silva desocupou Pelotas e rumou para Piratini. Em 6 de novembro, em Piratini, foi instalada a República Rio-Grandense, eleito Bento Gonçalves, ausente, para seu Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército. Instituição organizada por Decreto de 8 de novembro de 1836, de inspiração de João Manoel de Lima e Silva, eleito o primeiro general do Exército Rio-Grandense que organizou, além de ser nomeado Comandante-em-Chefe interino. A Netto, de fato, coube a liderança político-militar na ausência de Bento Gonçalves e o comando da 1ª Brigada de Cavalaria da República.

A sabedoria popular captou e difundiu esta realidade através de quadra popular que dizia:

“Bento Gonçalves foi preso, foi desterrado, mas deixou o bravo Netto para cumprir os seus tratados.”

E de fato, ao fugir da Bahia e chegar ao Sul, Bento Gonçalves assumiu a Presidência e o Comando-em-Chefe. Este vinha sendo exercido interinamente por Netto, desde 7 de dezembro de 1836, quando lhe foi passado pelo general João Manoel de Lima e Silva que o exercera de 1º de novembro a 7 de dezembro de 1836, quando, por doença que lhe dificultava o pleno exercício funcional teve de internar-se no Uruguai, a conselho do seu grande e verdadeiro amigo, major José Mariano de Mattos, então Ministro da Guerra farrapo e mais tarde Ministro da Guerra do Império.

Pouco depois o Exército da República teve de internar-se no Uruguai pelo passo do Centurion do Jaguarão em princípios de janeiro de 1837, na mesma época que no Norte do Rio Grande o coronel republicano Agostinho Mello até 13 de fevereiro atuou em Santo Amaro e Rio Pardo.

Netto, Chefe do Estado-Maior do Exército da República

Com o retorno de Bento Gonçalves, Netto passou a ser o seu braço militar no exercício das funções de Chefe de Estado-Maior do Exército, e já general desde janeiro de 1837.

Em 18 de agosto de 1837, em ataque vitorioso a Triunfo, terra natal de Bento Gonçalves, Netto comoveu-se com a heroicidade do coronel do Exército Imperial Gabriel Gomes Ribeiro, que escolheu morrer lutando de espada em punho, numa batalha desigual “do que renda-la a rebeldes”.

Netto, então formou sua tropa e a fez desfilar respeitosa em honra e continência ao herói que soubera lutar e morrer heroicamente por sua verdade, conforme conta-nos Fernando Castro Freitas.¹⁰

Netto dava uma demonstração que além de cavaleiro, o melhor do mundo, segundo Garibaldi, era um cavalheiro.

Este seu gesto em Triunfo, lembra os de alguns pilotos da 1ª Guerra Mundial, que depois de abaterem um adversário, sobrevoavam a aeronave abatida, não em escárnio, mas em tributo à coragem e ao valor da “águia abatida”.

Netto era a síntese do autêntico gaúcho histórico brasileiro. Em Triunfo deu demonstração das virtudes dos farrapos de Firmeza e Doçura. Firmeza ao lutar com garra e denodo. Doçura depois do combate demonstrado pelo respeito, ao gesto heróico e nobre do vencido, ao morrer lutando por sua verdade. Ele admirava a valentia onde ela despontasse.

Sobre o exímio cavaleiro e talvez o maior dentre os farrapos, escreveu Garibaldi ¹¹ “que montar tão bem um cavalo, não vi ninguém que superasse Bento Gonçalves a não ser o general Netto — modelo completo para um cavaleiro...” ou ginete.

Antes e depois das guerras contra Oribe e Rosas de 1851-52, Netto esteve duas vezes no Rio na defesa de interesses de 40.000 brasileiros, no Uruguai.

Numa delas propiciou à Família Real, na Quinta da Boa Vista, uma memorável demonstração de equitação gaucha (gineteada) no qual gozava a merecida fama de virtuose. Fama que já chegara ao Rio. Foi muito aplaudido e admirado² pelos assistentes.

Netto depois da vitória de São Filipe, em 18 de novembro de 1840, assim respondeu as sondagens de pacificação a Domingos de Almeida:

“Diga ao general Bento Gonçalves que enquanto tivermos 1.000 piratinenses e 2.000 cavalos a resposta está: e bateu nos copos da espada com a mão direita.”³ Piratinenses na época eram os filhos hoje de Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Bagé até o Piraí.

Por ocasião da discutida surpresa de Porongos da qual escapou de ser preso ou morto, conta-se que se dirigiu a Canabarro, então Comandante-em-Chefe do Exército com esta observação:

“— Canabarro o Moringue anda por perto, é necessário redobrar a vigilância.” E recebeu resposta mais ou menos assim, de Canabarro:

“— Não te preocupa Netto — O Moringue sentindo a minha catinga, não vem cá!” E Netto com humor respondeu:

“— Canabarro apesar da tua ‘catinga’, eu vou passar a noite em vigília com a minha tropa.”

Caso ou verdade, “Moringue” ou Chico Pedro o mais competente guerrilheiro imperial atacou Porongos e não conseguiu prender Netto.

Netto nas guerras externas

Netto nos múltiplos embates do Decênio Heróico, de capitão da Guarda Nacional a general farrapo, aprendeu muito ao ponto de tornar-se um dos maiores líderes de Cavalaria. Sua Academia Militar foi a das coxilhas no dizer de Moro Mariante, entre “para tatás de centauros, pontações de lanças, tilin-tilins, de armas brancas e cargas de Cavalaria”, ou na Arte Militar dos Pampas, tão exaltada por Garibaldi em suas *Memórias* escritas por Alexandre Dumas. Segundo ainda Mariante em *Farrapos — guerra à gaúcha* (Porto Alegre, M. Livreiro, 1985), Netto possuiu farda azul de pano fino, com bordados a ouro de general e divisa escarlate bordada a ouro com a inscrição EXERCITO REPUBLICANO RIOGRANDENSE. O azul era a cor da Cavalaria no dia-a-dia, o traje de Netto era um poncho branco, às vezes jaqueta de brim e chapéu de abas grandes (págs. 101 e 102). Simplicidade e rusticidade.

Na guerra contra Oribe e Rosas 1851-1852, não participou, pois, segundo Wiedersphan, “vivia no Uruguai, suspeito e espiado pelo Império”, para onde recolheu-se embora signatário da Paz de Ponche Verde.¹⁵

No entanto, nas guerras contra Aguirre do Uruguai (1865), e contra Solano Lopez do Paraguai (1865-1870), teve oportunidade de prestar relevantes serviços à Integridade e à Soberania do Brasil, bem como aos interesses da Colônia Brasileira no Uruguai, como líder natural da mesma, frente de uma Brigada Ligeira de Cavalaria. Isto ao fazer a vanguarda do Exército, ao comando do marechal João Propício Mena Barreto, tendo destacada atuação em Paissandu, então como brigadeiro.

Na campanha contra o Paraguai, até 1866, fez a vanguarda das forças do Brasil, ao comando do general Osório, de Uruguiana a Corrientes.

Destacou-se no comando de sua Brigada Ligeira de Voluntários, que fazia vanguarda de Osório na invasão do Paraguai em Passo da Pátria, em 16 de abril de 1866 e nos dias seguintes no estabelecimento da cabeçade-margem no território adversário, para o prosseguimento das operações. Em 2 de maio lutou em Estero Belaco. Em 20, em Passo Cidra e em 24 de maio de 1866, em Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, vencida pelo general Osório. Nela, Netto com seus esquadrões de cavalos amilhados, desempenharam relevante e muito importante papel em Potrero Pires, no retardar o envolvimento do flanco esquerdo do Exército Aliado, tentado por Barrios, até que Osório pudesse enviar reforços para anular a tentativa envolvente por aquele lado.¹⁶

Já fazia 30 anos do encontro, em 7 de abril de 1836, na barraca do general republicano Antônio Netto, nas imediações da sitiada Caçapava do Dr. Sebastião, filho do brigadeiro Bento Manuel, com o tenente do Exército Osório, com permissão de seu comandante superior. Encontro assistido por Netto e Jacinto Guedes da Luz, no qual o Dr. Sebastião Ribeiro, citado, convidava Osório em nome do pai para passar para o lado republicano ao que este respondeu:

“— Meu lugar, foi, é e será sempre nas fileiras da legalidade. Aí tenho combatido, aí tenho sofrido, aí hei de vencer ou morrer. Aí foi que eu comprometi a minha lealdade e nada haverá no mundo que me fizesse abandoná-los.” Perguntado se aquela era a última palavra Osório respondeu:

“— Uma e única. Costumo ter uma só palavra.” Após pedir licença despediu-se com um aperto de mão dos presentes, Dr. Sebastião e dos farrapos Netto e Guedes que haviam em silêncio assistido à entrevista e lhe estendido a mão. Montou em seu cavalo e a seguir Netto então dirigiu-lhe a palavra:

“— Adeus bravo patricio, breve haveremos de vê-lo rendido. O sftio há de ser rigoroso!”

E o tenente Osório respondeu-lhe:

“— Será o que Deus quiser!”

No dia seguinte Osório em companhia do irmão José e mais 39 soldados de Cavalaria com auxilio de um escravo que abria picada através do mato, a machado, conseguiu escapar ao sítio indo apresentar-se a Rio Pardo, ao comandante Cel Gabriel Belo Lisboa, pouco depois, conforme referimos, mortos em ação em Triunfo, de modo heróico em defesa do local, até então essencial ao abastecimento de charque da sitiada Porto Alegre.

Netto e Osório foram companheiros de mocidade em 'Bagé antes da Revolução e nutriam admiração recíproca. Agora juntos no início da guerra, Netto, Brigadeiro Imperial e Osório Marechal-de-Campo do Exército Imperial e seu comandante em Operações contra o Paraguai, escreveram as mais belas páginas de nossa História Militar — Marcha até Corrientes, Travessia do Passo da Pátria e Batalha de Tuiuti.¹⁶

Osório e Netto foram dois expoentes da Cavalaria e do gaúcho brasileiro histórico e cultores das virtudes de Firmezá e Doçura que aqui referimos e simbolizados nós amores-perfeitos do Pavilhão do RS.

Por esta época, Netto com 63 anos, foi tomado de forte febre, em consequência da qual veio a falecer, cerca de 40 dias depois de Tuiuti, no Hospital Militar de Corrientes, cidade onde foi sepultado com honras militares. E ainda há quem duvide do patriotismo de Netto e de seus companheiros que sonharam com a República, uma realidade desde 1889.

Como últimas vontades manifestou, em vida, o desejo de abrir mão dos vencimentos de oficial general que lhe eram devidos desde a Campanha contra Aguirre e de seus restos mortais irem descansar em mausoléu que em vida mandara construir em Bagé, onde ligara-se muito à sociedade.

Netto desde o final da Revolução Farroupilha radicara-se no Uruguai como estancieiro.

Casara cincoentão com a filha de um estancieiro, de cujo consórcio teve duas filhas, de muito pouca idade quando faleceu.

Retorno ao pago para o sono eterno

Em 1966, no ano do centenário de sua morte, Netto foi exumado em Corrientes. Um avião da FAB aterrou em Bagé transportando os restos de um dos mais destacados líderes de Cavalaria do Brasil. Restos endereçados a Chefia do Estado-Maior do III Exército. Em meio a tocante cerimônia, o general comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, em Bagé, introduziu a urna do grande cavalariano farrapo e vanguardeiro de Osório, até Tuiuti, na defesa da Integridade do Brasil, num mausoléu de mármore branco com o seguinte epitáfio:

“Aqui descansam os restos mortais do brigadeiro Antônio de Souza Netto, falecido na cidade de Corrientes, em 1º de julho de 1866.”

Entre os discursos pronunciados recolhi estas pérolas:

“O brigadeiro Antônio Netto, também foi representativo do torrão continentino e do maior quilate, figura espartana de soldado e modelo de lealdade.”

O historiador Tarcísio Taborda ligado à família de Silva Tavares, por parentesco, assim falou em discurso no cemitério em seus trechos mais expressivos:

“Os manes do herói voltam à Pátria. E voltam à frente da Cavalaria Rio-Grandense. Foi de Bagé que ele saiu à frente do Exército Brasileiro para lutar no Paraguai...”

Seus restos aqui vem se juntar aos de seu adversário constante Silva Tavares, Visconde de Cerro Alegre. Unidos como durante o período em que lutaram contra nossos vizinhos em defesa da Integridade do Brasil. Unidos, na morte, como unidos estiveram na glória, dois ilustres rio-grandenses e heróis do Brasil.”⁷

E completariamos dois grandes, valorosos e autênticos soldados do Brasil, no Rio Grande do Sul exemplares e coerentes, na luta pelas suas verdades à República e à Monarquia na Revolução Farroupilha, mas unidos numa verdade comum — à defesa da Integridade e da Honra do Brasil. Os *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* trazem interessantes subsídios sobre Netto. Dos generais farrapos Netto e João Antônio da Silveira ainda não foram objeto de biografias, o que talvez seja possível com a publicação de seus documentos nos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* até agora no nº 8. A Primeira Parte completa informação sobre os restos mortais de Netto.

Descendência

Netto casou em Paissandu, em 4 de dezembro de 1860, aos 57 anos, com Maria Medina Escayola. Deste consórcio nasceram no mesmo local em 1862, Teotônia Netto e em 1863 Maria Antônia. Teotônia casou com o coronel francas Guillard e faleceu na França, sem descendentes. Maria Antônia casou em Montevidéu, com o Dr. Domingo Mendilaharsei, onde faleceu em 1949. E seu único filho Carlos Mendilaharsei que mora em Montevidéu, com duas filhas. Antônio Netto foi proprietário no Uruguai das estâncias Zamora e Queguai.

Segundo Décio Vignola Neves, ¹⁸ era irmão de Florisbello de Souza Netto, pai do general Zeca Netto (José Mattos Netto) com Rafaela de Souza Mattos, por sua vez, irmão do tenente-coronel Teófilo de Souza Mattos, nosso bisavô e comandante dos canguçuenses na Guerra do Paraguai ¹⁹ e casado na família Borba com ramos em Canguçu e Armada.

Este ensaio foi difundido na Zona Sul do Rio Grande do Sul em 20 de setembro de 1985.²⁰

Ações farrapas em que Netto participou

Não existe, decorridos 150 anos do início da Revolução, um levantamento firme das ações de combate que tiveram lugar, bem como detalhes das circunstâncias em que elas ocorreram, e isto o reconhece o historiador Aldo Moro Mariante²¹ ao procurar consolidar estas efemérides guerreiras com apoio em Gen Calvet (I), Cel Moro Mariante (II), Cel A. Ferreira Filho (III), Gen Rinaldo (IV), Osório Santana (IV), Prudêncio Rocha (IV), Souza Docca (VII), Osvaldo Cabral (VIII), Mozart Soares (IX), Araripe (X), Spalding (XI) e Shoroeder (XII).

No tocante as ações em que Netto participou com vistas a fornecer subsídios para uma biografia que se impõe, relacionamos as seguintes, a merecer um estudo crítico, visando a confirmá-las ou não.

1835

8 out. 35 - Entra em Piratini e a controla (XI)
16 out. 35 - É batido no Passo do Retiro por Tavares (XII). A confirmar.
22 out. 35 - Bate no Passo do Rosário a Tavares (XII). A confirmar.

1836

7 abr. - Toma parte ativa na conquista de Pelotas (I).
8 abr. - Toma parte ativa no combate do Passo dos Negros em Pelotas (VII).
2 jun. - Toma parte ativa no combate de São Gonçalo (I).
12 jul. - Combate Silva Tavares e Calderon em Albardão (VII).
26 jul. - Tenta malograda ação contra as trincheiras de Rio Grande (I).
10 set. - Vence Tavares no combate de Seival.

22 out. - Participa da vitória de Candiote contra Bento Manuel (XII).
30 out. - Participa da vitória de Pedras Altas contra Bento Manuel (XII).

1837

3 jan. - É vencido em Veleda por Bento Manuel (III).
1º abr. - Retorna do Uruguai e cerca Caçapava (XII).
8 abr. - Obtém a capitulação de Caçapava (VII).
15 maio - Sítia Porto Alegre pela segunda vez (III).
9 jun. - É repellido por Tavares em Rio Grande (XII).
20 jun. - Comanda e bombardeia Porto Alegre sitiada (XII).
22 jul. - Comanda outro bombardeio a Porto Alegre (XII).

25 jul. - Comanda reação ao rompimento do sítio de Porto Alegre (XII).
7 ago. - Comanda outro bombardeio a Porto Alegre (XII).
25 ago. - Obtém a vitória significativa de Triunfo (III).
29 ago. - Participa de ação em Gravataí (1).
6 out. - Comanda ações no combate Passo da Areia (1).

1838

24 fev. - Tentou, sem êxito, atravessar o canal São Gonçalo.
30 abr. - Tem ação destacada na reconquista de Rio Pardo (1).
11 mar. - Intima Porto Alegre à réndição (IV).
15 jun. - Participa do início do 3º sítio de Porto Alegre (IV).
6 out. - Comanda as ações em Passo da Areia (XII).

1839

21 jan. - Atua contra tentativas de levantar sítio a Porto Alegre (1).
12 fev. - Participa da ação de retomada de Pelotas (XII).
5 jun. - Participa das ações de assalto a Porto Alegre (XII).
As ações principais de Netto como Chefe de Estado-Maior de Bento Gonçalves ligam-se mais ao sítio de Porto Alegre, onde tem lugar ações em 24 julho (1), 3 agosto (1), 31 agosto Gravataí (XII), 28 outubro (1), 31 outubro (XII), 6 novembro (XII), 23 novembro (1).

1840

29 jan. - Atua combate Sanga das Bananeiras — Porto Alegre (II).
12 fev. - Atua escaramuças próximo a Porto Alegre (XII).
3 mar. - Luta no indeciso combate de Taquari (1).
16 mar. - Atua em Tamanca contra Chico Pedro (X).
25 mar. - Atua em Pareci contra José Cipriano (X).
25 mar. - Participa de derrota imperial em Caí (XI).
16 jul. - Participa da derrota de São José do Norte (II).
21 out. - Ocupa Bagé (XII).
16 nov. - Vence em São Filipe — São Gabriel (V).

1941

— Netto acompanha Bento Gonçalves na marcha desde Porto Alegre, pela serra, até São Gabriel, na Campanha, a que foi retomada em 27 de fevereiro, posição consolidada com o combate de Batovi no dia seguinte (V).
— As ações de Netto até 1843 estão por caracterizar. Elas estão ligadas a Bento

Gonçalves como seu Chefe de Estado-Maior. Existe uma nebulosa em torno delas a tentar- se esclarecer.

1843

— Sabe-se que Netto estava concentrado na região de Piratini, observando os movimentos de Caxias e que em 19 de janeiro (1) estava em Passo do Rosário, junto com Canabarro, para fazer frente ao Exército Imperial em organização no Passo do São Lourenço, por Caxias.
12 mar. — Netto vence Chico Pedro nos Enforcados.
16 maio — Netto participa da derrota de Poncho Verde (1).
— Depois de Bento Gonçalves deixar a Presidência e assumir o comando da 1 Divisão, Netto o acompanhou.
É uma fase eminentemente de guerrilhas visando a durar na ação e conseguir melhores condições de paz e capitalizar junto ao Império, as possibilidades de ajuda externa argentina e inglesa. Possibilidade alcançada graças à visão e compreensão de Caxias que culminou na Paz de Poncho Verde.
25 out. — Participa da derrota imposta por Chico Pedro nas Pedras das Mentiras em Canguçu (autor).
6 nov. — Participou da derrota imposta por Chico Pedro no morro do Ataque na orla de Canguçu (autor). Ver do autor *Cançu reencontro com a história* (detalhes).

1844

8 jan. - Não é bem sucedido em ataque a Alegrete (XII).
27 mar. - Bate-se com Chico Pedro na Serra do Herval (XI).
14 nov. - Netto estava em Porongos, mas consegue escapar da armadilha (1).

1845

1º mar. — É signatário do Convênio de Poncho Verde. *Esta* é uma síntese, um roteiro para ser esclarecido e detalhado. É possível que com a publicação dos AAHRGS com a correspondência de Netto, ou ao menos cópias da mesma datilografia, colocada em cópias xerox pelos AAHRGS à disposição, em locais acessíveis aos pesquisadores, seja possível levantar com maior precisão a atuação militar de Netto dentro do Sesquicentenário da Revolução (1985-1995).

Seria menos dispendioso e mais objetivo assim difundir os *Anais*, face ao alto preço das publicações hoje. Aqui fica a sugestão que temos praticado no Arquivo do Exército, com rendimento e economia.

NOTAS

1. REINGHAN-TZ. *Anais Restauração RGS*. v. 2, págs. 46 e 601.
2. SOARES, Ilka. Dos Leme da Ilha da Madeira aos Moreira Bento de Canguçu. Estudo genealógico da família do autor, em seu poder.
3. WIEDRSPHAN, Henrique Oscar. Possui estudo sobre esta Campanha. Ou a que se seguiu a Passo do Rosário até a Paz — 1828. Forneceu vários subsídios para o presente ensaio.
4. CALDEIRA. "Apontamentos Rev. Far." *RIHGRGS*, nº 27, 1927, pág. 403.

5. AAHRGS, v. 5, pág. 399.
6. Obras escritas por Arthur Ferreira Filho, Dante de Laytano Morivalde de Calvet Fagundes, Walter Spalding, Alfredo Varela e Assis Brasil, etc.
7. FERREIRA FILHO. *Revoluções e caudilhos*.
8. Idem. *História Geral RGS*. 5 ed. pág. 95.
9. Carta. Domingos de Almeida. AAHRGS, v. 3.
10. FREITAS. *Triunfo*. Porto Alegre, M. Livreiro, 1985, pág. 36. Conta como morreu heroicamente o cachoeirense coronel Imperial Gabriel. "Atacado por Netto foi obrigado a buscar proteção no casario de Triunfo. Morreu de espada em punho quando comandava reação feroz ao ser atingido por estilhaço de pedra produzido por um projétil disparado pela Marinha em apoio a sua ação e desprendido do prédio atual da Prefeitura." Netto que admirava um homem valente prestou honras fúnebres ao herói Cel Gabriel desde então conhecido pelo "Tigre de Triunfo" onde deixou um imortal exemplo de bravura e valor militar.
11. Memórias escritas por Alexandre Dumas.
12. FRAGOSO. *História da Guerra da Tríplice Aliança*, v. 1 (Registra a viagem e PONDE, *Manuscrito da Casa do Trem* (xerox) registra a dernonsração).
13. ROSA. *Vultos da epopéia...* (Antonio Nesto).
14. Refere-se a mau cheiro ou odor característico dos animais.
15. Notas fornecidas ao autor e integrantes de seu arquivo particular.
16. Idem nota 12, v. 3. Ver Batalha de Tuiuti e OSORIO. *História do general Osório*, v. 1.
17. Baseado em estudo que nos foi entregue pelo general Ornar Emir Chaves, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.
18. NEVES. *Vultos do Rio Grande* (Biografia de Antônio Netto).

GENERAL BENTO MANUEL RIBEIRO (1783-1855)

Significação histórica

Prestou relevantes serviços militares, de soldado a marechal do Exército Imperial, Integridade e Soberania do Brasil, cônia e independente, nas guerras do Sul de 1801, 1811-12, 1816 e 1821, 1825-28 e 1851-52, onde se firmou entre as maiores espadas de seu tempo. Foi militar de raros méritos como estrategista, tático, profundo conhecedor do terreno e grande capacidade de nele orientar-se.

Possuiu grande capacidade de liderança em combate e de bem combinar Infantaria e Cavalaria, além de conhecimento apreciável da psicologia de seus homens e dos adversários.

Durante a Revolução Farroupilha, em função de seu temperamento singular, interesses e segundo Sanmartim, mentalidade "mais caudilhesca do que militar", por seguir as suas próprias regras, ao invés das dos governos que serviu, adotou posições até hoje controversas e aparentemente inexplicáveis. Isto, ao combater, ora ao lado dos farrapos, ora ao lado dos imperiais, mas sempre desequilibrando, acentuadamente, o prato da balança, em favor da causa que defendia. Inicialmente como farrapo, depois como imperial, novamente como farrapo e, finalmente, depois de mais de dois anos de neutralidade, lutou pelo Império até o final da Revolução, "como vaqueano-mor de Caixas".

Por esta razão, entrou para a História do Rio Grande do Sul como a mais controversa personalidade do ponto de vista político e psicológico, com defensores a explicar seus gestos e acusadores impiedosos, até na poesia popular da época.

Mas é Bento Manuel um raro caso histórico de alguém que iniciando a vida como pião de estância e soldado miliciano, por excepcionais méritos militares e pendor

comerciais, tenha atingido o posto de marechal do Exército Imperial e general da República e acumulado enorme fortuna, cercada, inclusive, pela lenda gaúcha da Salamandra do Jarau, local da estância do bem-sucedido paulista de Sorocaba.

Seu biógrafo Olhynto Sanmartim e o general Souza Docca o ensaiaram do ponto de vista psicológico. Fornecem dados interessantes para os psicólogos explicarem melhor Bento Manuel no Tribunal da História e, particularmente, sua segunda adesão à República Rio-Grandense, fato que teria merecido de um seu filho este desabafo:

“Foi uma nódoa na família que não se lavarã com toda a água do Ibirabiuta.”

Naturalidade, ascendência, descendência

Bento Manuel nasceu em 1783, filho do tropeiro Manuel Ribeiro de Almeida, na histórica cidade dos tropeiros, Sorocaba-São Paulo. Com 7 anos veio para o Rio Grande como piã da estância do major Antônio Adolfo Charão (corruptela Scharam), em Rio Pardo. O major Charão era dos Dragões do Rio Pardo e natural do Rio de Janeiro, filho do médico alemão João Adolfo Scharam² e casou com a filha do mineiro João Carneiro da Fontoura, então capitão dos Dragões de Rio Pardo, com ilustre descendência.

Assim, aos 18 anos, nas fileiras do citado regimento que ingressara como soldado raso em 1800, teve início a cintilante e muito movimentada carreira de Bento Manuel que durou 54 anos e que foi encerrada no posto de marechal do Exército Brasileiro.

Bento Manuel pelo lado materno descendia do bandeirante Anhangueira e do português João Ramalho e, pela linha paterna, de Pedro Taques. Ligado à família Bueno, de Amador Bueno que fora proclamado rei de São Paulo, segundo se conclui de Olhynto Sanmartim.³ Pelos Bueno ligava-se por parentesco a Antônio Netto, ambos assim de boa cepa.

Bento Manuel casou em 15 de setembro de 1807, em Caçapava do Sul, atual, com Maria Mâncio da Conceição.

Deste consórcio nasceram 11 filhos (5 mulheres e 6 homens). Sua filha, Benevenuta, casou com o pernambucano, mais tarde general Victorino José Carneiro Monteiro e Barão de São Borja, do qual descendia o general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, destacado Chefe do Estado-Maior do Exército que criou a Missão Indígena da Escola Militar de Realengo, em 1919.

Nas guerras do Sul 1801-1824

Em 1801, ao comando do coronel Patrício Correia Câmara, tomou parte, como soldado de Milícias ao lado dos Dragões, da expulsão dos espanhóis de Batovi (São Gabriel primitivo), fortaleza de Santa Tecla (reocupada) e da concentração defronte o passo N.S. da Conceição do Jaguarão (Centurión) para fazer frente a uma possível reação do Marquês de Sobremonte, governador de Montevidéu, contra a expansão do território, do Piratini ao Jaguarão.

Em 1808 foi promovido a furriel de Milícias. Mas voltou-se também para a conquista da fortuna o que conseguiu ao final de algum tempo.

Tornou-se um dos maiores e até lendários estancieiros rio-grandenses. Lendário, através da lenda da Salamandra do Jarau, colhida por J. Simões Lopes Neto. Na guerra 1811-12 se destacou no ataque a Paissandu, na liderança de 60 milicianos. Isto lhe valeu a promoção a tenente, em 17 de dezembro de 1813.

Na guerra contra Artigas 1816-17, o tenente Bento Manuel evidenciou o seu valor, ousadia e intrepidez em diversas ações. Foi citado nominalmente em diversas ordens-do-dia. Por haver derrotado em Belém, na linha do Quarai, em 7 de setembro de 1817, o chefe oriental D. José Verdum, preso com outros oficiais e todo o armamento, foi efetivado no posto de capitão de Milícias “pelo distinto comportamento com que se houve na ação”.⁴

Atuou no combate de Guabiju, em abril de 1818, onde Aranda sofreu pesada derrota que veio reforçar o arsenal e a remonta do Império. Em 26 de maio ele dirigiu, na outra margem do Uruguai, bem-sucedida surpresa contra Artigas. Trouxe farta presa de guerra (cavalos, armas, munições etc.).⁵ Em consequência foi elogiado e promovido a major. Repetiu este feito em Queguai-Chico. Em 28 de fevereiro de 1815 infligiu pesada derrota a Frutuoso Rivera, no Arroio Grande, com grandes presas de guerra. Isto lhe valeu a promoção, em 17 de março de 1820, a tenente coronel “por distinção no combate de Arroio Grande”. Aí teve a instruir-lhe o marechal Curado, filho de Goyás, que estudamos.⁶

A independência do Brasil vai encontrá-lo na defesa da Fronteira do Brasil, onde foi promovido a coronel graduado do 22º Regimento de Milícias de Rio Pardo, a sua escola para a guerra que aprendeu na Academia Militar das Coxilhas “vendo, tratando e pelejando”. Esta guerra, segundo Rio Branco, foi o período áureo de Bento Manuel, tendo se destacado nas ações de Belém, Calera de Berquió, Perucho-Berín e Arroio de La China.⁷

Guerra Cisplatina 1825-1828

Colocou-se na frente de seu Regimento e internou-se na campanha da Província Cisplatina do Brasil (o atual Uruguai).

Em 3 de setembro de 1825 bateu Frutuoso Rivera no arroio d’Aquila, sendo recebido em triunfo, em Montevideú.

No dia 12 de outubro de 1825, por circunstâncias adversas várias, provou o sabor da derrota, em Sarandi, conforme foi contado pelo alferes Manoel Luiz Osório que dela participou.⁸

Durante a retirada, segundo a tradição, conta-se que o coronel Bento Manuel, admirado da atuação do alferes Osório, semelhante a sua quando na mesma idade, teria dito: “E para aquele que vou deixar um dia a minha lança na certeza que ele a levará mais longe do que eu.”

Em 5 de novembro de 1826, derrotou na Capela do Rosário (Corrientes), depois de atravessar o rio Uruguai, o inimigo lá concentrado. Apreendeu farta presa de guerra. Comandava desde 9 de março de 1826 uma brigada, como coronel efetivo.

Durante as marchas estratégicas dos exércitos argentino de Alvear e o imperial de Barbacena, Bento Manuel Ribeiro afastou-se em demasia de Barbacena.

Assim, acreditou num movimento inimigo feito para iludi-lo. Em função dessa falsa possibilidade inimiga, que teria transmitido a Barbacena, terminou por ausente da batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, onde deveria estar ocupando a Ala Esquerda do Exército, o ponto crítico da defesa brasileira.

Em seu local foi colocada a vanguarda do Barão do Serro Largo — marechal José de Abreu, constituída de um punhado de desertores, paisanos mal montados e sem efetivo — preparo para receber os ataques de Cavalaria inimiga. Disto resultou o

marechal Abreu vir morrer e seus homens vítimas dos tiros amigos e das lanças e espadas inimigas em choque.

Esta ausência de Bento Manuel da batalha teve imensa repercussão tática negativa, para a sorte das armas brasileiras. Por isto tem sido muito discutida a sua atuação entre os estudiosos do assunto.

Bento Manuel, o fiel da balança na Revolução Farroupilha

A situação de Bento Manuel imediatamente anterior à Revolução era a seguinte: Desde 27 de agosto de 1825 ingressara na 1ª Linha do Exército Imperial, como coronel de Estado-Maior. Era já um homem opulento e bastante relacionado e respeitado por seu valor militar. Seu perfil era o de um caudilho. Possuía temperamento incomum merecedor de um ensaio psicológico, por mestres do assunto, para ajudar a explicar-lhe e, Souza Bocca o ensaiou sob este aspecto.⁹

Com a Abdicação de D. Pedro 1, em 7 de abril de 1831 e até dezembro de 1834, comandou a guarnição e a Fronteira do Rio Pardo. Foi substituído na função por um desafeto, por ato do Presidente Fernandes Braga, da Província, talvez por indicação do comandante-das-Armas da mesma, o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto.

Esta circunstância teria influído na decisão de Bento Manuel em ajudar a derrubar o governo, adevindo à Revolução Farroupilha.

Sobre ele escreveu o veterano Caldeira:¹⁰ “Bento Manuel era um militar de muita tática na guerra. E possuía muito conhecimento dos habitantes da campanha da nossa Província e também era de muito prestígio. O procedimento dele durante a Revolução é público e notório. Quando a legalidade estava calda ele com sua presença dava-lhe vicla e quando a causa da República precisava alento, ele lhe dava.”

Como se verá, seu apoio, ora à Revolução Farroupilha, ora ao Imp4rio, sempre desequilibrou o fiel da balança para o lado que ele lutava.

Assim, tomou parte ativa e proeminente na revolução de 20 de setembro a dezembro de 1835, que derrubou o Presidente Fernandes Braga e o Marechal Sebastião Barreto, Comandante-das.Armas, em cujas funções foi colocado pela revolução que passou a dominar, por completo toda Província do Rio Grande.

Ao, passar para o lado legal a convite do novo Presidente enviado pela Regência e seu parente e amigo, o Dr. José de Araújo Ribeiro, mais tarde Visconde do Rio Grande, desequilibrou as Forças em luta, em favor do Império.

Durante sua primeira luta pela causa imperial de dezembro de 1836 a 23 de março de 1837, ou por cerca de 13 meses, sua participação foi decisiva no campo estrategico:

- Para a reconquista Imperial da cidade do Rio Grande, por hábil manobra do novo presidente que lá assumiu suas funções. Cidade que serviu de base de partida de reforços navais e terrestres, enviados pela Regência, para combater a revolução, além de negar aos revolucionários um porto marítimo para desenvolverem suas marinhas de guerra e mercante, ou seu poder marítimo.
- Pra distrair atenções para si, engajando forças a comando de Bento Gonçalves, essenciais à tentativa de conquista do Rio Grande. Disto resultou:
- A queda definitiva de Porto Alegre em mãos imperiais e prisão de 36 revolucionários importantes e a liberação da ligação lacustre imperial, Porto Alegre
- Rio Grande.
- A prisão de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, com o

concurso naval.
— A desistência do ataque a Rio Grande, a partir de Pelotas, pelo major João Manuel de Lima e Silva que o substituiu, no Comando-das-Armas.
— A proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes.
— O abandono de Pelotas pelos revolucionários, em direção da Serra dos Tapes, para Piratini, então escolhida capital da nova República.
— A retirada dos farrapos de Piratini, em direção à fronteira, sob o comando do então general farrapo João Manoel, seguida de internação, ao comando de Antônio Netto, no atual Uruguai, tudo sob sua ameaça, em Caçapava.

Esta atuação valeu-lhe promoção a brigadeiro do Império. E com a revolução nos estertores vai lutar por ela mais uma vez. E isto ocorreu de 23 de março de 1837 a 18 de julho de 1839, pelo espaço de cerca de 2 anos e 3 meses, período áureo da República com capitais em Piratini e Caçapava, no qual ela implantou sua estrutura. Foi, além conquistada Laguna, em julho de 1839 e proclamada a República Juliana.

Quando cobria a Fronteira do Uruguai, contra Netto e suas forças lá emigradas, conheceu a substituição do Presidente Araújo Ribeiro, seu amigo, com o que não concordou.

Entrou em rota de colisão com o novo Presidente, brigadeiro Antero José Ferreira Brito que o destituiu do Comando-das-Armas e foi mais além — tentou prendê-lo!

Pela segunda vez no lado revolucionário

Bento Manuel então surpreendeu e prendeu o Presidente no passo de Itapevi em Alegrete, 23 de março de 1837. O manteve preso por cerca de 9 meses, até soltá-lo, por troca, em Viamão, em 1838, pelo coronel Francisco Xavier do Amaral Sarmento Menna. Em 21 de abril de 1837 foi instaurado processo contra Bento Manuel e seu filho Sebastião “por crime de sedição e rebelião e também cúmplice de roubo”.

Os farrapos em mais lençóis o receberam com imenso júbilo. Foi nomeado comandante das divisões da Direita e do Centro do Exército da República Rio-Grandense. Exército cujo comandante-em-Chefe interino, na ausência de Bento Gonçalves, era o general Netto.

Em 7 de abril de 1837 reconquistou Caçapava. Em 8 de junho de 1837 bateu-se com Sebastião Barreto no arroio Santa Bárbara, em Cruz Alta, sendo ferido na ação. Em 30 de outubro de 1837, na coxilha do Espinilho, bateu seu aliado de ontem — o Cel Manoel dos Santos Loureiro.

Enquanto isto, Netto mantinha sob cerco terrestre Porto Alegre. Em 16 de dezembro de 1837, Bento Gonçalves retornou da prisão aonde fora colocado depois de preso por Bento Manuel. Decorridos 15 dias, em 29 de dezembro de 1837, ele promoveu Bento Manuel a general da República. Este continuou no comando das divisões da Direita e Centro e diretamente subordinado, a Bento Gonçalves, como Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército, mas cercado de todas as atenções.

Em 31 de janeiro de 1838, no Caí, Bento Manuel tomou em ação, duas canhoneiras. Elas foram incorporadas à Marinha da República ao comando do então Giuseppe Garibaldi e mais tarde o herói maior da reunificação da Itália, além de “o homem de ação de seu século”.¹¹

Em 30 de abril de 1838 comandou o Exército da República na vitória de Rio Pardo, a maior dos republicanos.

Reconquistar Porto Alegre era o sonho dos dois Bentos que se encontraram em Encruzilhada. Mas faltava cavalhadas e os imperiais se fortificavam e mantinham aberta a linha de suprimento geral lacustre Rio-Grande — Porto Alegre, a despeito da interferência de Garibaldi, neutralizada com a navegação imperial, em comboios.

Os farrapos dominavam a campanha e recebiam apoio externo pelas fronteiras com o Uruguai e Argentina. Os imperiais dominavam o Rio Grande, São José do Norte, Porto Alegre e a navegação interior do Rio Grande.

Em 25 de julho de 1839, David Canabarro proclamou, em Laguna, a efêmera República Juliana que serviria para um porto de mar de onde a República, recorrendo à guerra de corso, pudesse prejudicar a navegação imperial, em alto-mar.

Abandono definitivo dos farrapos

Em 18 de julho de 1839, quando a causa farrapa se desenvolvia ainda bem, Bento Manuel a abandonou através de carta circunstanciada dirigida ao Ministro da Guerra da República, José Mariano de Mattos.

Basicamente alegou ter recebido ingratidões do Brasil, depois de sacrifícios superiores ao esforço humano na defesa de sua Integridade, como a desconsideração do marechal Antero de Brito que o tentou prender. Que pressagiava ingratidões semelhantes dos farrapos que hoje o lisonjeavam.

Protestou contra a promoção a tenente coronel e nomeação para comandante do 2º Batalhão de Caçadores, do baiano Francisco José da Rosa que havia repreendido asperamente, por insubordinação.

Bento Manuel havia sido decisivo na prisão de Bento Gonçalves e seu envio para o forte do Mar, de onde foi libertado pelo oficial baiano citado, que acompanhou Bento Gonçalves ao Sul. E concluiu sua carta em que se exonerou dos serviços à República:

“Hoje, já próximo da sepultura e cheio de cas ganhadas em árduos serviços à patria prestados, não posso nem devo tolerar que, por um obscuro baiano, fira. V. Excia e Exmo governo minha honra e pundonor militar.”² Bento Gonçalves tentou de tudo para demova-lo, mas sem resultado.

Em realidade, Bento Manuel foi desautorado, e sem outra alternativa, que não deixar o serviço da República.

Assim, de 18 de julho de 1839 a 9 de novembro de 1842, chegada de Caxias, ou por cerca de 3 anos e 4 meses, Bento Manuel permaneceu neutro.

Com a chegada de Caxias, Bento Manuel, anistiado pelo Governo Imperial, passou a colaborar no combate aos republicanos.

Em 26 de maio de 1843 lutou, em Ponche Verde, onde foi ferido duas vezes no peito tendo, em movimento difícilimo, uma inspiração tática que adotou e o salvou da derrota certa.

Em 29 de julho de 1844, evitou combate no Bai-Passo, com os revolucionários mais fortes que ele.

Bento Manuel segundo Caxias

Bento Manuel recebeu de Caxias o comando de uma Divisão. Desempenhou então decisiva ação militar na perseguição dos republicanos, até a conclusão da Paz de Ponche Verde, em 1º de março de 1845.

Caxias, temendo uma nova defecção de Bento Manuel, julgava impolítico dar-lhe comando, mas acreditava que Bento Manuel lhe seria útil, como de fato o foi, “suprindo-me naquilo que me faltava, que é o conhecimento prático do Rio Grande e com suas relações na campanha, de que espera obter mais alguma gente de Cavalaria e Cavalos”.

Ao Caxias dirigir proclamação aos farrapos, em 9 de novembro de 1842, o jornal *Americano* assim a comentou em certo trecho:

“Caxias não traz a faculdade de atemorizar com pragas, mas traz Bento Manuel e seu filho, que valem por todas as pragas do Egito. Se o nome de V. Excia, Caxias, pela fama de sua habilidade estratégica, era capaz de inspirar-nos temor, que receio não incutirá agora...”

Caxias em ofício de 31 de março de 1843 escreveu:

“Até hoje nenhum dos chefes a quem Bento Manuel escreveu, e com os quais contava se apresentou. Pelo contrário, continuam a servir a favor da revolta como dantes, sendo suas respostas dadas bocalmente ao portador das cartas do referido brigadeiro e que não mereciam resposta nenhuma, suas proposições dando a entender que nada com ele haviam tratado a semelhante respeito.”

A esta altura uma onda de ódio já se levantava entre republicanos e imperiais contra o procedimento de Bento Manuel.⁴

Caxias, em ofício de 4 de maio de 1844 ao Ministro da Guerra esclarecia:

“Logo que fiz junção com a 1 Divisão, um requerimento me foi dirigido em nome dos soldados pedindo serem desligados do comando do brigadeiro Bento Manuel... Não dissimularei a V. Excia que esta mostra de desobediência e má vontade de alguns chefes dessa Província... provém, como é notório, da indisposição e ódio que votam a pessoa do brigadeiro Bento Manuel, com quem não desejam servir, ódios que com bastante esforços e persistência tenho conseguido dissipar, se não em todos os filhos dessa Província, ao menos na maior parte do Exército.”

Todas estas atitudes de Bento Manuel que ele encontrava argumentação para explicá-las, jamais foram entendidas pelo povo rio-grandense que o condenou e o ridicularizou nestes versos entre outros:

“Pode	um	altivo	humilhar-se,
pode	um	teimoso	ceder,
pode	um	pobre	enriquecer,
pode	um	pagão	batizar-se,
pode	um	avaro	emprestar,
um		lassivo	confessar-se,
tudo	pode	ter	perdão!

Só o Bento Manuel não!”

Recolhendo-se a sua estância no Jarau, foi prometido a “Dente Seco” uma quantia para matá-lo. Percebendo ele o intento e incapaz de reagir fisicamente, seduziu ou

passou a conversa em “Dente Seco” dando-lhe quantia dobrada a ajustada, salvando assim a vida,¹⁵ conforme contou Olhynto M. Sanmartim.

Atuação na Guerra contra Oribe e Rosas 1851-52

Nesta guerra seus serviços foram reclamados para a defesa da Integridade e Soberania do Brasil. Coube-lhe o comando, como marechal, da 1ª Divisão do Exército que era integrada pelas seguintes brigadas:¹⁶

- 1ª — ao comando do brigadeiro Francisco Arruda Câmara e integrada pelos 5º, 6º e 11º Batalhões de Infantaria.
- 2ª — ao comando do brigadeiro Manoel Marques de Souza, integrada pelos 2º RC de Linha e o 3º RC da Guarda Nacional, de Bagé.
- 5ª — ao comando do coronel João Pro4io Mena Barreto com o 4ª — RC de Linha e Cavalaria da Guarda Nacional de São Borja.
- 6ª — ao comando do coronel da Guarda Nacional Jerônimo Jacinto Pereira, de Itaqui, e além, emigrados orientais.

Morte de Bento Manuel

Morreu com 72 anos de idade, rico mas controvertido, e indiscutivelmente como o julgou Caldeira ao traçar-lhe o perfil, “quando a legalidade estava caída da sua presença dava-lhe vida e quando a causa da República precisava alento ele lhe dava”. Foi indiscutivelmente a maior espada do Rio Grande do seu tempo e o maior especialista na Guerra dos Coxilhas ou na Arte Militar dos Pampas.

A explicação e a justificação de seus comportamentos é obra para sociólogos e psicólogos.

Bento Manuel na visio de Osvaldo Aranha

A controvertida e polêmica figura do general Bento Manuel encontrou no grande brasileiro e um dos maiores rio-grandenses de todos os tempos — o Dr. Osvaldo Aranha, o seu maior defensor e intérprete em artigo *A Revolução de 35 e a Unidade Nacional*¹⁷ ao escrever:

“Garibaldi colocava a Pátria acima dos partidos e das formas de Governo. Republicano convicto, depois de um certo período isto não o impedia de aceitar a Itália monárquica, sob o cetro de um soberano que lhe garantisse a Unidade. Essa a meu ver é a melhor forma de patriotismo.

Na Revolução Farroupilha temos um homem com a mesma formação moral: Bento Manuel Ribeiro. O grande farroupilha foi até certo ponto a figura mais caluniada de nossa história. Não lhe compreendiam as aparentes variações e transigências. Não lhe perdoavam o monarquismo, destoante do espírito da Revolução. Investigações mais profundas permitiram reconstituir a verdadeira figura moral do soldado. Esteve com a Revolução enquanto foi necessário desafrontar e libertar o Rio Grande do Sul. Quando a metrópole caiu em si e decidiu fazer-lhe justiça, quando os farrapos receberam o ramo de Oliveira trazido pelas mãos auguatas de Caxias, a sua missão estava finda. Não iria fazer o jogo do estrangeiro...

Bento Manuel, embora nascido acidentalmente fora dos pagos, é um dos maiores tipos do Rio Grande. Guerrilheiro e soldado a sua fé de ofício não inveja a de ninguém. Lutou pelo Rio Grande sem nunca perder de vista a Integridade do Brasil.”

A condenação popular de Bento Manuel foi porque o povo entendeu, simplificando as coisas, que ele havia-se “bandeado” ou mudado de partido, gravíssimo pecado na visão de Mem de Sá em *Politização do Rio Grande*¹⁸ ao traçar o perfil do caudilho gaúcho:

“O caudilho gaúcho era um chefe militar na guerra e chefe civil na paz. Em torno dele agrupavam-se as tropas de guerra e, mais tarde, os eleitores na paz. Ele era respeitado e obedecido e amado, porque tinha tanto de protetor quanto de comandante. Os homens lhe eram fiéis até a morte e por ele e pela causa que ele encarnava, matavam ou se deixavam matar. Esta fidelidade era total e absoluta, para a vida inteira, para o que desse e viesse. Dessa fidelidade ao chefe, ao comandante, decorreu a fidelidade posterior à causa política ou ao partido político que o caudilho abraçava. Bandear-se de chefe ou de partido, constituía uma ignomínia que inutilizaria o homem para o resto da vida.” Foi este preço altíssimo que a memória de Bento Manuel tem pago.

Ninguém é culpado pelo seu temperamento. Talvez no seu temperamento e amudado contato com os caudilhos argentinos de Corrientes e Entre-Rios de que recebeu influências, venha explicá-lo melhor perante seus co-estaduanos.

Estudar o perfil traçado do caudilho brasileiro do Rio Grande do Sul pelo mestre Arthur Ferreira Filho em *Revoluções e Caudilhos*, ajudaria os rio-grandenses a compreendê-lo, bem como as dos citados Osvaldo Aranha e Mem de Sá, além de outras. E assim cumprir-se aquela definição de História de que ela é Verdade e Justiça.

NOTAS

1. SANMARTIM. *Bento Manuel Ribeiro*. Palegre, Tip. Centro, 1935.
2. BENTO, *Estrangeiros e descendentes*, pág. 35.
3. Idem, nota 1, pág. 120.
4. SILVA, Pretextado Maciel. *Os generais do Exército Brasileiro*.
5. Consta que aí teria destruído a casa onde nascera o mais tarde general Alvear.
6. BENTO, *Um filho de Goyaz herói da Independência*. Correio Brasiliense, Brasília, 1972.
7. Idem, nota 4.
8. Idem, nota anterior.
9. *Ensaio psicológico de Bento Manuel Ribeiro* (Ver obra de Souza Docca).
10. CALDEIRA, *Apontamentos Retvíuço Farroupilha*. RIHGRGS nº 27, 1927.
11. BENTO, *A grande festa dos Lanceiros*, Recife, UFPE, 1971.
12. Idem, nota 1.
13. CAXIAS, *Ofícios 1.842-45*, Rio, Imprensa Militar, 1950, pág. 28.
14. Idem, nota anterior, pág. 112.
15. Idem, nota 1.
16. VASCONCELOS, Gensérico. *História Geral do Brasil*, BIBLIEX, 1942, v. 2.
17. Revista *Província de São Pedro*, nº 5, 1944, págs. 10-12.
18. Porto Alegre, Tabajara, 1973, págs. 16-18.

GENERAL DAVID MARTINS CANABARRO (1756-1 867)

Significação histórica

Prestou assinalados serviços militares, de soldado de Mili'cias a brigadeiro do Exército Imperial, à Integridade e a Soberania de Portugal e depois do Brasil, no Sul, nas guerras de 1811-12, pacificadora da Banda Oriental; de 1816 e 1821, contra Artigas; guerra Cispiatina 1825-28; guerra contra Oribe e Rosas 1851-52; guerra contra Aguirre

1864 e no início da guerra do Paraguai 1865-67, contra a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e, na mobilização do 3º Corpo de Exército.

Na República Rio-Grandense, a qual aderiu depois de proclamada, ascendeu por seus méritos e valor militar notável, de tenente coronel comandante de brigada, ao posto de general da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército na fase final, até a pacificação em Ponche Verde, em 1º de março de 1845. Paz que aceitou, sopitando seu ideal republicano, face ao sentimento maior de brasilidade, que tantas vezes comprovava no campo de batalha de 1811-1828 e que seria reafirmado em 1851-52 e 1864-1867 e exacerbado com a hipótese de interferência de Rosas, da Argentina nas divergências entre brasileiros, em 1845.

Ao morrer pesava sob sua memória acusações de traição da Revolução, em Porongos, e incompetência, ou falta de cumprimento do dever como comandante da Fronteira do rio Uruguai. Isto por não impedir que a coluna invasora paraguaia se deslocasse de São Bona — Uruguiana.

Da acusação de Porongos foi muito bem defendido por Alfredo Ferreira Rodrigues e, da atuação contra a invasão paraguaia pelo capitão Rafael Danton Garrastazu Teixeira. Assim, em ambos os casos, teria ele sido bode expiatório de duas bombas que estouraram em suas mãos.

A primeira por terminar a revolução com o Comandante-em-Chefe em Ponche Verde, e, a segunda ao fazer frente a invasão paraguaia do despreparado Rio Grande, em 1865.

Mas, ao excepcional valor militar de Canabarro deve o Brasil e a Família Brasileira, significativa parte de sua pacificação em condições honrosas em Ponche Verde. Não fora sua destacada ação militar como Comandante-em-Chefe da República Rio-Grandense, no período em que o Barão de Caxias comandou o Exército e presidiu o Rio Grande do Sul, a Corte não teria se convencido de aprovar a paz nas condições em que foram celebradas, pois teriam predominado algumas disposições acentuadamente revanchistas. Constatar isto basta verificar os *Ofícios de Caxias 1842-1845* aos quais revela algumas de suas perplexidades com o tino militar de Canabarro.

Daí surgiu uma admiração militar recíproca que, concluída a Paz, se transformou em amizade e respeito.

Origem, guerreiro nato

Nosso herói nasceu em 22 de agosto de 1796, em Pinheiros, próximo a Taquari, povoação que se originara, durante a guerra 1764-76, de uma aglomeração de casais açorianos dispersados pela invasão de Ceballos em 1763. Aglomeração sob proteção do Forte do Tebiquari levantado então e destinado a barrar, naquele ponto, a direção estratégica Rio-Pardo, Taquari, Porto Alegre.

Descendia de imigrantes açorianos da ilha Terceira. Passou a assinar Canabarro depois de desmobilizado da Guerra Cisplatina. Nome adotado de seu tio e sócio em pecuária, Antonio Ferreira Canabarro casou duas vezes no âmbito familiar.



General Canabarro, comandante da expedição farroupilha invadiu Santa Catarina, 1839, proclamando a efêmera República Juliana.

Atuação militar 1811-1828

Canabarro, cedendo a vocação das armas, com 17 anos incompletos alistou-se num Regimento das Milícias e participou do Exército Pacificador de D. Diogo de Souza que fez a campanha de 1811-12. Nesta campanha foi promovido a cabo, nas guerras contra Artigas continuou a se destacar como guerreiro de Cavalaria, como nos entreveros de Catalan.

Na Guerra Cisplatina 1825-28, conquistou seus galões de tenente no combate de Rincón das Galinhas, de 24 de setembro de 1825.

Na Batalha de Passo do Rosário integrou o 40º Regimento de Cavalaria da 2ª Linha, que fez parte da 2ª Brigada de Cavalaria da 2ª Divisão de Infantaria. Esta ao comando do marechal Sebastião Barreto. Isto talvez explique a sua não participação da Revolução Farroupilha em seu início que teve como objetivo derrubar seu comandante de Divisão. Sabe-se que não se relacionava bem com Bento Manuel Ribeiro.

Finda a guerra foi para a fronteira do Quartel dedicar-se à pecuária. Numa das idas as charqueadas de Pelotas filiou-se à Maçonaria, na loja em que pontificava Domingos José de Almeida, segundo M.C. Fagundes.

Canabarro manteve-se neutro na revolução, sendo por isto ameaçado por representante de Bento Manuel. Ao passar este para o lado imperial, Canabarro decidiu lutar pela revolução sob o argumento:

“Antes que me matem com um cevado (porco), prefiro morrer em campo aberto de armas na mão.”

Canabarro juntou-se a gente do tenente coronel Jacinto Guedes que se tornou legendário por sua bravura e intrepidez e pelo lema que incutiu em seus soldados:

“Sou do Guedes; morro seco e não me entrego!”

Ficou também sob o comando do coronel José Antonio da Silveira grande figura humana e símbolo da prudência.

Ao ser organizado o Exército da República Rio-Grandense, em 8 de novembro de 1836, em Piratini, pelo general João Manoel de Lima e Silva, Canabarro foi promovido a tenente coronel e passou a integrar a 4ª Brigada, comandada pelo coronel Josão Antônio e constituído dos:

3º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Pardo — comandante tenente-coronel Jacinto Guedes.

4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Missões comandante tenente-coronel David Canabarro.

Traços do perfil militar de Canabarro

O Monsenhor Pinto de Campos, biógrafo de Caxias e contemporâneo de Canabarro, sobre ele escreveu: “Havia incontestavelmente neste homem talento militar, auxiliado por muita energia, decisão e concepção variada e vasta. Era um Próteu, revestindo-se de mil formas e imaginando constante e sucessivamente novos ardis.”²

Sobre Canabarro escreveu Caldeira que o conheceu e a fama que gozava. “Canabarro foi o general mais severo da revolução. Mantinha ordem e boa disciplina nas forças que comandava. Era um general arrojado.

Marchava com denodo na frente de Caxias, sem que este general conseguisse batê-lo em campo raso.

Canabarro era um homem alto e cheio de corpo. Não era ilustrado (culto) porém era muito perspicaz, enérgico e muito audaz. Era muito respeitado. O inimigo sempre o considerava como bom guerreiro. Ele possuía a melhor gente da fronteira consigo.”³

Caldeira em outro depoimento acrescentando sobre Canabarro, depois de dizer que servira na guerra Cisplatina onde ele fez proezas na retaguarda de nosso Exército em retirada para o passo São Lourenço, no Jacuí, depois de passo do Rosário, e não Camaquã. E prosseguiu: “Era homem de um caráter muito severo. Era valente a toda prova e muito perspicaz. Durante a revolução nunca foi derrotado. Somente em Porongos perdeu parte de tropa que comandava.” Quando Caxias estava em seu encalço ele mais severo se tornou.

“Chegava a dizer aos oficiais faltosos, caso repetissem outras faltas que ele dava duas alternativas, prisão, ou liberdade de desertar para Caxias e apontava para o acampamento imperial.

Era homem de poucas palavras e positivo. A sua vontade era de ferro.”

Depois da pacificação foi o primeiro homem da Fronteira do Quaraf. “Dizia que não era homem do primeiro informe (versão) que era preciso ouvir as partes. Ele falava português pelo dicionário Rio-Grandense ou seja o linguajar gauchesco típico de época.”⁴ Segundo Alfredo Varela, Canabarro era de constituição robusta, de estatura avantajada,

grosso de corpo e de feições carregadas⁵ e para Garibaldi era rude na aparência, mas de excelente coração.⁶

Era um mestre na guerra de guerrilhas das coxilhas. Fugia ao combate decisivo e fazia a guerra de recursos, consistente em fatigar o inimigo ao danificar-lhe o equipamento, arruinar suas cavalhadas e mantê-lo sob a tensão de uma surpresa.

Antônio Vicente da Fontoura, que liderou a reação contra Bento Gonçalves a partir de 1841 culpando-o por inúmeros insucessos militares e que ao final terá papel decisivo na Paz de Ponche Verde, assim referiu ao comportamento de Canabarro como comandante do II Corpo de Exército.

“Canabarro era laborioso, ativo e enérgico, prevendo as marchas e os planos do inimigo e suprindo a nudez e provação do soldado. Em marcha, já em um e outro flanco, já na retaguarda e logo na frente, fazendo conservar a ordem dos esquadrões e a regularidade das colunas, infundindo ao soldado, enregelado de frio, um novo brio, uma audácia mesmo contra o rigor da estação.⁷

Com os combates de Taquari, de 3 de maio de 1840, de São José do Norte de 15 de julho de 1840 e de setembro a 23 de novembro de 1840 insucessos atribuídos a Bento Gonçalves, pela oposição, em razão dos sucessos das operações contra o general Pedro Labatut na região de Cima da Serra, comandadas por Canabarro, este passou a ter grande prestígio.

A este tempo os imperiais lutavam sem Infantaria e bom suporte logístico. Bento Gonçalves não os possuía suficientes, isto era agravado pelo efetivo da tropa de 1ª Linha reduzido a 1/3 e a situação logística péssima em razão do grande endividamento interno e externo da República.

O prestígio de Canabarro foi crescendo até colocar sombra em Bento Gonçalves e mais tarde em Netto. No último, por não ter interferido na marcha de Caxias de Rio Grande até Passo de São Lourenço, levando 5.000 cavalos.

Principais feitos de Canabarro

Canabarro numa atividade incrível percorreu o Rio Grande, do qual tinha o mapa na cabeça, em todos os sentidos. Dentre seus maiores feitos amplamente abordados em histórias do decênio, registro:

Prisão em Herval em 17 de dezembro de 1836, de surpresa, do coronel João Silva Tavares, um dos mais destacados chefes imperiais.⁸ Em 1838, restabeleceu o sítio de Porto Alegre.

Comandou expedição a Laguna, em julho de 1839 para a conquista de um porto de mar do que resultou a proclamação da efêmera República Juliana e sua aclamação como general.

Paz de Ponche Verde

Canabarro ao assumir o Comando-em-Chefe do Exército da República em agosto de 1843, em que pese dificuldades de toda a ordem, manteve sua tropa em movimentação e atividade constantes, através da guerra de guerrilhas, por cerca de 16 meses. Teve 21 encontros com os imperiais. Canabarro lutou como só haviam feito os republicanos em 1836 e 1837.

Foi mais de um combate por mas, segundo estatística de Morivalde C. Fagundez.⁹ Caxias o perseguiu por 38 léguas, através de toda a fronteira sudoeste, sem conseguir um encontro com Canabarro, que tentava repetir a tática vitoriosa contra o general Manoel Jorge, em 1841, a guerra de recursos.

Em 13 de novembro de 1844, Canabarro foi surpreendido em Porongos, por Chico Paedro. Esta surpresa foi por longos tempos discutida pelos farrapos. “Fomos ou não traídos em Porongos?”

Em defesa de Canabarro tem saído entre outros Eugênio Vilhena de Moraes e Alfredo Ferreira Rodrigues.



General Canabarro, comandante da expedição farroupilha invadiu Santa Catarina, 1839, proclamando a efêmera República Juliana.

Tem-se apoiado alguns, em instruções que teriam sido dadas pelo Barão de Caxias a Chico Pedro, nas quais Canabarro seria conivente com o ataque de Porongos. E uma agressão injusta contra Caxias, Canabarro e Chico Pedro. Até hoje não foi provada a autenticidade do documento. ¹⁰ É incluído por dedução nas injustas suspeitas o coronel Lucas de Oliveira. Acertada a pacificação, Canabarro, em 28 de fevereiro de 1845, assinava e fazia divulgar esta proclamação ao Exército da República:¹¹

Ei-la:

“Concidadãos! Competentemente autorizado pelo Magistrado Civil a quem obedecíamos e na qualidade de Comandante-em-Chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu Comando, vos declaro que a guerra civil que há mais de nove anos devastava este belo país está acabada. A cadeia dos sucessos por que passam todas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigimos, e hoje, a continuação de uma guerra tal, seria o *ultimatum* da destruição e do aniquilamento de nossa terra. Um poder estranho ameaça a integridade do Império; e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro

de suas iniquidades, nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil.

Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranqüilos ao seio de vossas famílias.

Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração.

União, fraternidade, respeito às Leis e eterna gratidão ao i'nclito Presidente da Província, o Ilmo e Exmo Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos esforços que há feito na pacificação da Província.

Campo em Ponche Verde, 28 de fevereiro de 1845.

ass.: *David Canabarro*"

No dia seguinte o Barão de Caxias, em Ponche Verde, 1º de março de 1845, difundiu proclamação que seleva, além da Paz da Revolução Farroupilha, a pacificação da Família Brasileira atingida pelas revoluções liberais que ameaçaram incendiar o Brasil de Norte a Sul, durante 14 longos e sofridos anos de lutas fratricidas.

Da proclamação de Caxias retiro estas sentenças:

"Uma só vontade nos una, Rio-Grandense. Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas disensões. União e tranqüilidade seja de hoje em diante nossa Divisa."2

Trechos das proclamações de Canabarro e Caxias fiadoras da paz de Ponche Verde, em termos honrosos, estão gravadas em bronze, juntas e em destaque, no hall da entrada principal do Clube Militar, do Rio de Janeiro, para reflexão e admiração de todos quanto pela primeira vez por ali adentram o Clube Militar.

Em que pese os grandes prejuízos causados pela Revolução Farroupilha, não se pode deixar de reconhecer que ela foi um laboratório para as guerras externas de 1851-52 e 1865-70 que formou excelentes chefes e soldados da Cavalaria mais formosa da América, a Rio-Grandense fato escaltado por Garibaldi em suas *Memórias* e que axias sempre reconheceu.

Face a ameaça de um valor maior a Integridade e a Soberania nacionais, calou no coração dos rio-grandenses o ideal de República, adiado por 44 anos.

De novo em defesa da Soberania e Integridade

Por ocasião de guerra contra Oribe e Rosas, David Canabarro foi nomeado coronel comandante da Guarda Nacional de Alegrete e Uruguiana.

Lá deu todo apoio ao Marquês de Caxias e ao agora seu Ajudante General do Exército, o coronel José Mariano de Mattos, ex-ministro farrapo bem como, ao Chefe de Estado-Maior de Caxias, o coronel Miguel Frias que fora líder de um movimento revolucionário, no Rio, e que depois assessorou Caxias como Ajudante General na Pacificação do Rio Grande de 1842-45.

Canabarro recebeu o comando da 4 Divisão, ou Divisão Ligeira, integrada pelas seguintes brigadas:3

13ª Brigada — comandante coronel GN Demétrio Ribeiro, antigo companheiro de Bento Manuel, ligado a prisão do marechal Antero de Brito em Itapevi e que depois do combate de Ponche Verde voltou a lutar pelo Império.

Era constituído de guardas nacionais alegretenses e gabrielenses (2 corpos).

“Tendo sido um notável caudilho da revolução por que passou esta Província, na qual adquiriu a reputação de bravo e habilidoso para a guerra, desceu ao túmulo, acompanhado de graves acusações que a história um dia decifrará se foram merecidas ou injustas.”

Da data 18 de novembro de 1866, em que Caxias assumiu o comando do Exército Brasileiro, até a morte de Canabarro, decorreram cerca de 4 meses. Neste interim, Canabarro teve a alegria do reconhecimento nacional, traduzido por Caxias a quem o conhecia e reconhecia competência militar, ao restaurar-lhe no comando da Fronteira e permitir-lhe prestar à defesa da Integridade do Brasil, o concurso de seu prestígio, na mobilização do 3º Corpo de Exército, em auxílio a Osório que levou o citado Corpo para o Teatro da Guerra.

Sofreu bastante, por longos anos, o intrépido campeão, as injustiças de traição, em Porongos e de incompetência e inércia, quando da invasão do Rio Grande do Sul pelos paraguaios. E mais, a imerecida pecha de conquistador. Acusações de que foi inocentado por Alfredo Rodrigues, Danton Garrastazú Teixeira e Morivalde Calvet Fagundes.

Os *Anais do Arquivo Histórico do RS* 8v, fornecem interessantes informações sobre a atuação de Canabarro. Ivo Gaggiani o estuda em sua história *Santana do Livramento*, 1983, v. 1.

NOTAS

1. FAGUNDES. *Maçonaria e as forças secretas da Revolução*: O autor informa que Canabarro possuía parentes na Assembléia Provincial em Porto Alegre — 1835.
2. FAGUNDES. *A história da Rev. Far.*, pág. 201.
3. CALDEIRA, AAHRGS, v. 5, pág. 400.
4. CALDEIRA. *Apontamentos Rev. Fav, RIHGRGS*, nº 27, 1927.
5. VARELA. *História da Grande Revolução*. P. Alegre, Globo, 1935, 6 v.
6. GARIBALDI, *Memórias*. Rio Grande, 1907
7. FONTOURA, *Didrio*. Palegre. Martim Livreiro, 1989.
8. Foi objeto de estudo biográfico de Antônio Tarcísio Taborda.
9. Idem, nota 2.
10. FRAGOSO. *A ReuoluçJo Farroupilba*, pág. 271.
11. CAXIAS. *Ordens do Dia 1842-45*. Rio, Imprensa Militar, 1950.
12. Idem, nota anterior.
13. VASCONCELOS. *História Militar do Brasil*. Rio, Bibliex, 1941, v. 2.
14. Idem, nota 11.
15. RODRIGUES. *Almanaque Esi. e Lit. RGS* e TEIXEIRA. *Resumo da guerra do Paraguai*.

GENERAL JOÃO ANTÔNIO DA SILVEIRA (1795-1872)

Significação histórica

Prestou assinalados serviços militares Integridade e à Soberania do Brasil, nas guerras contra Artigas 1816 e 1821, consolidação da Independência na Cisplatina 1824 e guerra da Cisplatina 1825-28, onde, inclusive, tomou parte numa das malogradas expedições navais à Patagônia, visando a neutralizar bases de corsários nela instaladas e atuando contra o Poder Marítimo do Brasil.

Na Revolução Farroupilha, liderou em São Gabriel e adjacências. Foi comandante de Brigada, da Divisão da Direita, do 2º Corpo de Exército, Chefe do Estado-Maior do Exército e Comandante-em-Chefe interino. Combateu do início ao fim da revolução. Caracterizou-se por seu desprendimento e como símbolo da prudência. Foi promovido a general da República, junto com Canabarro. Era estimadíssimo de seus subordinados por sua liderança singular, baseada, inclusive, na solidariedade, camaradagem e bondade autênticas.

Ao término da Revolução prestou ainda assinalados serviços à Integridade e à Soberania nas guerras contra Oribe e Rosas 1851-52, como comandante de Brigada e no início da Guerra do Paraguai, como comandante de Brigada e depois Divisão. Impedido, pela idade, 72 anos, de seguir para o Paraguai, reforçou com o seu prestígio a tarefa do general Osório, de mobilizar o 3º Corpo de Exército.

Foi das figuras mais singulares da Revolução e uma das mais representativas das virtudes do gaúcho brasileiro histórico.¹

Origem, ascendência

Nasceu em Rio Pardo, em 24 de maio de 1795, filho do furriel de Dragões João Antônio da Silveira, açoriano do Fayal e de Rosa Angela, natural de Rio Grande e de ascendência açorita. Seu pai em 1822 estava reformado como tenente de Dragões do Rio Pardo. Nesta ocasião foi proposto para comandar a Capela de São Gabriel, onde radicou-se com a família.

Em São Gabriel existe túmulo singular de sua família, apresentando uma coluna em forma de tronco de árvore no qual enrosca-se e atravessa um buraco, com a cabeça, uma serpente, segundo Adão Ramos da Silva, em estudo sobre o general João Antônio.

João Antônio foi cunhado do D. Feliciano Rodrigues Prates, 1º Bispo do Rio Grande do Sul, em razão do casamento do seu irmão Severino com Felisberta Ferdinanda, irmã do citado religioso que foi destacado capelão militar.

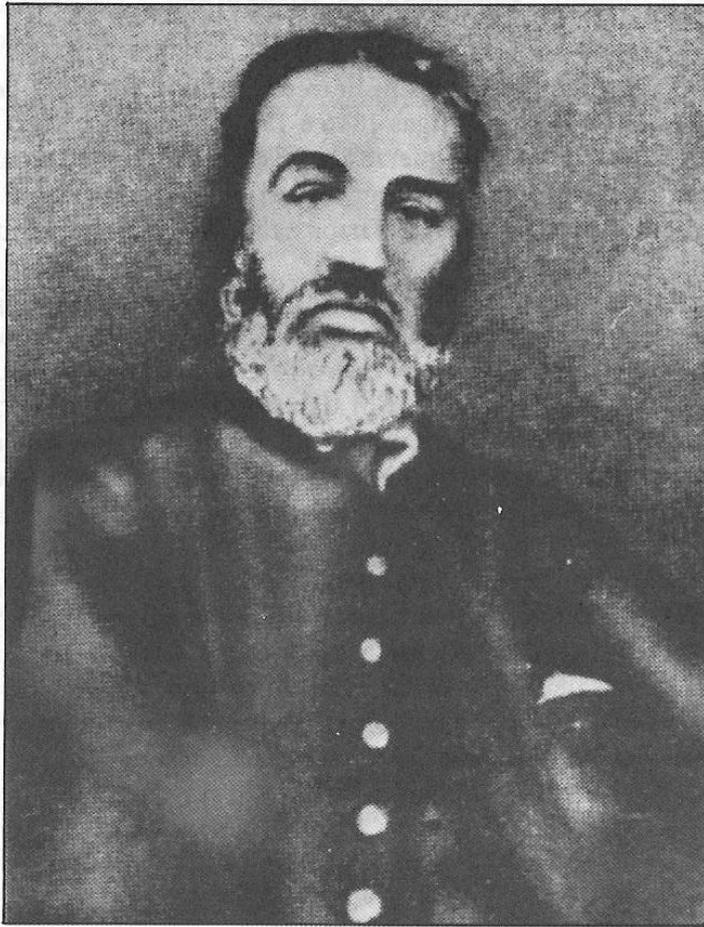
Participou como miliciano das guerras contra Artigas 1816 e 1821, consolidação da Independência no Uruguai e guerra Cisplatina 1825-28.

Segundo o historiador militar Arthur Ferreira Filho, o jovem João Antônio passou a desfrutar grande conceito entre os veteranos milicianos “pela bravura, serenidade, capacidade de comando, raro desprendimento e pela grandeza de alma que demonstrava diante dos vencidos”.¹

Traços do seu perfil militar

Seu perfil militar foi assim traçado por Caldeira, que com ele conviveu largo tempo: “Homem de caráter invulgar. Era muito calmo por ocasião do combate. Era, no meio de

seus comandados, um cidadão armado. O seu fogão (barraca) era freqüentado pelos soldados ao seu comando. Os seus oficiais o idolatravam”² e prosseguiu Caldeira noutro depoimento: “Silveira era um cidadão muito digno e bem popular, todos lhe tributavam amizade. Era o símbolo da prudência, de muito valor e justiceiro” (amor à justiça).³



General João Antônio da Silveira.

Líder da Revolução em São Gabriel

Ao comando de Bento Manuel, participou das vitórias de Cruz Alta, em 7 de julho de 1837 e em Butuí, em Cima da Serra.⁴

Ao ter início a Revolução, era coronel do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Caçapava, tendo liderado a revolução, em São Gabriel e adjacências.

Depois foi elevado à condição de Comandante de Divisão da Esquerda, com sede em São Gabriel, com atuação nas fronteiras do Quaraí e Uruguai. Ao final da revolução exerceu as funções de Chefe do EstadoMaior do Exército e Comandante do 1º Corpo de Exército.

Esteve em ação do primeiro dia ao último da Revolução no Rio Grande do Sul.

Em 3 de julho de 1841, foi promovido a general da República, contra a sua vontade. Era simples, modesto e desprendido. Ao mostrar seu desagrado pela promoção, escreveu: “a recompensa que espero de meus serviços é que me deixem sossegar logo que conclua a guerra. E, que a partir daí, não se conte mais comigo, nem para inspetor de quartirão, nem para soldado, pois é tempo de sossegar, porque desde o princípio de minha vida, tenho passado uma vida de perro (cachorro)”.⁵

Mas o descanso não veio. Terminada a revolução, quando da guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, atendeu o apelo de Caxias e a convite deste marchou para o Uruguai como coronel, no comando da 12 Brigada do Exército Imperial, integrada pelo 1º Corpo de Alegrete, 3º Corpo de Uruguaiana e Corpo de Voluntários. Ia enquadrado pela Divisão Ligeira (4ª Divisão), ao comando do coronel David Canabarro e lado a lado com a 11 Brigada, ao comando do veterano farrapo, coronel Demétrio Ribeiro, com corpos da Guarda Nacional de Alegrete e São Gabriel. 6 Divisão Ligeira integrada por numerosos veteranos farrapos.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, a pátria invadida chamou por seus serviços. Possuindo 70 anos, foi colocado frente de uma Brigada e depois de uma Divisão.

Participou da rendição do invasor paraguaio, em Uruguaiana. A insistência de Canabarro para que fosse cumprimentar D. Pedro II, ele respondeu com toda a sinceridade e autenticidade:

“Estou aqui servindo à minha pátria contra o inimigo estrangeiro, e não à Monarquia.

Sou republicano e penso que não deva homenagear o representante de uma instituição que desejo ver derrubada.”⁷

Rendido o general paraguaio Estigarribia, João Antonio retornou ao lar.

Mais tarde, com 72 anos, reforçou com o seu enorme prestígio, o grande prestígio de Osório na organização do 3º Corpo de Exército que lutou no Paraguai.

Ambos por suas qualidades representaram o gaúcho histórico e suas virtudes, firmeza e doçura, simbolizadas em dois amores-perfeitos na bandeira da República Rio-Grandense e hoje e desde 1891 a do Rio Grande do Sul. Firmeza traduzida por garra, determinação, espírito de luta e coragem no combate ao enfrentar o inimigo. Doçura traduzida, depois do combate, por respeito à dignidade, à honra, à família e ao patrimônio do vencido, como religião.

Creio que sob este aspecto, os organizadores do 3º Corpo, traduzira o espírito do gaúcho histórico. Qualidades estas que se aplicam hoje a todos os ramos de competição na vida.

A visão da guerra — uma constante na sua vida

A visão da guerra foi uma constante na vida desse legendário e modelar guerreiro gaúcho. A partir dos 21 anos, por 50 anos seguidos, tomou parte ativa nas guerras de 1816, 1821, revolução de 1835-45, guerra de 1851-52 e na do Paraguai 1865-67.

Segundo estudo de Adão Ramos da Silva, João Antônio participou das seguintes ações entre outras:⁸

Em 1836 derrotou no Combate da Cerca de Pedra o major Manoel José Loureiro.

Em 1837 tomou parte no sítio e reconquista de Caçapava, defendida pelo coronel João Crisóstomo da Silva. Atuou junto com Netto e Canabarro.

Em 1838 tomou parte da reconquista de Rio Pardo ao comando de Bento Manuel Ribeiro.

Em 1843 surpreendeu em São Gabriel o coronel Jacinto Porto de Araujo arrebatando-lhe a cavalhada.

Em 1843, em São Vicente do Sul atual, o general João Antônio travou combate com major Agostinho Gomes Jardim, morto então.

Correspondência com Bento Gonçalves

São conhecidas as seguintes cartas dirigidas por Bento Gonçalves ao general João Antônio.

A primeira do Rio de Janeiro quando preso na Fortaleza da Lage iue fecha a baía de Guanabara.

“Querido amigo e camarada
João Antônio
Lage, 6 de julho de 1837.

Mesmo nesta hedionda masmorra, cercado de baionetas e ferrolhado orn grossos ferrolhos, uma nova vida tenho alcançado, só com a notícia do triunfo de nossas armas, em que vós tendes uma grande parte. Resta pois, que no vos desunais para o completo triunfo, e tanto mais se devem fraternizar, quanto certo que este Governo manda para Porto Alegre um novo Presidente recheado de ouro e instruções para em manejo dividir-vos e armar-vos muitas ciladas para vos algemar. Em nome da liberdade vos conjuro que não vos deixeis iludir, conservai união, que assim conseguireis para completar a obra encetada, com tantos sacrifícios.

Minha posição se tem tornado mais melindrosa desde que o Governo, com mil promessas, não pode arrancar de mim as cartas que exigiu para os chefes dos Livres desistirem da empresa. Minha resposta foi de que preferia a morte a atraiçoar minha Pátria e amigos, pois era o que os pérfidos queriam. Eu poderia ser vítima da ferocidade Portuguesa, que são os que dominam o Governo, mas morrerei contente vendo meus patrícios unidos salvarem a Pátria (onde deixo nove filhos) das garras desses tiranos. O Amigo Canabarro que tenha esta como sua, e que seus serviços me têm alimentado e dado muitos dias de prazer.”

A segunda foi enviada de Porto Alegre tão logo Bento Gonçalves ali chegou evadido do Forte do Mar, em Salvador-Bahia.

“Meu bom Patrício e Camarada
Campo junto a Porto Alegre
17 de novembro de 1837.

É com maior prazer que vos anuncio meu regresso a este campo, em dia 10 do corrente, depois de mil trabalhos e padecimentos que nada importam em comparação ao prazer de ver-me, na cara Pátria nos braços dos bravos, que durante minha ausência debelaram os vis escravos do absolutismo, devo em grande parte minha salvação, porque no meio dos ferros da tirania só me atentava a notícia dos triunfos que sucessivamente obtínheis. Eu me unindo com estes valentes defensores da Pátria, para continuar na custosa tarefa de libertá-la e é esta honra que tenho de todos os padecimentos que sofreu meu corpo.

Resta-me ainda o gosto de ver-nos e abraçar-nos, bem como, aos valentes que debaixo de nosso imediato comando tantos dias de glória têm dado às Armas Republicanas; e enquanto o não posso fazer, vos rogo aceitar meus cordiais cumprimentos, certo de que não perdera tempo em voar a vossos braços o vosso

Amigo e fiel Camarada
(a) Bento Gonçalves da Silva
Ilmo. Sr. Cel João Antonio da Silveira”9

Estas cartas por certo pertenciam ao Arquivo do general João Antonio ao qual referiram Domingos José de Almeida e Manuel Antunes

Porciúncula, em 1860 em carta publicada nos *Anais do Arquivo Histórico do RS*, v. 3 (pág. 737). Arquivo então, em São Gabriel.

Descendência

João Antônio casou a primeira vez com Maria Fausta Prates de cujo consórcio nasceram João Prates da Silveira, com descendência em Cruz Alta, Jugurta (homem) com descendência em Santa Rosa e no Uruguai e Francisca que casou com Antonio M. Fagundes, com descendência em Rosário do Sul e São Vicente.

Casou a segunda vez com a irmão de sua primeira esposa por parte de mãe-Clara. Deste consórcio nasceram: Marfisa que faleceu solteira em Cacequi; Rosa (Prates) com descendência em São Vicente; Felisberto Antunes, pai de Plínio Magnus da Silveira, atual proprietário da Estância do Loreto onde o general João Antonio faleceu em 23 de março de 1872, com quase 77 anos de idade. E mais, Severino, Francisco, Luiz, Israel, Antônio e Alvaro, os cinco últimos filhos que faleceram solteiros.

Segundo batistério no livro 6 de Batismos (1790-1800) de Rio Pardo, João Antônio nasceu em 24 de maio de 1795. Portanto nasceu cinco anos antes do que consta em seu túmulo.

Em São Vicente do Sul, além do túmulo do general João Antônio foi inaugurado monumento na Semana Farroupilha de 1984 em sua homenagem, na praça local.

Com seus familiares resta um par de argolas de seus arreios e uma foto desbotada pelos anos, segundo D. Dulce B. Silveira, bisneta política do grande farrapo.⁹

Crerioso no cumprimento dos compromissos, vez por outra, depois da revolução, surpreendia um comerciante ao pagar-lhe dívida contraída e há muito esquecida, do tempo da Revolução.

No combate era pegador, firme e bravo. Os bons resultados militares de sua divisão tributa-se ao equilíbrio de sua prudência e sabedoria com o arrojo, audácia e destemor de seus imediatos, David, Canabarro e Jacinto Guedes da Luz, todos os três de ascendência açoriana e mais José Alves Valença.

Nos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* encontram-se muitas referências a esta figura heróica e legendária.

Antônio Vicente da Fontoura em seu *Diário* refere ao general João Antônio, que inclusive, buscou proteção em Corriente.¹⁰

É possível que os ÁAHRGS venham revelar mais dados deste grande campeão, cuja memória histórica foi muito comprometida por falta de fontes.

Cooperou conosco nesta pesquisa o historiador confrade do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — Osório Santana Figueiredo.

NOTAS

1. FERREIRA RLHO. *Revoluções e Caudilhos.*
2. CALDEIRA. "Apontamentos da Revolução Farroupilha". *RIHRGS*, nº 27, 1927.
3. *AAHRGS*. v. 3 — C 755, pág. 399.
4. Idem — C U 735.
5. Idem, nota 1.
6. VASCONCELOS Gensérico, *História Militar do Brasil*. Bibliex, 1941, v. 1.
7. Idem, nota 1
8. Este ensaio incorpora dados fornecidos pelo pesquisador Adio Ramos da Silva em estudo sob o título *Ilustre e esquecido baluarre farrapo*, que foi enviado junto com outras informações pela professora Dulce B. da Silveira, nora do atual proprietário da Estância do Loreto onde faleceu o general João Antônio.
9. Idem, nota anterior.
10. Publicado em 1984, Porto Alegre, por Mastim Livreiro e outros.

TERCEIRA PARTE

OUTRAS

(coronéis republicanos)

LIDERANÇAS

MILITARES

Coronel JOSÉ MARIANO DE MATTOS (1803-1863)

Natural do Rio de Janeiro, lutou pela consolidação da Independência da Bahia em 1824, quando interrompeu curso que tirou completo, de 7 anos, na Academia Real Militar do Largo do São Francisco, de 1819-1826 e fundada por D. João, em 1810.

Como Ajudante-Geral do Exército, ao comando de Caxias, seu contemporâneo na citada Academia Real Militar, prestou assinalados serviços à Integridade e à Soberania do Brasil, na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, inclusive, como uma espécie de catalisador da contribuição de antigos farrapos no esforço de guerra.

Na Revolução Farroupilha foi o mais preparado assessor militar de Bento Gonçalves, desde o início e até quase o final do movimento, na organização e emprego do Exército Rio-Grandense. Abaixo dele e, somente na fase inicial, participou destas tarefas, seu amigo, co-provinciano e contemporâneo na Academia Real Militar, o general da República João Manoel de Lima e Silva, formado em Infantaria pela mesma, em 1820-23.

Por suas qualidades e valor impôs-se, a partir de 1830 à consideração e ao respeito dos rio-grandenses. Foi deputado provincial no Rio Grande, em 1835 e constituinte à República Rio-Grandense em 1842. Homem da inteira confiança de Bento Gonçalves e de Gomes Jardim e em consequência da República, exerceu a presidência da mesma por mais de 2 anos, como vice-presidente no exercício, além de haver sido Ministro da Guerra e da Marinha, por duas vezes. Exerceu influência forte na revolução desde o seu início, até ser preso e transportado para o Rio, em 1844 ao final da mesma na ausência de Bento Gonçalves que abdicou a Presidência foi considerado o Presidente de fato por Vicente da Fontoura em seu *Diário*. Foi precursor abolicionista ao apresentar projeto em 1843, na Assembléia Constituinte da República, em Alegrete, com vistas a abolir a escravidão no Rio Grande, no que foi combatido com veemência por Antonio Vicente da Fontoura, líder da minoria, conforme o mesmo expôs em seu citado *Diário*. 1

Participou da comissão encarregada de redigir as condições de Paz formuladas pela República ao Império.²

Foi o estruturador do Trem de Guerra, da Artilharia da República e o seu engenheiro fortificador, além de ligar-se à confecção, junto com Bernardo Pires, da bandeira da República Rio-Grandense, desde 1891, a bandeira do Rio Grande do Sul, conforme ensaiamos em *Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul*.³

Preso antes do término da revolução, foi readmitido no Exército Imperial em 1846, no qual ascendeu de major a brigadeira, tendo em 1864, antes do início da Guerra do Paraguai, exercido as funções de Ministro da Guerra do Império.

Se ao mineiro Domingos José de Almeida, referi um dia como cérebro civil e estadista da República Rio-Grandense,⁴ cabe ao fluminense José Mariano de Mattos o título de cérebro político-militar da citada República. Foi co-autor junto com Almeida Ulhoa Cintra, Francisco Sá Brito e Serafim dos Anjos Franca do projeto de Constituição da República do Rio de Janeiro, que não chegou a ser discutido.

Ascendência, curso na Academia Real Militar e família

José Mariano era natural do Rio de Janeiro, em 1803, filho de José Mariano de Mattos. Ingressou com 16 anos, em 3 de março de 1819, na condição de paisano (civil) na Academia Real Militar que frequentou de 1819-1826, interrompendo em 1824 para lutar na guerra da Independência da Bahia, conforme se conclui da cópia de anotações de sua vida escolar à página 82 do *Livro de Matrículas 1811-1822* da Academia Real Militar.⁵ Casou com a rio-grandense Izabel Leonor Meireles de Mattos, sobre a qual os *Anais do Arquivo Histórico RGS* fazem referências, bem como Caxias em seus *Ofícios*. José Mariano se fez acompanhar de sua mãe, à qual os citados *Anais* referem com frequência.

A concluir-se de Antônio Vicente da Fontoura em seu *Diário*, em seus ataques continuados a José Mariano que reconhecia exercer grande influência e poder, este era “mulato”, adjetivo muito usado por Fontoura ao lado de pardo para a ele referir-se, bem como ao de “Bambaquerê” para referir-se a Bento Gonçalves.⁶

Destacado na Província do Rio Grande

José Mariano de Mattos chegou ao Rio Grande, como major aos 27 anos de idade, solteiro, para integrar ao 1º Corpo de Artilharia Montada de Linha, sediado em Porto Alegre, o qual passou a comandar.

Adepto do credo liberal e da Maçonaria do qual possuía eram 18, como Bento Gonçalves, passou a ter intensa participação política, particularmente depois de 7 de abril de 1831, abdicação de D. Pedro 1.

Culto, inteligente, talentoso e de fino trato, logo impôs-se a consideração geral e especial no Partido Liberal liderado por Bento Gonçalves da Silva e pelo qual foi eleito deputado Provincial. Desde a Academia Real Militar, estabeleceu amizade com o major João Manoel de Lima e Silva, sobrinho do mais tarde Duque de Caxias, também seu contemporâneo na mesma. Amizade solidificada na guerra da Independência da Bahia, da qual eram veteranos e onde também estreitou contato com o futuro Duque de Caxias — Ajudante do Batalhão do Imperador José Mariano tomou parte ativa e proeminente nos acontecimentos políticos na Província do Rio Grande, lado a lado de Bento Gonçalves em acontecimentos que vieram a desaguar na revolução no dia 20 de setembro de 1835.

Sua importância no movimento é medida pela informação que o Comandante-das-Armas, marechal Sebastião Barreto sobre ele prestou em ofício de 17 de janeiro de 1835, ao Presidente da Província, pedindo seu afastamento do Rio Grande:

“Este oficial sendo dotado de bastante talento, ao qual une a mais refinada e hipócrita dissimulação, não cessa, por seus discursos e intimações, de promover a desinteligência entre os cidadãos e inspirando os incautos e os ambiciosos sentimentos anárquicos que os induz a perpetuar atos em que ele mais aparece, se bem que seja o principal motor.”⁷

E a apreciação do marechal, de ser José Mariano o principal motor da conspiração ao lado de Bento Gonçalves, era correta.

Ele ao lado do mineiro Domingos José de Almeida, foram os dois mais influentes cérebros na estruturação da República Rio-Grandense.

Sua importância pode ser medida pelo fato de instalada a República Rio-Grandense em 6 de novembro de 1836, caber-lhe a vice-presidência da República, junto com Outros cargos — o Ministério da Guerra e o comando de uma Divisão composta de Artilharia, Cavalaria e Infantaria ou a 1 Linha.

Junto com João Manoel, dois únicos militares agressos da Academia Real Militar, tiveram papel significativo na organização do Exército da República. O primeiro como Comandante-em-Chefe interino até dezembro de 1836 e ele como Ministro da Guerra, comandante da Artilharia e assessor militar de alto nível, até quase o final da revolução.

Traços do seu perfil e atuação militar

Caldeira assim o viu:⁸ “O major José Mariano de Mattos era um oficial científico e de mérito. Era muito tratável.

Chegou a Ministro da Guerra no tempo da República e era muito amigo de Bento Gonçalves.”

No início da revolução foi pronunciado “como cabeça de rebelião, sedição e insurreição.”⁹⁸

Atuou como combatente na fase inicial da revolução, em Pelotas, depois da posse do Presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande.

Atuou como artilheiro e como fortificador da foz do rio Pelotas em estreita colaboração com João Manoel, então Comandante-das-Armas dos revolucionários e de Domingos José de Almeida, que então revelou-se um logístico nato.

Foi dessa convivência em Pelotas entre os dois fluminenses João Manoel e José Mariano e do mineiro Domingos José de Almeida, que surgiram as inspirações para a organização operacional e logística do primeiro Exército da República Rio-Grandense.

As indicações seguras de Mariano de Mattos sobre o fabrico de pólvora e de granadas no Arsenal de Guerra em que se transformou a charqueada de Domingos José de Almeida e mais aos fortes construídos e artilhados por José Mariano, se deve à vitória farrapa de 2 de junho de 1836, no São Gonçalo, que forçou a retirada do bloqueio do Passo dos Negros, pela Marinha Imperial e executado pela barca a vapor *Liberal*, iate *Oceano* e canhoneira *São Pedro Duarte*.

José Mariano acompanhou a transferência de João Manoel para Piratini e depois para fronteira, de outubro a 7 de dezembro de 1836, quando este deixou o comando e foi curar-se em Montevidéu, de ferimento nos maxilares.

João Manoel não era bem aceito. Havia uma barreira sociológica e reação à tática por ele preconizada para aquelas circunstâncias. José Mariano foi o mediador de seu afastamento, merecendo por isto, estas palavras de João Manoel:

“Para isso ouvi o parecer de meu antiqüíssimo e verdadeiro amigo Mattos... mas me convenci que devia tornar efetiva a minha retirada do Exército.”¹⁰

José Mariano teve atuação destacada como Ministro da Guerra, por duas vezes. Era de inteira confiança de Bento Gonçalves. Este, inclusive, transferiu-lhe a Presidência por período superior a 2 anos, de 13 de novembro de 1838 a 14 de março de 1841. Presidência iniciada em Caçapava e terminada em São Gabriel, ao transferi-la a Bento Gonçalves.

Eleito deputado à Assembléia Constituinte, Mariano de Mattos, integrou comissão de 5 membros, destinada a elaborar projeto de Constituição da República. Foi o líder da maioria de 30 x 6 deputados. Apresentou então, projeto da Abolição da Escravatura na República RioGrandense, que foi rejeitado por Fontoura.

Se aprovado o projeto teria dado um grande reforço ao Exército, viabilizando a sua Infantaria, cuja ausência ou fraco efetivo, concorreram para os insucessos militares do ano de 1840.

Segundo Morivalde Calvet Fagundes, “Antonio Vicente da Fontoura opôs-se, irredutível e tenazmente ao projeto e classificou Mariano de ‘alma vil e fraca’ do mulato José Mariano e de ‘mofino’ Bento Gonçalves — dois demônios.”¹¹

O veterano farrapo, coronel Portinho, ligado em vida a Fontoura e seu amigo e cunhado, escreveu mais tarde, lamentando a não aprovação da Abolição, “pois isto teria dado à República um exército de mais de 6.000 Libertos”.¹²

José Mariano comandou o levantamento do sítio de Porto Alegre, em 1838, forçada pelo general Elziário, retirando-se então para Lages.

Prisão de Mariano de Mattos

José Mariano foi preso numa incursão de Chico Pedro a Piratini, em 27 de junho de 1844. Ele esteve preso algum tempo em Canguçu, em cadeia que existiu até 1939 e mandada construir por Chico Pedro de Abreu, quando ali esteve baseado. Cadeia que serviu de Posto de Comando do capitão Antônio de Sampaio, ao término da Revolução.¹³

Caxias reclamou de Chico Pedro, em 11 de agosto de 1844: “Desde que recebi sua carta de que foi portador a mulher de José Mariano de Mattos, que não tenho recebido nenhuma participação sua e nem mesmo a parte oficial sobre a prisão do mesmo Mattos. Isto me tem posto em embarços, por não poder enviar ao Governo Imperial a parte oficial de um acontecimento que há muito lá deve ter soado por-vias particulares.” Antonio Vicente da Fontoura em seu *Diário* lamentou que a prisão de José Mariano não fosse feita desde 1835.

Mariano fora contemporâneo de Caxias na Academia Real Militar e pouco mais tarde retornará com o mesmo, como seu Ajudante-Geral na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.

Mariano esteve preso na Fortaleza de Santa Cruz, de 17 de agosto a 18 de dezembro de 1844, quando da anistia geral.

Ajudante-Geral na guerra contra Oribe e Rosas

Em 13 de janeiro de 1846, Mariano reverteu ao Exército Imperial como major. Em 7 de setembro de 1847, foi graduado tenente-coronel e em 26 de julho de 1851 efetivado no posto.

Em 6 de setembro de 1851 foi designado Ajudante-Geral do Exército do Sul, ao comando de Caxias.

Caxias na Revolução Farroupilha, utilizara nesta função o inimigo de ontem — Miguel Frias e agora procedia de forma idêntica com Mariano de Mattos.

Sua presença nesta função tornou possível a cooperação franca e descontraída de seus velhos amigos farrapos no esforço de guerra, contra Oribe e Rosas.

Com o velho amigo Domingos José de Almeida estabeleceu estreita colaboração, o que ficou evidenciado na correspondência entre ambos. 15

Ao retornar da guerra dirigiu a Fábrica de Pólvora da Estrela, na raiz de Petrópolis (10 de agosto de 1834 a 3 de dezembro de 1856) e até hoje funcionando.

Promovido por merecimento a coronel, fez parte da Comissão de Melhoramentos de Material do Exército e foi encarregado de instalar a Escola de Tiro de Campo Grande.

Em 6 de dezembro de 1861, atingiu o posto de brigadeiro. Sua última comissão foi no sentido de apresentar um plano de reforma dos arsenais de guerra.

Sobre o assunto adquirira experiência na revolução, ao supervisionar o Arsenal de Guerra revolucionário sucessivamente em Pelotas, Piratini e Caçapava.

O antigo Ministro da Guerra e Vice-Presidente da República RioGrandense no exercício da Presidência e cérebro político-militar da mesma, foi guindado, de 15 a 31 de agosto de 1864 às funções de Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra do Império do Brasil.

Faleceu em 5 de janeiro de 1866, nomeado vogal do Conselho Superior Militar.

O general Morivalde Calvet Fagundes em palestra no IHGB em 1985 revelou que Bento Gonçalves e José Mariano de Mattos por ocasião da Revolução Farroupilha eram maçons grau 18, os mais elevados do Rio Grande do Sul e que somente mais tarde David Canabarro atingiu este grau. Assim ao lado da hierarquia governamental existia paralela a hierarquia maçônica. São estudos iniciais que poderão se desenvolver e esclarecidos trazer grande contribuição ao tema.

Dados de José Mariano de Mattos na Academia Real Militar

JOSÉ MARIANO DE MATTOS, Paizano, Natural do Rio de Janeiro de idade de Dezesesseis anos, Filho de JOSE MARIANO DE MATTOS, foi admitido à matrícula do primeiro ano do curso de Matemático da Academia Real Militar por despacho da Junta da mesma Academia em 3 de março de 1819.

Plenamente aos 19 de dezembro de 1819, conferido-lhe a 3 parte aos 29 de dezembro de 1819.

— Foi admitido a matrícula do segundo ano por despacho da junta da mesma Academia, em 2 de março de 1820.

2º ano, plenamente aos 9 de dezembro de 1820, conferido-lhe a 2 parte aos 22 de dezembro de 1820.

— Foi admitido à matrícula do terceiro ano, por despacho da mesma junta, em 3 de março de 1821.

3º ano plenamente aos 11 de dezembro de 1821, conferido-lhe a 2 parte aos 22 de dezembro de 1821.

— Foi admitido à matrícula do quarto ano, por despacho da mesma junta em 2 de março de 1822.

4º ano plenamente 20 de janeiro de 1823, conferido-lhe a parte aos 31 de janeiro de 1823.

— Foi admitido à matrícula do quinto ano, por despacho da mesma junta em 5 de março 1823.

5º ano plenamente aos 5 de dezembro de 1823, conferido-lhe a 2ª parte em 23 de dezembro de 1823.

— Foi admitido à matrícula do sexto ano, por despacho da mesma junta em 25 de fevereiro de 1824.

6º ano em 1824, foi recolhido no respectivo corpo.

Foi novamente a matrícula do sexto ano em 28 de fevereiro de 1825.

— Foi admitido à matrícula do sétimo ano aos 2 de março de 1826.

No 7ºano foi aprovado plenamente aos 22 de dezembro de 1826.

PS — Maiores detalhes sobre a Academia Real Militar e natureza dos' seus cursos procurar na obra a seguir: PONDE, Francisco de Paula Azevedo, gen. A 'Academia Real Militar' in: *Anais do congresso da Independência do Brasil*. Rio, DIN, 1975, v. 4, págs. 37-85 (promovido pelo IHGB).

NOTAS

1. FONTOURA. *Duário*, pág. 42 (Importante). Porto Alegre. Martins Livreiro, 1984.
2. Idem, pág. 80 (Comisso junto com o Vigário Apostólico padre Chagas e LUÍZ Boticário).
3. BENTO. *Autoria dos Símbolos do RGS* — (Subsídios para reviso histórica tradicionalista e legal). Recife, UFRPE, 1971.
4. RIHGB n° 338. Jan/Mar 1983, pág. 1.883 e publicação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, 1982 e nosso discurso de posse no IHGMG em Itajubá, no auditório da EFE!.
5. Livro existente no Museu da Escola de Engenharia da UFRJ na ilha do Fundo, por nós mandado microfilmado em 1985 pelo Arquivo do Exército, sob nossa direção.
6. Idem, nota 1, págs. 33, 41, 42, 52, 56, 78, 80, 109, 115, 119 e 41, 50, 56, 59, 88, 93, 101, 115 e 140 ao referir-se a Bento Gonçalves. Fontoura estava certo ao procurar a Paz, mas não faz justiça aos seus inimigos Bento e José Mariano.
7. ROSA. *Vultos da epopéia farroupilha*, pág. 141 — 1ª ed., 1933.
8. CALDEIRA. *Apontamentos Rev. Far.*, RIHGRGS, n° 27, 1927.

9. SILVA, A. Pretextado. *Os generais do Exército Brasileiro*. Rio, 1940, v. 2, 1940.
10. WIEDRSPHAN. *João Manoel de Lima e Silva*. Porto Alegre. Martins Livreiro, 1984.
11. FAGUNDES. *História da Revolução Farroupilha*, 1984, pág. 323.
12. *Província do Rio Grande de São Pedro*, 1945, v. 2, pág. 149 ss.
13. BENTO. *Canguçu reencontro com a História*. Palegre, IEL, 1984. AAHRGS, v. 3 (Correspondência Domingos José de Almeida).
14. Idem, nota 1, págs. 104 e 115. A partir daí Fontoura passa a ter influência.
15. AAHRGS, v. 3 (Correspondência de Domingos de Almeida).

Coronel JOSÉ DA SILVA BRANDÃO (1781-1845)

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Soberania e à Integridade do Brasil no Sul, na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, nas guerras contra Artigas — 1816 e 1821 e Guerra Cisplatina — 1825-28. Por ocasião da Independência, era Ajudante-de-Ordens do Comandante das Armas da Província, funções que exerceu até 1831. Por ocasião do início da Revolução Farroupilha, à qual aderiu, fazia 2 anos que havia sido reformado como tenente-coronel, depois de ter comandado 3º Corpo de Cavalaria de Linha, originário de São Paulo e sediado em Porto Alegre e depois em São Gabriel.

Por ocasião da Revolução Farroupilha prestou assinalados serviços como Ministro da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense, em seu período áureo 1837-1839, com capitais de Piratini e Caçapava. Demitido das funções e muito doente, recolheu-se quase sexagenário a São Gabriel. Era ligado ao general Bento Manuel Ribeiro. Em 14 de julho de 1840 foi anistiado pelo Presidente da República do Rio Grande, a pedido, e jurou a Constituição do Império.

Naturalidade, descendência e vida militar

Nasceu em Ouro Preto-MG, em 1781, sendo filho do Sargento-mor (major) José da Silva Brandão. Ingressou no Exército como soldado do Regimento de Dragões de Minas, em 15 de maio de 1800, com 15 anos. Reconhecido cadete, em 6 de abril de 1803, e promovido a alferes em 28 de janeiro de 1805.

Como alferes foi enviado para São Paulo, onde integrou o 1º Esquadrão da Legião de São Paulo que partiu para o Sul para participar da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, ao comando de D. Diogo de Souza.

Integrando a mesma Legião, lutou nas guerras contra Artigas 1816 e 1821, tendo sido citado em Carumbé, Arroyo Grande e Catalan. Capitão graduado em 13 de maio de 1811; capitão agregado em 29 de junho de 1817; capitão efetivo em 22 de janeiro de 1818 e major graduado em 1º de março de 1820.

Revelando muito boas aptidões burocráticas, de 2 de março até 10 de janeiro de 1831, como major efetivo (22 de março de 1823) e tenente-coronel graduado (1º de janeiro de 1823) exerceu as funções de Ajudante-de-Ordens do Comando-de-Armas da Província do Rio Grande.

Suas últimas funções no serviço ativo foram de comandante, por decreto de 8 de julho de 1831, do 3º Corpo de Cavalaria de 1 Linha (em São Gabriel), onde o colheu a

Abdicação de D. Pedro I. (Conclusões com apoio em documentação sua existente na Seção Biográfica do Arquivo do Exército.)

Obra como Ministro da Guerra da República 1837-1839

Da leitura de *O Povo* e de sua correspondência nos *Anais do Arquivo Histórico do RGS* conclui-se ter sido ele o reorganizador do Exército da República em sua fase áurea, bem como de sua Marinha.

Regulou o trato e o estímulo a desertores imperiais. Estimulou as emboscadas, visando a interceptar comunicações adversárias e a troca de prisioneiros. Regulamentou o recrutamento e a remonta. Coibiu o desvio de escravos dos imperiais para serviços de republicanos. Estabeleceu doutrina sobre requisições para a guerra e o depósito de cavalos, em locais estratégicos, e doutrina sobre depósito e instrução de recrutas. Reorganizou a Guarda Nacional e estabeleceu doutrina logística traduzida no *Regulamento do Comissariado Geral de Víveres e Transportes*, mais tarde transformado em Arsenal de Guerra. Regulou a doutrina do Serviço de Correios, fundamental às Comunicações do Exército. Apoiou o Estaleiro Farrapo no rio Camaqua que construiu os lanchões *Sei vai* e *Farroupilha*, ao comando de Garibaldi. Foi seu primeiro escriturário, o jovem Serafim Gonçalves Moreira.²

Demissão do Ministério da Guerra

Em 19 de junho de 1839, o coronel Brandão foi demitido e substituído pelo coronel José Mariano de Mattos, em ofício assinado pelo seu co-provinciano de Minas Gerais, Domingos José de Almeida e do seguinte teor:³

“Ao Exmo José da Silva Brandão comunicando-lhe haver o Exmo Sr Presidente do Estado anunciado os motivos que o compeliram a pedir demissão, como fez por decreto de hoje, que lhe envia cópia autêntica; e o mesmo lhe agradece os importantes serviços que havia prestado nação, quando empregado no árduo serviço do Ministério da Guerra, Marinha e Exterior.”

Brandão respondeu a Domingos José de Almeida, Ministro do Interior, Fazenda e Justiça:

“Exmo Patrício, Compadre, Amigo e Sr:

Agradeço-lhe intimamente a remessa que fez do decreto da minha desejada demissão, sentindo porém que V. Excia o redigisse em frases que muito me vexaram, porque, meu amigo, não gosto de imposturas, e sabendo-se que sou demitido por ter servido mal e ser preciso dar satisfações aos homens que governam, era mais honroso, para mim, que se dessem essas causas. E se ainda fosse possível reformá-lo nesse sentido, muito apreciaria. Enfim diga-me V. Excia quem é o que foi nomeado, para lhe dirigir ofício avisando que tenho tudo pronto a entregar-lhe. E mande a quem é seu patrício, compadre e amigo e obrigado.”³

Almeida e Brandão, dois mineiros, um de Diamantina e outro de Ouro Preto, dominaram no período áureo da República Rio-Grandense os 6 ministérios, Fazenda, Interior e Justiça, Guerra, Marinha e Exterior.

Abandono da causa

Doente e em dificuldades financeiras, Brandão anunciou retirar-se para São Gabriel e sem dinheiro por não ressarcido de atrasados. Enviou de São Gabriel um padre para

ajudar nas exéquias do general João Manoel de Lima e Silva, depois de exumado em São Borja, para ser sepultado em Caçapava. Continuou a pedir o envio do jornal *O Povo* e a informar-se, para não ser surpreendido e impedido de imigrar.

Sente-se doente, pessimista e lamentando não poder ajudar, a não ser com a pena, por considerar-se ente inteiramente nulo, para auxiliar com a espada, apresentando como prova de nulidade o apelido com que é conhecido por alguns — “tenente-coronel Reformado de Cavalaria de 1ª Linha, o que devo ao governo brasileiro!”

E continua o desabafo:

“Releve V. Excia que eu me expresse dessa maneira, forçado pela razão e justos sentimentos que me oprimem, por causas mais remotas, que datam do tempo do massacre, espólio de bens, horrorosa prisão e infame processo que sofri de perversos galegais (legalidade dos portugueses). E perguntado qual o crime por que sofri tantas atrocidades, não se encontra outro mais do que o ser dominado de sentimentos liberais e ter-me conformado com esta decantada revolução de 20 de setembro de 1835...”

Pela correspondência revela possuir “família de vulto” (grande) e fazenda no distrito de Dores (atual distrito de Vasconcelos), no município de Tapes-RS.⁴

Revela ainda, haver tomado um banho de corticeira e que lhe fez muito bem, desembaraçando-lhe as pernas e, mais, que suas inspirações, eram as *Coleções de Leis do Brasil*, nas quais nada encontrara para um regulamento da Marinha.⁵

A sua decisão de ir residir em São Gabriel, após demitido, foi para procurar cura com outro mineiro, o Dr. Marciano Ribeiro, formado na Escócia e que fora o Presidente da Província, de 21 de setembro de 1835 a 16 de fevereiro de 1836, no início da Revolução, até ser preso em Porto Alegre e remetido preso para a Fortaleza Santa Cruz, no Rio, de onde acabava de voltar.

E conclui: “Quis porém minha desdita que Deus o levasse de repente, para melhor vida, chegando eu aqui em São Gabriel, no dia seguinte em que ele havia sido sepultado, o que causou um sentimento geral a todos esses habitantes e, a mim particularmente, perdendo assim a Pátria, um cidadão interessante, em toda a extensão da palavra, por suas reconhecidas belas qualidades e virtudes que um dia lhe poderia ser muito útil.”⁶

O Dr. Marciano Ribeiro, segundo Morivalde Calvet Fagundes, foi quem fixou a estratégia da Revolução: *República e Federação*.⁷

Pouco depois, em 14 de julho de 1840, o coronel Brandão foi anistiado pelo Império. Desconheço seu destino.

Os Anais do Arquivo Histórico do RGS publicam sua correspondência.

NOTAS

1. AAHRGS, v. 5, 1981, págs. 15-219, cerca de 200 documentos.
2. Tio-bisavô do autor, cujo bisavô foi 1º escrivão do Ministério do Interior e em 1857 o primeiro serventuário de Justiça do criado município de Canguçu.
3. Idem, nota 1, v. 1, pág. 336 (V — 1.317).
4. Idem, v. 5, pág. 206.
5. Idem, nota 1, págs. 204-220.

6. FAGUNDES. *A Maçonaria e as forças secretas da Revolução.*
7. Existe dossiê do Cd Brandlo no Arquivo Histórico do Exército.

Coronel MANOEL LUCAS DE OLIVEIRA (1810-74)

Significação histórica

Foi o ideólogo liberal republicano da República Rio-Grandense proclamada em Campo do Menezes, em 11 de setembro de 1836, um dia depois do combate de Seival, em que combateu como comandante de um corpo da Guarda Nacional da autodenominada Brigada Liberal de Antônio de Souza Netto. Este, as suas instâncias proclamou a citada República, comunicada aos rio-grandenses com proclamação de sua lavra. Sucedeu a Netto no comando da citada brigada, quando denominada I Brigada.

Foi deputado à Assembléia Constituinte em 1840, da República RioGrandense e o último Ministro da Guerra que, representando o Presidente da República Rio-Grandense, assinou a Paz de Ponche Verde em 1º de março de 1845, que selou a pacificação da Família Brasileira. Foi além o autor e signatário da proclamação que comunicava aos riograndenses republicanos o fim da Revolução.

Na paz, prestou bons serviços à Integridade e Soberania do Brasil, como Comandante da Guarda Nacional da Fronteira do Jaguarão a partir de 1847 e, comandante da Brigada Reserva do Exército, ao comando da atual Duque de Caxias, no início da guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 e, finalmente, de uma brigada organizada as suas expensas, com corpos da Guarda Nacional de Canguçu, Pelotas e Piratini que com ele seguiram para a Guerra do Paraguai.

Naturalidade, ascendência

Lucas de Oliveira nasceu por volta de 1810, próximo ao arroio Candiota, no atual município de Bagé, na época pertencente ao município de Rio Grande. Era filho de pais abastados. Casou muito jovem com sua sobrinha Ignez Lucas de Oliveira, radicando-se ambos em Piratini por volta de 1828, quando ali foi desmobilizado o Exército Brasileiro, ao comando do general Carlos Frederico Lecor, ao final da guerra Cisplatina 1825-28.

Durante esta guerra muitas famílias de fazendeiros da faixa entre os rios Piratini e Jaguarão foram buscar proteção em Piratini, que por esta razão foi elevado a município por Decreto Imperial em 3 de abril de 1830 e instalado em 7 de junho de 1832, um ano depois da Abdicação de D. Pedro 1, em 7 de abril de 1831.

Piratini cabeça de vasto município, tornou-se um foco de veteranos da guerra 1825-28, desgostosos com sua condução e desfecho e que passaram a alimentar sonhos liberais e republicanos.

Dentre eles se destacou Lucas de Oliveira, que por seu prestígio, foi guindado a Capitão da Guarda Nacional, de Piratini (sede) em estreita afinidade com outro capitão da Guarda Nacional, em Bagé, Antônio de Souza Netto. Eles mantiveram durante toda a revolução estreita e íntima ligação e se complementavam.

Traços do seu perfil militar

De Lucas de Oliveira, Caldeira que com ele conviveu intimamente traçou-lhe o seguinte perfil:

Ele era capitão da Guarda Nacional quando apareceu a Revolução. Na mesma ocasião em que Netto empunhou a espada, ele também cmgiu a sua à cinta. Era mais um cidadão armado que um militar aguerrido. Porém era homem de muita instrução e de muito bom trato.

Constituiu-se um dos republicanos de mais prestígio daquele tempo. Depois de Netto ele passou a comandar a primeira Brigada da Guarda Nacional da Comarca de Piratini. Foi ele junto com o coronel Joaquim Pedro que convenceram Netto da idéia de proclamar a República RioGrandense. Foi ele mesmo quem redigiu as ordens e proclamação que se publicaram no Seival, depois daquele assinalado ataque. Manoel Lucas chegou a Ministro da Guerra da República Rio-Grandense.

Ele era de estatura baixa e de fisionomia muito agradável.¹

Segundo Ottelo Rosa, com apoio em contemporâneo de Lucas de Oliveira “este era de gênio comunicativo e alegre, sendo conhecido como o homem dos abraços”.²

Segundo Fernando Luiz Osório, neto do general Osório, Lucas de Oliveira pregava como virtudes de verdadeiro soldado republicano riograndense:

“Valentia nos combates, amigo da ordem, respeitador dos direitos humanos e grande inimigo do arbítrio.”³

Principais ações

Logo no início da revolução, ao comando de Netto, passou a integrar a Brigada Libereal, constituída de 2 corpos da Guarda Nacional da Comarca de Piratini (atuais municípios de Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado e Bagé até o Piraí e Pedro Osório, ao norte do rio-Piratini).

Inicialmente passou a comandar o Corpo da Guarda Nacional de Piratini (Piratini, Pinheiro Machado e Bagé até o Piraí atuais).

Tomou parte no combate de Seival, em 10 de setembro de 1836, do que resultou a proclamação da República Rio-Grandense no dia seguinte, no Campo do Menezes.

Ele e o capitão Pedro Soares influíram decisivamente na atitude de Netto em proclamar a República.

Homem culto e preparado, redigiu as proclamações lidas em campo dos Menezes, como a que ele mesmo assinou em 28 de fevereiro de 1845, em Ponche Verde, como Ministro da Guerra e representando o Presidente da República, comunicando o fim da Revolução.

A todas as ações militar de Netto ligou-se Lucas de Oliveira.

Ao ser organizado o Exército Republicano, em novembro de 1836, ele foi promovido a tenente coronel. Atuou com Netto integrando a 1 Brigada do Exército, cujo comando passou a exercer quando Netto foi guindado a Comandante-em-Chefe interino do Exército.

Lucas de Oliveira atuou no sítio de Porto Alegre com sua Brigada.

Depois integrou a Divisão da Esquerda do comando do coronel Domingos Crescêncio de Carvalho, com jurisdição entre o Jaguarão e o Camaquã, ao longo das

lagoas Mirim e Patos e canal São Gonçalo. Abrangia a serra dos Tapes e tinha como missão proteger Piratini.

Em 25 de março de 1840, pouco antes do combate do Rio Pardo, ele caiu preso em mãos dos imperiais junto com Onofre Pires, sendo sóto ao que presumo numa troca de prisioneiros.⁴

Foi eleito deputado constituinte, tendo participado das tumultuadas sessões em Alegrete, de 1º de dezembro de 1842 a 10 de fevereiro de 1843.

Atuação na Pacificação

Com a abdicação da Presidência da República e do Comando-em-Chefe do seu Exército por Bento Gonçalves, Lucas de Oliveira foi o Ministro da Guerra, concentrado em suas mãos o expediente de todo o governo, agora em campanha, de acampamento em acampamento, sobre pressão de Caxias.

Conseguiu escapar junto com Canabarro da surpresa de Porongos. Ambos representaram o governo da República na Paz de Ponche Verde. Canabarro como Comandante-em-Chefe das forças e ele a Presidência e o restante do Governo.

Em sua proclamação, depois de alertar com indiretas, para a ameaça representada por Rosas, da Argentina, dizia a certa altura:

“O Império do Brasil por um rasgo de filantropia, nos vai hoje reunir ao grêmio da grande família de que todos descendemos.

Ao nobre e magnânimo a que acudimos unânimes, pelo bem que dele resulta ao interesse geral.”

Finalizava com o apelo:

“Dizei comigo — somos outra vêz brasileiros seremos sempre idólatras da liberdade Constitucional — Campo em Ponche Verde, 28 de fevereiro de 1845.”

Serviços à soberania e à Integridade do Brasil

Em 1847 foi nomeado comandante Superior da Guarda Nacional da Fronteira do Jaguarão aaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Bagé, Herval do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Canguçu, atuais).

Na guerra de 1851-52, em sua fase inicial, pela Ordem do Dia nº 15 de 28 de agosto de 1851, foi encarregado, ao comando do atual Duque de Caxias, com a missão de cobrir a Fronteira, de ponto a determinar.

A citada ordem emitida do Quartel General, em Santana do Livramento, era assinada pelo coronel José Mariano de Mattos, como Deputado Ajudante General de caxias, e que fora o primeiro e o terceiro Ministro da Guerra da República Rio-Grandense e seu Presidente interino.

Por ocasião da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai 1865-70 e, em sua fase inicial, coube-lhe organizar uma Brigada de Cavalaria Ligeira integrada pelos seguintes corpos de Cavalaria da Guarda Nacional:

12° Corpo da Guarda Nacional de Piratini
27° Corpo da Guarda Nacional de Pelotas
30° Corpo da Guarda Nacional de Canguçu

O corpo de Canguçu era comandado pelo tenente coronel Teófilo de Souza Mattos, nosso bisavô materno.

Depois de Curuzu passou a denominar-se 11° Corpo Provisório de Guardas Nacionais e chegou ao final da guerra como 14° Corpo de Voluntários de Cavalaria.⁵

Lucas de Oliveira levou esta Brigada desde a Orquestra do Piratini (Pedro Osório) até São Borja.

De retorno ao Teatro da Guerra, desgostoso com algumas incompreensões que sofreu, passou a dedicar-se a atividades políticas no Partido Liberal.

Sobre seu final escreveu Fernando Luiz Osório:

Pressentindo a morte pediu que lhe fardassem de coronel farrapo. “Morreu assim em Rio Grande, em 1874, pobre, mas com toda a integridade moral que o caracterizou em vida e fez dele uma lenda.”⁶

NOTAS

1. CALDEIRA. “Apontamentos”. *RIHGRGS* n° 27, 1927.
2. ROSA, *Vultos epopéia farroupilba.*
3. OSÓRIO. *A cidade de Pelotas*, 2 ed.
4. *AAHRGS* v. 3 Doc. A.V. 1436.
5. BENTO. *Canguçu reencontro com a História*, Porto Alegre, IEL, 1984.
6. Tdem, nota 5.

Coronel DOMINGOS CRESCÊNCIO DE CARVALHO (1780-1840)

Significação histórica

Prestou assinalados serviços militares à Soberania e Integridade do Brasil no Sul, na guerra 1801, campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12; guerras contra Artigas 1816 e 1821, guerra da Independência da Cisplatina 1824 e guerra da Cisplatina 1825-28, nas quais se tornou guerreiro e ascendeu de soldado a capitão de 1 Linha.

Na Revolução Farroupilha a liderou em Jaguarão como integrante destacado do 3° Regimento de Cavalaria de Linha, que até pouco tempo fora comandado por Bento Gonçalves.

Foi uma das mais expressivas figuras do segundo escalão de lideranças militares. Comandou inicialmente a 4 Brigada, do Exército da República Rio-Grandense, que foi elevada em 1838 à condição de Divisão Esquerda do Exército, tendo como zona de ação a área entre os rios Jaguarão e Camaquã, abrangendo a Serra dos Tapes, onde se situa Piratini — a primeira capital. No início da revolução, em Retiro — Pelotas, intitulava-se

comandante das Forças Liberais. Impôs-se entre seus pares por sua bravura, aliada ao conhecimento da Doutrina Militar, renome como tático, prudência, calma, apesar da idade, mais de 55 anos ao ter início a Revolução. Não fora sua morte depois da campanha em Cima da Serra contra o general Labatut, da qual participou com a saúde abalada, teria sido general da República.

Origem, ascendência, descendência

Sabe-se que era filho do Rio Grande, que viveu largo tempo na Fronteira do Jaguarão, sendo, inclusive, aparentado de Bento Gonçalves, além de amigo.

Segundo Calvet Fagundes, Crescêncio foi sepultado em São Gabriel, em 10 de abril de 1841. Possuía então 45 anos de serviços militares, iniciados por volta de 1796. Ao falecer deixou a família muito pobre (esposa, 7 filhas e 2 filhos).¹

Na correspondência com seu tocaio Domingos José de Almeida, são encontradas cartas suas pedindo o pagamento de seus vencimentos, em dia, por não possuir outra renda.

E presumível que seus descendentes tenham ficado em Jaguarão.

Traços de seu perfil militar

Caldeira assim traçou seu perfil: “Foi um bravo entre os bravos. Era prudente e calmo frente a inimigo. Antes da revolução era capitão e a sua tática militar lhe dava muita importância. Era um dos amigos de Bento Gonçalves, do qual havia merecido a confiança. Ele conhecia as leis da guerra” (Doutrina Militar).²

Noutro depoimento, Caldeira completa o perfil de Crescêncio. “Era muito militar, muito prudente e sereno em combate. Não era instruído, mas era educado militarmente e por isso muito prático e inteligente. Era ele um dos melhores coronéis que tínhamos na revolução, da qual foi uma das fortes colunas.”³

Principais ações

Crescêncio participou de diversas ações. Ao Bento Gonçalves cair na armadilha da ilha do Fanfa ele o esperava ao Sul para acolhê-lo.

No combate do Rio Pardo, em 1838, assim Caldeira descreveu sua ação infundindo animo aos republicanos:

Ao dirigir-se ao Corpo de Lanceiros Negros, antes de ordenar-lhe um ataque.

“Depois de mandar tocar silêncio falou — Brio do Corpo de Lanceiros, eu vim do Rio Grande só para conhecer o valor desse Corpo. E apontando o inimigo à frente, ordenou ao Corpo que atacasse, o que este fez com a maior garra pelo estímulo recebido.”

Noutra situação ao fazer uma tropa de Cavalaria ser ultrapassada por um Batalhão de Caçadores que perdera seu comandante em combate!

Ordenou: — “Avança batalhão da glória!”

Estas palavras acenderam o ânimo do Batalhão.⁴

As histórias da revolução estão cheias de referências a este campeão farrapo, cuja última campanha foi contra o general Labatut, veterano de Napoleão.

Ao final dessa campanha morreu de doença quando voltava vitorioso. Possuía, cerca de 60 anos.

Nada foi encontrado sobre sua vida nos milhares de dossiês de soldados brasileiros do passado, no Arquivo Histórico do Exército.

É possível que os *Anais do Arquivo Histórico do RGS*, a publicar, venham revelar outros aspectos.

A amizade do Ten Osório x Cap Crescêncio

Da *História do General Osório* conclui-se que Osório foi antes e ao início da Revolução Farroupilha muito amigo do capitão Crescêncio, além de admirador. Isto quando Crescêncio servia no 3º RC em Jaguarão e Osório no 2º RC em Bagé.

Ambos haviam aderido à Revolução Farroupilha no seu início em 20 de setembro. Com a chegada do Presidente Araújo Ribeiro, Osório decidiu apoiá-lo por julgar que o objetivo da derrubada do Governo Provincial havia sido atingido e que o enviado para substituí-lo devia ser apoiado.

Preocupado com a posição que seu amigo capitão Crescêncio tomaria, escreveu-lhe carta reveladora de sua grande maturidade para um jovem de 27 anos e de sua grande potencialidade para a liderança con-. firmada pela História. Entre os pontos mais expressivos de sua carta destaque:

Osório comunica-lhe que pelo coronel Bento Manuel Ribeiro havia soado em Porto Alegre o brado de República. Que era a forma de Governo que a maioria dos rio-grandenses reprovava. Que seus promotores os republicanos em Porto Alegre não precisavam de paz, por não terem do que cuidar. E a seguir admitia com humildade — “Como eu estou longe pode ser falso este meu julgamento”. E prosseguiu: “Amigo, não é tanto de nossos co-provincianos que eu temo. Eles não são ambiciosos de mando (poder). Lanço as vistas a uma porção de filhos de outras Províncias, que a sombra de nossas espadas, pretendem figurar entre nós, nos primeiros lugares públicos, encarando, talvez, com risos, o luto que preparam para a nossa Pátria, além de zombando da credulidade e boa fé de nossos compatriotas.” E continua em sua análise realista: “Os de fora dessa Província querem mover-nos uns contra os outros, ou antes, já moveram rio-grandenses contra rio-grandenses. E destes os que cantarem a infeliz vitória, cheios de uma satisfação vã, voltarão logo aos seus trabalhos domésticos e os destinos da Pátria (o Rio Grande) ficarão nas agudas garras dos que nela não nasceram. Sim meu amigo Crescêncio, nós voltaremos para as nossas casas, depois da triste vitória ou derrota, a chorar a perda de alguns amigos e patriotas que algum dia bem falta nos hão de fazer.

Ah, meu caro patriótico, os manhosos retrógrados e os esquentados republicados, pouco a pouco vão escurecendo o claro horizonte de 20 de setembro de 1835...

Eu marcho contra os republicanos e outros marcharão contra mim! Que tristes presságios, meu amigo, me assaltam neste momento. Parece-me que vejo eternizada a anarquia em nossa amada Pátria.” Mais adiante finaliza: “Caro patriótico e amigo. Eu sou republicano de coração. Porém o estado presente da nossa Pátria, a falta de luzes que nela existe, me fazem agir ao contrário do que sinto e por me parecer que não estamos preparados para tal forma...”

Osório finaliza a carta nestes termos: “Estimo que goze saúde, dando sempre as ordens a quem em qualquer transe ou circunstância, sempre será de V.S. patri’cio, camarada e amigo.”

Crescêncio optou pela República. Em resposta a Osório teceu elogios as suas judiciosas considerações, mas tinha que ficar ao lado de outro amigo e ex-comandante o coronel Bento Gonçalves da Silva.

A família de Crescêncio muito numerosa foi das que mais sofreu com a sua morte durante a Revolução.

Anos mais tarde Osório já consagrado herói nacional passou por Ponche Verde em companhia de seu filho e biógrafo e recordou-lhe:

“Todos estes campos foram percorridos pelos soldados do Império e da República. Eu os percorri também, levando a tristeza no coração porque a espada que devia desembainhar era para verter sangue de patri’cios. Eu sempre tive horror da guerra civil, a guerra entre cidadãos da mesma Pátria. Bem junto a nós está um lugar que nunca pode ser esquecido — Ponche Verde. Este nome recorda um combate sangrento e lembra também a Pacificação — para mim a data mais gloriosa desta época. Ali os republicanos que se bateram com valor, transigiram com dignidade e os imperiais que os perseguiram com pertinácia os receberam com amor.”

E de fato Osório e Marques de Souza foram os imperiais que ali receberam seus co-provincianos, depois de combaterem a Revolução com constrangimentos notórios. Osório inclusive fora perseguido pelo general Elziário por suas posições moderadas e sensatas. Livrou-se da pressão com o auxílio do futuro Duque de Caxias, que encaminhou representação sua à Corte, por ocasião de visita que fez ao Rio Grande na comitiva do Conde da Boa Vista.

NOTAS

1. FAGUNDES. *História da Revolução Farroupilha*, Palegre, Martins Livreiro et alli, 1984.
2. CALDEIRA. *Apontamentos Rev. Far.*, RHIGRGS, n° 27, 1927.
3. AAHRGS. v. 5, 1981, pág. 400.
4. Idem nota 2 — combate do Rio Pardo.
5. Osório. *História do General Osório* v. 1, págs. 307-39.

Coronel JOAQUIM PEDRO SOARES (1770-1850)

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania de Portugal, na luta para expulsar os franceses da Península Ibérica.

Veio para o Brasil com a Divisão de Voluntários Reais de Portugal. Assim participou das guerras contra Artigas de 1816 e 1821 e da Cisplatina 1825-28, em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil, no Sul.

Reformado em 1831, como tenente ajudante do 4° Regimento de Cavalaria de Linha, no qual se destacou na batalha de Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827,

aderiu à Revolução Farroupilha. Teve papel político-militar proeminente neste movimento. Foi ele que dispôs taticamente as tropas do coronel Antônio Netto, que conquistaram a memorável vitória de Seival, em 10 de setembro de 1836. Vitória que criou condições para a proclamação da República Rio-Grandense, por Netto, no dia seguinte, no Campo do Menezes. Proclamação feita por sua insistência e a de Lucas de Oliveira, junto ao mesmo Netto.

Ao ser organizado o Exército da República, foi promovido a tenente-coronel. Coube-lhe organizar e ser o primeiro comandante do célebre 1º Corpo de Lanceiros Negros, integrado por escravos libertos com a condição de lutarem pela República, assunto que estudamos. Foi também nomeado Ajudante General do Exército, aproveitando sua larga experiência burocrática em Ajudância.

Foi dos cérebros militares de maior expressão da revolução, ao final da qual, com 74 anos, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro, junto com o coronel José Mariano de Mattos, Ministro da Guerra da República e mais tarde do Império — 1864.

Naturalidade, carreira

Segundo dados obtidos no Arquivo do Exército, Joaquim Pedro nasceu em Campo Maior — Portugal, em 1770. Era filho de militar. Sentou praça em 20 de maio de 1780, com 10 anos. Em 15 de outubro de 1785 foi promovido a cabo de esquadra do 20º Regimento de Infantaria. Com a invasão de Portugal por Napoleão “ficou anexo ao governo francês”, presume-se por 3 meses, de 1º de abril a 7 de julho de 1808. Em 26 de setembro de 1808 reingressou no 20º RI de Linha, na Praça de Campo Maior. Em 1º de novembro de 1808 passou a 2º sargento.

O tenente-coronel André José de Vasconcelos, seu comandante no 15º RI de Linha, confirmou possuir Joaquim Pedro “comportamento brilhante”.

Em 1816 veio para o Brasil e depois para o Uruguai na Divisão de Voluntários Reais.

Lutou na guerra contra Artigas de 1816. Participou da Guerra Cisplatina 1825-1828, integrando o 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha. Destacou-se na batalha do Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, integrando o 1º Esquadrão ao comando do capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, mais tarde destacado comandante da Divisão Esquerda do Exército da República. Esquadrão integrante do 4º Regimento de Cavalaria de Linha de Jaguarão (Cerrito).² Foi reformado, sem vencimentos, em 4 de junho de 1831, com 40 anos e 5 meses de serviço, contando três camanhas (guerras contra Artigas 1816 e 1821 e Guerra Cisplatina 1825-28).

Traços de seu perfil militar

Segundo Caldeira,³ “Joaquim Pedro havia sido oficial de 1ª Linha de um dos corpos do Exército Brasileiro, na guerra contra as repúblicas do Prata (Guerra da Cisplatina 1825-28). Era valente, enérgico e muito militar. Possuía muita instrução militar e prática de oficial de Secretaria. Foi ele quem organizou o casco do 1º Corpo de Lanceiros (Negros) de 1ª Linha. No ataque do Seival (10 de setembro de 1836) foi Joaquim Pedro que dispôs a força do coronel Antônio de Souza Netto, conservando um esquadrão de proteção (reserva). Foi este esquadrão que tomou conta do campo e obteve o triunfo. Este esquadrão foi comandado pelo capitão Antonio Meireles Gonçalves”.

Joaquim Pedro era casado. Possuía em 1780, “cinco pés e duas polegadas de altura, cabelos louros e olhos azuis”.⁴

Assessor político-militar do Cel Antônio Netto

De Caldeira conclui-se que Joaquim Pedro foi assessor político-militar de Netto. Político por haver insistido, junto com Lucas de Oliveira, para que Antonio Netto proclamasse a República no dia seguinte ao combate de Seival, no qual foi assessor militar importante de Netto, que até então pouca prática militar possuía de combate.

A tropa de Netto em Seival era composta basicamente da Legião de Guardas Nacionais da Comarca de Piratini, formada de dois esquadrões a duas companhias cada, criada em 14 de outubro de 1835, pelo Presidente da Província, Dr. Marciano Ribeiro, colocado pela Revolução de 20 de setembro, segundo se conclui de David Almeida.

As quatro companhias foram recrutadas nos atuais municípios de Piratini, Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Bagé até o Piraí.

Prisão e envio para o Rio

O coronel Joaquim Pedro foi preso em Piratini, junto com o coronel José Mariano de Mattos, pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, cuja base de operações era em Canguçu. Ambos estiveram presos na cadeia que Abreu, Chico Pedro ou "Moringue" mandou construir em Canguçu. Cadeia demolida em 1939 e que serviu de Posto de Comando, depois da Paz de Ponche Verde, ao capitão Antônio de Sampaio, atual Patrono da Arma de Infantaria do Exército, para garantir a paz naquela região.⁶

Com a prisão de ambos, a República perdeu dois importantes assessores político-militares.

Maiores detalhes consultar os *Anais do Arquivo Histórico do RGS*, 8 v. Joaquim Pedro ao ser preso possuía cerca de 74 anos. Se desconhece o seu destino final.

NOTAS

1. BENTO, *A grande festa dos hrnceiros*. Recife, UFPE, 1971; *O Negro na sociedade do RGS*. Palegre, 1EL, 1975 e *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. Rio, IEL, 1975.
2. Dados obtidos no Arquivo do Exército, pela estagiária Rosale de Manos Souza, do Museu de Armas Ferreira da Cunha.
3. CALDEIRA, *Apontamentos Reolução Farroupilha*. RIHGRGS, 1927, nº 27.
4. Idem, nota 2.
5. ALMEIDA, David de. *História de Piratini*. Pelotas, 1964 (Do Registro de Documentos nº 1 da Cniara de Piratini).
6. BENTO, *Canguçu reencontro com a História*, 1984 (Detalhes).

Coronel JOAQUIM TEIXEIRA NUNES (1801-1844)

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Independência e Soberania do Brasil na Guerra Cisplatina 1825-28, como alferes de um Regimento de Cavalaria das Missões. Participou da Batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 e teve papel destacado ainda nesta guerra, contra uma incursão profunda inimiga que penetrou até o

Rio Camaqua a partir do Rio Jaguarão. Na Revolução Farroupilha foi um dos mais constantes, intrépidos e denodados líderes de combate. Brilhou em diversas ações, ao ponto de ser classificado por Assis Brasil “de o maior herói da revolução” e por Tasso Fragoso de “a maior lança farrapa”. Participou com destaque do combate de Rio Pardo, em 1838, e da expedição a Laguna, em 1839, na liderança do celebre 1º Corpo de Lanceiros Negros, constituído de escravos libertos. Seu maior feito estratégico foi derrotar, em Santa Vitória (Bom Jesus) a Divisão Paulista ou da Serra, enviada de São Paulo para lutar Contra a Revolução. Isto quando em companhia de Caribaldi, Rosseti e Anita Garibaldi, retornava da malogra da expedição a Laguna, em 1839.

A Teixeira Nunes coube, em 26 de novembro de 1844, a última reação armada da República Rio-Grandense, que custou-lhe a vida, após memorável e comovente reação junto com seus lanceiros negros na surpresa de Porongos, doze dias antes.

Sua importância pode ser medida pela lembrança dele de Garibaldi, agora herói da Itália, nestas palavras em carta a Domingos José de Almeida.

“Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homem mais valente, nem lanceiros mais brilhantes que os da Cavalaria Rio-Grandense... Onde estão estes belicosos filhos do Continente, tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira Nunes e tantos outros.”

Naturalidade, ascendência e perfil militar

Teixeira Nunes nasceu em 1802 na costa do rio Camaquã, no então Curato de Canguçu e filho dos primeiros povoadores de Canguçu.

Sobre seu perfil militar escreveu seu conterrâneo Caldeira que foi seu porta-estandarte no combate do Rio Pardo em 1838 e que, em Canguçu, prestou a historiadores gaúchos os mais importantes depoimentos sobre perfis dos líderes farrapos, os únicos que se dispõem e publicados.²

“Teixeira Nunes foi um dos oficiais de maior nomeada que possuiu a Revolução Farroupilha. Era uma lança das primeiras.

Com o corpo de lanceiros a seu mando, alongava-se do exército, para operar com seus próprios meios, em qualquer parte que o inimigo aparecesse.

Era o terror dos seus inimigos. Onde carregava o corpo de lanceiros ao seu comando surgia a vitória. Teixeira era humano. Durante a peleja matava por ser contingência da luta, e depois da vitória não morria um só prisioneiro. Era um oficial que sabia fazer a guerra de recursos. Esbelto e galhardo, apresentava-se à frente de seu corpo na ocasião do combate.

Oficial que manjava a lança com invulgar destreza, de estatura mais alta do que baixa, montando garbosamente seu cavalo, sobranceiro, seria capaz de dominar qualquer inimigo. Sua voz de comandante feria os ouvidos. Possuía invulgar espírito militar.

Em novembro de 1836, Teixeira Nunes era major do Corpo de Lanceiros negros (corpo formado por pretos escravos ou libertos), a esse tempo comandados pelo tenente-coronel Joaquim Pedro Soares.

No dia 6 desse mês, feita a eleição para Presidente da República, realizou-se na igreja de Piratini um *Te Deum*. E quando as autoridades do novel Estado Rio-Grandense e a massa popular em cortejo solene, se dirigiam para templo, ia à frente deles e pela

primeira vez desdobrado à luz do céu, o pavilhão tricolor, o símbolo da República Rio-grandense.

E quem o conduz, fremente de emoção e entusiasmo, ufano da glória de ser o primeiro a carregar a bandeira gaúcha, é o major de lanceiros Joaquim Teixeira Nunes.

Dentro de pouco tempo seria ele o comandante dos lanceiros negros. E à frente desta força praticaria façanhas sem conta, intervindo em inúmeros combates, até ornar os punhos com os galões de coronel.”

Teixeira Nunes, por seu raro valor como líder de combate, habilidade em conduzir operações de guerra prolongada, vivendo de poucos recursos locais e a legenda de combatente humano e generoso que se criou em torno de seu nome, seria tratado pelo título honroso de Bravo dos bravos.

Expedição a Laguna — SC

Ele foi um dos mais constantes combatentes farroupilhas. Sua consagração como soldado adveio da expedição que realizou por terra a Laguna-SC, coadjuvado por Garibaldi por água, resultando a Proclamação da República Juliana. Esta, em sinal de reconhecimento, o promoveu a coronel, e fez de Garibaldi o comandante de sua Esquadilha Naval.

Ao apossar-se, sem reação, de Laguna, em virtude do retraimento do comandante daquela praça, além dos navios de guerra que auxiliou Garibaldi e John Griggs a aprisionar ou colocar fora de combate, reforçou consideravelmente sua logística, ao cair em seu poder quatorze barcos abarrotados de mercadorias, seis bocas de fogo, cerca de 500 armas e para mais de 36.000 cartuchos carregados.

Em Ordem do Dia, após a vitória alcançada, Teixeira Nunes assim se expressou ao agradecer a ação de seus bravos comandados:

“Iguais se não maiores respeitos e consideração adquiriu o capitão José Garibaldi, comandante da força naval da República. Em nome da Pátria agradeço-lhe, a maneira como desempenhou a parte do plano de ataque que lhe coube executar, fazendo uma jornada de mais de duas léguas por terra (transporte dos lanchões *Seival* e *Farroupilha*), sendo o primeiro a lançar-se n’água para desencilhar o lanchão *Sei vai*, preso ao baixio do Camacho.”³

Teixeira Nunes, ao chegar em Laguna, lançou proclamação vazada nos seguintes termos:

“Irmãos catarinenses, empunhai as armas conosco e arrancai a segunda província ao diadema do segundo Pedro: Mostrai porém, que os verdadeiros livres, mesmo no afã da guerra, sabem mantêr a ordem obedecer às leis e respeitar a propriedade.” Seguramente o redator de suas proclamações era o italiano Luiz Rosseti.

Teixeira Nunes e o ideal federativo

Em seguida, fez chegar aos líderes catarinenses uma carta circular, cujo teor reproduzimos a seguir:

“Proclamando a Independência de Santa Catarina, não penseis que isto afetará os interesses do Brasil, do solo sagrado dos brasileiros, pois que a República Rio-Grandense, conscienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos brasileiros

e da honrosa missão que lhe foi confiada, não tem tanto a peito, quanto a federação aos estados seus irmãos.”⁴ Não havia idéia de separatismo e sim República Federativa.

Após derrotado Garibaldi no mar, Teixeira Nunes foi forçado a retrair sob forte pressão de João Fernandes, chefe legalista. Atravessou o canal de Laguna a nado, indo reunir-se com Canabarro, no passo do Camacho.

Havendo discordâncias sobre operações futuras entre Canabarro e Teixeira Nunes, enquanto o primeiro se dirigiu ao Rio Grande, Teixeira Nunes convicto de que perdeu uma batalha, mas não a guerra, dirigiu-se para o planalto e com ele Garibaldi, agora infante, e Anita e Rossetj, todos já ligados por laços de amizade.

Derrota a Divisão da Serra

Na margem norte do rio Pelotas, no interior de um mangueirão de pedra, feriu-se um cruento e encarniçado combate que passou à história, com o nome de Santa Vitória. Nele, Teixeira Nunes, tendo Garibaldi no comando de sua Infantaria, infligiu fragorosa derrota na Divisão da Serra ou de São Paulo, ao comando do brigadeiro Xavier da Cunha.

Este combate possibilitou-lhe entrar triunfalmente em Lages, vila que encontrou com os cofres raspados e sem administração, o que procurou refazer, bem como a refazer os uniformes de sua tropa, dando contas precisas de tudo aos seus superiores em Caçapava.

Em Lages, Teixeira Nunes, agora com o comando militar e político, procurou tratar o povo como amigo, dirigindo a guerra não contra a população, mas contra os defensores do governo. Procurou ignorar atitudes hostis e, habilmente, por todos os meios, conquistar a confiança dos simpatizantes da causa, revelando mais um positivo aspecto militar de sua personalidade.

Visão estratégica

Sobre sua visão política e estratégica, podemos concluir muito boa, pelos termos da carta abaixo, em que advogava a manutenção de Santa Catarina e sobretudo de Lages:

“Esta fronteira (Lages), é de primeira importância para nós, seja com respeito ao grande rendimento das tropas de gado, seja porque daqui podemos manter comunicações, não só com a Província de Santa Catarina, como também a de São Paulo e vigiar com maior facilidade os distritos de Vacaria, Cima da Serra e Missões. Logo deve ser este ponto guarnecido, por uma força correspondente as infinitas vantagens que o mesmo apresenta.”⁵

Combate de Curitiba

Sabendo Teixeira Nunes que tropa do coronel Antônio Albuquerque Meilo andava em seu encalço, saiu à procura da mesma na direção de Curitiba, onde se feriu o combate de Marombas. Nele, Teixeira Nunes, após um sucesso inicial, caiu numa emboscada, sendo salvo pela Infantaria de Garibaldi que o acolheu. Salvou-se da destruição total, ao embrenhar-se numa mata, através da qual atingiu Lages no 5º dia, após indescritíveis sofrimentos no matagal.

Anita Garibaldi extraviou-se neste combate. Sendo presa por Albuquerque Meilo, conseguiu empreender uma fuga épica, vindo a encontrarse com a coluna de Teixeira Nunes e com Garibaldi, em Vacaria.

No Rio Grande, juntamente com Garibaldi e sob o comando de Bento Gonçalves, tomou parte do indeciso combate de Taquari, no qual comandou uma Brigada Ligeira de Cavalaria.

Posteriormente, sob o comando de Bento Gonçalves, se destacou no ataque de S. José do Norte, no qual combateram a seu lado seus velhos amigos de tantas jornadas na República Juliana — Garibaldi e Rosseti.

Aí, Teixeira Nunes, “Coronel Gavião”, bateu-se com um denodo sem precedentes, fato reconhecido em Ordem do Dia de Bento Gonçalves.

Depois foi operar para os lados de Bagé, atacou Jaguarão, em 19 de dezembro de 1943.

Os lanceiros negros de Teixeira Nunes foram, em grande número, recrutados nos municípios atuais de Arroio Grande, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Herval, Bagé, Camaquã, São Lourenço do Sul, Pelotas, Pedro Osório, Caçapava e Encruzilhada do Sul.

Ao homem que desfraldou e portou pela primeira vez o pavilhão tricolor da República Rio-Grandense, coube o privilégio de comandar no Rio Grande, a última reação armada do ideal republicano farroupilha, em 26 de novembro de 1844. Ideal que não viveu para ver concretizado para todo o Brasil, 45 anos após.

Garibaldi recorda Teixeira Nunes

Foi por certo pensando no bravo canguçuense Teixeira Nunes e nos seus bravos lanceiros, com os quais Garibaldi conviveu e padeceu irmanado, na longa odisséia desde sua derrota naval em Laguna, até o frustrado ataque a São José do Norte, que escreveu em suas *Memórias* e cartas estes trechos:⁶

“Os gaúchos rio-grandenses eram homens habituados a todas as privações, e nunca de uma só boca ouvi lamentação de fome e sede; ao contrário, mesmo em tão dolorosa situação, desejavam combater.”

“Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca vi em nenhuma parte, homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes, que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das gentes.”

Quando a Europa celebrava Garibaldi como a figura mais romântica do mundo, ele se lembraria do canguçuense Teixeira Nunes, seu comandante na retirada da República Juliana.

“E repassando na memória as vicissitudes da minha vida no vosso meio, em 6 anos de atividade de guerra, de constante prática de ações magnânimas como que em delírio exclamo! Onde estão agora esses belicosos filhos do Continente, tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira Nunes e tantos valores lanceiros que não me lembro!

Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam os seus ossos; e que vossas belíssimas patrícias cubram de flores esses santuários das vossas glórias.”

Final de Teixeira Nunes

O final do maior lanceiro farrapo foi assim descrito por seu citado conterrâneo, o tenente farrapo Manoel Alves Caldeira e seu comandado como porta-bandeira no combate de Rio Pardo.⁷

Por ordem de Canabarro, após Porongos, Teixeira Nunes foi acampar no arroio Chasqueiro. Aí foi a procurá-lo Chico Pedro, em 26 de novembro de 1844.

“Chico Pedro marchava pela estrada real em direção do passo onde se achava Teixeira Nunes — o seu inimigo dos mais temíveis e respeitado... O inimigo carregou sobre a força de Teixeira Nunes que não podendo sofrer as cargas foi derrotada e perseguida de morte em morte. O cavalo de Teixeira Nunes foi baleado e assim mesmo ele seguiu defendendo-se com sua lança. Mas foi também baleado com a dita lança e não podendo mais manejá-la, foi rodeado pelos que de mais perto o seguiam e deram-lhe um tiro em uma coxa. A seguir caiu do seu cavalo, ocasião em que chegava Chico Pedro ao qual disse — Coronel não me deixa matar. Chico Pedro seguiu e virando a cara para o .ladão disse: — Não matem o homem. Teixeira tinha feito um sinal de socorro e morreu.”

A *História do Exército* publica alegoria que refere a sua ação e a de seus lanceiros negros em Porongos.⁸

Tasso Fragoso ao escrever a sua *História da Re'volução Farrroupilha* impressionado com o valor de Teixeira Nunes o classificou de “a maior lança farrapa”.⁹ Fernando Osório em *A História do General Osório* o chama de “valente chefe” e Schultz Filho o classifica de “garboso comandante de Lanceiros e o prhneiro entre os primeiros na missão arriscada”.

Teixeira Nunes foi um dos esquecidos por Alfredo Ferreira Rodrigues no *seu Almanaque Lite,jrio e Estatj'stico do RGS* 1889-1917. Ao lado do próprio Caldeira que tão valiosos subsídios forneceu-lhe.

NOTAS

1. Ver Bento, *Canguçu, reencontro com a História*. Palegre, IEL, 1984, pág. 139 (Síntese biográfica de Teixeira Nunes).
2. CALDEIRA, *Apontamentos Revolução Far. RJHGRGS*, 1927 n°27 e *Anais doA rquivo Histórico do RGS* v. 5.
3. Jornal O Povo.
4. Idem, nota anterior.
5. BENTO. *A grande festa dos lanceiros*. Recife, UFPE, 1971.
6. GARIBALDI, *Memórias*, escritas por Alexandre Dumas.
7. Idem, nota 2.

Coronel JOSÉ DE ALMEIDA CORTE REAL (1809-1840)

Significação histórica

Lutou pela integridade e Soberania do Brasil na guerra Cisplatina 1825-28 como cadete do antigo e legendário Dragões do Rio Pardo e então 5º Regimento de Cavalaria Ligeira. E, com ele, lutou em Passo do Rosário ao comando do Cel Felipe Neri de Oliveira, em 20 de fevereiro de 1827.

Na Revolução Farroupilha participou com ardor, valentia, dedicação e solidariedade ao lado de seus amigos Generais João Manuel Lima e Silva (seu cunhado), Bento Gonçalves e Antonio Netto. Por seu singular cavalheirismo impôs-se à estima e consideração gerais, causando grande consternação seu desaparecimento em ação, próximo ao arroio Velhaco, em Camaquã, em 18 de junho de 1840.

Naturalidade, ascendência

Nasceu em Rio Pardo em 15 de novembro de 1805. Era filho do Capitão de Dragões Francisco de Borja de Almeida Corte Real morto em ação no combate de Catalan, em 4 de janeiro de 1817, na primeira guerra contra Artigas.

Era irmão de Maria Joaquina esposa do general republicano João Manuel de Lima e Silva, por sua vez tio do atual Duque de Caxias.

Por parte de pai tinha suas raízes em Portugal, em Lagos, Algarve. Por parte de mãe era neto do brigadeiro Antonio Pinto da Fontoura, rio-grandense de Rio Pardo (1760-1826) e da carioca Ana Joaquina das Dores. Era trineto de tenente dos Dragões João Carneiro da Fontoura, filho por sua vez de Antonio Carneiro da Fontoura, Morgado de Loires.'

Seu pai, ao morrer em ação, era comandado do coronel Sebastião Barreto, comandante do Regimento dos Dragões do Rio Pardo na primeira guerra contra Artigas 1816-17.

Em Passo do Rosário, Corte Real teve como comandante de Divisão o mesmo oficial, então marechal e por cuja derrubada do Comando-das-Armas do Rio Grande ele foi lutar em 1835.

Traços de seu perfil militar

Sobre seu perfil escreveu Caldeira que com ele privou:

“Corte Real serviu na Guerra 1825-28 como cadete. Por isso dispunha de alguns conhecimentos militares. Era o oficial de trato mais fino e delicado que havia no Exército Republicano. Foi ele considerado valente no ataque de Passo do Rosário, quando caiu prisioneiro.

Foi confirmada a sua coragem e valentia no ataque de Taquari. Corte era amigo sincero de Netto e de Bento Gonçalves.”²

Segundo Othelo Rosa, “Corte Real, moço e rico não vacilou em sacrificar pela República a mocidade e a riqueza. Era de porte elegante, aprimorado no vestuário, trazendo sempre seu cavalo de montaria ricamente ajaezado (bem aparado). Corte Real foi a seu tempo um galhardo cavalheiro, de renome social, gentil galanteador nos salões”.³

Estas características sociais o aproximavam de Netto e Bento Gonçalves, grandes expressões gaúchas como cavalheiros e cavaleiros.

Por ocasião da adesão do coronel Bento Manuel Ribeiro pela primeira vez ao Império, Corte Real, com 27 anos, foi feito coronel da Guarda Nacional. Saiu em campanha com o cunhado major João Manoel de Lima e Silva, ao encalço de Bento Manuel que foi batido em Capané. Deixado no comando de uma tropa para observar Bento Maflue), Corte Real, jovem impetuoso, decidiu atacar o experimentado Bento Manuel sem esperar Bento Gonçalves.

Travou-se o combate de Passo do Rosário, de 17 de março de 1836. Corte Real foi batido e preso. Bento Manuel disse que ele fora batido por ser “imprudente e inexperiente, embora impetuoso”.

Corte Real foi preso pelo Ten Manoel Osório

No ataque ao coronel Corte Real comandou a vanguarda o tenente nronel Silva Borges e os seus dois filhos José Luiz Osório e Manoel Luiz Osório, ambos tenentes. O último nesta ação teve o seu cavalo baleado. Segundo contou Fernando Luiz Osório.⁴

“Corte Real, homem elegante e de porte, apresentou-se em combate mnniado em garboso cavalo, ricamente azaezado e ostentando nos arcustosos labores de prata. Sendo rodeado por um grupo de legaaio mando do tenente Manoel Luiz Osório, dispunha-se a morrer peleando quando o tenente Osório adiantou-se e bradou-lhe:

— Renda-se, patrício, entregue-me a espada que eu lhe garanto a vida! Corte Real rendeu-se ao irmão de Osório, que o prendeu e desarmou. Foi neste momento que um soldado legalista aproximou-se sorrateiro do cavalo montado por Corte Real, com o fito de cortar um estribo de prata do valente chefe farrapo. Este ao pressentir a intenção do soldado o chutou no queixo arremessando-o no chão.”

Corte Real foi enviado preso para a cidade de Rio Grande pelo capital Mazzaredo que comandava, ao iniciar a Revolução o 2º RC de Bagé, quando foi conduzido até a fronteira, são e salvo, pelo tenente Osório que aderira à Revolução no seu início. Enviado ao Rio de Janeiro, lá esteve preso na Fortaleza de Santa Cruz até conseguir evadir-se, em 11 de março de 1837, depois de quase um ano de prisão segundo contou Caldeira que lá estava.⁵

Foi Ministro do Interior da República em Piratini. tendo como 1º escriturário nosso bisavô José Ignácio Moreira Filho que veio a ser o primeiro serventuário de Justiça no município de Canguçu, ao ser criado em 1857, quando Presidente da Província Jerônimo Coelho, que era Ministro da Guerra do Império, por ocasião da Paz de Ponche Verde.

Ignácio era irmão de Serafim que exercia as funções de 1º Escrivário do Ministério da Guerra⁶ e, ao que consta, sobrinhos de Domingos Moreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguarão, a primeira a aprovar a República Rio-Grandense, proclamada depois do combate do Seival — 11 de setembro de 1837. Corte Real participou de diversas ações como em Seival. Foi morto numa emboscada imperial no arroio Velhaco atingido por duas balas, no momento em que adentrava o corredor da casa da fazenda de Marcos Alves Pereira Salgado, no local conhecido por Barba Negra, no dia 11 de junho de 1840. Possuía 31 anos.

Acreditando tratar-se da força de Antonio Netto, só identificou, tarde demais, tratar-se de uma força imperial destacada por Chico Pedro e ao comando direto de João Patrício de Azambuja.⁷

Sua morte causou consternação geral, até entre imperiais. Seguiu ele seu cunhado João Manoel, 3 anos antes tocado e assassinado, inerme,, com requintes de perversidade, em São Borja.8

NOTAS

- 1 WIDERSPHAN — João Manoel, o General farroupilha João Manoel, pgs. 17 e 18;
2. CALDEIRA — *Apontamentos*. RIHGRS n° 27, 1927, pág. 411;
- 3, ROSA — *Vultos da epopéia...* pág. 187;
4. OSÓRIO. *Hisidria do General Osório*. v. 1. pág. 30;
1. Idem, nota 2 (Detalhes);
6. O *Povo* — pág. 189-190;
- 7 AZAMBUJA, João Patrício d'. Morte do Cel Afonso Corte Real. *Alm Lit e Estatística do RGS*, 1902;
8. Idem, nota 1 (Detalhes).

Coronel ONOFRE PIRES DA SILVEIRA CANTO (1799-1844)

Significação histórica

Combateu com o Regimento de Cavalaria de Milícias de Porto Alegre pela Integridade do Rio Grande do Sul, nas guerras contra Artigas, em 1816 e 1821 e pela do Brasil, na Guerra Cisplatina 1825-28.

Na Revolução Farroupilha foi dos mais ativos e atuantes coronéis. Coube-lhe comandar as forças que deram início à Revolução Farroupilha na noite de 19 de setembro de 1835, com o vitorioso encontro da Ponte da Azenha que criou condições para a conquista de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, com a entrada nela do líder político-militar da revolução, e seu primo, coronel Bento Gonçalves da Silva.

Quis o destino que Onofre Pires viesse a morrer, em 3 de março de 1844, há um ano do término da Revolução, vítima de um ferimento no antebraço direito que recebeu de Bento Gonçalves, durante o duelo que travaram no Acampamento do Exército, nas margens do rio Sarandi, em 27 de fevereiro de 1844, em Topador, em Santana do Livramento.1

De temperamento singular e, em consequência dele, Onofre Pires envolveu-se em diversas questões rumorosas como se verá, que se refletiram negativamente na imagem, no curso e na unidade do movimento revolucionário farrapo e no seu próprio fim, trágico e solitário.

Naturalidade, ascendência e perfil militar

Onofre Pires nasceu em Porto Alegre, em 25 de setembro de 1799 e faleceu com 43 anos. Era neto do capitão-mor José Francisco Silveira Casado.

Seu perfil foi traçado por Caldeira que com ele privou em diversas ocasiões:2

“Desde que apareceu na revolução, foi comandando forças... Era um homem muito corpulento. Era dado à leitura. Possuía poucos amigos. Tratava a todos de — meu caro! Era muito risonho quando conversava com quem a ele se dirigia. E não fazia boas ausências (fazia críticas às pessoas) depois que se retiravam de sua presença. Possuía idéias claras. Era muito inteligente. Como guerreiro nada deixava a desejar. Ele sabia incutir às massas o seu animo. Não cedia o seu posto a qualquer oficial. Na ocasião do perigo era ousado na frente do inimigo. No ataque a Rio Pardo, um soldado de Infantaria fez-lhe pontaria e Onofre foi sobre o infante e disse: Se atiras morres! O infante então baixou a arma e Onofre desfechou-lhe um golpe de espada. Ele comprometia a vida para salvá-la. Era rancoroso e vingativo!”

Noutro depoimento escrito prestado por Caldeira³ a Alfredo Varela, assim escreveu sobre Onofre Pires com quem fugiu do Rio e privou várias vezes. Transcrevo o que não foi dito no primeiro depoimento:

“Onofre era bem apessoado. Era um dos homens mais altos que havia em nossas fileiras. Ele tinha princípios militares. Era um dos oficiais de mais valor que havia na revolução. Como coronel, comandou a Divisão (do Centro) e sempre foi muito atento com as pessoas que lhe queriam falar. E conta-se o caso de uma senhora que chorava pela liberdade do marido que era um espião e que recebeu esta resposta de Onofre:

— Prefiro ver correr as suas lágrimas do que correr o sangue dos meus patrícios. Se o seu marido justificar-se ele será solto. E arremata: Este bravo coronel tinha contra si o mau hábito de criticar as pessoas que com ele falavam pela primeira vez, depois que lhes davam as costas, fossem elas quem fossem. E tinha bons livros e dava-se à hitura.”

Caldeira refere a desabafo de Bento Gonçalves na fazenda do Cristal, em razão de Onofre Pires, comandante da Divisão Centro, encarregado do sítio de Porto Alegre, resistir a acatar suas ordens depois que chegou ao Rio Grande, após evadir-se de prisão na Bahia.⁴

Refere que Onofre Pires ao requisitar artigos de casas comerciais de Rio Pardo, por ordem de Bento Manuel, assinou alguns recibos.

Assim, mais tarde, quando livrou-se pela segunda vez de prisão no Rio, teve que saldá-las com os seus recursos.⁵

Principais ações

Onofre Pires, em 19/20 de setembro de 1835 liderou a conquista de Porto Alegre com tropa de Guardas Nacionais que mobilizou em Porto Alegre, Gravataf e Osório atuais.

A seguir, comandando a Divisão do Norte, atuou sobre São José do Norte, concorrendo para que Presidente Braga, deposto, viajasse para o Rio de Janeiro e para a libertação de Domingos José de Almeida, preso naquele local, fazia 17 dias.

Mais tarde, quando houve a contrarrevolução, Onofre iria ligar-se a um triste episódio em Mostardas, em 22 de abril de 1836 que irá nublificar a revolução.

Segundo, ainda, Caldeira “Depois que Onofre derrotou a força de Juca Ourives, mandou fuzilar uns prisioneiros. Elç não soube impor sua posição de Chefe. Deu ouvidos aos inimigos daqueles infelizes que estavam em linha, esperando a morte. Antonio Pedro em nome da tropa pedia a cabeça delçs. Onofre foi fraco e mandou fuzilar obedecendo imposição dos cidadãos que ele, com sua voz e a sua espada em mãos, levou-os ao combate. A História o julgará!”⁶

Neste combate pereceu o capitão Francisco Pinto Bandeira, nódoa para a causa farrapa, segundo Domingos José de Almeida.⁷

Segundo Arthur Ferreira Filho⁸ “neste combate, em 22 de abril de 1836, Onofre Pires venceu e fuzilou prisioneiros, inclusive, o capitão Francisco Pinto Bandeira”, este seguramente sobrinho do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, “a primeira espada continentina”. Era mais um golpe para os Pinto Bandeira, pois três meses antes em sua fazenda, no rio dos Sinos fora assassinado o único neto varão de Rafael Pinto Bandeira, chamado Diogo. Foi assassinado em 26 de janeiro de 1836, junto com seu pai, o baiano coronel Vicente Ferrer da Silva Freire por uma escolta ao comando do capitão Manoel Vieira da Rocha — o célebre Cabo Rocha do combate da Azenda. Segundo interpretações dominantes, os criminosos fugiram ao controle do Cabo Rocha.⁹

Segundo, ainda, Arthur Ferreira Filho, autoridade em revoluções do Rio Grande do Sul e veterano da de 1923, estes crimes e outros praticados pelos imperiais “eram consequência do mau costume, repetido em todas as guerras civis, de confiar comandos a indivíduos fascinadores, ignorantes e irresponsáveis. Lamentavelmente, em todas nossas revoluções têm sido entregues a bandidos, boçais alguns, outros com instrução, comandos que desonram”.¹⁰

Do lado farrapo a maior vítima foi o general João Manoel de Lima e Silva, assassinado em São Borja, em 29 de agosto de 1837.

Fernando Luiz Osório ao contar a história de seu pai,¹¹ assim narra o fuzilamento do capitão Francisco Pinto Bandeira:

“Quase ao mesmo tempo que se dava a tomada de Pelotas 7/8 de abril de 1836, em 9 de abril o capitão legalista Francisco Pinto Bandeira surpreendeu a noite a guarnição de Torres. Sem disparar um tiro apoderou-se do armamento e munições e capturou os soldados bem como os chefes que os comandavam. Seguiu e fez junção com Juca Ourives.¹² Após seguiram em marcha em defesa da vila de São José do Norte sitiada pelo coronel Onofre Pires. Este avisado saiu-lhes ao encontro. Tomou boa posição e o derrotou completamente em 22 de abril. O combate fora encarniçado. Onofre Pires operou prodígios de valor. Juca Ourives conseguiu escapar com poucos homens. Trinta ficaram mortos. Depois da vitória Onofre Pires mandou fuzilar 12 prisioneiros inermes por vinganças particulares. Este fato mereceu censura do Partido Republicano. Pinto Bandeira caindo aos pés de Onofre Pires pediu que sua vida fosse poupada pois era casado e pai de 11 filhos. Onofre Pires retorquiu-lhe:

— Não seja covarde, morra ao menos como bom brasileiro. E foi morto.”

Negou assim Onofre Pires a tradição de firmeza e doçura. Foi firme mas impiedoso. Não respeitou a vida, a honra, a reputação e a família do vencido que pertencia ao ramo dos legendários Rafael Pinto Bandeira, a primeira espada continentina ao qual muito deve o Rio Grande a definição de seu destino brasileiro, em 1776, por força das armas.

Em outubro de 1836 Onofre Pires foi preso na ilha do Fanfa, junto com Bento Gonçalves e o cabo Rocha morreu na ação. Bento aí, segundo Caldeira, criticou severamente Onofre pela situação, por ter com sua opinião pesado no Conselho de Guerra do qual resultou o desastre.¹³

Desde então, Bento e Onofre entraram em linha de colisão por esta desinteligência. Onofre esteve preso na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, de onde fugiu em 4 de março de 1837, depois de cerca de 4 meses de prisão.

Segundo Caldeira, testemunha ocular da fuga, Onofre Pires ao fugir da prisão atirou-se ao mar com auxílio de 4 bexigas de boi para ajudá-lo a flutuar. Delas, 3 foram furadas por peixes, restando uma que ele segurava numa das mãos, enquanto com a outra deslocava água.¹⁴

Onofre Pires no combate de Rio Pardo, de 30 de abril de 1838, comandou a Divisão que atacou o flanco esquerdo imperial.

Ao final foi encarregado de chefiar Comissão de Requisição de mercadorias pertencentes a imperiais (ou dissidentes), segundo lista que lhe foi entregue pelo coronel Bento Manuel.

Segundo ainda Caldeira testemunha, Onofre não querendo passar por saqueador assinava recibos dizendo que assim agia de ordem de Bento Manuel Ribeiro.¹⁵

Em 25 de março de 1840, pouco antes do combate de Rio Pardo, ele foi preso junto com o coronel Manoel Lucas de Oliveira, perto da Quinta do Bibiano, margem direita do Jacuf, junto com 60 infantes, 4 carretas de fazendas, 2 peças de Artilharia e munição.¹⁶

Acredito tenha sido resgatado por troca de prisioneiros. Como fez despesas na prisão, exigiu indenizações das mesmas ao governo.¹⁷

Em 16 de julho de 1840 tomou parte no mais renhido e sangrento combate — o de São José do Norte.

Combate que se constituiu no ponto de inflexão das esperanças de vitória dos republicanos, para o de descrença.

Acenos de paz

Decorrido um mês, em 17 de agosto de 1840, depois de declarada a maioria de D. Pedro II, este concitou os revolucionários a deporem armas. A paz não foi obtida. Militarmente as coisas andavam críticas para a Revolução. Mas a oferta de paz pelo Imperador e o vácuo de poder que ele preencheu desde a abdicação do pai, veio constituir-se num grande golpe ao ânimo farrapo.

Um dos obstáculos à paz foi a recusa de libertação dos negros que lutaram pela República, o que segundo Morivalde Calvet Fagundes, provocou a seguinte reação no mineiro Ulhoa Cintra¹⁸ em protesto:

“Homens que ombream conosco em defesa da Liberdade, não podem voltar ao cativeiro.”

Antes de se encerrarem as negociações de paz, em 11 de dezembro de 1840, os revolucionários sofreram rude golpe estratégico. Foram obrigados a levantar o sítio de Porto Alegre. Ao penetrar a Divisão da Serra no Rio Grande, a partir de Santa Catarina e ao comando do general Labatut, anabarro foi enviado a seu encalço com reforços do sítio de Porto Alegre. Percebida a fraqueza do sítio, ele foi forçado a ser levantado em definitivo, em 23 de novembro de 1840, depois de estabelecido em 14 de junho de 1838.

Eram finalidades estratégicas do sítio entre outras de fixar em Porto Alegre numerosos efetivos imperiais e, através da espionagem, descobrir os planos dos imperiais e controlar o litoral, Cima da Serra e manter comunicações com Santa Catarina e São Paulo.

Em dezembro de 1840, Domingos José de Almeida previu a situação crítica com esta estimativa confirmada:

“Só o braço de Deus terá poder de sustentar o edifício que pende para o lado.”¹⁹

Onofre Pires na oposição

Dentro de um quadro bastante adverso à República, ela foi instalar-se em Alegrete. Em 9 de novembro de 1842 assumiu a Presidência do Rio Grande e o Comando-das-Armas, o futuro Duque de Caxias. Logo em seguida instala-se, em 1º de dezembro, a Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense, em Alegrete. Da minoria opositora, 1/6 dos i.onstituintes, fez parte o deputado Onofre Pires. Foram realizadas reuniões turbulentas, só interrompidas em 10 de fevereiro de 1843, quando Caxias atuou contra Alegrete. Sete dias antes Antonio Paulino da Fontoura, personagem muito controversa e um dos vice-presidentes da República, foi atacado, vindo a falecer no dia 13 de fevereiro. Antes de morrer declarou saber quem o mandara matar e o perdoava. Seu parente Antonio Vicente da Fontoura e líder da minoria oposicionista atribuiu o crime a um marido ciumento.²⁰

Onofre Pires ao que parece passou a tentar mesmo arrazar Bento Gonçalves no seio da tropa, acusando-o, inclusive, de mandar matar Antônio Paulino, como era seu costume arrazar as pessoas em suas ausências.

A oposição foi num crescendo e Bento Gonçalves, alegando doença passou a Presidência a Gomes Jardim e o Comando-em-Chefe do Exército a Canabarro, junto aos quais deixou seu amigo, coronel José Mariano de Mattos. A oposição a que Onofre Pires pertencia, em 17 de fevereiro de 1843, firmou humilhantes referências a Bento Gonçalves.²¹

Este quadro agravou-se ainda mais com a adesão pela segunda vez, ao Império, de Bento Manuel, depois de dois anos de neutralidade. Isto acelerou ainda mais “a queda do edifício” da República.

Duelo Bento Gonçalves x Onofre

Decorrido um ano da morte de Antonio Paulino, o Exército aam pou em Topador atual nas pontas do Sarandi, próximo a Santana, atual. Onofre Pires falava abertamente tudo o que sentia em relação a Bento Gonçalves e no seio da tropa.

Bento em carta pediu que Onofre confirmasse ou não, por escrito, as acusações ofensivas à sua honra feitas em presença de terceiros.

Onofre logo respondeu no outro dia confirmando, abrindo mão dc suas imunidades parlamentares e colocando-se à disposição de Bento no local que este saberia encontrá-lo. Isto equivalia a um duelo, hipótese desejada por Onofre Pires que levava grande vantagem no seu porte atlético e com menos 10 anos de idade (44 x 54 anos).

Bento Gonçalves procurou Onofre Pires e o desafiou para o duelo. Juntos afastaram-se meia légua — dia 27 de fevereiro de 1844.

Chegando ao local, entre outras trocas de palavras, Bento falou a Onofre que não tinha mandado matar Paulino da Fontoura. E se tivesse necessidade teria recorrido a um duelo como agora fazia com ele.

Mesmo antes do duelo, Bento já dominava com seu carisma, o temperamental primo que ali servia de instrumento de terceiros, talvez até inconscientemente.

Iniciado o combate, Bento atingiu Onofre no antebraço direito o que interrompeu o duelo. O fato sem testemunhas tem provocado diversas versões.

Sobre esta, escreveu mais tarde o brigadeiro imperial José Gomes Portinho que fora destacado líder militar farrapo e insuspeito por amigo e cunhado de Antônio Vicente da Fontoura.

“Onofre foi ferido no braço direito. O mesmo Bento Gonçalves tratou da ferida, atando-a com seu próprio lenço, sendo Onofre conduzido para o campo e daí a sua casa (barraca) onde morreu passados dois dias. E isto por falta de médico. Não havia.”²²

Outro farrapo diz que “ficou um lanceiro cuidando de Onofre Pires e Bento foi buscar recursos”.

Ambos o dão como morto em 1º de março, dois dias depois. Antônio Vicente da Fontoura registrou dia 3 de março, ou quatro dias depois e de gangrena²³ e que Bento foi preso por Canabarro.

Bento Gonçalves em carta a Domingos José de Almeida, de 9 de março de 1844 escreveu. ²⁴

“Já meu compadre saberá do fim desastroso que teve o coronel Onofre que fazia o papel de general Santérre na facção desorganizadora, que o incitou a provocar-me tão atrevidamente. Ela contava com a vitória, porque olha para as coisas como lhe parecem, e não como são de fato. A paixão os domina e, por isso, vendo aquele homem tão corpulento, o julgaram um gigante e eu um pigmeu.

— Enganaram-se e, depois escondendo todos o rabo, se retiraram dele, ao ponto de não achar-se um só desses malvados a seu lado, ao menos na hora da morte. Que malvadeza! Eu lamento sua sorte, mas não tenho o menor remorso, porque obrei como verdadeiro homem de honra. Em tais casos, obrarei sempre assim, não me importando com o tamanho, e nem a nomeada (fama) da pessoa que se atreva a atacar a minha honra.”

E assim teve fim Onofre Pires, cujos restos mortais devem estar em algum lugar nas pontas do Sarandi, atual Topador em Santana.

É uma vida que merece reflexão.

Caxias por ocasião do duelo marchava de Alegrete, para Santana, conforme suas ordens-do-dia.

Onofre falecia quase oito anos depois do rumoroso fuzilamento que ordenou em Mostardas, no qual foi vítima ilustre o capitão Francisco Pinto Bandeira. Seria a confirmação do ditado popular — Quem com ferro fere, com ferro sera ferido?

Onofre Pires fez parte da minoria opositora (cerca de um 1/6) a Bento Gonçalves, na Assembléia Constituinte da República Rio-Grandense, em Alegrete. Seu perfil moral parece não ter feito honra a oposição que integrou e o usou como instrumento contra Bento Gonçalves, em momento crítico da Revolução.

NOTAS

1 — CAGGIANI, *Santana do Livramento*, 1983, v. 1, pág. 45; 2 — CALDEIRA. *Apontamentos Rev. Far.* pág. 410; 3— AAHRGS, v. 3, pg. 400; 4 - Idem, v. 2, pág. 409; 5

— Idem, pág. 355; 6 — Idem, nota 2, pág. 409; 7 — Idem, nota 3, documento 748, pág. 198; 8 — *História Geral do RGS* pág. 99; 9 — FELIZARDO, Cel Vicente Ferrer. *Anais do 1.º Congresso de História da Bahia*, 1950, págs. 317-352; 10 — Idem, nota 8, pág. 101; 11 — *História do General Osório*, v. 1, págs. 309-310; 12 — ABBOT, Gastão o estuda (vide bibliografia); 13 — Idem, nota 2 (detalhes); 14 — Idem, descrição detalhada da fuga, pág. 365; 15 — Idem; 16 - Idem, nota 3, Doc. AV 1936; 17 — Idem, v. 2, Doc. AV 521; 18 — FAGUNDES (Morivalde) *His.: Rev. Far.* pág. 29; 19 — Idem nota anterior; 20 — Idem trata de detalhes do rumoroso caso; 21 — Idem nota 3, v. 4, pgs. 190-207 (publica manifesto) e AV-2 TOM pág. 2323; 22— PORTINHO. *Província de São Pedro*, nº2, 1945, pg. 156; 23 — FONTOURA, *Diário...*, págs. 50-52; 24 — Idem, nota 3 (correspondência com Domingos de Almeida).

Coronel ANTONIO MANOEL DO AMARAL (1810-1844)

Significação histórica

Prestou serviços militares à Integridade e Soberania do Brasil, na Guerra Cispiatina 1825-28, como cadete do antigo e legendário Regimento dos Dragões do Rio Pardo, então 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, ao comando do coronel Felipe Neri de Oliveira. Ai conviveu com Corte Real e Portinho, mais tarde destacados guerreiros farrapos.

Durante a Revolução Farroupilha veio a tornar-se dos mais assinalados e valentes líderes de combate que caracterizava-se por só combater à espada. Coube-lhe a glória de assinar a última vitória militar da República Rio-Grandense, em Cerro da Palma — Candiota, em 16 de março de 1844 contra o legendário, temível e competente chefe imperial tenente coronel Francisco Pedro de Abreu, Chico Pedro ou “Moringue”, com sua base de operações em Canguçu.

Ele tombou morto, em Jaguarão, quase ao final da revolução, aos 34 anos de idade, numa escaramuça, quando retirava-se daquela praça.

Segundo Caxias, o c&onel Amaral “gozava de grande reputação entre seus companheiros”. Foi um dos mártires farrapos que viveram, lutaram e morreram pelo ideal da República, concretizado em 15 de novembro de 1889.

Naturalidade, família, perfil militar

Nasceu em 1810, em Rio Pardo. Era filho do coronel Francisco Xavier do Amaral Sarmento Menna e de Rosália Brígida de Carvalho. Seu pai foi libertado em Viamão por troca com o brigadeiro Antero Ferreira Brito.

Foram seus irmãos o tenente coronel Francisco de Paula, que iniciou carreira no Exército, donde demitiu-se em 1832, depois de lutar no combate de Taquarembó na guerra contra Artigas, em 1821, e em Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827, na guerra Cisplatina. Aderindo à causa farroupilha morreu logo em seu início, em 18 de julho de 1836, no combate dos Moinhos de Vento, durante o sítio de Porto Alegre.

Em torno do pai, o coronel Francisco Xavier, líder da conspiração em Rio Pardo que culminou com o 20 de setembro de 1835, uniram-se além de Antonio Manoel, mais os seus irmãos Francisco de Paula, Sebastião, Dr. Frederico Augusto e Francisco Antônio.

O grupo conspirador era completado pelo advogado Joaquim Pinto de Castro e pelo mais tarde intrépido chefe de Cavalaria na Guerra do Paraguai — o coronel José do

Amara! Ferrador e muito admirado por Caxias que apreciava e estimulava suas tiradas gauchescas segundo Taunay.

Antônio Manoel, atendendo ao apelo de seu amigo, o coronel Corte Real, marchou para a campanha como tenente da Guarda Nacional. Tomou parte na derrota que o major João Manoel de Lima e Silva impôs a Bento Manuel, em Capané. E desde então, “Vendo, tratando e pelejando”, segundo Camões, formou-se na Academia Militar das Coxilhas.

Traços de seu perfil militar

Caldeira assim traçou o seu perfil de combatente:

“Antonio Manoel quando atacava o inimigo, em campo raso, era de espada em punho. Ele não usava outra arma na ocasião do combate, que não fosse a arma branca.

Quando ele derrotou Francisco Pedro, no Serro da Palma, em Candiota, não se serviu de outra arma, senão a espada. Em outros combates já havia feito uso de espada com bom efeito.

Ele havia sido cadete na Guerra Cisplatina 1825-28. Por isto possuía princípios (formação) militares e de disciplina. Era homem de poucas palavras e muito concentrado (reservado). Foi considerado como um dos tantos valentes que teve a República Rio-Grandense.”²

Combate de Serro da Palma — 16 de março de 1844

Coube-lhe o privilégio de bater o temível e muito competente tenente-coronel Francisco Pedro Brusque de Abreu, conhecido por Chico Pedro ou “Moringue” que então comandava a Ala Esquerda do Exército de Caxias com sua base em Canguçu atual.

Ala Esquerda tendo como Zona de Ação o território entre os rios Jaguarão e Camaquã, incluindo a serra d’os Tapes (municípios atuais de Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu e São Lourenço em parte) e mais Jaguarão, Herval, Pedro Osório e parte de Bagé.

Era então o “distrito mais farrapo”, sede do governo revolucionário e de onde os revolucionários tiravam os derradeiros recursos para a luta.³

Era a base de guerrilhas no inverno de 1843 e próxima à fronteira, onde contavam com o apoio de Rivera.

Era impositivo controlá-la. E isto ocorreu com a ocupação de Canguçu por Chico Pedro onde foi alvo de dois ataques que passaram à História como combates de Canguçu,⁴ que estudamos em detalhes com apoio nos *Ofícios e Ordens do Dia* de Caxias 1842-45.

O mais tarde Duque de Caxias assim descreveu as circunstâncias principais da vitória de Amaral ao Ministro da Guerra em Ofício de 1844.

“De Bagé o tenente-coronel Francisco Pedro destacou homens a fim de reunirem cavalos.

Com os 160 homens restantes, incluindo 20 Infantes a cavalo, se pôs em retirada para o rio Piratini. Não permitindo seus cavalos grandes marchas, em razão do mau estado dos mesmos, deu tempo a que o coronel Antonio do Amaral... o atacasse no dia

16 de junho de 1844, junto ao arroio Candiota. Travou-se combate que durou por espaço maior de duas horas... e o referido coronel Francisco Pedro se retirou para Canguçu, caindo em poder dos republicanos. (1 major, 1 capitão, 2 tenentes, 3 alferes e 40 praças de pré, sendo 18 infantas a cavalo.) Os 18 de Infantaria depois de terem gasto todas as munições carregaram a baioneta e só se renderam quando o próprio coronel Amaral lhes fez saber que suas vidas seriam respeitadas.”

A vitória de Amaral repercutiu na Corte, junto ao Ministro da Guerra Jerônimo Coelho que, em Ofício de 22 de abril de 1844, determinava a Caxias que recomendasse a todos os chefes de forças para que fossem mais cautelosos.

Caxias em ofício citado ao Ministro da Guerra, em 7 de junho de 1844, escreveu a certa altura:6

“Conforme o que V Excia me ordenou no ofício de 22 de abril de 1844, recomendei ao coronel Francisco Pedro de Abreu, e aos demais Chefes de Forças, que para futuro, é mister sejam mais cautelosos, a fim de que não sofram reverses como o que sofreu aquele coronel” (Francisco Pedro ou Chico Pedro). Achando-me eu há 20 léguas do ponto em que teve lugar o combate, entre o coronel Francisco Pedro de Abreu e o coronel rebelde Antônio Manoel do Amaral, e devendo aguardar a parte o oficial do coronel Francisco Pedro, para nela basear a que tinha de remeter a V Excia, não é de admirar que o local do combate, distando 20 léguas de Rio Grande, notícias particulares do combate chegassem a essa Corte, primeiro do que a parte oficial e com as exagerações apresentadas pelas pessoas que nisso tem interesse.”

Amaral provocou com sua vitória todas estas reações. Coube-lhe assinar de modo brilhante e inesquecível, a última vitória das armas da República Rio-Grandense. E assiná-la contra o extraordinário guerrilheiro legalista, uma vocação excepcional de guerreiro revelada na Revolução Farroupilha e que está a merecer um estudo, para valorizar mais ainda a contribuição militar dos que o tiveram por adversário.

Para ter-se uma idéia da competência de Chico Pedro ou “Moringue”, trascrevo o que dele escreveu um seu colaborador, o capitão Manuel Patrício de Azambuja.7

“Valente, astucioso, ativo e incansável como era Chico Pedro, não consentia que o inimigo se aproximasse do terreno que defendia a menos distância de 20 a 30 léguas.

Quando, ao contrário, permitia a aproximação, era para disso tirar partido, esperando uma posição vantajosa para derrotá-lo, como três vezes aconteceu a Bento Gonçalves, em Canguçu, quando ali o quis surpreender.

E continua o depoente a narrar procedimentos táticos de Chico Pedro para prevenir a surpresa e surpreender.

“Em 3 ou 4 noites de marcha, sempre acampando ao romper do dia, em lugar próprio, rodeado por sentinelas. E também emboscadas colocadas pelo próprio Chico Pedro, com ordem de prender quem se aproximasse e pudesse descobrir sua força.

Fazia então 3 ou 4 fogões, onde toda a tropa churrasqueava. Esta mantinha presas as argolas das espadas durante as marchas noturnas e era também proibida de fumar, sob pena de prisão.”

Era rigoroso no tocante a disciplina do silêncio. Era comum também deslocar-se com razões previamente cozidas. Assim ele se fez presente em todos os recantos do Rio Grande, cujo mapa passou a ter na cabeça. Constatar isto basta ler-se os principais compêndios sobre a Revolução.

Amaral proclama que irá libertar Canguçu

Em 19 de março de 1844, depois da estrondosa vitória da Palma que obteve sobre o temível e competente guerrilheiro imperial Cel Chico Pedro, o Cel Amaral eufórico e exultante fez distribuir de seu quartel em Bagé a seguinte proclamação:⁸

Proclamação

“Habitantes da Comarca de Piratini!

A brava força que me foi confiada para velar pela guarda de vossas pessoas e propriedades, acaba de arrancar-vos do estado afugente e ominoso por que haveis atravessado, e segurando vossas liberdades há firmado nossa Independência, despertando-nos o amor à Pátria e mostrando aos nossos opressores que suas seduções, ouro e intrigas ainda não nos corrompem.

O culminante combate de Cerro das Palmas a 16 de março foi colocado a par dos combates de Pelotas, Passo dos Negros, Mostardas, Funchal, Cerca de Pedra, Seival, Arroio Grande do Herval, Rio Pardo, Caçapava, Fragata, Cruz Alta, Triunfo, Espinilho, Inhandui, Barra do Camaquã, Laguna, Santa Vitória, São Felipe, Campos Neutrais, Ponche Verde, e Santa Maria Chica onde por uma vez nossas armas vitoriosas hão rasgado as bandeiras imperiais. Habitantes da Comarca de Piratini!

O brioso Canguçu é poluído ainda com a presença do inimigo (Canguçu. era a base de operações de Chico Pedro de Abreu). A ardorosa tropa ao meu comando vai marchar de pronto em seu socorro. Uni-vos a ela! Auxiliai-a com montarias robustas e contai com o Triunfo. Viva a religião de nossos pais! Viva a República Rio-Grandense! Vivam os seus defensores! Vivam os bravos do Cerro das Palmas.

Quartel em Bagé, 19 de março de 1844

coronel Antônio Manoel do Amaral”

Antonio Amaral havia estado acampado em Canguçu, no Cerro Partido de 31 de dezembro de 1841 a 11 de fevereiro de 1843 onde por ordem do general Antônio Netto, chefe do Estado-Maior do Exército Farrapo havia procedido um recrutamento de todos os homens de Canguçu e Boqueirão capazes de empunhar armas.⁹

Do combate do Cerro das Palmas iniciado às 9 horas da manhã segundo relatório circular,¹⁰ ele provocou as seguintes imperiais: 23 mortos, toda a cavalaria, armamento e munições e 93 prisioneiros, inclusive 7 oficiais e feridos contra 4 soldados farrapos mortos e 21 feridos inclusive 4 oficiais.

O temível e competente guerrilheiro Chico Pedro registrou estes fatos em suas *Memórias*.¹¹

Morte do coronel Amaral

O inverno de 1844 ia rigoroso nos acampamentos dos republicanos. Havia grandes deficiências logísticas. Para minorá-las David Canabarro encarregou o valente e intrépido coronel de executar muito arriscada missão. Esta consistia em atacar Jaguarão e obter no comércio os itens de que o Exército precisava.

Jaguarão já estava bem protegida por forças policiais. Mas o coronel Amaral atacou Jaguarão e conseguiu apropriar-se de gêneros e fazendas.

Durante a retirada quando atravessava a praça principal de Jaguarão recebeu um tiro de tocaia e caiu morto. Era o dia 21 de junho de 1844. Possuía 34 anos. Caiu como um herói que soube viver, lutar e morrer pelo seu ideal.

Caxias em ofício ao Ministro da Guerra, em 11 de julho de 1844, referiu a morte do coronel Amaral:

“Houve uma escaramuça entre o coronel rebelde Antônio Manoel do Amaral e a polícia da Vila de Jaguarão. Dela resultou a morte do coronel Amaral, trespassado de uma bala de fuzil no peito esquerdo.

Este é o mesmo que bateu, no Candiota, o Francisco Pedro de Abreu como em tempo comuniquei a V Excia. Ele gozava de grande reputação entre seus companheiros.

Dante de Laytano fornece informações sobre os seus irmãos riopardenses.

Seu irmão Frederico Augusto foi enviado ao Rio em 1836. Ali estudou na Escola Militar do Largo do São Francisco onde formou-se oficial de Engenheiros. Combateu ao comando de Caxias, na Guerra contra Oribe e Rosas 1851-52. Reformou-se como capitão e tornou-se político atuante na Assembléia do Rio Grande do Sul, onde faleceu quando fazia um discurso aos seus pares. Foi poeta.

NOTAS

1 — TAUNAY, *Memórias*, 2 — CALDEIRA, Apontamentos sobre a Revolução; 3 — BENTO, *Canguçu reencontro com a História* (Rev. Farj; 4 — Idem; 5 — BARAO DE CAXIAS. *Ofícios 1842-45*, pág. 123; 6— Idem (Of de 7 de junho de 1844); 7 — RUIGRGS

I e II trim, 1928, págs. 38 ss; 8 — AAHRGS, v. 4, pág. 69 — AV 22, 9 — Idem AV-2268, pág. 66-67 e AV-2266 e AV-2267; 10 — Idem, nota 9; 11 — Memórias RIHGRGS, 1921; 12 — Idem, nota 5; 13 — *Almanaque de Rio Pardo*, 1946, págs. 158-159.

Coronel AGOSTINHO ANTÔNIO MELLO

Segundo Caldeira que o conhecia o coronel Meilo’ “Era bom militar. Nem sempre colheu louros, porque se deixava espiritualismo. Por isso diminuiu muito a sua reputação particular. Mas era valente”.

A expressão “se deixar espiritualizar” tem o sentido de beber além da conta. Curioso que entre alguns dos valentes apresentados por Domingos José de Almeida para lutarem na Guerra contra Oribe e Rosas ele assinalava o vício controlado da bebida. Talvez fosse uma espécie de neurose de guerra.

O Coronel Mello atuou contra o brigadeiro Caldeiron em março/abril de 1840, na região de Cachoeira e Rio Pardo.

NOTA

1 — CALDEIRA. “Apontamentos para a Rev. Far.” *RIHGRGS*, 1927, N° 27.

Coronel MARCELINO JOSÉ DO CARMO

Segundo Caldeira’ “O coronel Marcelino era comandante de tropas de Infantaria. Era calmo e prudente. Portava-se com bizzaria (no sentido de demonstrar ou alardear valentia) na occasio do fogo contra o inimigo. Era digno da confiança de seus comandados”. E noutra depoimento: “O coronel Marcelino comandou uma Divisão de Infantaria. Como bom militar mantinha boa disciplina. No combate do Rio Pardo em 1838 deu provas de valente.² Em 10 de julho de 1841 comandava uma Divisão Provisória.³

NOTAS

1 — CALDEIRA, “Apontamentos Rev. Far.”, pág. 412; 2 — *AAHRGS*, v. 5, pág. 401; 3 — *Idem*, pág. 654.

Coronel JOSÉ OLIVERIO ORTIZ (1779-1869)

Significação histórica

Veterano das lutas do Sul e prestigioso político em Alegrete, foi eleito deputado a Assembléa Provincial junto com os alegretenses Sá Brito e Bento Manuel Ribeiro.

Aderiu a Revolução Farroupilha do seu início até a chegada do novo Presidente da Província o Dr. Marciano Ribeiro, por cuja posse foi favorável.

Em apoio ao seu amigo Bento Manuel Ribeiro lutou contra a Revolução, até que este prendeu o Marechal Antero de Brito no passo do Itapevi, em Alegrete, quando aquele Presidente da Província vinha prendê -lo Desgostosos recolheu-se à vida privada em Alegrete.

Por ocasião das eleições para a Assembléa Constituinte da República Rio-Grandense foi eleito por Alegrete, onde ainda residia, como deputado e com expressiva votação.

A 15 de julho de 1842 foi nomeado Ministro da Guerra da República Rio-Grandense, por Antônio Vicente da Fontoura, líder da opposição a Bento Gonçalves da Silva que também nomeou Ministro das Relações Exteriores o Vigário Apostólico Francisco das Chagas Martins e Ministro do Interior o padre Hildebrando Freitas Pedroso.

Por ocasião do funcionamento, em Alegrete, da Assembléa Legis. Iativa e Constituinte da República Rio-Grandense a sua posição consta do Manifesto dos Deputados da Minoria, assinado inclusive por ele, em 18 de fevereiro de 1843.

Tomado de sinceros propósitos de prevenir os males de uma conspiração denunciada, viu-se em meio a uma acirrada disputa política entre a Maioria e a Minoria da

Assembléia que o levou a decisão de não mais voltar à Assembléia como constituinte e Ministro da Guerra. E cumpriu seu propósito. Sua gestão na pasta da Guerra durou menos de meio ano. Este fato não tem sido assinalado e analisado pelos historiadores, porque seu nome não é citado no manifesto da minoria e sim, a sua função.

Sua renúncia foi por não concordar que a Assembléia conferisse poderes ao Governo da República, para suspender algumas garantias, sob o argumento que fora eleito para dar leis aos seus concidadãos e não para feri-las.

O citado Manifesto da Minoria assim se refere ao seu gesto de renúncia praticado aos 65 anos de idade:

“Tempo virá que a nação lhe faça justiça que merece, o que lhe nega um governo que não conhece que política não é outra coisa do que a *arte* de governar os homens para os fazer felizes.”

Eis aí um caso para o Tribunal da História se pronunciar.

Vida e obra do coronel Ortiz

Nasceu em Caçapava do Sul em 1779. Sentou praça no Regimento dos Dragões do Rio Pardo. Como tenente destacou-se com os Dragões nos combates de Butui, São Borja, e Catalan na 1ª guerra contra Artigas 1816-17, tendo por isto merecido elogio do Marques de Alegrete.

Na guerra Cispiatina (1825-28) guarneceu o passo Mariano Pinto, onde foi atacado por Rivera e obrigado a retrair para São Gabriel. Foi envolvido entre os arroios Itapevi e Lageado e em consequência foi obrigado a capitular. Foi absolvido em Conselho de Guerra a que foi submetido.

Em Catalan, como tenente, destacou-se em ação junto com o tenente coronel José de Abreu e tenentes Bento Manuel Ribeiro, Joaquim Antônio Alencastre e Joaquim Mariano Aranha, conforme Diogo Moraes de Aroucha Lara em *A Campanha de 1816*. Aranha já havia brilhado em Carumbé. O coronel Ortiz havia participado em cerca de 18 combates nas guerras do Sul. E pouco o que dele se sabe. Ficaria perdido na memória farrapa não fora os historiadores Arnaldo Cassol e Abro em *Caçapava capital farroupilha*.

NOTA

1 — AAHRGS. v. 8, págs. 319 e 474.

Coronel JOSÉ PINHEIRO ULHOA CINTRA (1806-1883)

Significação histórica

Com obra de natureza jurídica, política, diplomática e militar distintas e assinaladas na República Rio-Grandense. A obra militar foi exercida de forma administrativa e, não como líder de combate, depois de ser promovido a coronel da República Rio-Grandense. No campo militar atuou como Secretário Militar do Presidente Bento Gonçalves e responsável pela redação de seus manifestos e proclamações e como Ministro da Guerra e da Marinha. No campo civil foi Ministro da Justiça, do Exterior e Plenipotenciário e de

Negócios e Embaixador junto ao Paraguai além de deputado à Constituinte da República em 1841, com 1962 votos. Nela teve discutida atuação com seu projetado Conselho de Estado, que daria mão forte ao Presidente Bento Gonçalves, além de co-autor do Projeto da Constituição da República Rio-Grandense.

Origem, família e filho adotivo de Caçapava

Nasceu em 25 de março de 1806, em São João del Rei. Após cursar alguns anos um Seminário, deixou a carreira eclesiástica e veio ter ao Rio Grande como alferes da 1 Linha do Exército, em Rio Pardo. Ali conheceu e casou com D. Ricarda filha de abastado estancieiro no Durasnal em Caçapava.

Deixou o Exército e radicou-se em Caçapava como advogado, aproveitando os excelentes conhecimentos adquiridos em Seminário. Em Caçapava, que o considera filho adotivo, viveu, morreu e está sepultado.

Foi poeta satírico e lírico, com obra específica estudada por Cassol e Abrão em *Caçapava — capital farroupilba*.

Foi seu 1º escriturário em Piratini, nosso bisavô Ignácio Gonçalves Moreira, filho do mineiro José Ignácio Moreira, com raízes em famílias do Sul de Minas e Diamantina. Este era ligado aos mineiros Domingos José de Almeida, José Brandão e Ulhoa Cintra que foram ministros farrapos, em Piratini, conforme esdamos em *O Sul de Minas*, Itajubá, 22 de junho de 1985.

A eles acrescentaríamos mais os mineiros maestro Joaquim Mendanha que compôs o Hino da República Rio-Grandense (diamantinense) e Francisco Ferreira Freitas, fundador durante a Revolução da Loja Maçônica Fidelidade e Esperança de Canguçu² e que segundo Domingos José de Almeida “seu patrício era mineiro e não fluminense como cons tava”, ao apresentar-lhe e pedir proteção a seu trabalho em termos de alta consideração às grandes autoridades da República Rio-Grandense, conforme se conclui de documentação nos *Anais do Arquivo Histórico do RGS*,³ Ulhoa Cintra faleceu em Caçapava em 23 de julho de 1883, onde deixou descendência e onde estão seus restos mortais. Um neto seu, José Pinheiro, engenheiro militar, foi casado em primeiras núpcias com D. Carmela Leite Dutra (D. Santinha), esposa do mais tarde Presidente Eurico Gaspar Dutra que criou os bisnetos de Ulhoa Cintra José (oficial do Exército) e Carmelita.

Da poesia de Ulhoa Cintra destaco esta dedicada ao general farrapo José Antônio da Silveira, então coronel comandante da Guarda Nacional de Caçapava e depois comandante da Divisão Direita do Exército Rio Grandense, com jurisdição sobre Caçapava. Poesia que confirma as características excelsas de liderança daquele chefe que aqui abordamos:

“Calem-se		gregos,		calem-se		romanos.
Já	não	modelos	de	virtude	e	glória.
Que	em	João	Antônio	marca	nova	história.
Herói,		tipo	de	heróis		republicanos.
Do	Sul,	estrela	e	raio	dos	tiranos.
Sem	os	crimes,	que	nascem	da	vitória.
Na	prática	conserva		e	na	memória
Os austeros	costumes	espartanos.	5			

Foi como Secretário Militar de Bento Gonçalves que sua verve literária e bagagem cultural se revela através de manifestos e proclamações daquele chefe. E um estudo que carece ser feito por especialista.

Poesia comemorativa ao 7 de abril de 1831

O italiano Tito Lívio Zambecari construiu um balão aerostato que foi lançado ao ar em 3 de maio de 1834, dia seguinte à posse do Presidente Fernandes Braga, que seria deposto pela Revolução Farroupilha ano e meio após. O balão de 16 palmos de diâmetro por 24 de altura, trazia estampados os escudos das armas do Brasil, EUA, Argentina, Américas, Áustria e do Comércio. Em cada uma das 6 listras brancas trazia esta poesia de Ulhoa Cintra:

“1 — Nas sacras aras da Divindade
Queimem-se incensos a Liberdade
2 — Raiou é setembro, nossa Independência
Que fez acabar lusa prepotência
3 — A custa da vida, heróico o Brasil
A de sustentar — o Sete de Abril
4 — Apesar das tramas da Restauração
Será triunfante — a Constituição
5 — Foi por terra o duro e feroz despotismo
Que quis a Província meter num abismo
6 — Já livre respira, o povo contente.
Por ter mudado tão mau Presidente”⁶

Era um recado para os que queriam restaurar D. Pedro 1 no trono do Brasil que incluía o marechal Sebastião Barreto que cairia em 20 de setembro de 1835, junto com o presidente que se empossava.

O Presidente Fernandes Braga filho da cidade do Rio Grande fora membro da Sociedade Secreta Gruta existente em Coimbra e que era integrada por estudantes brasileiros desejosos de implantar a República no Brasil, como por exemplo Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná com ação decisiva em apoio a Caxias para a Paz de Ponche Verde⁷ e modelo do Presidente Tancredo Neves.

A posse de Fernandes Braga fora acertada entre o major João Manoel Lima e Silva, comandante do 8º Batalhão de Caçadores, com o seu irmão e Regente do Brasil Brigadeiro Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias que terminaria por pacificar Rio Grande.⁸

Fernandes Braga não conseguiu contornar a situação e passou a ser dominado pelos retrógrafos capitaneados por seu irmão Pedro Chaves.

Estes radicalizaram de tal modo a situação que terminaram por contribuírem para a eclosão da Revolução em 20 de setembro de 1835. Radicalização para a qual segundo o general Osório também contribuíram “os esquentados republicanos”.⁹

Mal desconfiavam o mineiro Ulhoa Cintra e o fluminense João Manoel Lima e Silva, acordos naquele momento da posse de Fernandes Braga, que teriam um dia como abrigo de seus restos mortais e memórias históricas a cidade de Caçapava do Sul — a 2ª capital farroupilha, que sob este enfoque, foi objeto de obra de Arnaldo Cassol e Nicolau Abrão. Obra que se constituiu em demonstração do valor da micro-história, a que nos dedicamos durante 30 anos para escrever *Canguçu, reencontro com a História*, cheia de interessantes informações úteis à História do Rio Grande do Sul que ainda está para ser escrita.

Othello Rosa já havia ensaiado Ulhoa Cintra e os *Anais do Arquivo Histórico do RGS* e o Jornal *O Povo* fornecem valiosos subsídios sobre sua vida cobra que Cassol e Abrão citados deram grande impulso.

NOTAS

- 1— Do autor Comendador José Mendanha in: *Estrangeiros e descendentes* pég. 287-291;
- 2 — *Do autor Canguçu reencontro com a História*, pa'g. 75; 3 — AAHRGS v. 3, pgs. 544, 571, 572 (AV-1997, 1998, 2072 e 2073). Comprova tratar-se de pessoa *grada* na Maçonaria e chegada ao Sul em 184v; 4 — op. cit asso1 e Abrão; 5 — Idem, nota anterior pág. 121; 6 — Idem, pág. 119; 7 — OSÓRIO, *História do general Osório* v. 1; 8 — Idem, nora 4, p.g. 117; 9 — Idem, nota 7; 10 — Idem, nota 3, v. 3, píg. 697 e v. 4, pg. 508 (indicações) e ROSA, *Vultos da epopéia farroupilba*.